

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO**

**MÁRCIA REGINA CASSANHO DE OLIVEIRA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL EM SEUS ALICERCES:  
ACONTECIMENTOS, INSTITUCIONALIDADES E  
DISCURSOS (1962-1979)**

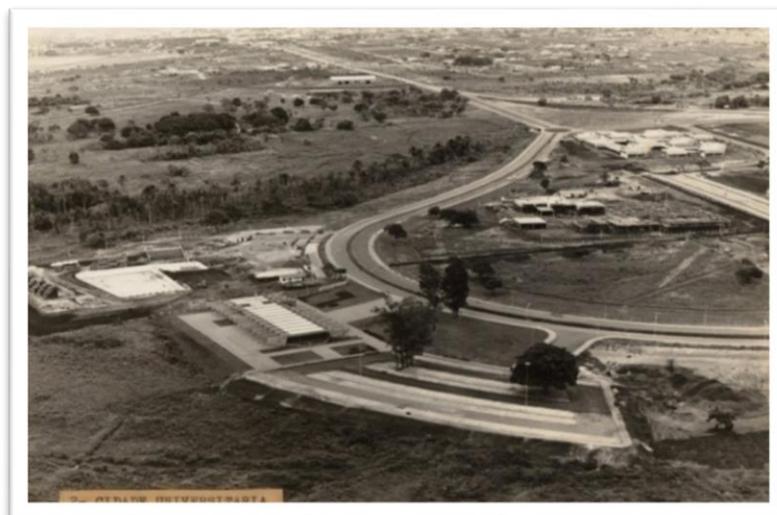


Figura 1 - Foto da Cidade Universitária, 1970.

**CAMPO GRANDE – MS  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil.

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em seus alicerces:  
acontecimentos, institucionalidades e discursos (1962-1979). / Márcia  
Regina Cassanho de Oliveira. – Campo Grande, MS, 2016.

492 f.; 30 cm.

Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato  
Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de  
Pós-graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado.

1. UFMS; 2. História Institucional; 3. Condições Políticas e Sociais;  
4. Referencial foucaultiano. I. OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento.  
II. Título.

**MÁRCIA REGINA CASSANHO DE OLIVEIRA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL EM SEUS ALICERCES:  
ACONTECIMENTOS, INSTITUCIONALIDADES E  
DISCURSOS (1962-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Curso de Doutorado em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para defesa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

**CAMPO GRANDE – MS  
2016**

**MÁRCIA REGINA CASSANHO DE OLIVEIRA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL EM SEUS ALICERCES:  
ACONTECIMENTOS, INSTITUCIONALIDADES E  
DISCURSOS (1962-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Doutorado em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para defesa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Prof. Dr. Carlos Martins Junior  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

---

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Campo Grande, MS, 12 de agosto de 2016.

À Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pela Proteção Divina e  
aos meus filhos, Gabriel e Giovanna Liz, pelo amor que nos une.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, por ter sempre confiado em mim e por todos os conhecimentos e experiências compartilhadas, não somente as acadêmicas, mas aquelas que perpassam toda a nossa existência, nos fazendo crescer enquanto sujeitos. As suas qualidades humanas, elevados saberes, rigor científico, capacidade de trabalho, entusiasmo, empenho e disponibilidade, foram determinantes para a delimitação e execução desta tese. Quero também expressar o meu mais profundo agradecimento pela grande amizade com que me sempre distinguiu.

Agradeço também,

. aos Professores: Jacira Helena do Valle Pereira Assis, Carlos Martins Junior, Maria do Carmo Brazil e Alessandra Cristina Furtado, que generosamente participaram da banca de qualificação e defesa da presente tese, cujos apontamentos foram extremamente enriquecedores;

. ao meu Pai Adauto de Oliveira (*in memorian*), por todo amor, incentivo e cumplicidade que nos uniu;

. a minha Mãe Virgínia e aos meus irmãos Adauto e Cássia Virgínia, pelo apoio;

. ao Papito Mantovani, meu amor, amigo e companheiro de vida. Sem você com sua calma, paciência e amizade eu não teria chegado até aqui;

. ao amigo e irmão que Deus colocou em minha vida, o Doutor Miguel Gomes Filho, agradeço a disponibilidade demonstrada e o inestimável apoio em todas as fases da minha trajetória acadêmica. Amor incondicional, sempre. A distância não nos separa, seu coração está comigo e o meu com você;

. aos meus colegas de GEIARF e da turma 2013/2 do Doutorado, pela amizade e partilha nos estudos, viagens e confraternizações. Jamais esquecerei a cumplicidade de meus amigos do coração: Marcelo Victor, Marcelo Pires, Daniel Santee, Dayana, Nelagley, Arão e, Mirella;

. a minha amiga Maristela Santos Pereira que sempre me apoiou e gentilmente me emprestou as fotografias de seu pai, Dr. João Pereira da Rosa, que foi o primeiro reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT);

. a “Dona Onévia”, viúva do Professor Hércules Maymone que gentilmente me emprestou uma dezena de fitas VHS com registros da trajetória institucional deste grande amigo;

. o apoio da Direção da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG) e de toda sua equipe de colaboradores;

. aos Servidores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que prestaram apoio à pesquisa, em especial a Erô e Célia da Coordenadoria dos Órgãos Colegiados; Lilian Aguilar Teixeira da Biblioteca Central que abriu as portas da Seção MS/MT; Arquivo Central e, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;

. a Professora Dirlene de Jesus Pereira que é uma grande conhecedora da *démarche* foucaultiana, pelas importantes e imprescindíveis sugestões durante a construção deste trabalho;

. a Professora Tatiana Calheiros Lapas Leão, pelas adequações às normas da ABNT, tornando este trabalho mais coeso e coerente e,

. ao Professor Daniel Derrel Santee parceiro das atividades administrativas e acadêmicas, pela tradução impecável do resumo em inglês.

Registro, as felizes experiências que tive enquanto funcionária da UFMS de confiança, carinho, amizade e ensinamentos ao longo destes anos. A gratidão é imensa e não há ordem ou figuração principal, todos de alguma forma me auxiliaram a vencer desafios:

Prof. Hércules Maymone ( <i>in memorian</i> ).	Dr. Marcílio Schoreder Rosa ( <i>in memorian</i> ).
Alba Maria dos Reis	Gustavo José Remião Maciel
Amâncio Rodrigues da Silva Junior	Ismara Rodrigues Leite
Ana Paula Squinelo	Jerri Roberto Marin
Carmem Borges Ortega	Juberty Antonio de Souza
Carmen Samúdio	Jorge João Chacha
Celso Benites	Leda Henriques Abes
Celso Victorio Pierezan	Luiz Elson da Silva Villalba
Danilo Neri Palheta	Manoel Catarino Paes-Peró
Edson Antonio Batista	Maura Faustino Borges
Márcia Sueli Assis Andreasi	Vera Inês Portella Bessa

Gratidão eterna a todos!

*A Universidade ainda está presa a exercícios escolares  
Muitas vezes ridículos e antiquados [...]  
Sabe qual é meu sonho? Criar uma editora de pesquisa.  
Vivo perdidamente atrás dessas possibilidades  
de mostrar o trabalho em seu movimento,  
em sua forma problemática.  
Um lugar onde a pesquisa poderia se apresentar  
em seu caráter hipotético e provisório.  
Michel Foucault (In: ERIBON, 1990)*

## RESUMO

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de. **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em seus alicerces: acontecimentos, institucionalidades e discursos (1962-1979)**. 2016. 492 f. Tese. Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

A presente tese analisa os discursos sobre a emergência e consolidação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 1962 até o ano em que foi federalizada em 1979. Nosso *corpus* se constitui de obras memorialísticas, arquivos, relatórios, atas de registros, jornais e históricos escolares sobre a fundação da referida universidade, textos-objeto de análise de discurso arqueológico, com a finalidade de apreender as práticas discursivas, historicamente constituídas, ligadas no contexto de sua emergência. Problematizando a escrita da historiografia tradicional, em sua pretensão de cientificidade, abordamos os discursos enquanto práticas no interior de uma batalha pela constituição da memória e da história. Assim, as práticas não discursivas são integradas no campo de estudo arqueológico, que inclui, além dos arquivos, a história da instituição, de seus agentes, bem como do contexto social e político, contribuindo para o entendimento das condições de emergência da Universidade e o ensino público superior em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, em suas múltiplas relações com os poderes estabelecidos. Nossa hipótese geral é a de que a emergência da referida instituição de ensino está diretamente relacionada a partir do consórcio entre interesses das elites campo-grandenses e das classes médias, bem como aos interesses dos governos – no nível local, nacional e internacional, em um contexto de convulsão social, internamente, e de Guerra Fria, no plano internacional – respaldados na relação, estabelecida na cultura ocidental, entre saber e poder, colocando a disposição os sujeitos nas diferentes formas de compreensão de suas atuações.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Estado de Mato Grosso do Sul; UFMS; Instituição; Universidade.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de. **Foundation of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS): events, institutionalizes and discourses (1962-1979)**. 492 f. Thesis. Doctorate in Education at Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

This thesis analyzes the discourses about the emergence and consolidation of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), in the period from 1962 until the year in which it was federalized in 1979. Our *corpus* is made up of memorialistic documents, files, reports, acts of meetings, journals and transcripts about the foundation of the university, object-texts of archeological discourse analysis, for the purpose of apprehending the discursive practices, historically constituted, linked in the context of its emergence. Questioning the traditional historiography, writing under the claim of scientific theories, we cover speeches taken on as practices within a battle for the constitution of the memory and the history. Thus, the discursive practices are integrated in the field of archaeological studies, which include, in addition to the archives, the history of the institution, its agents, as well as the social and political context, which contributed to the understanding of the conditions for the emergence of the University and for the higher public education in the States of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, in their multiple relations with established powers. Our general hypothesis is that the emergence of this institution of higher education is directly related to a consortium of interests of the elite and middle classes in the city of Campo Grande, as well as in the interests of the local, national and international government levels, during an internal social convulsion context, and the International Cold War, – backed by the relationship established by western culture, between knowledge and power, showing the subject in the different forms of understanding and resulting actions.

**Keywords:** higher education; State of Mato Grosso do Sul; UFMS; Institution; University.

## RÉSUMÉ

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de. **Université Fédérale de Mato Grosso du Sud (UFMS) dans ses aléas: événements, institutionalisations et discours (1962 – 1979)**. 492.f. Thèse. École de Doctorat en Éducation de l'Université Fédérale de Mato Grosso du Sud, Campo Grande, MS, 2016.

Le présent document analyse les discours sur l'insurgence et la consolidation de l'Université Fédérale de Mato Grosso du Sud (UFMS), dans la période de 1962 jusqu'à l'année où elle a été fédéralisée en 1979. Notre corpus est constitué d'oeuvres mémorialistes, des archives, des rapports, des actes, des journaux et des historiques scolaires sur la fondation de l'université à laquelle on fait référence, des textes-objets d'analyse du discours archéologique, ayant comme but l'apprentissage des pratiques discursives, historiquement constituées, liées au contexte de son émergence. Dans la problématique de l'écrit de l'historiographie traditionnelle, dans la prétention de la scientificité, l'approche du discours se fait en tant que pratiques à l'intérieur d'une bataille pour la constitution de la mémoire et de l'histoire. Ainsi, les pratiques non-discursives sont-elles intégrées dans le champs d'études archéologiques, qui inclut, au-delà des archives, l'histoire de l'institution, de ses agents, ainsi que dans le contexte social et politique, permettant la compréhension des conditions d'émergence de l'Université et l'enseignement public supérieur dans l'état de Mato Grosso et celui du Mato Grosso du Sud, dans ses multiples relations avec les pouvoirs établis. Notre hypothèse générale préconise que l'émergence de l'institution d'enseignement citée est directement liée à partir d'un arrangement institutionnel entre les intérêts des elites *campo-grandenses* et celles des classes moyennes, ainsi qu'aux intérêts des gouvernements – tant au niveau local, national et international, dans un contexte de conflit social au niveau interne, et de Guerre Froide, dans la sphère internationale – ancrés dans la relation, établie au sein de la culture occidentale, entre le savoir et le pouvoir, mettant à disposition les sujets dans ses différentes formes de compréhension de ses actes.

**MOTS-CLÉS:** Éducation Supérieure; État de Mato Grosso du Sud; UFMS; Institution; Université.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto da Cidade Universitária, 1970.....	1
Figura 2 - Foto dos alunos e professores visitando a futura sede da Universidade.....	68
Figura 3 - Foto dos alunos comemorando a data cívica da Proclamação da República nos quartéis do Exército de Campo Grande em 15/11/1942.....	69
Figura 4 - Fotos que retratam a realização do primeiro vestibular unificado em 1968, para os cursos de Odontologia, Farmácia e Medicina.....	76
Figura 5 - Fotos que retratam a realização do primeiro vestibular unificado em 1968, para os cursos de Odontologia, Farmácia e Medicina.....	76
Figura 6 - Fotos que retratam a realização do primeiro vestibular unificado em 1968, para os cursos de Odontologia, Farmácia e Medicina.....	77
Figura 7 - Foto dos acadêmicos do Curso de Odontologia em aula prática, no período noturno.....	78
Figura 8 - Foto dos acadêmicos da 1ª turma do Curso de Medicina Veterinária em 1970, desfilando em Feira Agropecuária de Campo Grande .....	82
Figura 9 - Foto do Jornal O Estado de Mato Grosso.....	106
Figura 10 - Foto da vista aérea do Colégio Estadual Campo-grandense, onde os alunos dos cursos de Farmácia e Odontologia tinham aula no período noturno.....	118
Figuras 11 - Fotos dos acadêmicos da primeira turma do curso de Medicina da UEMT em evento na Associação Médica de Campo Grande (1968).....	121
Figura 12 - Foto do início da construção do Instituto de Ciências Biológicas (1968).....	123
Figura 13 - Foto da Assinatura da Lei nº 2.947/69 que cria a UEMT em Campo Grande.....	128
Figura 14 - Foto da assinatura da Lei que criou a UEMT em 1970.....	129
Figura 15 – Quadro de fotos que retratam a presença de acadêmicos descendentes de japoneses.....	138
Figura 16 - Foto do Mapa do Estado de Mato Grosso.....	150
Figura 17 - Foto do Organograma da UEMT.....	168

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEM	-	Associação Brasileira de Escolas Médicas
ACS	-	Assessoria de Comunicação Social
ADESG	-	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI	-	Ato Institucional
AMAN	-	Academia Militar das Agulhas Negras
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
ATENS	-	Associação dos Técnico-Administrativos das Instituições Federais de Ensino
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBS	-	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	-	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCHS	-	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CD	-	Conselho Diretor
CEUD	-	Centro Universitário de Dourados
CFE	-	Conselho Federal de Educação
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
COEPE	-	Conselho de Ensino e Pesquisa
COEPE	-	Conselho Universitário
COC	-	Coordenadoria dos Órgãos Colegiados
CODEIN	-	Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado
COUN	-	Conselho Universitário
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	-	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPPD	-	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA	-	Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo
CRF	-	Conselho Regional de Farmácia
DCH	-	Departamento de Ciências Humanas
DSI	-	Divisão de Segurança e Informações
DSN	-	Doutrina de Segurança Nacional
EMC	-	Educação Moral e Cívica
EMFA	-	Estado-Maior das Forças Armadas
EPB	-	Estudos dos Problemas Brasileiros
ESG	-	Escola Superior de Guerra
FAENG	-	Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FFOMT	-	Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso
FUCMT	-	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
GEIARF	-	Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos
IBAD	-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBCG	-	Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande
IES	-	Instituição de Ensino Superior
IFE	-	Instituição Federal de Ensino
INEP	-	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	-	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ISPC	-	Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá
JU	-	Jornal Universitário
LSN	-	Lei de Segurança Nacional
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PDT	-	Partido Democrático Trabalhista
PED	-	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PID	-	Plano Integrado de Desenvolvimento
PL	-	Partido Liberal
PND	-	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGEdu	-	Programa de Pós-Graduação em Educação
PSD	-	Partido Social Democrático
PSP	-	Partido Social Progressista
SED	-	Secretaria Estadual de Educação
SFICI	-	Serviço Federal de Informações e Contra-informações
SNI	-	Serviço Nacional de Informações
SOC	-	Secretaria dos Órgãos Colegiados
SUDECO	-	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
UCDB	-	Universidade Católica Dom Bosco
UCE	-	União Campo-grandense de Estudantes
UEL	-	Universidade Estadual de Londrina
UEMT	-	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFGD	-	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	-	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPI	-	Universidade Federal do Piauí
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	-	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	-	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	-	Universidade de Brasília
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UNIDERP	-	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal
USAID	-	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USP	-	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

NOTAS INICIAIS.....	15
APRESENTAÇÃO.....	22
<b>1 PODER, INSTITUIÇÃO E SUJEITO: A UNIVERSIDADE E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS.....</b>	<b>42</b>
1.1 SABER-PODER.....	42
1.2 CONTRA O FARDADO DA HISTÓRIA.....	51
<b>2 FERRO, CIMENTO, CONCRETO, PESSOAS: A CRIAÇÃO DA UFMS.....</b>	<b>68</b>
2.1 O EXÉRCITO EM CAMPO GRANDE: A EDUCAÇÃO.....	69
2.2 CIÊNCIA E GOVERNO: GENEALOGIA DE UMA RELAÇÃO.....	91
<b>3 CORPUS DE ANÁLISE.....</b>	<b>98</b>
3.1 ATAS DOS CONSELHOS SUPERIORES.....	98
3.2 OBRAS MEMORIALÍSTICAS .....	115
3.3 HISTÓRICOS ESCOLARES, RELATÓRIOS DE GESTÃO E PERFIL DOS ESTUDANTES.....	137
3.4 A UNIVERSIDADE-EMPRESA E OS PODERES REGIONAIS EM DISPUTA. ....	139
<b>ALINHAVANDO CAMINHOS... ..</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>187</b>

## NOTAS INICIAIS...

Reconstruir uma história institucional, é um exercício de contra história, como diria Michel Foucault, no sentido não só de encontrar novos ou os mesmos artefatos, mas dar outros sentidos e materializar novos significados. Para isto, os lugares e os espaços ocupados pelo pesquisador, também se constitui como parte de sua inferência que necessariamente implique em uma formação de consciência, porém em elementos que de uma forma ou outra se fazem contidos.

Por isto, neste primeiro momento, relato minha caminhada institucional, não completamente esgotada, mas o possível, enquanto parte de uma existência individual inserida no coletivo institucional, utilizando a ferramenta de um memorial descritivo.

Como tal, está dividido em tópicos que retratam fragmentos de buscas e alternativas possíveis de dinâmicas que se configuram por diferentes formas, portanto, por diferentes caminhos.

Dessa maneira, tem como objetivo apresentar minha trajetória acadêmica e administrativa até a presente data. Para elaborá-lo, levei em conta as condições, situações e contingências que envolveram o desenvolvimento das atividades institucionais aqui expostas. Procuo destacar os elementos que se correlacionam ao tema que desenvolvi nos meus estudos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

### **a) Formação, aperfeiçoamento e atualização...**

Ingressei, em março de 1980, no curso de Direito das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), no município de Campo Grande, aos dezoito anos de idade. No mesmo ano fui contratada para trabalhar na UFMS, no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado (CODEIN/UFMS). Ao longo desses anos tenho construído uma carreira acadêmico-profissional voltada para a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, passando pelas áreas de História e Educação.

No ano de 1988, fiz o Curso de Especialização em Administração Universitária, oferecido pela UFMS, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi um curso importante para me abrir os horizontes com relação às teorias e problemáticas das Universidades Públicas brasileiras envolvendo a pesquisa, a extensão, o ensino e a gestão.

Tendo em vista que não havia no município de Campo Grande cursos *stricto sensu* em Direito, no ano de 1995 concluí minha segunda especialização. Dessa vez, na área de

Direito Processual Civil, uma vez que trabalhava na UFMS com Direito Administrativo. Essa especialização me auxiliou no aprimoramento de meus conhecimentos processuais. O Curso foi realizado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Em convênio com a Universidade de Brasília (UnB), a UFMS, no ano de 2002, após seleção entre docentes e técnico-administrativos, ofertou uma especialização em Avaliação Institucional. Inicialmente o curso havia sido pensado para se tornar num Mestrado Profissionalizante, o que não ocorreu. Como conclusão do mesmo apresentei um trabalho intitulado: “Avaliação de docentes e de disciplinas do curso de Direito da UFMS: uma visão dos acadêmicos”. Em razão de ter sido Professora Voluntária do Curso de Direito e, desse modo, estar envolvida com os problemas pelos quais naquele momento o referido curso atravessava sua implantação, pesquisei o tema objeto daquele trabalho.

Em 2008, ingressei no curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tive contato com docentes que incentivavam a interdisciplinaridade, o que permitiu aprofundar meus conhecimentos acerca das Ciências Humanas e Sociais e do rigor científico exigido pela academia. Trabalhei na área de história cultural, o que resultou em minha dissertação intitulada: “Imigração sírio-libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês”, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Martins Junior, defendida em 2010. Essa dissertação teve por objetivo principal estudar como se deu a adaptação do grupo de imigrantes sírio-libaneses no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, quando nessa cidade se estabeleceram, visando compreender as principais transformações sociais, culturais e econômicas vividas pelas gerações desses imigrantes, no período compreendido entre 1906 a 2009.

Particpei de cursos de extensão na área de educação que me sensibilizaram para a problemática das Ciências Humanas e Sociais. E, dentro dessa interdisciplinaridade tão incentivada a partir dos anos setenta do século passado, conduzi minha formação acadêmica com outras áreas de conhecimento, dentre elas palestras, congressos, seminários e, encontros. Ainda que não sejam levados em conta, para fins de seleção, mas, tendo em vista que meu objeto a ser pesquisado está relacionado à UFMS, faço aqui, o registro de cursos, encontros, congressos e seminários, que foram muito importantes para minha formação e justificam meu desejo de cursar o Doutorado em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais.

No ano de 2000 participei de uma Capacitação em Mediação e Arbitragem, com carga horária de 80h, no Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MS). Esse curso foi de grande valia para me auxiliar na solução de conflitos e ver as questões que se colocavam,

rotineiramente, na Coordenadoria dos Órgãos Colegiados com um olhar crítico e avaliativo. Inclusive, fui designada Co-Gestora do Convênio que objetivava a implantação do Fórum de Consenso, referente à Prática Jurídica do Curso de Direito da UFMS, pela Portaria nº 451, de 2000.

Entre os anos de 2006 a 2008, realizei três cursos de Extensão que, juntos, totalizaram 720 horas e abordavam questões ligadas à Pedagogia da Marginalização; Síndrome da Deficiência da Atenção na Escola Fundamental e Especial e Pedagogia da Inclusão.

#### **b) Participação em cursos, eventos, congressos e seminários...**

Com uma visão mais consolidada sobre as Ciências Humanas e Sociais participei de inúmeros cursos, eventos, congressos, seminários, encontros e, reuniões, sempre com o objetivo de melhor entender a dinâmica institucional. Desde o ano de 2011 participo dos encontros do Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), vinculado à UFMS e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já havia tomado conhecimento, de modo superficial, das obras de Foucault, que se autodenominava um “pirotécnico”, por transitar nas mais diversas áreas do conhecimento. Depois de iniciar uma leitura sistematizada de suas obras me identifiquei com seus pensamentos, o que me levou a fazer a opção de estudar a UFMS, tendo, como suporte teórico os referenciais foucaultianos.

#### **c) Atividades profissionais...**

Na UFMS, fui lotada na CODEIN, e em 1982, fui convidada para trabalhar no antigo Departamento de Medicina Veterinária, onde secretariei durante mais de dez anos aquela unidade acadêmica e administrativa. Por vivenciar a rotina daqueles docentes, obtive um amplo conhecimento das questões acadêmicas. Posteriormente, por meio de concurso interno para nível superior, fui aprovada para exercer o cargo de Técnica de Assuntos Educacionais na mesma instituição.

Fui então convidada a secretariar os Órgãos Colegiados (SOC/UFMS), setor que atendia os três órgãos colegiados superiores da UFMS: Conselho Diretor (CD/UFMS), Conselho Universitário (COUN/UFMS) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE/UFMS). Nesse mesmo setor funcionava a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD/UFMS) e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA/UFMS). Transformada em Coordenadoria dos Órgãos Colegiados (COC/UFMS), onde coordenei até o ano de 2008, solicitei minha exoneração do cargo para cursar o

mestrado. Entre funções gratificadas e comissionadas estive trabalhando diretamente na Administração Superior da Universidade, entre 1986 a 2008, ou seja, 26 anos de vida funcional na UFMS, onde participei diretamente no exercício de cargos de direção e nas administrações dos reitores Jair Soares Madureira (1984-1988), Jorge João Chacha (1996-2000) e Manoel Catarino Paes-Peró (2000-2008).

Nas administrações dos reitores Celso Vitório Pierezan (1992-1996) e Fauze Scaff Gattass Filho (1988-1992), assumi cargos como Chefe da Divisão de Compras da Gerência de Recursos Materiais e Chefe da Divisão de Licitações. Ressalto que nunca sofri processo administrativo e executei minhas atividades, independentemente de seus gestores, com responsabilidade, seriedade e honestidade.

Quando do meu regresso do curso de Mestrado, fui lotada no antigo Gabinete do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET/UFMS), transformado na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG/UFMS), onde desenvolvo atividades administrativas até os dias atuais.

Concomitantemente a essas atividades, fui convocada, inúmeras vezes, para participar de Comissões de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, dentre outras funções.

#### **d) Experiência docente...**

No ano de 2000, a convite da Reitoria da UFMS, ministrei a disciplina de Direito Administrativo para a primeira turma, na qualidade de Professora Colaboradora. Foi uma experiência muito prazerosa, porém, minhas atividades administrativas me impediram de prosseguir como docente. Fui homenageada pelos alunos, o que me encheu de satisfação, por ter meu trabalho reconhecido, e pela sensação de dever cumprido. Essa foi a motivação necessária para que eu continuasse a estudar, atualizar-me constantemente, e desejar imensamente cursar este doutorado.

#### **e) Produções científicas, literárias e apresentação de trabalhos...**

Tive meu primeiro trabalho publicado, em nível internacional, em congresso do qual participei, na cidade de Entre Rios/Argentina, em 2005, durante a *Segunda Jornada de História e Integración Cultural Del Cono Sur*, intitulado “Poder, fronteira e região: a UFMS no contexto educacional do Centro-Oeste brasileiro”.

Posteriormente, em 2009, fui convidada pela Revista Carta do Líbano, do município de São Paulo/SP, a escrever um artigo sobre minha pesquisa de Mestrado, o que foi muito enriquecedor.

Publiquei também um artigo nos Anais do III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridações, realizado pelo Departamento de Ciências Humanas (DCH), em 2009, com o trabalho Clube Libanês de Campo Grande: Local de Híbridações. Além disso, expus minha produção e publiquei trabalhos nos seguintes eventos:

*XI Seminario Argentino Chileno Y V Seminario Cono Sur de Ciencias Sociales, Humanidades Y Relaciones Internacionales, realizado na Facultad de Ciencias Políticas Y Sociales Y Del Centro de Estudios Trasandinos Y Latinoamericanos na Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza/Argentina. (2012);*

VI Simpósio Nacional de História Cultural, realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), com o trabalho, A questão da narrativa na história: o pensamento de Hayden White e de alguns historiadores e intelectuais (2012);

II Encontro de História da Educação do Centro-Oeste: História da Educação, Fronteira, Movimentos Sociais e Institucionais Educativas, na UFGD. Apresentei e publiquei dois trabalhos, intitulados, “O Método Arqueológico de Michel Foucault: uma Ontologia Histórica e Implicações da obrigatoriedade da Filosofia no currículo escolar” (2013) e, *na II Jornadas Internacionales “Sociedades Contemporaneas, subjetividade y educacion”, em Buenos Aires/Argentina, com o trabalho “Los Orígenes de La Universidad Federal de Mato Grosso do Sul” (2014).*

No *II Simposio Internacional sobre Estudios Latinoamericanos: Diálogos interdisciplinarios sobre sociedad, historia, cultura, frontera y territorio*, apresentei dois trabalhos, “Contextualização histórica da criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul” e “Universidades Brasileiras: Contextualizando a Construção do Saber Universitário”, Universidad Nacional de Villa Maria, Córdoba/Argentina (2015).

Recentemente tive dois trabalhos aprovados e apresentados no Encontro Sul-Mato-Grossense de Pesquisadores em Educação (ESPEdu/UFMS), na qualidade de autora do trabalho intitulado: “Arquivo e Inventário – uma análise dos conceitos segundo Michel Foucault” e outro como co-autora no trabalho: “A escolarização como estratégia de poder”, em junho de 2016.

#### **f) Outras atividades...**

Enquanto mestranda participei da Comissão Organizadora do I Colóquio de Estudos – Histórias em reflexão, realizado na UFGD, em 2008, que levou professores renomados para um ciclo de palestras.

Supervisionei acadêmicos no Programa de Bolsa de Trabalho Interno, da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE/UFMS), durante o ano de 2006, com carga horária total de 415 horas.

Particpei do Projeto de Extensão Seminário Institucional na UFMS, realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, Coordenadoria de Extensão Acadêmica, com carga horária de 30 horas, no ano de 2000.

Quando do IV Encontro de Secretários da UFMS, realizado no Câmpus de Dourados, em setembro de 2002, ministrei o Mini-curso “Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar”.

Particpei, também, da Comissão Organizadora do 5º Encontro de secretários da UFMS, no ano de 2003.

Sou membro da Diretoria da Associação dos Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino (ATENS/UFMS), desde 2005.

No período da implantação do Setor de Microfilmagem da UFMS, trabalhei como membro da Comissão que o instituiu, ocasião que elaboramos a Tabela de Periodicidade dos documentos da universidade.

#### **g) Motivos da escolha do curso de Doutorado em Educação...**

Ao rever minha produção, tanto acadêmica como administrativa, entendo que não poderia ter escolhido um objeto diferente do privilegiado para realizar minha pesquisa no Doutorado em Educação na UFMS. Durante trinta e seis anos me dedico e vivencio essa Instituição.

Um estudo acadêmico sobre a emergência da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, contextualizando, levando em conta questões históricas, políticas e sociais é um trabalho inédito, e a escolha do PPGEdU da UFMS se deu por todo meu envolvimento institucional, tanto na área administrativa como acadêmica e, atualmente, pela participação no Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos referenciais Foucaultianos (GEIARF/UFMS/CNPq).

A busca se deu visando uma formação cada vez mais profunda e rigorosa em bases teórico-metodológicas que permitam evidenciar os discursos produzidos, e omitidos, nas relações e interesses distantes do papel social de uma Instituição de Ensino Superior. Como toda instituição, é marcada por poderes, sustentados por saberes, que demarcam um conjunto de contradições que emergem, se estabelecem e se esgotam: “verdades” que se esvaem em diferentes momentos. Em razão disso, procurei fazer este doutorado sob a orientação do

Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, que pesquisa e vivencia este campo de estudos.

Enfim, foram sínteses que do presente retornavam ao passado, em um tempo não bem determinado cronologicamente, mas em um espaço de recuperação de fragmentos, que não se explicitam, mas fazem parte de minha trajetória institucional.

## APRESENTAÇÃO

A presente tese sobre “UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS) EM SEUS ALICERCES: ACONTECIMENTOS, INSTITUCIONALIDADES E DISCURSOS (1962-1979)”, vinculada ao GEIARF/UFMS/CNPq e à Linha de Pesquisa “Educação e Trabalho”, do PPGEdU/UFMS, é fruto das leituras, discussões, reflexões e pesquisas que aconteceram no decorrer do Curso de Doutorado em Educação e no GEIARF/UFMS/CNPq, orientadas pelo Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, tendo como tema a problematização dos discursos produzidos nas condições políticas, históricas e sociais de emergência da referida Universidade.

São os discursos que fazem a história da emergência e consolidação desta Instituição de Ensino, desde sua criação, em 1962, até sua federalização, em 1979, em que priorizo a análise dos fatores que contribuíram para sua criação e consolidação, contextualizando com os projetos de reformas do governo federal, bem como o exame das relações políticas no âmbito federal e nos diferentes municípios do Estado, tendo como base o referencial teórico-metodológico foucaultiano, para compreender as principais transformações que esquadriharam essa Instituição. O movimento portanto, são os discursos, que ganharam a condição de acontecimentos.

Intentando refletir sobre o objeto proposto, procuro:

- a) analisar os discursos sobre a emergência da UFMS e sua expansão, partindo do aparelho teórico-metodológico da arqueogenealogia foucaultiana;
- b) investigar sua articulação com as políticas de governo da época, com os fatores que contribuíram para a criação da UEMT, envolvendo o crescimento da região sul do então Estado de Mato Grosso, bem como os interesses das elites locais e do governo central (ditadura militar);
- c) analisar os arquivos institucionais e jornais da época, privilegiando a análise arqueológica, visando às relações dos grupos de intelectuais da universidade entre si com os poderes instituídos no governo do Estado; e,
- d) analisar a procedência dos discentes da UFMS, através de relatórios, tabelas, quadros e históricos escolares, traçando um perfil desses egressos, em um comparativo com os propósitos institucionais. Dos discursos as operacionalidades, no extremo das práticas.

Ao questionar o papel dos saberes em suas relações com os poderes, pretendo descrever e analisar quais forças impulsionaram sua criação e consolidação, bem como verificar o poder exercido pelos militares, no projeto de sociedade a ser implementado. Levando em conta a influência que exerce, no Brasil, o governo dos Estados Unidos, sobretudo em razão dos programas da “Aliança para o Progresso”, o projeto de educação voltado ao crescimento econômico, cristalizado nos chamados acordos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (MEC-Usaid)<sup>1</sup>, pelo qual o Brasil recebeu assistência técnica e financeira, torna-se um importante objeto de análise, em contextos que ainda demarcam até os dias de hoje, suas consequências.

A crise dos anos de 1960, o projeto deste acordo bilateral, orientado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), enfatizava a segurança interna, com o objetivo de combater a “ameaça” comunista que se creditava estar sendo implantada no país, com a conivência de João Goulart, podendo ser apontado como uma das formas de resistências, mas presente até os dias de hoje.

A reorganização do ensino superior brasileiro foi cristalizada na Lei nº 5.540/68, está em consonância com os objetivos estratégicos consubstanciado no acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos, das quais os acordos MEC-Usaid, que contou com a atuação de consultores estadunidenses, constitui o núcleo central da reformulação da política educacional no país, de acordo com os padrões norte americano, cuja obrigatoriedade do ensino da língua inglesa, desde a primeira série do ensino de primeiro grau, é apenas um dos exemplos.

No entanto, mesmo antes dos acontecimentos que culminaram no golpe de Estado de 1964 – e, portanto, da referida proposta de reforma universitária –, pude verificar a íntima relação entre educação, como principal estratégia de reger a conduta dos outros, e o exército, para o disciplinamento das populações, em um contexto de formação, no caso brasileiro, e fortalecimento do Estado-nação, como verificado pelas análises históricas aqui apresentadas.

---

<sup>1</sup> “Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid). Os convênios, conhecidos como acordos MEC-Usaid, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC-Usaid, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. A discordância com os acordos MEC-Usaid se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC-Usaid, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo” (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 1).

A educação passa a ser o meio e o instrumento de discrepâncias sociais, culturais e econômicas. Eis o milagre brasileiro.

Nesse aspecto, a análise dos poderes disciplinares empreendida por Michel Foucault, sobretudo em seu “Vigiar e punir” (2004d), não obstante tratando-se do caso francês, ilustra a existência de uma estratégia geral de poder, uma tecnologia política, ou, mais especificamente, de uma arte de governar. Minha hipótese é a de que essa arte de governar, essa tecnologia de governo, é o que estava em jogo na assistência, prestada pelo governo dos Estados Unidos, mediante a transferência de tecnologia nos diversos níveis, para a modernização das estruturas educacionais, financeiras, produtivas, política, dentre outras.

Esta arte de governar, fundamentada na Aliança para o Progresso, destinava-se a acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, como forma de conter o avanço do socialismo na região, sobretudo depois do êxito da revolução cubana (1959). O processo de ascensão das ditaduras militares na América do Sul – Paraguai (1954); Argentina (1966); Bolívia e Uruguai (1971); Equador (1972); Chile (1973)<sup>2</sup>, no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970, ilustra bem a estratégia político-militar durante a Guerra Fria (1945-1991)<sup>3</sup>.

Em meu ponto de vista, a proposta desenvolvimentista da Aliança para o Progresso é uma reação estratégica dos países capitalistas centrais, encabeçados pelos Estados Unidos, visando barrar o avanço dos partidos comunistas<sup>4</sup> nos “países subdesenvolvidos”, sobretudo após o êxito da Revolução de Outubro em desenvolver um país “atrasado”, como era o caso da Rússia czarista. Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional, além de contemplar a tradicional defesa nacional (segurança externa), enfatiza a defesa das instituições,

[...] incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna. O conceito de segurança, muito mais do que o de defesa, estava voltado para o problema da ‘agressão interna’ corporificada pela infiltração e pela subversão ideológica. A segurança [...] articulava-se com a economia e dela dependia. (FAVERO, 1991, p. 14).

A articulação segurança-economia, naquele contexto, é característico das formas modernas de poder, analisadas por Foucault (2005b, 2008a, 2008b), isto é, com a

<sup>2</sup> Uma aliança instituída pelos regimes ditatoriais do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia, denominada Operação Condor, objetivava reprimir a resistência aos regimes ditatoriais, perseguindo todos aqueles que se colocassem contra o regime, criminalizando-os.

<sup>3</sup> Entre 1979 e 1990, retomaram o regime democrático: Paraguai (1989), Brasil (1985), Argentina (1983), Peru (1980), Bolívia (1982), Uruguai (1984), Equador (1979) e Chile (1990).

<sup>4</sup> Depois de Cuba, os partidos comunistas espalharam-se pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Guatemala, El Salvador, Honduras, Panamá, México, entre outros.

racionalização da prática governamental no exercício da soberania, sob o conceito de governamentalidade<sup>5</sup>, sendo esta,

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

Assim, no Plano Estratégico do Governo, a reforma universitária era um dos pontos centrais, uma vez que a educação é vista como “[...] fator primordial de desenvolvimento econômico e integração nacional” (FÁVERO, 1991, p. 17). Mediante o uso discricionário do poder, o novo governo promoveria, além da reforma nos currículos, o controle, em nível federal, do ensino e da pesquisa, através de agências de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o CNPq, entre outros mecanismos internos de controle da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, verifiquei que, para a análise da emergência da referida universidade, seria indispensável relacionar essa instituição, de caráter aparentemente neutral, com o conjunto da vida histórica e social do país, principalmente sua dimensão política: “[...] para ir além do empiricamente observável, era preciso ter presente o caráter histórico da universidade; seu modo de funcionar é situado, datado, e não algo apartado do tempo e da realidade social” (FÁVERO, 1991, p. 8).

O ponto de partida de qualquer estudo sobre esta instituição deve ser analisado em suas múltiplas relações com as demais esferas da vida social, sobretudo aquela proposta pela *démarche* foucaultiana, das íntimas relações entre os saberes e os poderes, e, mais especificamente, da constituição de uma racionalidade política, que parte do reconhecimento de sistemas de pensamento e seus efeitos no real.

Na análise das propostas governamentais dos militares no Brasil, a respeito da reforma universitária, “[...] é a ideia de racionalidade que comanda a legitimação da autoridade autoritária” (FÁVERO, 1991, p. 17). Dessa maneira, a noção de racionalidade política que orienta nossa análise, procura,

[...] partir dessa prática<sup>6</sup> tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir um certo número de coisas, sobre o estatuto das

<sup>5</sup> As condições de emergência e o desenvolvimento da governamentalidade liberal será objeto de análise no capítulo 2.

<sup>6</sup> Prática governamental.

quais será evidentemente necessário interrogar [...]. Em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas. (FOUCAULT, 2008a, p. 5).

Com relação aos discursos proferidos, aquilo que foi efetivamente dito será a materialidade a partir da qual se constituem os acontecimentos, e os discursos legítimos que emergem no interior de práticas discursivas, regidas por regras peculiares, aparecem como a “interpretação” válida, verdadeira, digna de constituir a memória coletiva. A História Institucional, por exemplo, é fruto do reconhecimento do papel fundamental das instituições na produção da memória coletiva. Portanto, a memória não pode ser pensada como algo objetivo, existente *a priori*, como matéria-prima dos discursos que a produzem, mas como efeito de um jogo de forças, um campo de batalhas, pois se transformam em fatos, compêndios de acontecimentos.

Desta forma, os diversos discursos concorrem entre si pela posse dessa posição privilegiada que, a partir do século XIX, é o discurso científico, que, no interior de suas regras imanes, goza de um estatuto de objetividade, oposta a uma subjetividade que, é, nesse momento mesmo, desqualificada. É nesse sentido que a arqueogenealogia foucaultiana pode ser considerada uma anti-história, pela recusa do dado (a coisa em si), ressaltando aí a existência de práticas discursivas que se constituem, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto, desfazendo o vínculo “evidente” entre as palavras e as coisas.

Daí a possibilidade do desdobramento discursivo, sempre “[...] aberto à repetição, à transformação, à reativação [...]”, como afirma Foucault, em sua “Arqueologia do saber” (2010a, p. 32), que, por sua vez, aparecem como “novas descobertas” rumo a uma racionalidade superior, como progresso da razão<sup>7</sup>, que não se atem em si, mas se autojustifica.

Contudo, não podemos ficar no nível dos discursos, como se eles sobrevoassem o plano das práticas, ao contrário, são as práticas discursivas que possibilitam o aparecimento das “coisas”, pela sua objetivação, a partir das quais tomamos “consciência” de sua “existência”. Portanto, a representação se dá de maneira imanente à prática discursiva: o discurso não é efeito da representação, esta é que é efeito dos discursos.

Esses discursos ganham condições de acontecimentos e provocam ruptura nos sistemas de pensamento, remodelando-os. Essa ruptura, no entanto, não se restringe a esse

---

<sup>7</sup> A história da loucura, mais uma vez, serve como o melhor exemplo dessa reativação dos discursos que aparecem como progressos de uma racionalidade: em geral, concebemos como verdadeiro o enunciado segundo a qual o fenômeno da possessão era, naquele momento histórico, a epilepsia que somente o progresso da ciência nos fez ver.

plano, mas também no plano das práticas que, entretanto, não se dão no mesmo tempo, porque, embora estejam em relação, são irreduzíveis.

Em razão disso, Foucault (2011c, p. 244) cunhou o termo dispositivo, que compreende um conjunto de práticas (instituições, arquitetura, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e, ações morais), as quais, em si mesmas, possuem cada uma delas uma historicidade e características próprias, formando processos em desequilíbrio sem contornos bem definidos, sendo o dispositivo a relação que se estabelece entre esses elementos, que nunca serão únicos.

As tecnologias que nos possibilitam intervir na realidade de modo a transformá-la, ou a conservá-la, aparecem como programações desses sistemas de pensamento. Daí a necessidade que Foucault percebeu da análise de fora do discurso, isto é, uma análise das condições a partir das quais certas questões são levantadas e problematizadas, evidenciando “A íntima relação entre o discurso e o poder em diferentes instituições, bem como as várias e complexas formas de investigar as ‘coisas ditas’ e ‘instituídas’ no interior da sociedade” (OSÓRIO, 2010, p. 98).

Nesse sentido, a análise arqueológica dos discursos sobre a universidade se faz necessária para que se possa “[...] transgredir os fatos pelos fatos [...]” (OSÓRIO, 2010, p. 98), pois a história é, como enunciou Rago (1995, p. 77):

[...] pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder. Daí, uma nova concepção de poder e das relações que se estabelecem entre poder e saber. Não mais o poder jurídico, em sua face visível e repressiva, mas o poder positivo, invisível, molecular, atuando em todos os pontos do social, constituindo redes de relações das quais ninguém escapa. Não mais um saber neutro, a ciência, que diria a verdade, mas um conjunto de enunciados que entram no jogo do verdadeiro e do falso.

A instituição, seja ela qual for, não deve ser considerada como um simples estabelecimento; deve-se, antes,

Pensar a instituição como um conjunto de práticas fundadas no exercício do poder em rede, num conjunto de tecnologias que se repetem e legitimam, independente de seus propósitos – e não como um estabelecimento – é um primeiro passo para a possível compreensão do que é, de fato, uma instituição [...], não significando apenas mudança de espaço e ambiente físico, mas uma alteração possível das pautas das relações sociais (OSÓRIO, 2010, p. 106).

Em assim sendo, as instituições em geral, e a instituição educacional, em particular, é um dos elementos fundamentais a partir dos quais podemos compreender a “[...] centralidade

dos discursos na produção de práticas sociais e subjetividades” (SOMMER, 2007, p. 57), e constituem um privilegiado “[...] espaço coletivo de esteio para conflitos, contradições e legitimações dos ‘valores’ do tecido social; nela, o sujeito se curva à obediência e submissão, abafando seus desejos e prazeres [...]” (OSÓRIO, 2010, p. 99), segundo um padrão de comportamento.

Ao questionar o que é a universidade, e como ela é produzida, percebo “[...] o caráter *naturalizado* e *reificado* das respostas normalmente dadas e compreender por que elas não passam de uma mística incognoscível em si” (SAVIANI, 1979, p. 21). Em razão disso, a resposta à pergunta “[...] como é produzida a universidade?”, leva à outra, que também não pode ser esquecida ou ignorada: como é produzida a realidade humana no contexto universitário dentro da sociedade?

É de suma importância destacar que o decisivo, no interior de nossas diversas instituições, é a sujeição, pois, como afirma Osório (2010, p. 104-105) “[...] é o controle que garante a obediência dos indivíduos às regras e à lei, [...] de forma a consolidar as leis gerais [...]”, bem como o mecanismo que permite classificá-los:

[...] a instituição escolar [...] faz funcionar o espaço pedagógico como uma fábrica de ensinamentos, de recuperação, de prevenção; mas, ao mesmo tempo, é extremamente eficiente em vigiar, hierarquizar, recompensar, punir e certificar, independente de o indivíduo ter atingido os comportamentos esperados. Transforma-se no esteio de seletividade social, pois elas detêm a guarda do saber. As notas ou conceitos fazem da individualidade ‘diferentes casos’, distribuídos apenas em duas possibilidades: o sucesso (aprovação) ou o insucesso (reprovação). (OSÓRIO, 2010, p. 105).

A UFMS é fruto de um processo que se iniciou em 1962, com a implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso (FFOMT). Dois acontecimentos são extremamente relevantes para compreender todo esse processo. Um deles é que sua federalização se deu durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o segundo, diz respeito ao movimento separatista que pretendia dividir o estado de Mato Grosso, o que se consolidou com a Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977.

A primeira versão da UEMT, atualmente, UFMS, fundada durante o período ditatorial, reflete as ações dos militares que, durante o período do denominado milagre econômico, dispuseram de condições financeiras e estratégicas para criar e ampliar o número de universidades no Brasil, no critério de cada estado brasileiro uma universidade mantida pelo poder federal, uma costura baseada no pacto federativo da União, de décadas anteriores e que nunca se efetivou.

As universidades que surgiram depois de 1964, data que evidenciei como o entrelaçamento entre a reforma universitária e o anseio nacional-desenvolvimentista do novo regime, apresentam características bem definidas. Apesar dos discursos oficiais e as tentativas de modernização das estruturas universitárias e reestruturação do ensino, para atender ao Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), trazem, dentro de si, a finalidade da conservação e ampliação dos interesses das elites locais.

A partir da ideia inicial do projeto da tese, em consulta a publicações existentes sobre Universidades Públicas Brasileiras, encontrei livros, revistas, teses e dissertações que tratam do tema, mas que não se aproximam da maneira como pretendia desenvolver a pesquisa.

As produções na área de história e memória de universidades têm demonstrado inovações, sobretudo na abordagem da história das instituições de ensino superior, que consideram vários fatores antes não analisados, e outros que ainda estão para ser analisados.

Dentre esses trabalhos, destaco as teses da professora Dra. Nedina Roseli Martins Stein, “Universidade e política: o caso da Universidade Estadual de Mato Grosso (1962-1979)”; a da professora Dra. Maria Inês Corrêa Marques, “UFBA na memória: 1946-2006”; a dissertação da professora Dirce Mendes da Fonseca, UnB: “Reformar para não mudar”; a dissertação na área de sociologia de Quelen Gianezini (2009), intitulada: “O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso”; a dissertação de Valquiria Allis Nantes, “Expansão da Educação Superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao Ensino Superior Noturno: 1990 a 2006” e a dissertação de Eloisa Bittencourt Fernandes, “Expansão universitária em Mato Grosso do Sul: 1979 a 2001”.

Esses trabalhos destacam-se, conforme pude observar, pela relação que estabelecem com a história das universidades, principalmente as que foram pesquisadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, concernentes à criação, consolidação, expansão e suas relações sociais, políticas e de poder.

A professora Dra. Maria Inês Corrêa Marques, que analisou a “UFBA na memória: 1946-2006”, fez sua tese em Educação, balizada no marxismo. A referida autora analisou os processos reformistas do ensino superior, estudou as políticas públicas como estratégia do Estado para alinhar a universidade, entrevistou três ex-reitores que fizeram uma análise histórica de seus mandatos. Dirce Mendes da Fonseca, em “UnB: reformar para não mudar”, traz em sua dissertação, na área da Educação, conceitos marxistas que se apropriam do pensamento de Darcy Ribeiro, e outras questões de cunho ideológico.

Gianezini, em sua dissertação de mestrado na área de Sociologia, em 2009, na UFRGS, tratou sobre o processo de expansão do Ensino Superior em Mato Grosso. Elaborou

um profundo trabalho sócio histórico do estado de Mato Grosso, analisando as distintas fases do ensino superior mato-grossense, buscando compreender as alianças e os conflitos nelas existentes. Analisou também a expansão da UFMT e da UNEMAT e seu papel no desenvolvimento do Estado, em diversos segmentos, sociais, políticos e econômicos.

Pelo Programa de Mestrado em Educação da UCDB, encontrei duas dissertações que tratam do assunto em apreço: a de Valquiria Allis Nantes, “Expansão da Educação Superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao Ensino Superior Noturno – 1990 a 2006”, que estudou, basicamente, o crescimento do ensino noturno em MS, por meio de dados oficiais.

Em sua dissertação, intitulada “Expansão universitária em Mato Grosso do Sul (1979-2001)”, Eloisa Bittencourt Fernandes enfocou a expansão dos cursos nas duas universidades públicas do Estado, a UFMS e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e, também, nas duas universidades privadas escolhidas pela autora, a UCDB e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). A dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, que objetivou verificar e analisar o processo de expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul, em duas universidades públicas e duas privadas. A autora fez uma análise documental utilizando fontes estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Concluiu que a expansão do ensino superior possui características próprias, sem deixar de acompanhar o movimento e as tendências da expansão ocorrida no Brasil, em decorrência da Reforma do Estado, especialmente a partir da década de 1990. Afirma ainda que a reforma incentivou o crescimento da educação superior privada como forma de atender as exigências do Consenso de Washington, descentralizando as ações do Estado e repassando, para a iniciativa privada, os serviços considerados não-exclusivos, como a educação e a saúde, entre outros.

Em sua tese, intitulada “Universidade e Política: o caso da Universidade Estadual de Mato Grosso (1962-1979)”, a professora Doutora Nedina R. M. Stein trabalhou com a História Educacional. Privilegiando como referencial teórico a abordagem bourdieusiana (conceito de *campo*), utilizado na análise das relações entre campo intelectual e campo de poder, ou seja, na análise das relações dos intelectuais com os grupos políticos, no sul de Mato Grosso, mais especificamente em Campo Grande. A pesquisadora discute também o conceito de intelectuais do ponto de vista histórico de Gramsci (2001), articulando-o com a história da UEMS. Relatou o contido nos dois livros memorialísticos que falam sobre a

UFMS, e fez algumas entrevistas com ex-alunos, e outros, que se tornaram docentes da instituição, dentre eles, os professores Izaias Pereira da Costa e Fausto Mato Grosso, que teceram severas críticas a respeito da forma como a instituição foi conduzida, dos privilégios políticos e administrativos aos “afilhados” do professor João Pereira da Rosa que, segundo os entrevistados, privilegiava os amigos dos fundadores da Universidade para assumirem cargos de direção na instituição.

Uma dissertação que foi transformada em livro e que cabe destaque é a de Renata Freitas, “Veredas da Memória, a conquista do Ensino Superior em Mato Grosso”. A pesquisa histórica feita apresenta a mobilização da comunidade de Cuiabá pela criação da UFMT, entre os anos de 1967 e 1970, ocorrida no contexto do regime militar, numa época anterior à divisão do Estado de Mato Grosso, marcada pela acirrada disputa entre o norte (Cuiabá) e o sul (Campo Grande) pela hegemonia de poder na região.

Parte integrante da ditadura, cuja política era de ocupação do território nacional e delimitação das fronteiras, a criação da UFMT era inevitável, pois, mais cedo ou mais tarde, uma universidade acabaria sendo criada no Estado, independentemente de haver ou não reivindicação social. O movimento cidadão pela criação da UFMT, ao mesmo tempo em que “apressou” a decisão federal, parece ter sido fundamental para que Cuiabá fosse a sede de uma Universidade Federal, uma vez que a influência oriunda da supremacia econômica de Campo Grande apontava para uma outra direção: sediar a UFMT no sul do Estado.

Em sua pesquisa, Renata entrevistou líderes estudantis, alunos secundaristas, professores e alunos das instituições de ensino superior existentes, deputado federal, entre outros. Já em sua análise documental, pesquisou jornais locais que trataram do assunto.

Discorre sobre as estratégias utilizadas pelos cuiabanos para que a UFMT fosse sediada na capital de Mato Grosso. Da mesma forma que Maymone (1989), relata a manifestação da sociedade campo-grandense que, como os cuiabanos também se utilizaram de abaixo-assinados, reuniões, passeatas, manifestações, panfletagens e viagens à Capital Federal como forma de pressionar o Governo.

Desta forma, a presente pesquisa vem preencher uma lacuna que existe em relação à própria UFMS, visto que existem poucos trabalhos sobre o tema. Três trabalhos tratam da memória da UFMS, um, é de autoria do professor Hércules Maymone, intitulado “Da farmácia e odontologia à Universidade: memórias”, editado em 1989, outro é do professor João Pereira da Rosa, “As duas histórias da Universidade: 1966-1978”, editado em 1993, e o terceiro, “Episódios do Passado: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul”, editado em 2013. Este último é constituído por entrevistas

organizadas pelas professoras do PPGEdu da UFMS, Jacira Helena do Valle Pereira e Sonia da Cunha Urt.

No desenvolvimento da escrita da presente tese, faço uma análise dos discursos existentes nos livros supracitados, dialogando com outros sujeitos que trataram desse período da história do Estado de Mato Grosso, além da legislação vigente naquela época, dentre elas, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, o 1º Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso, transcrito do Diário Oficial do Estado em 03 de dezembro de 1970, e a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que concomitantemente, criou o estado de Mato Grosso do Sul e transformou a UEMT em UFMS.

Interessante salientar que os relatos das pessoas que escreveram sobre o movimento divisionista, tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul, apresentam divergências e entende-se que há necessidade de reflexão sobre como a divisão do Estado influenciou na emergência desta universidade, pesquisando quais as características que permaneceram e que fazem parte do seu formato atual.

Com relação à consolidação da UFMT, em Cuiabá, a mesma decorreu de uma campanha que ocorreu na cidade: “[...] eram milhares de moços e moças, crianças e adultos, que formavam um só exército, a bradar bem alto com autenticidade e confiança: queremos, está na hora da Universidade!” (DORILEO, 1977, p. 19). Na mais significativa das manifestações, em junho de 1967, “[...] uma pira fora acesa na Praça Alencastro<sup>8</sup>; houve uma passeata de estudantes, professores e povo: a universidade era solicitada aos brados” (DORILEO, 1977, p. 17).

Além do apelo popular, representantes políticos e institucionais também pressionavam o governo para criar a UFMT. Segundo Gianezini (2012, p. 4):

A intensa rivalidade entre Cuiabá e Campo Grande, em razão da separação do estado, refletiu-se na luta pela criação da UFMT. Havia, no Ministério da Educação, dois pedidos distintos de criação da universidade, porém com sedes em locais diferentes: uma em Cuiabá a capital, e a outra em Campo Grande no interior. Como naquele período havia a determinação de que toda capital deveria ter uma universidade, Campo Grande, como última tentativa de efetivar a separação do estado, lutava para sediar a UFMT. Cuiabá, por si só, não poderia perder a sede da universidade, já que legitimamente era a capital do estado, pois evidenciaria, deste modo, sua fragilidade perante o discurso sulista de Campo Grande.

---

<sup>8</sup> No município de Cuiabá/MT.

Os primeiros escritos sobre as memórias ligadas ao início da UFMS, foram do Professor Hércules Maymone (ex vice-Reitor da UFMS) no período de 1985 a 1989, então tenente-coronel farmacêutico do quadro de saúde do Exército Militar, reformado em 1984. Foi membro do grupo de implantação da FFOMT, em 1963, sendo o primeiro diretor, entre 1964 e 1966.

Maymone participou também da Comissão para implantação da UEMT em 1970, e exerceu, na mesma, vários cargos, dentre eles o de sub-Reitor de Administração, de Relações Estudantis, Extensão e Serviços Complementares; Diretor dos Centros Pedagógicos de Três Lagoas e Aquidauana; Diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e vice-chanceler da UEMT e, por último, Vice-Reitor da UFMS, de 1985 a 1989.

Em seu livro, intitulado “Da farmácia e odontologia à Universidade: memórias”, apresenta, através de cópia de documentos oficiais, recortes de jornais, fotografias, atas, dentre outros, sua contribuição como um dos idealizadores da antiga Faculdade, bem como os fatos que culminaram na criação da Universidade, e dos Centros Pedagógicos nas cidades do interior, no formato de narrativas e considerações.

Constatei que houve uma campanha incisiva, por parte dos Conselhos representantes da área de saúde, para implantar em Campo Grande os três cursos da área de ciências biológicas, ficando para os municípios do interior (Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas) a iniciativa de se criar cursos de licenciaturas curtas e bacharelados (Pedagogia, Letras, Estudos Sociais, História e Geografia, dentre outros).

A pesquisa nos livros escritos por um ex-reitor e um ex-vice-reitor da UFMS teve a pretensão de analisar as obras sobre o tema, visando identificar seus atores sociais, traçando o perfil da instituição, desde a criação até a sua federalização, porém são narrativas particulares, constituídas por ângulos ideativos.

O professor João Pereira da Rosa foi diretor do Instituto de Ciências Biológicas e o primeiro Reitor da UEMT, de 1970 a 1978. Em seu livro, intitulado “As duas histórias da Universidade: 1966-1978”, diz resgatar os primórdios do movimento que ajudou a construir para a implantação da universidade em Campo Grande, ainda quando Mato Grosso era uno. Ele afirma que a Associação Médica de Campo Grande, através de sua diretoria, desempenhou papel fundamental na implantação do Curso de graduação em Medicina e da primeira UEMT, fato este que não foi diferente com os Cursos de graduação em Farmácia-Bioquímica e Odontologia, ganhando uma dimensão corporativa das classes profissionais.

Em “Episódios do Passado: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul” (2013), organizado pelas professoras Jacira Helena do Valle

Pereira e Sônia da Cunha Urt, do PPGEduc/UFMS, juntamente com seus alunos, pretendeu resgatar a memória da construção da UFMS através da voz de alguns de seus fundadores. Deram entrevistas: João Pereira da Rosa, João Pereira da Silva, Ruth Pinheiro da Silva, Edmir Padial, Luiz Salvador de Miranda Sá Junior, Denise Tibau de Vasconcelos Dias, Nair Coimbra Motta e Maria da Glória Sá Rosa. O diferencial deste livro é que as autoras mesclam o que foi dito pelos entrevistados à análise fundamentada em parâmetros teóricos, ressignificando desta forma os olhares sobre a universidade.

Em relação à documentação existente “embaixo” do Estádio de Futebol (Moreirão) – Arquivo Central da UFMS –, que guarda os documentos oficiais das diversas unidades da UFMS, não encontrei peças do período pesquisado. Os trabalhos de microfilmagem, iniciados na instituição, foram abandonados. Diante disso, entende-se que o presente estudo é importante para esse registro, não se coadunando nem com o olhar subjetivista, privilegiado por análises cujo ponto de partida são os relatos memorialísticos, nem com a perspectiva positivista, que parte do objeto como dado, mas de uma perspectiva relacional, inserida em práticas sociais determinadas na produção do saber. Desse modo, a unidade dos discursos, oferecida pela visão progressista e linear, é colocada à prova pela arqueologia foucaultiana, que aparece agora como efeitos de superfície, operados no interior da própria prática discursiva.

Cabe salientar, que uma pesquisa na documentação da UFMS torna-se relevante também no sentido de preservar os registros que compõem parte de sua história e todo contexto de uma época em sua criação. Não para que se possa olhar o passado e se certificar o quanto se “progrediu” (como ocorre com algumas iniciativas de preservação), mas para que estudantes, pesquisadores e cidadãos em geral, possam ter acesso às múltiplas interpretações sobre a história da UFMS que, sem estes registros, estariam perdidos na história.

A contribuição que entendo ser mais importante da minha tese é o perfil dos estudantes que apresento e que foram analisados a partir dos históricos escolares e relatórios de gestão.

Destaco que através dos históricos escolares dos acadêmicos formados nos cursos de farmácia, odontologia e medicina nos seus primeiros doze anos de existência (1968 a 1979), formaram-se 716 profissionais, sendo 172 farmacêuticos, 247 dentistas e 297 médicos. Destes tornaram-se professores da UEMT, 100 profissionais, sendo 32 docentes no curso de farmácia, 22 docentes no curso de odontologia e 46 docentes no curso de medicina.

Nascidos em Campo Grande temos, ao longo desses doze anos pesquisados, 62 no curso de farmácia, 62 no curso de odontologia, e 80 no curso de medicina, ou seja muitos

alunos vieram de fora. Importante também destacar que o maior número de descendentes imigrantes eram japoneses. No curso de farmácia, 50 descendentes de imigrantes, sendo 38 japoneses. Na odontologia de 35 descendentes, 22 eram japoneses e, no curso de medicina, de 49 descendentes de imigrantes, 34 eram descendentes de japoneses. Registro também o grande número de mulheres de descendência japonesa que frequentaram a UEMT.

Nascidos fora do estado de Mato Grosso, no curso de farmácia, temos 27 paulistas, 5 paraguaios, 1 boliviano, 3 paranaenses e 2 mineiros. No curso de odontologia, temos 48 paulistas, 12 gaúchos, 2 paraguaios e 3 bolivianos e no curso de medicina, temos 79 paulistas, 3 paraguaios e 1 boliviano, não estando computados aqui os alunos-convênio.

Relativamente aos estrangeiros, o que se destaca são os japoneses, predominantemente filhos de agricultores, que plantavam suas hortas nos arredores da cidade e não tinham condições financeiras de enviar seus filhos para estudar nos grandes centros, diferentemente dos descendentes dos árabes, principalmente sírios e libaneses que continuaram a ir estudar nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com relação à primeira turma de formados no curso de farmácia 28 no total, 14 eram militares, ou seja, 50%. Isto é um dado significativo para pensarmos a influência deles neste período e nesta instituição.

Quanto aos alunos que ingressaram na universidade, destaca-se os oriundos de escolas públicas, sendo a grande maioria vindo do Colégio Estadual Mato-grossense, depois denominado Colégio Estadual Maria Constança de Barros Machado. Das escolas particulares, destacam-se o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio Dom Bosco.

São inegáveis as contribuições da história arqueológica foucaultiana para as diversas áreas do conhecimento, ao criticar a maneira tradicional da escrita da mesma, dos arquivos-documentos e dos discursos produzidos. Os documentos que compõem os acervos dos arquivos e das bibliotecas retratam, por vezes, o que aquela comunidade ou atores sociais desejavam que ficasse perpetuado para as próximas gerações, omitindo processos e relações de disputa, demarcando um heroísmo e transgressões.

Quanto às implicações metodológicas, a presente tese se destaca pela:

[...] mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados. [...] Com Foucault, é a própria ideia de um método histórico imutável, sistemático, universalmente aplicável que é desprestigiada (MACHADO, 1982, p. 14).

Neste diapasão, trata-se, antes de mais nada, de “[...] restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2011a, p.

51). De reconhecer, lá onde cremos a fonte, o princípio de expansão e de continuidade dos discursos (autor, disciplina e vontade de verdade), o jogo de um recorte e de uma rarefação do discurso, e tratá-los como práticas descontínuas, em sua especificidade e exterioridade.

Isso exige um quádruplo deslocamento de noções que dominaram a história das ideias, quando se buscava a criação, a unidade, o tema e a originalidade no mundo infinito das significações ocultas: o acontecimento, no lugar da criação; a série, no lugar de unidade; a regularidade, no lugar de originalidade; e a condição de possibilidade, no lugar da significação. Não se trata mais de buscar a continuidade, a linha ascendente, do progresso da cientificidade e da razão, mas destacar as descontinuidades, as rupturas e as transformações nas próprias práticas discursivas:

As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade (com os problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência, transformação; é por esse conjunto que essa análise dos discursos sobre a qual estou pensando se articula, não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem tomam ainda como a história ‘viva’, mas com o trabalho efetivo dos historiadores (FOUCAULT, 2011a, p. 56-57).

Dessa forma, para a composição do presente trabalho, as fontes utilizadas foram diversas, encontradas em arquivos públicos e privados, como fotos, livros, publicações oficiais, teses e dissertações acadêmicas sobre o ensino superior em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, relatórios de gestão, legislação, atas de registro, históricos escolares de ex-alunos, boletins de serviço, entre outras. As fontes primárias documentais foram encontradas nos diversos setores da UFMS, como o Arquivo Central da UFMS, bibliotecas, Assessoria de Comunicação Social, Coordenadoria dos Órgãos Colegiados da Reitoria e Pró-Reitorias.

Para Bacellar (2005), depois do conhecimento do contexto documental e dos conteúdos que eles trazem, vão se esclarecendo os caminhos a serem seguidos pela pesquisa. A esse respeito, Foucault (2010a) ensina que o arquivo representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa dada época e que continuam a existir através da história, sempre dispostos para abertura a novos discursos, exigindo um método específico da fonte documental.

Presumia que a UFMS teria um substancial acervo documental inexplorado e inédito. No Arquivo Central encontrei apenas alguns exemplares duplicados e sem sequência do Jornal Universitário (JU), com notícias da Superior Administração da Universidade, resenhas e algumas fontes bibliográficas e oficiais, como por exemplo: anais de encontros de cursos e

boletins de serviços e Boletins de Serviço (BS) que são os diários oficiais da UFMS, neles circulavam de forma impressa e, atualmente, à disposição em formato digital, os atos oficiais emanados pelas unidades administrativas e colegiadas da referida universidade.

A memória é, também, produzida historicamente. Aquilo que ela registra é resultado das lutas entre os poderes que se dão ao longo do processo histórico. Como afirma Le Goff (1990, p. 426): “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”<sup>9</sup>. Nesse contexto, é importante destacar a importância do arquivo:

Entre a *língua* que define o sistema de construção de frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. (FOUCAULT, 2010, p. 147-148).

A UFMS, instituída pela Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979, desenvolveu um importante papel no sul do então Estado do Mato Grosso, e, após a divisão do Estado, em Mato Grosso do Sul. Portanto, investigar sua história contribuirá para o entendimento também sobre a emergência e a expansão do ensino superior em Mato Grosso, e em Mato Grosso do Sul, bem como as relações de poder(es) que a permeiam.

Ao longo de sua existência, a UFMS foi acumulando arquivos e documentos que, além de registrar atos oficiais, permitem, ao pesquisador, olhar a História Institucional sob diversos ângulos. Trata-se de documentos seriados e, ao mesmo tempo, únicos; a totalidade desse conjunto, que espelha a trajetória da entidade ou pessoa que o gerou, é indivisível porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado. Sua organização baseia-se na trajetória específica da UFMS, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções.

Para Foucault (2005b, p. 16), uma pesquisa deve se apropriar da arqueologia que “[...] seria o método próprio da análise das discursividades locais [...]” e da genealogia, “[...] a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes desassujeitados que daí se desprendem [...]”.

---

<sup>9</sup> Foi relevante a participação dos professores Hércules Maymone e João Pereira da Rosa – autores de dois livros memorialísticos aqui analisados – em cargos dirigentes nesta universidade, bem como representantes em conselhos profissionais da área da saúde. Ambos militavam pela implantação dos seus respectivos cursos em Campo Grande.

Sendo assim, dos documentos e do material pesquisado pode-se destacar indicações tomando por base,

[...] as referências – explícitas ou não – a acontecimentos, as instituições, as práticas; as palavras empregadas, com suas regras de uso e os campos semânticos por ela traçados, ou, ainda, a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamento que as unem (FOUCAULT, 2010, p. 12).

Esta é apenas uma das possibilidades de análise dos dados contidos na pesquisa, pois Foucault (2005b, p. 11-12) faz uma crítica à historiografia tradicional, eis que, em seus procedimentos de recorte, de seleção, ela elimina o que ele denomina de “[...] saberes sujeitados [...]”, que são “[...] blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer por meio, é claro, da erudição [...]”. Esses saberes sujeitados constituem,

[...] toda uma série de saberes que estavam qualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (FOUCAULT, 2005b, p. 12).

Como exemplo desses saberes desqualificados, menciono os relatos e entrevistas, aqui analisados, cujos procedimentos de coerção serão, também, objeto de análise no Capítulo I deste Relatório.

A compreensão do conceito de enunciado é, igualmente, fundamental para o estudo desenvolvido nesta tese, pois quando se trata de normas, leis, práticas sociais e culturais é preciso que estas sejam analisadas em seus componentes históricos, ideológicos e técnicos, para que sejam, então, reconstituídas e entendidas em seus princípios.

O que seria, portanto, para mim, falar sobre a história da UFMS, ou, mais exatamente, fazer uma análise dos discursos que envolveram sua criação e consolidação? O que, em a pesquisa, permite afirmar sua relevância – relativamente ao estado da arte anteriormente apresentado, sem pretender cair no lugar-comum de uma suposta originalidade?

Decerto, não pretendo aqui fazer uma narrativa “verdadeira”, contrastando-a com outros discursos sobre ela erigidos, nem revelar uma essência por detrás da aparência dos discursos oficiais, considerados ideologias; tampouco um discurso que pretende reivindicar, ou defender, uma suposta identidade regional, pois segundo a perspectiva aqui adotada, “os regionalismos fazem parte dos inúmeros dispositivos inventados pelo mundo moderno para dividir, classificar e hierarquizar os homens, para melhor governa-los”, como nos lembra oportunamente Albuquerque Junior (2008, p. 67).

A esse respeito, o autor, destaca que, em geral, nos espaços considerados periféricos, tem proliferado a construção de saberes “regionais”, cujo conceito é pouco problematizado. Nessas produções, geralmente,

A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per se [...]. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição desses limites (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 55).

Em razão disso, insiste Albuquerque Jr (2008, p. 56), a região é tomada como “[...] um *a priori* a partir do qual se reivindica um lugar [...] para o saber que eles produzem”, dando a este “objeto” um passado, uma memória e uma origem, porque, para que uma história regional possa existir, é necessário um objeto que lhe seja próprio, conforme as regras de produção do saber no campo historiográfico.

Desta forma, salienta ainda o mesmo autor que a região se constitui como um objeto fixo, já dado, constituído por uma realidade inquestionável, auto evidente. Em geral, para os historiadores positivistas, que vêem a história pela série evolução-progresso-desenvolvimento, o espaço é pensado como “o espaço metafísico kantiano”, imóvel, em contraposição ao movimento do tempo<sup>10</sup>.

Por isso, acostumados, igualmente, a conceber o discurso como a representação da realidade, perde-se de vista a historicidade dos próprios conceitos, e o papel, decisivo, da linguagem no estabelecimento mesmo das noções espaciais que como tomamos como dado: o discurso não é a representação do real, mas a sua constituição, seja para uma consciência, seja para um projeto político.

A própria origem da noção de região, ressalta Albuquerque Jr (2008), especialmente relevante para os propósitos da pesquisa, é militar, vem do latim *regione*, nome dado a uma área sob comando de uma força militar, de um regimento. No final da Idade Média, com o crescente processo de centralização política, região passa a ser a área de domínio do rei, que o governa.

A região não é um espaço inerte, amorfo, um dado da natureza, é, ao contrário, “[...] um espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 57), como foi o caso da região sul do estado do Mato Grosso, como trato no Capítulo II, sobre a chegada do Exército a

<sup>10</sup> “Acostumados a pensarem o tempo em seu movimento e em suas transformações, treinados em estabelecer e construir marcos temporais, os historiadores, quase sempre, têm negligenciado o espaço como dimensão constituinte dos próprios eventos históricos” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 56).

Campo Grande. Nesse diapasão, falar sobre a história da UFMS requer, entre outras coisas, salientar os afrontamentos políticos, as disputas pelo poder e as estratégias de governo que estão ali investidas, tratá-la como um acontecimento histórico, como bem assinala Albuquerque Jr (2008, p. 58), é isso que significa problematizar, desnaturalizar, o entrelaçamento das redes de relações que foram se constituindo.

Mas, ao mesmo tempo, é preciso salientar que esse domínio pressupõe um saber-fazer, uma tática, uma estratégia, em suma, uma arte de governar, e toda uma multiplicidade de “[...] saberes que lhe deram forma, que lhe deram identidade, que a definiram, que a demarcaram, que lhe deram uma visibilidade e uma dizibilidade, que a nomearam, que a distinguiram, que a recortaram, que lhe deram rosto, características” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 58).

Enfim, a tese intenta tão somente trazer para um regime de visibilidade os dispositivos identitários que nos aprisionam, que nos tornam refratários da diferença. Fazer emergir, a partir de um estremecimento dos fundamentos que acredito serem objetivos, as estratégias discursivas e não discursivas desse constructo, que, não obstante, coloniza nossos corpos e mentes, constituindo subjetividades engajadas nesse processo, que não se esgotam.

Recusando sua suposta neutralidade (e universalidade), me coloco como aquele historiador que sabe que “[...] a história da espacialização do capitalismo é uma história de guerras, conquistas, colonizações, genocídios, de destruição da natureza e de inúmeras culturas humanas” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 60). Ao assim proceder, espero contribuir para a construção de novas possibilidades de significação, de narrativas, de modos de pensamento e racionalidade, e, a partir disso, de um novo devir.

Diante do exposto, meu objetivo primordial é analisar as condições de emergência dos discursos produzidos sobre a UFMS e sua expansão, partindo da arqueogenealogia foucaultiana, estabelecendo na medida, teias que se entrecruzam em diferentes formas, de maneira minuciosa e se aproximam de um todo e de uma especificidade.

Para isto, esta tese se organiza em capítulos assim distribuídos:

No Capítulo I – Poder, instituição e sujeito: a universidade e as práticas discursivas onde analiso as relações entre os efeitos de poder das práticas discursivas, sobretudo para a constituição dos modos de subjetivação na modernidade, quando se constituem as tecnologias disciplinares, em diversas instituições (escola, exército, fábrica, hospital, dentre outros) com a finalidade de constituir sujeitos úteis e dóceis. Tais análises fundamentam-se na importância dos efeitos dos discursos na produção das subjetividades, bem como das práticas sociais e culturais que as instituem e as mantêm. Nesse sentido, os discursos, analisados e

compreendidos em sua materialidade, tomam formas em diversos dispositivos organizadores da realidade, irredutíveis à língua e a fala.

A problematização da escrita historiográfica, a partir da crítica contemporânea, transforma toda essa massa de textos acumulados, que chamamos de história, em textos-objetos, na tentativa de fazer emergir novos discursos. Entre outras coisas, trata-se, aqui, de enfatizar as práticas não-discursivas incidindo sobre a produção discursiva, bem como os procedimentos de controle, regulação e distribuição dos discursos, tendo como enfoque toda uma rede institucional.

No Capítulo II – Ferro, cimento, concreto e pessoas: a criação da UFMS faço uma contextualização histórica, política e social da época, desde a chegada do exército a Campo Grande, e a necessidade de se criar uma universidade no Estado em vias de se dividir, cuja série universidade-ditadura militar-divisão do Estado aparece como suporte da relação entre ciência e governo (Ocidente), objeto da arqueogenealogia foucaultiana.

No Capítulo III – *Corpus* de análise apresento os arquivos da referida instituição, que constituem meu objeto de análise do material encontrado na Biblioteca da UFMS (BIC) – “Divisão MT/MS”, no Arquivo Central, na Coordenadoria dos Órgãos Colegiados (COC/RTR) e na Assessoria de Comunicação Social (ACS), sendo: dois livros de atas dos Conselhos Superiores (Livro de Atas do Conselho Universitário e livro de Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa), abrangendo o período de 1973 a 1979; “Relatório de Gestão”, (CAMPO GRANDE, 1971); “Processo de Aprovação do Estatuto e do Regimento Geral da UEMT” (1970/1972); “Relatório UEMT (PID-PND)” (CAMPO GRANDE, 1974); “Esclarecimentos prestados à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso” em 16 de setembro de 1975. (CAMPO GRANDE, 1975); “Perfil dos alunos que frequentaram a UEMT no ano de 1976” (CAMPO GRANDE, 1976); “Relatório da Universidade” (CAMPO GRANDE, 1978a); “Universidade Estadual de Mato Grosso – fatos legais e fatos reais (Histórico)” (CAMPO GRANDE, 1978b); livros memorialísticos, legislações, históricos escolares, arquivos públicos e privados, contendo entrevistas, publicações oficiais, jornais, fotografias, boletins de serviço, entre outros. Além do material sobre a Universidade, contemplo um diálogo com livros e textos de análise sobre os acordos MEC-Usaid e a política da Reforma Universitária implementada pelos governos militares.

Nas considerações finais, destaco os achados deste estudo, ganhando características de problematizações ainda a serem escavadas, pois, assim permite o referencial, nada se esgota, sempre deve-se estar pronto para outras escavações, novos achados, outras compreensões sobre as mesmas coisas.

# 1 PODER, INSTITUIÇÃO E SUJEITO: A UNIVERSIDADE E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Este Capítulo objetiva traçar uma digressão pelos caminhos trilhados pelo filósofo Michel Foucault em sua arqueogenealogia do complexo poder-saber, bem como a importância das instituições para a configuração das ciências humanas e dos modos de subjetivação do homem moderno, pela íntima relação que se estabeleceu, na cultura ocidental, entre verdade e subjetividade, com ênfase nas instituições responsáveis pela produção, distribuição e circulação do saber, como é o caso de uma universidade.

Nesse sentido, pode verificar a importância central das práticas discursivas, uma vez que estas cristalizam-se em instituições, garantindo a estrutura de poder vigente e seu exercício constante, em todo o corpo social.

## 1.1 SABER-PODER

Tomando as práticas discursivas em sua materialidade, a trajetória do intelectual francês nos permite um novo regime de visibilidade, pois “[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva” (FOUCAULT, 2010, p. 55). O que equivale dizer que, na análise arqueogenealógica, os discursos não são tratados como conjuntos de signos, mas práticas que constituem os objetos de que falam<sup>11</sup>, o que nos permite suspender e problematizar as evidências, pois as mesmas coisas podem ter diferentes significados.

Em resposta às provocações de um estruturalista francês, Foucault esclarece o plano de sua arqueologia do saber:

Mostrar que uma mudança na ordem do discurso, não supõe ideias novas, um pouco de invenção e criatividade, uma mentalidade diferente, mas transformações em uma prática eventualmente nas que lhes são próximas e

---

<sup>11</sup> Foucault “[...] se baseou no filósofo alemão [Nietzsche] para propor uma abordagem da história que abandonasse a busca das origens a fim de voltar-se para o jogo casual das dominações que constituem os acontecimentos. [...] Nesse sentido, a genealogia constrói-se em oposição à história, isto é, à história dos historiadores tradicionais.” (DUSSEL, 2004, p. 47-48).

em sua articulação comum. Longe de [mim] negar a possibilidade de mudar o discurso: tirei dele o direito exclusivo e instantâneo à soberania do sujeito (FOUCAULT, 2010, p. 234).

Trata-se, por derradeiro, de uma análise materialista, desembaraçando-se de noções vagas, como as de espírito da época, mentalidades, etc., com as quais, até o momento, se fazia “[...] a análise das formações sociais e as descrições epistemológicas” (FOUCAULT, 2010, p. 233). Nesse empreendimento, Foucault parte da seguinte hipótese:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2011a, p. 8-9).

Por essa razão, o projeto arqueológico “[...] evita o solo em que se poderia apoiar [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 230) para fazer aparecer “[...] as regularidades enunciativas, as positivities; emprego de conceitos e como os de formação” (FOUCAULT, 2010, p. 231), ou seja, o nível específico das práticas discursivas, “[...] fora de qualquer referência a uma subjetividade psicológica ou constituinte, as diferentes posições de sujeito que os enunciados podem implicar [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 232)<sup>12</sup>.

Nesse aspecto, trata-se de elucidar o solo sobre o qual emergem os discursos e os saberes, bem como os distintos modos de ser do sujeito. Como bem afirmou Veyne (1992, p. 271), “[...] a consciência [...] não é constituinte, mas constituída”, em outras, palavras, Foucault aqui chama a atenção para o fato de que não há nem um sujeito e nem um objeto dados *a priori*. Assim,

O solo real da experiência antropológica é muito mais linguístico do que psicológico; entretanto, a língua não está dada ali como sistema a ser interrogado, mas antes como um elemento que é evidente, no interior do qual nos situamos desde o princípio; instrumento de trocas, veículo de diálogos, virtualidade do acordo [...]. (FOUCAULT, 2011b, p. 90).

Na passagem da *epistémê*<sup>13</sup> clássica para a moderna, a linguagem fundamenta a representação do elemento; saindo a representação da ordem do saber, “[...] tornar-se-á impossível a representação do ser do que é representado. A possibilidade da positividade do saber determina-se no lugar de silêncio da linguagem” (KATZ, s/d, p. 237):

<sup>12</sup> “[...] a noção de discurso rompe com os sentidos correntes do campo da linguística, calcados no binarismo significante-significado e em “uma oposição dicotômica entre os fenômenos da língua – social – e da fala – individual” (SOMMER, 2007, p. 58).

<sup>13</sup> No sentido aqui utilizado, refere-se às formações discursivas, aos enunciados, em uma determinação temporal e geográfica, por exemplo, *epistémê* clássica (séculos XII-XVIII), moderna (a partir do século XIX). De maneira geral, a *epistémê* define as condições de possibilidade de todo saber, nos diferentes domínios.

Quer seja, portanto, em uma filosofia do sujeito fundante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante (FOUCAULT, 2011a, p. 49).

A análise arqueológica focaliza as práticas discursivas que formam o saber de uma época, dispensando a noção de causalidade, de transcendental, de influência, de tradição, não se propondo a julgar seus conteúdos em termos de verdadeiro ou falso. Foucault tenta demonstrar como tais práticas constituem um domínio que é relativamente autônomo em relação aos modos de produção, às relações sociais, às instituições políticas, e, mesmo no interior do seu próprio domínio, as transformações podem se dar ou não em referência aos mesmos. É inegável, contudo, que,

[...] a ciência não pode ser encarada nem como um fenômeno natural nem mesmo como um fenômeno cultural como os outros. A ciência não é um objeto natural, um objeto dado; é uma **produção cultural, um objeto construído, produzido**. [...] A ciência é **essencialmente** discurso, **um conjunto de proposições articuladas sistematicamente** [...]. (MACHADO, 1982, p. 20, grifo nosso).

Dando continuidade ao projeto descrito em “A verdade e as formas jurídicas”<sup>14</sup> – Foucault intenta destituir “[...] o sujeito do lugar privilegiado de fundamento constituinte, que ocupava na cultura ocidental, passando a problematizá-lo como objeto a ser constituído” (RAGO, 1995, p. 77) –, opera diversos deslocamentos relativamente à reflexão operada pela epistemologia, que tem como alvo a avaliação da produção dos conhecimentos científicos do ponto de vista de sua cientificidade. E se “[...] a epistemologia elege a história como instrumento privilegiado de análise” – afirma Machado (1982, p. 9) – é porque “[...] a ciência, discurso normatizado e normativo, é o lugar próprio do conhecimento e da verdade e, como tal, é instauradora de racionalidade”.

O primeiro destes deslocamentos é considerar os discursos – as práticas discursivas, dirá Foucault mais tarde – interna e externamente, ou, mais exatamente, a incidência do exterior. Destaco o distanciamento da arqueologia foucaultiana relativamente à epistemologia da seguinte forma:

<sup>14</sup> “Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constituiu no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção dessa crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir. [...]. Ora, a meu ver é isso que deve ser feito: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT, 2005a, p. 10-11).

[...] enquanto a epistemologia, pretendendo estar à altura das ciências, [...] a arqueologia, reivindicando sua independência com relação a qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria ideia de racionalidade; enquanto a história epistemológica, situada basicamente ao nível dos conceitos científicos, investiga a produção de verdade na ciência, que ela considera como processo histórico que define e desenvolve a própria racionalidade, a história arqueológica, que estabelece inter-relações conceituais ao nível do saber, nem privilegia a questão normativa da verdade nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual. Abandonando a questão da cientificidade [...] a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso da razão (MACHADO, 1982, p. 11).

O discurso das ciências humanas é, assim, analisado a partir das condições de possibilidade de sua emergência, neutralizando o problema da cientificidade, sem, porém, abandonar o rigor da análise conceitual, o que possibilita estabelecer as rupturas e as discontinuidades no nível dos saberes<sup>15</sup>.

Como se nota, a prática filosófica de Foucault, crítica das filosofias da consciência<sup>16</sup>, é uma tentativa de escapar desta sem cair numa filosofia do objeto, como afirma Veyne (1992, p. 278), enfim, uma tentativa de se desembaraçar do sofisma cartesiano, que parte de um sujeito e de um objeto dados *a priori*.

Para evitar o engano de “[...] tomar o objeto da prática como um objeto natural” (VEYNE, 1992, p. 256), Foucault propõe passar por detrás do objeto, isto é, olhar para as práticas discursivas: “As coisas, os objetos não são senão correlatos das práticas. A ilusão do objeto natural dissimula o caráter heterogêneo das práticas; daí todas as confusões dualistas, daí também a ilusão de ‘escolha racional’” (VEYNE, 1992, p. 256).

Veyne (1992, p. 257) afirma que a tese central de Foucault é que,

[...] ‘reificamos’ as objetivações em um objeto natural [...]. Em vez de enfrentar o problema em seu verdadeiro cerne, que é a prática, partimos da extremidade, que é o objeto, de tal modo que as práticas sucessivas parecem reações a um mesmo objeto, ‘material’ ou ‘racional’, que seria dado inicialmente. Então começam os falsos problemas dualistas, assim como os racionalismos.

Daí a possibilidade da *démarche* foucaultiana trazer à tona “[...] conteúdos históricos que foram mascarados” (FOUCAULT, 2005b, p. 11), sob a coerência dos discursos. No entanto, como bem salienta Machado (1982, p. 10), a arqueologia “[...] é um ponto de

<sup>15</sup> “Na medida em que não privilegia em suas análises a racionalidade científica, o grande interesse da arqueologia é ser capaz de dar conta desses saberes específicos, criados na modernidade[...]” (MACHADO, 2001, p. 9-10).

<sup>16</sup> “[...] a dimensão do que se tem a fazer só pode aparecer no interior de um campo de forças reais, isto é, um campo de forças que nunca um sujeito falante pode criar sozinho e a partir de sua palavra” (FOUCAULT, 2008b, p. 5-6).

chegada, não um ponto de partida; é o resultado de um processo, também histórico [...]”, no qual o autor percorreu diversos caminhos, sempre na tentativa de pensar diferente do que se pensa, de forjar novos instrumentos conceituais para uma analítica do presente, e “[...] fazer o homem moderno despertar, transfigurando, de seu sonho antropológico” (MACHADO, 2001, p. 52).

Diante da incapacidade das teorias até então dominantes de fazer frente à realidade efetiva<sup>17</sup>, Foucault coloca em prática a hipótese nietzschiana<sup>18</sup> segundo a qual “[...] o interesse é, portanto colocado radicalmente antes do conhecimento, que ele subordina como um simples instrumento” (FOUCAULT, s/d, p. 9). Por essa razão, a verdade não seria mais que um efeito de superfície:

Submergindo a aparência, rompendo seus ligamentos com a essência, aparecerá o acontecimento; expulsando o peso da matéria, aparecerá o incorporeal; rompendo o círculo que imita a eternidade, a insistência intemporal; purificando-se de todas as misturas com a pureza, a singularidade impenetrável; afastando a falsidade da falsa aparência, a aparência mesma do simulacro. [...] Inverter, com Deleuze, o platonismo e debruçar-se insidiosamente nele, baixar um degrau, chegar até esse pequeno gesto – discreto, mas moral – que exclui o simulacro (FOUCAULT, 2005e, p. 80-81).

Contemplando a historicidade dos saberes sobre o homem, Foucault afirma que estas obedecem a certas “regras de formação” que determinam as condições de existência dos discursos “verdadeiros”. Desta forma, as unidades formadas pelo tema, objeto, conceito ou enunciados, para nós tão evidentes, são, antes, determinadas por estas regras. Ressalta também que algumas dessas unidades são bem recentes. São essas “regras de formação” que explicam como eles se constituem e como se distribuem, dentro de um conjunto, determinando a própria “formação discursiva”. É no interior dessas práticas discursivas que se dá a construção dos “objetos”:

As práticas discursivas se caracterizam pelo recorte de um campo de objetos, pela definição de uma perspectiva legítima para o sujeito de conhecimento, pela fixação de normas para a elaboração dos conceitos e das teorias. Cada uma delas supõe, portanto, um jogo de prescrições que regem exclusões e escolhas. Ora, esses conjuntos de regularidades não coincidem com obras

<sup>17</sup> Cf. afirma Osório (2010, p. 96), “[...] a ciência evolui por meio do confronto entre o pensamento e a realidade”.

<sup>18</sup> Recusando a hipótese repressiva (hipótese Reich), em razão de sua insuficiência, Foucault inicia sua analítica do poder utilizando a guerra como princípio geral de análise, segundo a qual “[...] o fundamento da relação de poder é o enfrentamento belicoso das forças – hipótese que chamarei, também aqui, por comodidade, hipótese de Nietzsche” (FOUCAULT, 2005b, p. 24). Para melhor compreensão, ver “A História da Sexualidade” (1), A Vontade de saber (FOUCAULT, 2007b).

individuais; [...] não coincidem também, forçosamente, com o que se tem o hábito de chamar ciências ou disciplinas [...] (FOUCAULT, s/d, p. 5-6).

Logo, o sujeito, no interior dos diversos modos de subjetivação, aparece como efeito de um duplo processo de sujeição: um, na forma de uma sujeição que não passa pela consciência, que é uma força material no sentido pleno do termo<sup>19</sup>; – como as práticas disciplinares que se exercem nos corpos –; outra, na forma da consciência – como demonstram as análises das tecnologias de si, onde o indivíduo exerce sobre si, sobre seu corpo e sobre sua consciência um trabalho a fim de se adaptar e/ou se moldar à norma social geral.

Sobre a trajetória do pensador francês, Candiotto (2008, p. 87) resume:

Quando aborda jogos teóricos e científicos, ele trata das práticas discursivas cujas regularidades implicam na produção de saberes positivos sobre o homem vivente, falante e trabalhador. Em *Les mots et les choses* (1966), o arqueólogo toma distância da relação do homem com sua verdade para privilegiar o jogo de regras qualificado como verdadeiro que permitiu no final do século XVIII a constituição ambígua do homem na condição de objeto de saber e sujeito de conhecimentos. Quando trata dos jogos de poder em torno da loucura e do crime, respectivamente nos livros *Histoire de la folie à l'âge classique* (1972) e *Surveiller et punir* (1975), busca saber como são constituídas determinadas práticas cujos efeitos implicam a produção de discursos verdadeiros sobre a razão alienada e sobre o caráter criminoso. A constituição do indivíduo louco e do indivíduo criminoso encontra-se atrelada às práticas sociais de aprisionamento e de encarceramento que, por sua vez, acarretam a produção de sujeições.

A análise que Foucault faz em “História da Loucura” (2007a), é bastante ilustrativa da complexa rede saber-poder, sobretudo porque o acontecimento do “grande enclausuramento”<sup>20</sup> do louco em uma instituição, se deu a partir de um decreto real (político, portanto), bem como de uma percepção da loucura como desrazão (moral).

Esse episódio, fundamental para a constituição da subjetividade moderna, tornou possível, a partir do cruzamento dos corpos e dos olhares, o recorte de um novo domínio e a emergência de uma linguagem que deu luz a um discurso científico, com pretensão de verdade.

*Mutatis mutandis*, o mesmo pode ser dito da pedagogia – a partir da disposição dos corpos dos alunos nas salas de aula –, bem como dos demais saberes sobre o homem, na modernidade. E nessa transição, é a própria noção de conhecimento que muda, no entanto, o

<sup>19</sup> Cf. analisado por Foucault em “Vigiar e punir” (2004).

<sup>20</sup> No ano de 1656, Luís XIV ordena o enclausuramento dos pobres mendigos da cidade e seus arredores no Hospital Geral em Paris que, apesar do nome, não tinha tratamento médico. A esse respeito ver Foucault (2007a, p. 45-78).

que Foucault (2007a, p. 476) tenta demonstrar em sua análise é que o discurso científico, por meio da linguagem, “[...] faz passar por natureza, aquilo que é conceito”<sup>21</sup>.

Nesse aspecto, através do discurso médico-psiquiátrico, por exemplo, a doença mental “se psicologiza”, e é a partir daí que toda uma rede institucional terapêutica é criada para curá-la, para restituir-lhe a razão; é nessa injunção entre os âmbitos discursivos e não-discursivos que uma intervenção física se justifica:

[...] junto com as demais instituições criadas pela cultura resultam em um desenho em rede, caracterizado como social, da mesma forma que o Estado, presídios, hospícios, hospitais, a justiça, políticas públicas, movimentos sociais, partidos políticos, etc. [...] Separam, assim, os desregrados do seio da sociedade [...] confinando-os em instituições específicas conforme o delito. (OSÓRIO, 2010, p. 106).

Destaco que, a partir desse entrelaçamento entre os âmbitos discursivo e não-discursivo, podemos apreender não somente a materialidade dos discursos (a ordem do discurso), mas seus efeitos de poder (dispositivos), à medida que elas “[...] tomam corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm” (FOUCAULT, s/d, p. 5-6).

Portanto, a exemplo das análises realizadas sobre a história da loucura, pude perceber como a analítica foucaultiana não se limita ao nível dos discursos:

Ao contrário, chega mesmo a privilegiar o estudo dos espaços institucionais de controle do louco e dos saberes a ele intrinsecamente relacionados descobrindo inclusive, desde a época clássica, uma heterogeneidade entre os discursos teóricos – sobretudo médicos – sobre a loucura e as relações que se estabelecem nesses lugares de reclusão (MACHADO, 1982, p. 59).

A arqueologia dos saberes se integra, pois, à genealogia dos poderes. Assim, tomando ainda a história da loucura como exemplo, fica claro o caminho percorrido pelo autor como proposição para um método arqueológico<sup>22</sup>:

Foi analisando os saberes teóricos, mas sobretudo as **práticas** de internamento e as instâncias sociais – família, igreja, justiça, medicina – com elas relacionadas e, finalmente, generalizando a análise até as causas econômicas e sociais das modificações institucionais que *Histoire de la folie*

<sup>21</sup> De loucura, na Idade clássica, a doença mental, na modernidade, Foucault mostra uma ruptura, mas o decisivo, para ele, é demonstrar que: “[...] a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus” (FOUCAULT, 2010, p. 36).

<sup>22</sup> Utilizamos aqui o termo método num sentido bastante lato à medida que um dos principais deslocamentos efetuados pela *démarche* foucaultiana diz respeito a crítica de um método concebido *a priori*.

foi capaz de explicitar as condições de possibilidade históricas da psiquiatria (MACHADO, 1982, p. 59, grifo nosso).

No âmbito dos saberes, as *epistémês*, embora não constituam estruturas<sup>23</sup>, são efeitos de práticas sociais heterogêneas, historicamente constituídas, produzidas e resguardadas pelas diversas instituições existentes em nossa sociedade, cujo funcionamento é garantido pelo Estado moderno. Com a mudança na *epistémê*, os diagramas dos poderes também mudam, porém, as consciências individuais (representações simples do sujeito) não apreendem tais modificações:

Se há regras que estabelecem não só o estatuto do objeto do qual se fala, mas também as condições segundo as quais um sujeito pode falar, é inevitável que a razão humana esteja submetida a essas regras, e não o contrário. Desse modo, a própria noção de sujeito deve se constituir, segundo Foucault, como um indicador das funções epistemológicas que coexistem no plano do saber na cultura ocidental contemporânea (SOUTO, 2014, p. 81).

A partir desses procedimentos de exclusão, restrição, divisão, isolamento, rejeição e rituais, esses saberes são apropriados socialmente, isto é, investidos em práticas institucionais diversas dispostas em nossas sociedades. Nas instituições de ensino, por exemplo,

Esses conteúdos são os fragmentos filtrados por uma infinidade de obstáculos de legitimidade e interesses, e impropriamente denominados de ‘conhecimentos históricos sistematizados’. [...] procedimentos de mutilação do saber que excluem, incluem, reconhecendo outros, trazem como efeito esses fragmentos de saber que nós consumimos na escola e que se chama ‘conteúdo escolar’ (OLY PEY, 2004c, p. 78-79).

É aqui, portanto, que se percebe a centralidade das instituições de produção, controle e distribuição de saberes, pois, como afirma Foucault (2011a, p. 44) “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Daí também a importância que as relações de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, materializados nos chamados projetos MEC-Usaid<sup>24</sup>, para a implementação da reforma do sistema educacional brasileiro encontra sua razão de ser.

O Movimento da Reforma Universitária, que compreende o período de 1958-1968, envolveu diferentes críticas e propostas em torno do problema, que, no entanto, não serão aqui

<sup>23</sup> A *epistémê* “não é uma figura imóvel que aparece um dia e depois desaparece bruscamente, é um conjunto indefinidamente móvel de escansões, de defasagens, de coincidências que se estabelecem e se desfazem” (CASTRO, 2009, p. 140).

<sup>24</sup> O convênio bilateral do Brasil com os Estados Unidos – acordos MEC-Usaid – objetivava “promover amplo e minucioso levantamento da situação e necessidade de nossa educação superior, tendo por fim apresentar ‘planos exequíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino abrangendo os próximos cinco anos’” (SGUISSARDI, 1993, p. 58).

analisadas. Após o golpe militar de 1964, as medidas adotadas pelo novo regime para a reforma universitária permearam em torno dos acordos MEC-Usaid, consubstanciados no “Plano Atcon”, realizado pelos consultores estadunidenses, e no “Relatório Meira Mattos”, realizado pelos consultores brasileiros.

A análise das propostas dos relatórios em questão é importante porque permite problematizar não somente as divergências entre as duas partes dos acordos, como também suas convergências, os objetivos do novo regime, e das forças aliadas, para a *questão universitária* que, de antemão, exclui todas as outras alternativas, sobretudo, as propostas de reforma das forças de esquerda. Além do mais, essa análise nos permite compreender o caráter autoritário do novo regime, que, em última instância, contraria as propostas da parte estadunidense dos acordos, minimizando por assim dizer, a denúncia da infiltração imperialista, tão propalada à época, e que tanto dificultou a efetivação do Programa Estratégico de Desenvolvimento para a área da Educação, pelos governos militares<sup>25</sup>.

Para compreender a configuração do Estado, no Brasil, após a ditadura militar e seu plano de uma reforma do ensino, com a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento, através do artigo 53<sup>26</sup>, é preciso levar em conta o período de grande efervescência política e social dos anos de 1960, e a política de “mobilização popular contra as forças espoliativas da nação” que reivindicavam o aprofundamento da democracia no país. Com a crise econômica que abateu o país nos anos de 1960, e a deterioração do salário real, alastram-se as greves em São Paulo, e, a reboque, a greve dos trabalhadores industriais urbanos trouxe consigo a reivindicação pela reforma agrária.

Nessa conjuntura, o presidente, em face da crise política e econômica que se instalou após a renúncia de Jânio Quadros, teve seu espaço de manobra esgotado<sup>27</sup>, e, diante das pressões das classes populares e da esquerda, decidiu, por conta própria, assumir uma postura mais à esquerda, a fim de manter-se no poder, como fizera outrora Getúlio Vargas.

Com o golpe militar, o novo governo federal conseguiu, através de uma legislação autocrática, subordinar o MEC e manter o controle político da situação, evitando, assim, o

<sup>25</sup> O movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), era o maior opositor do regime militar e dos acordos MEC-Usaid. Os estudantes lutavam contra os acordos e contra a Lei 4464, de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy), que, na sua visão, acabavam com a autonomia universitária.

<sup>26</sup> “[...] o Governo Federal estabelecerá e executará planos nacionais de educação, esclarecendo no parágrafo único que o planejamento setorial da educação deverá atender às diretrizes e normas do Plano-Geral do Governo, de modo que a programação a cargo dos órgãos da direção superior do Ministério da Educação e Cultura se integre harmonicamente nesse Plano-Geral” (SAVIANI, 1996, p. 136).

<sup>27</sup> Como destaca Rocha (2004, p. 67), “Goulart elegeu-se sob uma aliança política contraditória, PSD, PSP, PTB e outros”.

suposto processo revolucionário em marcha, bem como implementar o plano de uma reforma universitária, de acordo com os interesses do novo regime.

## 1.2 CONTRA O FARDÃO DA HISTÓRIA<sup>28</sup>

Que possibilidades restavam para os historiadores quando o passado passava a se reduzir a discursos, os documentos e monumentos, a temporalidade se dissolvia e os objetos históricos tradicionais já não se sustentavam com tanta obviedade quanto antes? (RAGO, 1995).

No curso “Em Defesa da Sociedade”, Foucault (2005b) reivindica o caráter local da crítica, compreendendo por isso uma produção teórica independente da chancela de um regime comum, de uma instância centralizada, de controle e validação dos saberes, tal como pretendeu funcionar com a institucionalização impositiva das ciências, a partir do século XIX.

Essa insurreição dos “saberes sujeitados” (FOUCAULT, 2005b, p. 11) consistiria numa espécie de retomada de conteúdos históricos que foram desqualificados, em termos de verdadeiro e falso, considerados não científicos, e que permite, agora, (re)fazer a “criticabilidade das coisas”. A esse respeito, esclarece:

[...] não se trata de forma alguma de opor à unidade abstrata da teoria a multiplicidade concreta dos fatos; não se trata de forma alguma de desqualificar o especulativo para lhe opor, na forma de um cientificismo qualquer, o rigor dos conhecimentos bem estabelecidos. Portanto, não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; não é tampouco um positivismo, no sentido comum do termo, que o segue. Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 2005b, p. 13).

A centralidade dessa insurreição dos saberes é que ela se coloca “[...] contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa” (FOUCAULT, 2005b, p. 14).

---

<sup>28</sup> Em referência ao capítulo sobre Nietzsche, na obra de François Dosse (2013).

Analisando a entrada da história num campo político, onde as nações se constituem como objeto de pesquisa, ele cita o caso de Boulainvilliers<sup>29</sup> que, no final do século XVIII, toma a história do povo ou dos povos não como matéria inerte, mas como força, deslocando o centro de gravidade da análise histórica das grandes façanhas dos reis, dos poderosos, etc., destacando o caráter relacional do poder, isto é, “a história daquilo que constitui, um em face do outro, esses dois termos, dos quais um nunca é infinito e o outro nunca é zero” (FOUCAULT, 2005b, p. 200).

Para Foucault (2005b, p. 160-161), Boulainvilliers opera um deslocamento, não somente em face dos novos sujeitos da história, mas, sobretudo, de,

[...] alguém diferente que vai tomar a palavra na história, que vai contar a história; [...] alguém diferente vai reorientar o passado [...]. Em resumo, do que se falará será das peripécias de alguma coisa que passa sob o Estado, que perpassa o direito, que é a um só tempo mais antigo e mais profundo do que as instituições. [...] É a história sombria das alianças, das rivalidades dos grupos, dos interesses disfarçados ou traídos; a história das reversões dos direitos, das transferências das fortunas [...].

Ora, desse deslocamento do sujeito falante da história, dessa entrada da narrativa num campo histórico-político é o que vai constituir o discurso revolucionário da nação, isto é, “[...] os conceitos fundamentais do nacionalismo do século XIX” (FOUCAULT, 2005b, p. 161). A partir de então, “[...] a história tornou-se um saber das lutas que se estende por si mesmo e funciona num campo de lutas [...]. A própria guerra sustenta esse saber, passa por esse saber, atravessa-o e determina-o” (FOUCAULT, 2005b, p. 205)<sup>30</sup>.

Na França, Foucault (2005b, p. 165-166) destaca a utilização desse saber histórico “[...] para fazer a história funcionar no jogo do poder monárquico e de sua administração”.

Saber engajado nas estratégias de desenvolvimento do homem, cuja história avança em uma linha progressiva do desenvolvimento bio-cultural, culminando na cultura ocidental (capitalista cristã), daí, inclusive, toda a legitimidade da colonização, com seus saberes e poderes sobre as demais culturas. Assim, todo esse processo de reorganização dos saberes obedece a uma estratégia de dominação de um dado território, de desenvolvimento dos Estados nacionais que, a partir do século XIX, expande-se para outros territórios.

<sup>29</sup> “Foucault” faz alusão às obras históricas de Boulainvilliers relacionadas com as instituições políticas francesas. A esse respeito, ver Foucault (2005b, p. 153).

<sup>30</sup> Como exemplo do engajamento da história nas lutas políticas, Foucault (2005b) destaca, no debate Hobbes (Coroa) *versus* Locke (Parlamento), no interior do processo revolucionário inglês do século XVII, contra o Absolutismo, ao afirmar que o discurso hobbesiano tentava eliminar o fato da dominação normanda das terras anglo-saxãs, no século XI, por Guilherme, o Conquistador.

No Brasil, o disciplinamento dos saberes foi indispensável às estratégias de desenvolvimento já no governo Vargas, quando se iniciou, de fato, um plano nacional de desenvolvimento do país, concomitante à centralização política que se efetua a partir de então, para fazer frente às resistências locais às estratégias de industrialização do país, diante das resistências da chamada República café-com-leite, em alusão ao poder das elites de Minas Gerais e de São Paulo, que até então se alternavam no governo central<sup>31</sup>.

A chegada do exército à Campo Grande, por volta dos anos de 1920, analisada no próximo capítulo, é um exemplo de como a instituição militar é um instrumento disciplinar fundamental nas estratégias de desenvolvimento das cidades, como afirma Foucault (2008b, p. 21).

No caso brasileiro, podemos citar o caso do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, patrono das Comunicações, responsável por interligar a região Centro-Oeste ao centro político e administrativo, no início do século XX. Na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, foi aluno de Benjamim Constant, republicano e adepto do positivismo<sup>32</sup>, de quem muito sofreu influência. Naquele contexto, as escolas militares eram centros de difusão das ideias filosóficas positivistas, formando indivíduos para levar o progresso ao país. Nessa perspectiva, Rondon fez levantamentos cartográficos, topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e linguísticos na Amazônia, que foram indispensáveis ao projeto de colonização e integração da região.

Esses saberes são indispensáveis para possibilitar a gestão das séries indefinidas de elementos – como certo número de funções urbanas, econômicas, administrativas, etc., através das quais será possível conhecer e controlar, por um cálculo estimativo de probabilidades – designado pela noção de *meio* como campo de intervenção, tendo como alvo uma população, isto é, “[...] uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (FOUCAULT, 2008b, p. 28).

Dentre outras coisas, esses saberes dizem respeito ao conjunto de processos “naturais” da espécie humana, como as taxas de natalidade, de mortalidade, casamentos,

---

<sup>31</sup> Um dos casos relevantes dessa resistência local aos planos de desenvolvimento da indústria nacional é a Revolução Constitucionalista, em São Paulo, representante dos interesses das elites cafejeiras.

<sup>32</sup> Os positivistas acreditavam que através de uma administração “científica” o Estado zelaria pela ordem e promoveria o progresso social. Deve-se ao positivismo das instituições militares a “origem” de uma concepção de ciência neutra de forças políticas em disputa.

saúde, etc., que se dão em um determinado território, que constituirão alvo de uma intervenção estatal visando a maximização das forças da nação<sup>33</sup>.

Diante disso, Foucault vai buscar nos arquivos e documentos empoeirados aquilo que não é oficialmente relatado: o lado obscuro dos acontecimentos. E como a memória se constitui pelos discursos que circulam – e que circulam como “verdadeiros” – percebemos a importância fundamental dos arquivos, como, por exemplo, o acesso às informações referentes ao período da ditadura militar, no Brasil, como ilustra um fato recente de nossa história:

Em março de 2012, militantes da esquerda e militares da reserva ligados a grupos de extrema direita protagonizaram um tumulto em frente à sede do Clube Militar no Rio de Janeiro devido à comemoração dessa data, deixando evidente a irresolução entre versões da história recente. Dias antes, uma organização chamada Levante Popular da Juventude realizou “escrachos” em sete capitais, tendo como alvo ex-agentes do Estado, acusados de serem torturadores. No dia 1º de abril, quatro oficiais da reserva saltaram de pára-quedas para celebrar a data, em uma confraternização que reuniu 80 militares da reserva em uma praia do Rio. Esses acontecimentos deixam evidente que existe uma batalha pela memória em relação à interpretação do significado do 31 de março. (SANTOS, 2012, p. 1).

Memória e história constituem, portanto, campos de batalha, como podemos perceber pela ocultação dos chamados “arquivos da repressão”<sup>34</sup>.

Quanto à importância dos arquivos, Foucault (2001, p. 870-871), ao apresentar sua candidatura no *Collège de France*, em 1969, explicita:

Na *Histoire de la folie à l'âge classique* quis determinar o que se podia saber sobre a doença mental em dada época. Tal saber, evidentemente, se manifesta nas teorias médicas que nomeiam e classificam os diferentes tipos patológicos e procuram explicá-los; encontramos-lo também fenômenos de opinião – nesse velho medo que os loucos provocam no jogo das credulidades que o rodeiam, na maneira como são representados no teatro ou na literatura. Cá e lá análises feitas por outros historiadores podiam me servir de guia. Mas uma dimensão me pareceu inexplorada: era preciso pesquisar como os loucos eram reconhecidos, separados, excluídos da sociedade, internados e tratados; que instituições estavam destinadas a acolhê-los e mantê-los, às vezes a cuidar deles; que instâncias decidiam sobre sua loucura

<sup>33</sup> Na Idade clássica (séculos XVII-XVIII), o contingente populacional era, em si mesmo, uma força do Estado-nação, considerados como mão-de-obra. Posteriormente, a partir do final do século XVIII, início do XIX, com a industrialização da produção, será necessário não somente braços, mas uma mão-de-obra qualificada, para que uma nação pudesse concorrer com outras nações no mercado mundial.

<sup>34</sup> Com a abertura lenta e gradual, foram criadas leis e decretos sobre o sigilo sobre os arquivos da repressão. O Decreto nº 99.347, de 26 de Junho de 1990, (Fernando Collor), modificou o art. 6º do Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977, relativo à Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, ampliou o número de autoridades responsáveis pela classificação dos arquivos. No recém publicado “Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura”, Lucas Figueiredo (2015) fala de um pacto entre militares e civis para ocultar os arquivos da ditadura.

e segundo que critérios; que métodos eram utilizados para reprimi-los, puni-los ou curá-los; em suma, em que rede de instituições e de práticas o louco se encontrava ao mesmo tempo preso e definido. Ora, analisando-se seu funcionamento e suas justificativas na época, essa rede parece muito coerente e bem ajustada: todo um saber preciso e articulado se encontra engajado nela. Então se delineou para mim um objeto: o saber investido nos sistemas complexos de instituições. E um método se impunha: ao invés de consultar apenas a biblioteca de livros científicos, como em geral se faz, convinha visitar uma série de arquivos compreendendo decretos, regulamentos, registros de hospitais e prisões, atos de jurisprudência. Foi no Arsenal ou nos *Archives Nationales* que realizei a análise de um saber cujo corpo visível não é o discurso teórico ou científico, nem literatura, mas uma prática cotidiana e regulamentada<sup>35</sup>.

A partir da análise empreendida, inicialmente em “As palavras e as coisas” (2002), e depois em “A Arqueologia do saber” (2010), Foucault problematiza que os saberes possuem sua própria história, suas próprias regras de transformação e desenvolvimento, que cristalizaram-se em instituições, adquirindo valor de prescrição e de normas éticas, que se impõem à sociedade a partir de toda uma rede institucional (escolas, hospitais, manicômios, fábricas, prisões, etc.) – que ele chama de poderes de normalização – caucionados por discursos “verdadeiros” que as justificam e as sustentam.

A partir de então, entre os discursos e as práticas propriamente ditas, Foucault estabelece uma dissimetria: “A pedagogia, assim como a psiquiatria, funcionam no regime dos enunciados, enquanto que a escola e a clínica funcionam no regime da força” (OLY PEY, 2004a, p. 31).

No campo da educação, por exemplo, a qualificação tem sido uma tônica na realidade brasileira desde essa regulamentação das instituições de ensino, sobretudo no ensino

<sup>35</sup> No original (francês): "Dans l'Histoire de la folie à l'âge classique, j'ai voulu déterminer ce qu'on pouvait connaître de la maladie mentale à une époque donnée. Un tel savoir se manifeste bien sûr dans les théories médicales qui nomment et classent les différents types pathologiques, et qui essaient de les expliquer; on le voit apparaître aussi dans des phénomènes d'opinion - dans cette vieille peur que suscitent les fous, dans le jeu des crédulités qui les entourent, dans la manière dont on les représente au théâtre ou dans la littérature. Ici et là, des analyses faites par d'autres historiens pouvaient me servir de guides. Mais une dimension m'a paru inexplorée: il fallait chercher comment les fous étaient reconnus, mis à part, exclus de la société, internés et traités; quelles institutions étaient destinées à les accueillir et à les retenir - à les soigner, parfois: quelles instances décidaient de leur folie et selon quels critères; quelles méthodes étaient mises en oeuvre pour les contraindre, les châtier ou les guérir; bref, dans quel réseau d'institutions et de pratiques le fou se trouvait à la fois pris et défini. Or ce réseau, lorsqu'on examine son fonctionnement et les justifications qu'on en donnait à l'époque, apparaît très cohérent et très bien ajusté: tout un savoir précis et articulé se trouve engagé en lui. Un objet s'est alors dessiné pour moi: le savoir investi dans des systèmes complexes d'institutions. Et une méthode s'imposait: au lieu de parcourir, comme on le faisait volontiers, la seule bibliothèque des livres scientifiques, il fallait visiter un ensemble d'archives comprenant des décrets, des règlements, des registres d'hôpitaux ou de prisons, des actes de jurisprudence. C'est à l' Arsenal ou aux Archives nationales que j'ai entrepris l'analyse d'un savoir dont le corps visible n'est pas le discours théorique ou scientifique, ni la littérature non plus, mais une pratique quotidienne et réglée" (FOUCAULT, 2001, p. 870-871).

superior, a partir da qual “[...] tem-se concedido um *status* profissional, científico e intelectual àqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdade” (GORE, 1994, p. 10).

Nesse aspecto, os acordos MEC-Usaid são compreendidos como uma tentativa de homogeneização de uma dada política da verdade na educação brasileira, orientando as práticas de disciplinamento ocorridas no ambiente das instituições de ensino, com vistas à uma produção específica de discursos, e de sujeitos, educação lastreada pelas teorias do capital humano<sup>36</sup>.

Em entrevista a Paul-Doit (2006), Foucault ressalta que não é através dos discursos oficiais, nem dos textos de autores sacralizados, que se deve buscar as práticas efetivas de saber-poder. Daí a importância fundamental de Foucault ter introduzido na academia,

[...] matérias consideradas academicamente irrelevantes: os relatórios psiquiátricos, os estudos criminológicos, os protocolos de intervenção médica, enfim, todo um arsenal de estratégias institucionais onde saber e poder se evidenciam em sua nudez. (CAPONI, 2014, p. 15).

Além disso, a historiografia tradicional, mantendo-se nos limites do documento (ao atestar a veracidade dos mesmos), incorre no que Dosse (2014) denomina de fetichismo do fato. Para Foucault, os discursos constituem efeitos de superfície produzidos pelas lutas, pelas batalhas, pelas relações de força em função de todo um jogo de interesses, que são suas condições de possibilidade:

O que Foucault está trazendo à visibilidade é a guerra, [...]. Quando ele vai estudar genealogicamente – não somente o dizível, mas os poderes que, articulando-se permitiram a gênese dos seus enunciados – ele está trabalhando com outra natureza de coisas, que se movimentam constantemente e não se estratificam. (OLY PEY, 2004b, p. 95-96).

Dessa forma, a continuidade, o progresso e a linearidade que encontramos no discurso da “História”, só foi possível porque esta se manteve nos limites dos enunciados:

Os eventos históricos não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando por serem revelados pelo historiador bem munido. Um evento só ganha historicidade na trama em que

<sup>36</sup> A crítica neoliberal ao liberalismo clássico apresenta uma mutação epistemológica essencial (FOUCAULT, 2008a, p. 306): o deslocamento do *objeto* trabalhador, como parte integrante do processo de trabalho – do trabalhador como objeto, na forma de força de trabalho, disponível no mercado para compra e venda – para o *sujeito* trabalhador, isto é, “[...] situar-se do ponto de vista de quem trabalha; [...] estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada para quem trabalha. [...] Do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço de venda da sua força de trabalho, é uma renda. [...] Por conseguinte, a partir daí, se admite que o salário é uma renda, o salário é, portanto, a renda de um capital. [...] de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo (Ibidem, p. 307-310).

o historiador concatená-lo, e esta operação só poderá ser feita através de conceitos também eles históricos (RAGO, 1995, p. 73).

Por sua vez, as diversas posições que o sujeito alcançou ao longo da história – soberania durante a *epistémê* clássica, determinação na modernidade – é efeito dessas práticas. Por isso Foucault critica o humanismo, em suas diversas versões, pois este mantém intacta a soberania do sujeito, e isso pela simples razão de que partem do discurso do sujeito falante, elidindo, assim, de suas análises, a realidade das práticas discursivas. Para Foucault (2011a, p. 58-59), os acontecimentos discursivos constituem,

[...] cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis. Tal descontinuidade golpeia e invalida as menores unidades tradicionalmente reconhecidas ou as mais facilmente contestadas: o instante e o sujeito. E, por debaixo deles, independentemente deles, é preciso conceber entre essas séries descontínuas relações que não são da ordem da sucessão (ou da simultaneidade) em uma (ou várias) consciência; é preciso elaborar – fora das filosofias do sujeito, e do tempo – uma teoria das sistematicidades descontínuas. [...] é preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos.

Não se trata, portanto, de analisar os discursos segundo o método tradicional da exegese ou do formalismo linguístico, mas de trazer à luz do dia “[...] o jogo de rarefação, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante” (FOUCAULT, 2011a, p. 70). Em razão disso, o regime de verdade das instituições é aquele que impõe regras e, como afirma Foucault (2011a, p. 14):

[...] se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão do saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

A vontade da verdade é, assim, suplantada pela instituição, “[...] reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas [...]” (FOUCAULT, 2011a, p. 17). Evidencia-se, portanto, uma verdade que conduz, submete, controla, que, enfim, produz sujeitos.

E, como já fora dito, essas práticas são impostas à sociedade por intermédio de toda uma rede institucional, justificadas por seus efeitos de verdade. Na ordem do discurso, a disciplina se constitui em uma técnica de controle, limitação e exclusão, adquirindo uma

função de “polícia” que “[...] repele, para fora de suas margens toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 2011a, p. 33). Em vista disso, no empreendimento arqueológico,

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar porque não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2010, p. 31).

Ao analisar o discurso, é preciso prestar atenção em sua formação regular, que pode integrar procedimentos de controle, e nas figuras de controle em um discurso literário, de sorte que toda análise deve levar em conta as regularidades discursivas por meio das quais ela se forma, e as descrições genealógicas devem levar em conta os limites nas formações reais. As duas, tanto crítica quanto genealógica, devem alternar-se para que se completem, como possibilidade de uma reviravolta do saber, pois, como afirma Dussel (2004, p. 56), “[...] o saber se atribui a certos grupos sociais, emerge com intenções políticas, obedece a táticas particulares”.

Nessa problematização da escrita da história, o “retorno” da noção de acontecimento (DOSSE, 2013) na historiografia atual é uma reviravolta que afeta não somente a disciplina história. A noção de acontecimento “[...] nos lembra oportunamente o caráter contingente e imprevisível” (DOSSE, 2013, p. 12), a singularidade e a individualidade históricas, como afirma Paul Veyne (2011, p. 13): “[...] tudo é singular na história universal”.

Tal problematização deve ser, ela mesmo, compreendida como um acontecimento que “[...] cria uma dinâmica, uma mudança em relação aos fenômenos estáveis, mas não se encontra sob o controle de um agente, um autor” (DOSSE, 2013, p. 11), fora, portanto, da certeza da consciência.

No início de seu livro, Dosse (2013) explicita que seu objetivo é compreender esta nova relação com a historicidade, iniciada, segundo ele, com a publicação de “*1515 et les grandes dates de l’histoire de France revisitées par les grands historiens d’aujourd’hui*”, em 2005, sob a direção do historiador Alain Corbin, e salienta:

Como pano de fundo dessa publicação, está a excelente ideia de desenterrar um velho e empoeirado manual de história de 1923, destinado aos alunos do primário, de retomar as ilustrações representando as grandes datas da história da França e submeter esse evangelho nacional às considerações eruditas de cinquenta historiadores contemporâneos (DOSSE, 2013, p. 2).

A menção a esta obra, bem como a este “pano de fundo”, não é mera coincidência, é, como nos ensinam os historiadores críticos aqui mencionados, uma seleção, um recorte, uma escolha: este trabalho de “desenterrar” um manual de história é análogo ao que Foucault faz com os discursos que ele analisa em sua arqueologia do saber.

Os discursos, tratados em sua realidade material são, portanto, um objeto privilegiado de análise na *démarche* foucaultiana. Longe da tradicional história linear e progressista, típica do século XIX, o renascimento da noção de acontecimento remete à erupção do novo, do inesperado, próxima, portanto, da noção de ruptura, mas também “[...] como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis” (DOSSE, 2013, p. 6):

As ciências humanas, que procuraram se formar em torno da **evidência** de permanências, de invariantes, ou mesmo de leis, consideraram durante muito tempo o acontecimento como elemento perturbador, contingente, de frágil significância, que devia se reduzir em nome de um procedimento científico (DOSSE, 2013, p. 4, grifo nosso).

Referindo-se a estratificação de significados da palavra acontecimento, o autor recorre ao artigo de Roger Bastide, publicado na *Encyclopedia Universalis*, no final dos anos de 1960, destacando a ambivalência do homem erudito que, traumatizado pela novidade do acontecimento, reflete sobre ele na tentativa de discernir uma lógica de sucessão por trás da descontinuidade que este evento acarreta. Com essa tensão, Dosse (2013, p. 5) afirma que o objetivo de Bastide era ressaltar “[...] a dimensão fundamentalmente antropocêntrica [...]” do erudito, que deve “[...] restituir, sobretudo a lógica, dissolver passível de dissolver a singularidade do acontecimento [...]”, em sua tentativa de dominar o destino. Como resultado, essa ambiguidade, ressaltada pelo artigo de Bastide, diz respeito ao nosso “[...] hábito, até hoje, de privilegiar o antes do acontecimento, a sedimentação causal que parecia suscitar sua irrupção” (DOSSE, 2013, p. 6), impondo-lhe um sentido.

Ora, Foucault (2005c, p. 88) ressalta a necessidade de colocar em suspenso a familiaridade admitida, imediata, desses artefatos de discurso que são as categorias e as classificações, tais como “literatura” e a “política” – categorias recentes – que são, por isso mesmo, inaplicáveis à cultura medieval ou à clássica, “a não ser por uma hipótese retrospectiva e por uma série de novas analogias ou de semelhanças semânticas”. Tais recortes, afirma, “[...] não tem características intrínsecas autóctones e universalmente reconhecíveis”, como já demonstrado por Foucault em sua história da loucura. O mesmo é válido para as unidades do livro e da obra, dentre outras “irrefletidas continuidades”:

É preciso abandonar essas sínteses fabricadas, esses agrupamentos que são aceitos antes de qualquer exame, essas ligações cuja validade é admitida de saída; rejeitar as formas e as forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e de seus discursos; aceitar ter relação apenas, em primeira instância, com uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 2005c, p. 88).

Portanto, para analisar os discursos “Não é preciso remeter [...] à longínqua presença da origem: é preciso tratá-lo no jogo da instância próprio a cada um” (FOUCAULT, 2005c, p. 91). É preciso analisá-los em sua materialidade, e isto através do “[...] conjunto de todos os enunciados efetivos [...]”, e tratá-los como “[...] uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral” (FOUCAULT, 2005c, p. 91).

Não se trata de descobrir o “real” ou a “verdade” por detrás dos discursos, tomados enquanto ideologias, “Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais [...]. (VEYNE, 1992, p. 252).

Dosse (2013, p. 9) chama a atenção ainda para a simbiose da reflexão das ciências humanas com a crítica literária, presente sobretudo nos primeiros escritos de Foucault<sup>37</sup>. A reflexão do escritor Jorge Luis Borges – inspiração de “As palavras e as coisas” – “visa desconstruir a preeminência do eu psicológico que lhe parece desprovido de fundamentos metafísicos e de realidade própria”.

Tal como problematiza a *démarche* foucaultiana, a análise do historiador Bermejo-Barrera (1994) intenta mostrar a ascendência moral e política na formação da ideia de história universal, entendida aqui como fato discursivo, como narrativa. Iniciando com Heródoto, passando por Tucídides, Políbio, Tito Lívio, inclusive cristãos como Santo Agostinho e Orosio, Bossuet e outros, mostra que,

A ideia da história universal, tal como a conhecemos hoje, vai surgir a partir da máxima que deu origem à historiografias nacionais e a profissionalização da história, com todo seu aparelho institucional de criação de cátedras, arquivos, museus, etc. Confrontado com a história universal que se concentrou tanto em uma forma política do passado como o Império Romano, tanto na Igreja ou na tradição católica, a história universal do início do século XIX partirá de dois elementos principais: 1) os estados nacionais e 2) laicização. (BERMEJO-BARRERA, 1994, p. 223).<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Dentre eles, podemos citar “Hölderlin, Sade, Roussel, Flaubert, Mallarmé, Artaud, Bataille, Klossowski e Blanchot, autores que realizam ou realizaram uma experiência não representativa da linguagem” (Cf. MACHADO, 2001, p. 12).

<sup>38</sup> No original: “La idea de la historia universal, tal como la conocemos hoy, va a surgir del magma que dio origen a las historiografías nacionales y a la profesionalización de la historia, con todo su aparato institucional de creación de cátedras, archivos, museos, etc. Frente a la historia universal que se centraba bien en una forma

Como resultado, compreende-se porque são os Estados nacionais que dão cobertura a uma história universal de que necessitam para “[...] *mostrar el inmenso valor de la misma em comparación*” (BERMEJO-BARRERA, 1994, p. 223)<sup>39</sup>.

Aos olhos dos historiadores do século XIX, a “evolução” se mostraria – baseando-se na dialética entre homogeneidade, característica do Império Romano, e heterogeneidade dos Estados nacionais – com “[...] a volta de uma diversidade, que, no entanto será compatível com uma religião e cultura comuns. [...] cujos valores (direitos humanos, constitucionalismo, liberalismo e democracia) vai adquirir a máxima universalidade” (MONROY, 2004, p. 224-225)<sup>40</sup>.

Com a colonização, os povos “sem história” se integrarão à civilização – tal como ocorrera no império romano –, impondo tais valores, cuja “[...] história será um dos pilares ideológicos desse processo, pois proporcionará os argumentos dessa dominação, na época em que se materializava a expansão colonial” (MONROY, 2004, p. 227)<sup>41</sup>.

O Brasil é uma das manifestações dessa complexa relação de poder que se instaura entre os povos civilizados e os “primitivos”. As teorias social-evolucionistas do século XIX “justificavam” a dominação dos povos originários das Américas, alegando conduzi-las ao progresso. Assim, esta relação de dominação é justificada por um saber que oculta a violência.

Confluindo com a análise e diagnóstico foucaultiano, acerca do caráter normativo e coercitivo das práticas discursivas em sua arqueologia do saber, Bermejo-Barrera (1994, p. 241) afirma:

Esta exclusão se configura como uma exclusão de temas de estudo. Ao afirmar seus objetos de estudo, a história nega todos os outros, uma vez que não admite que a construção do objeto histórico seja contingente nem culturalmente condicionada. A história atua no reino da necessidade. Os objetos históricos não somente são assim, devem sê-lo. E seu ser é

---

política del pasado como el Imperio romano, bien en la Iglesia o la tradición católica, la historia universal del siglo XIX partirá de dos elementos principales: 1) los Estados nacionales y 2) el laicismo”.

<sup>39</sup> Como mostra a análise de Kowaleski (2014), relatando o esforço do império, na chegada da família real ao Brasil, para a escrita da nossa história, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1849, exaltando os elementos autóctones do território nacional, baseada na gênese romântica do bom selvagem que, diga-se de passagem, escamoteando o fato da escravidão no Brasil, ocultava-se a presença do negro em nossa população/cultura, evidenciando, assim, o forte vínculo entre raça e história.

<sup>40</sup> No original: “[...] la vuelta a una diversidad, en la que no obstante serán compatibles una religión y cultura comunes. [...] cuyos valores (derechos del hombre, constitucionalismo, liberalismo y democracia) adquirirán la máxima universalidad.”

<sup>41</sup> No original: “[...] historia será uno de los pilares ideológicos em ese proceso, pues proporcionará los argumentos de esa dominación, en la época en la que se estaba materializando la expansión colonial.”

excludente. Há apenas um mundo histórico, o único possível, e além de ser único é necessariamente o melhor.<sup>42</sup>

Assim, “sentido” e “explicação histórica” são efeitos discursivos. Como afirma Veyne (1983, p. 6), “[...] existem acontecimentos históricos” [...] mas “não existe explicação histórica”.

Nesse contexto, “os fatos não existem” – proposição de onde partem os positivistas – “[...] isto é, não existem em estado isolado, exceto por abstração; concretamente, existem apenas sob o conceito que os informa. Ou, se preferirem, a História existe apenas em relação às questões que nós lhe formulamos [...] com uma problemática e conceitos” (VEYNE, 1983, p. 6).

Daí Foucault (2005b, p. 79) poder afirmar que a história, “[...] é o discurso do poder, o discurso das obrigações pelas quais o poder submete; é também o discurso do brilho pelo qual o poder fascina, aterroriza, imobiliza”.

Ao lado do poder, a partir do século XVI, com o fim do império romano, vê-se emergir toda uma série de tratados sobre governo, como governar as crianças, os territórios, etc., e a formação das cortes, com sábios conselheiros para ajudar o príncipe na arte de governar.

A partir do ano de 1979, Foucault (2014) inicia suas análises sobre a noção de governo, tais como as práticas de confissão e de direção de consciência no cristianismo, entendida como técnicas e procedimentos através das quais se dirige a conduta dos homens.

No cerne dessa tecnologia, está a extração da verdade dos sujeitos a quem o governo se destina, pois, “ao contrário de ocupar uma posição antiética em relação ao poder, a verdade é um de seus principais elementos de catalisação” (AVELINO, 2010, p. 14). Daí ele afirmar,

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamentos, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, à outra forma de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Desse modo, essa passagem nos remete a um dos elementos mais importantes da ditadura militar brasileira, que é o Serviço Nacional de Informação (SNI). Criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o órgão da Presidência da República tinha a finalidade de

<sup>42</sup> No original: “Dicha exclusión se configura como una exclusión de temas de estudio. Al afirmar sus objetos de estudio, la Historia niega a todos los restantes, puesto que no admite que la construcción del objeto histórico sea contingente ni esté culturalmente condicionada. La Historia actúa en el reino de la necesidad. Los objetos históricos no sólo son así, deben serlo. Y su ser es excluyente. Sólo existe un mundo histórico, el único posible, y además de ser el único es necesariamente lo mejor”.

sistematizar informações. Sua principal atribuição era “[...] estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades paraestatais e autarquias [...]”, e mesmo “[...] requisitar a colaboração de entidades privadas”.

Os arquivos do SNI formaram-se com os dados do extinto Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Criado em 1958, o SFICI integrava o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, a partir de 1961, sob a coordenação do então coronel do Exército Golbery do Couto e Silva, tinha por função identificar e espionar comunistas nas Forças Armadas. Seu arquivo era formado por milhares de fichas que relacionavam funcionários públicos, sindicalistas, jornalistas, ativistas políticos, entre outros.

Em 1961, com a posse de Goulart, Golbery saiu do SFICI e passou a dirigir o IPES, instituto de pesquisa que reunia técnicos, militares e empresários, objetivando propor reformas para o país. No entanto, informalmente, o IPES continuou com o trabalho de “serviço secreto”, realizando palestras, eventos e publicações de material anticomunista. Seu funcionamento era garantido por empresários através de vultosos recursos. Após o golpe de 1964, o arquivo do IPES foi transferido para o SNI, com informações pessoais de centenas de brasileiros.

Órgãos de informação foram instalados em diversas instituições de ensino para vigiar a comunidade universitária<sup>43</sup> e punir os subversivos, porém, da mesma forma como no IPES, o serviço secreto de informações era clandestino, ocultado pelos discursos oficiais.

Para os grandes propósitos do Programa Estratégico do Governo – a construção de um país grande e poderoso –, a reestruturação da educação e a reforma universitária, equacionando seus “pontos críticos”, era altamente prioritária. Isso explica, em grande medida, porque as universidades transformaram-se em verdadeiros *fronts* de guerra<sup>44</sup>.

Porém, ao mesmo tempo que, as universidades eram consideradas focos de disseminação do radicalismo esquerdista, que deveria ser extirpado, elas abrigavam as

<sup>43</sup> Do Serviço Nacional de Informações foram recolhidos ao Arquivo Nacional dossiês com dados sobre milhares de cidadãos brasileiros e estrangeiros abrangendo os mais variados assuntos sobre segurança do Estado, movimento estudantil e sindical; “subversão”, depoimentos, partidos políticos e registros de prisões. Encontram-se relatórios que analisavam o funcionamento e atividades das lideranças das Igrejas, dos sindicatos, das entidades estudantis, da imprensa e dos movimentos sociais. Há também relatórios sobre política externa e documentos que registram informações sobre o governo e o setor público em geral. Esse acervo está contido em 220 mil microfichas (de consulta e de preservação). O acervo recolhido contém ainda documentos especiais não microfilmados, como, jornais, fotografias e cartazes. Entre os vários suportes, destacam-se 469 livros, 15.926 documentos iconográficos, 774 cartográficos, 241 micrográficos, 178 sonoros, 9 audiovisuais e 6 digitais. Cf. Portal Arquivo Nacional, disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf>>.

<sup>44</sup> “A situação mais dramática foi a da UnB. O campus foi transformado em cenário de guerra, com ocupação por tropas da Polícia Militar (PM) mineira e do Exército, de armas em punho” (MOTTA, 2014, p. 31).

esperanças de um Brasil “grande”, por tratar-se da instituição responsável pela produção e disseminação do conhecimento, não obstante suas “[...] estruturas inadequadas, pesadas, sem organicidade, antifuncionais, que favorecem a manutenção dessa improdutividade e completam o quadro da ineficácia instrumental” (FÁVERO, 1991, p. 117).

Diante de tamanha resistência, e da celeuma criada em torno dos acordos MEC-Usaid, a tentativa de implantação da reforma universitária se deu mediante o AI-5. Por outro lado, o governo sabia que o sucesso das reformas dependia, em parte, do apoio da comunidade universitária, assim, “[...] se a repressão fosse muito forte, o governo poria todo o grupo na oposição. Além disso, expurgo muito agudo de professores e pesquisadores comprometeria as metas modernizadoras, pois afastaria das instituições quadros indispensáveis ao seu sucesso” (MOTTA, 2014, p. 243). Assim,

[...] o poder discricionário foi utilizado para remover obstáculos às alterações e impor agenda única aos grupos que se digladiavam em torno das propostas de mudança. Além disso, a aposta nas reformas significava, simultaneamente, uma estratégia de seduzir lideranças descontentes com os novos rumos políticos, oferecendo-se a elas, como uma espécie de compensação, aumento de investimentos na educação superior e na pesquisa (MOTTA, 2014, p. 242).

Diante dessa conjuntura, em fevereiro de 1969, editou-se o Decreto-Lei 464, estabelecendo o prazo de noventa dias para as universidades se adaptarem às prescrições da Lei 5.540, na tentativa de “[...] acertar o passo da ofensiva repressora com o ritmo da modernização” (MOTTA, 2014, p. 242).

Relativamente aos estudantes, a estratégia do novo ministro da Educação, Jarbas Passarinho, mais flexível e aberto ao diálogo, era minimizar os atritos com o Estado. Para tanto, mostrou-se aberto ao diálogo e refreou a aplicação dos dispositivos disciplinares (Decreto 447), utilizando-se de estratégias conciliadoras, “[...] inscritas na cultura política brasileira” (MOTTA, 2014, p. 243).

Nesse sentido, não se limitando a ações repressivas, a batalha também tinha sua face ideológica, no intuito de “[...] seduzir os jovens e integrá-los à nova ordem política” (MOTTA, p. 90), a exemplo do Projeto Rondon<sup>45</sup>. Coordenado pelo Ministério da Defesa, o Projeto era uma das estratégias para desmobilizar o radicalismo de esquerda entre os universitários.

O projeto, idealizado pela Escola de Comando de Estado-Maior do Exército, durante o Seminário de Educação e Segurança Nacional, em fins de 1966, visava “[...] aproximar as

---

<sup>45</sup> Em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

instituições militares dos temas educacionais, e, principalmente, elaborar estratégias para lidar com os estudantes” (MOTTA, 2014, p. 90), que voltaram às ruas, em 1965, após a primeira onda repressiva pós-golpe<sup>46</sup>. Na mesma linha de raciocínio, sem, porém, a tutela dos militares, nasceu o Movimento Universitário do Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes), no Rio de Janeiro, em 1966, de iniciativa privada.

Oficialmente, o objetivo do Projeto Rondon era “[...] atender as populações carentes e levar os jovens a conhecer de perto os problemas das fronteiras e das áreas carentes do interior do país” (MOTTA, 2014, p. 92), porém, em uma conversa reservada, “[...] o capitão Fonseca, responsável pela área Centro-Oeste do Projeto, [...] afirmou [...] que os objetivos da Operação Rondon eram essencialmente políticos” (MOTTA, 2014, p. 92)<sup>47</sup>.

De qualquer forma, um dos principais objetivos de projetos como esse, era mobilizar as insatisfações dos estudantes para ações que contribuíssem com o desenvolvimento do país, tanto que algumas empresas se engajaram no projeto, “[...] como a indústria farmacêutica que fez propaganda sobre doações de equipamentos para os integrantes das equipes” (MOTTA, 2014, p. 94), entre outras<sup>48</sup>.

Suas áreas de atuação eram regiões de fronteira ou áreas pouco desenvolvidas, como o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste do país. Porém, mesmo se tratando de um projeto elaborado pelo governo militar, as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesi) das universidades informavam ao SNI a lista dos participantes, como relata Motta (2014, p. 94), sobre os 144 estudantes que viriam para o Mato Grosso do Sul, em 1981, tendo a Aesi da universidade de origem, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), enviado lista ao SNI.

No Projeto Rondon, além da área da saúde, incluiu-se também engenharia, agronomia, veterinária e geociências, culminando com a criação e implantação da Fundação Projeto Rondon<sup>49</sup>, através da Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, vinculada ao Ministério do Interior, com a finalidade de motivar a participação voluntária da juventude estudantil no processo do Desenvolvimento, da Integração Nacional e da Valorização do Homem, em cooperação com o MEC.

<sup>46</sup> “Antes da Operação Rondon houve iniciativas semelhantes, que decerto a inspiraram. Uma delas foi o programa Corpos da Paz (Peace Corps), criado pelo governo Kennedy em 1961. A filosofia da organização era recrutar estudantes norte-americanos para atuar em atividades assistenciais nas regiões pobres do mundo, no espírito da Aliança para o Progresso” (MOTTA, 2014, p. 88).

<sup>47</sup> Da iniciativa do Projeto Rondon, surgiu também a ideia de inserir as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) para formar uma “consciência nacional” entre os estudantes.

<sup>48</sup> “A Volkswagen também fez anúncios publicitários com alusão ao projeto Rondon”, (cf. MOTTA, 2014, p. 375).

<sup>49</sup> Estatuto disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RjdFWQ2rvakJwww2.cama.mara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83400-3-maio-1979-432729-estatutodafundacao-pe.doc+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 11 mai/2016.

Na Europa, por ocasião das novas formas de produção e das exigências econômicas, no final do século XVIII, dá-se o início do processo de disciplinarização dos saberes (FOUCAULT, 2005b)<sup>50</sup>, com a intervenção do Estado, mediante a eliminação e a desqualificação de saberes inúteis e custosos, ajustando-os aos demais, permitindo, assim, a comunicação, a classificação hierárquica e a centralização piramidal, tal como encontramos nas recomendações propostas nos acordos MEC-Usaid para a reforma universitária no Brasil.

Como afirmam os consultores estadunidenses, “[...] o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade é função direta de seu desenvolvimento educativo [...], para o desenvolvimento da América Latina, a educação superior constitui o verdadeiro ponto de partida” (FÁVERO, 1991, p. 20), e, no Brasil, diante do radicalismo do movimento estudantil, a reforma universitária era uma necessidade política urgente, implantando uma nova estrutura organizacional, baseada no modelo da empresa.

Os princípios organizacionais que deveriam reger as reformas administrativa, universitária e fiscal, integrando-as, isso é, permitindo a comunicação, a classificação e a centralização piramidal, são os mesmos que regiam as atividades do SNI<sup>51</sup>, possibilitando o controle efetivo do Governo Federal. Em relação aos princípios da reforma administrativa (Decreto-Lei 200/1967) implementada pelo regime militar, pode-se perceber o modelo empresarial, como afirma Câmara (2002, p. 800):

[...] os princípios fundamentais aos quais as atividades da administração federal deverão obedecer. São eles: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; e, controle. Destacam-se, aqui, os conceitos de descentralização e de delegação de competência, fundamentais para uma discussão do relacionamento entre instâncias de governos. (CÂMARA, 2002, p. 800).

Assim, nas sociedades modernas, a verdade aparece na forma da ciência e nas instituições que a produzem e circulam nos aparelhos de educação e informação. Por “verdade” entende-se aqui o conjunto de procedimentos regulados para produção, repartição,

<sup>50</sup> Isso se dá com a instauração do liberalismo como técnica de governo e a emergência da economia política como acontecimento de ruptura, epistemológica e prática, de governo. A esse respeito ver Foucault (2005b; 2008a; 2008b).

<sup>51</sup> “A eficiência demonstrada pelo SNI deveu-se à obediência dos preceitos da hierarquia e da centralização sistêmica. [...] a cadeia de comando militar estava no cerne organizacional do SNI e de toda comunidade de informações. O órgão possuía a seguinte estrutura: Gabinete do Ministro, que ficava no Palácio do Planalto; Agência Central, sediada em Brasília; e agências regionais nos estados do AM, BA, CE, GO, MG, MS, PA, PR, PE, RS, RJ e SP. Ainda em sua estrutura, estavam a Secretaria de Administração e a Escola Nacional de Informações (EsNI)”. Maiores informações disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivo.nacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=15>>.

circulação e funcionamento de enunciados. Daí Foucault afirmar que “[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]” (FOUCAULT, 2011c, p. 12). A esse respeito,

[...] a instituição sempre será espaço de disposição, arranjo, instrução, educação do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas, doutrinas. Seu movimento será sempre operativo (ação propriamente dita), voltado para instituir, arranjar, estabelecer, construir, preparar, dar e recuperar; organizando seus propósitos na perspectiva de um determinado grau de regularidade ativa; concebido culturalmente por atributos designados em suas práticas sociais (OSÓRIO, 2010, p. 101).

É no interior das instituições onde vemos “[...] o corpo investido de tentativas de elaboração de conhecimento [...] sempre ocorrendo em movimento de fora para dentro [...] pautados pelos mecanismos vigentes em cada sociedade [...]” (OSÓRIO, 2013, p. 71).

No próximo capítulo, “Ferro, cimento, concreto e pessoas: a criação da UFMS”, farei uma contextualização histórica, política e social da época, desde a chegada do exército a Campo Grande, até a necessidade de se criar uma universidade no Estado em vias de se dividir. A série universidade-ditadura militar-divisão do Estado aparece como suporte da relação entre ciência e governo.

## 2 FERRO, CIMENTO, CONCRETO E PESSOAS: A CRIAÇÃO DA UFMS



Figura 2 - Foto dos alunos e professores visitando a futura sede da Universidade. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).<sup>52</sup>

Para dissertar sobre a emergência da UFMS é preciso analisar o contexto anterior, quando o Estado, Mato Grosso, ainda era uno. Foi nessa época que surgiu o embrião da UFMS, cujo nascimento está entremeado com a política do período, e com a história e desenvolvimento do lugar em que se insere, vinculada às atividades militares do início do século XX.

Este capítulo está dividido em dois tópicos e tem como recursos fotos, documentos e livros já publicados que me auxiliaram numa digressão histórica do contexto da emergência da referida universidade, como suporte para a análise de suas condições de possibilidade, bem como um “flanar” nas análises teórico-metodológicas de Foucault sobre a emergência das modernas relações entre ciência e governo, que guiarão minha análise. Por poder, compreendo àquilo que pode governar a conduta os homens, seja em relação a si mesmo (governo de si),

<sup>52</sup> Esta fotografia contextualiza o momento de conquistas que viviam alunos e professores da Universidade. São alunos da primeira turma do Curso de Medicina que com alguns professores e o Reitor, Professor João Pereira da Rosa foram ver o andamento daquele que seria o Bloco onde funcionariam os Departamentos das disciplinas comuns aos três cursos que foram os primeiros da UEMT (Farmácia-Bioquímica, Odontologia e Medicina).

seja em relação aos outros (governo dos outros), ou seja, uma função positiva, contrastando com uma concepção negativa de poder, como repressão/interdição.

## 2.1 O EXÉRCITO EM CAMPO GRANDE: A EDUCAÇÃO

Por volta dos anos vinte do século passado, chega ao município de Campo Grande o exército. Muitos eram os conflitos entre os fazendeiros, por disputa de terras e pelo poder na região sul do Estado de Mato Grosso, o que dificultava o desenvolvimento da educação.

Conforme o município crescia, a população sentia a necessidade de instalação das escolas no interior do Estado, pois comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, dentre outros, não possuíam condições de enviar seus filhos aos internatos dos grandes centros urbanos ou para o exterior.



Figura 3 - Foto dos alunos comemorando a data cívica da Proclamação da República nos quartéis do Exército de Campo Grande em 15/11/1942. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

As dificuldades eram muitas, com precariedade de recursos financeiros, materiais e humanos. Em meados de 1909, o exército brasileiro, que já transitava no Sul do Mato Grosso – visto que, em 1748, entra na Região Oeste do Brasil a primeira tropa militar, a Companhia

dos Dragões, liderada pelo capitão-general Antonio Rolim de Moura Tavares, com vistas a proteger a expansão territorial brasileira realizada pelos bandeirantes –, foi designado a instalar a sede da Circunscrição Militar de Mato Grosso, no município de Campo Grande, ocupação realizada em 1921<sup>53</sup>.

A missão do Exército, àquela época, não se restringia somente à defesa nacional e fronteira, mas também ensinar às gentes. Essa missão foi estabelecida por Benjamin Constant, logo após a Proclamação da República, em 1889, posto que, para ele, criador da doutrina do Soldado-Cidadão, antes de serem soldados, os membros das forças armadas eram cidadãos e como tais deveriam comportar-se (SANTOS; CENTENO, 2007).

A esse respeito, é interessante lembrar a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, pelo representante do despotismo esclarecido e modernizador de Portugal, Marquês de Pombal. Como se sabe, com os iluministas, a religião, como saber, foi alvo de críticas radicais, a tal ponto de a Idade Média ser denominada Idade das Trevas. Para o positivismo (século XIX), herdeiro da ilustração, o pensamento religioso é considerado um raciocínio pré-lógico, análogo à fase da humanidade, sendo, portanto, desqualificado relativamente à ciência, que adquire, nesse contexto, o *status* de verdade. Daí todo o esforço da disciplinarização dos saberes, no início da modernidade, agora com a soberania estatal, eliminando o ensino religioso, considerado um dos maiores obstáculos ao progresso, missão estabelecida, no Brasil, pelo republicano Benjamin Constant, bem como a relação intrínseca entre os militares e uma concepção de educação considerada neutra, politicamente falando.

Desse modo, em 1912, o governo do Estado do Mato Grosso autorizou a construção de um grupo escolar no município de Campo Grande, posteriormente conhecido como ‘Joaquim Murtinho’. Entretanto, apesar de estar em funcionamento desde 1914, em prédio alugado, só foi transferido para sua sede própria em 1923, local onde se encontra até os dias atuais (ALVES, 1997).

Foi também em 1912 que o General Chefe do Estado-maior do Exército, Caetano de Faria, iniciou uma campanha onde propunha que o Exército deveria ser o prolongamento da escola e seus oficiais, os educadores. Para isso, seria necessário passar pelas casernas dos quartéis o maior número possível de cidadãos, o que implicaria tornar obrigatório o serviço militar, ideia também defendida por Olavo Bilac (SANTOS; CENTENO, 2007).

A partir de 1930, data de emergência e consolidação do Estado-nação no Brasil, com Getúlio Vargas, os militares montaram salas de aula nos quartéis, as Escolas Regimentais,

---

<sup>53</sup> Cf. FIGUEIRÓ, R. Pronunciamento no Senado Federal em 06/11/2014 e Santos; Centeno (2007).

para educar e alfabetizar os soldados. Além da alfabetização, outra função do Exército era dar aulas de instrução militar aos jovens maiores de 16 anos, em um anexo às instituições civis de ensino secundário, cujas aulas eram conhecidas como Escolas de Instrução Militar, fornecidas, geralmente, por sargentos, cuja finalidade era adiantar o serviço militar obrigatório daqueles jovens que não podiam, ou não queriam, frequentar as casernas dos quartéis, além de formar reservistas para tempos de guerra (SANTOS; CENTENO, 2007).

A esse respeito, Alves (1997, p. 21) comenta,

Fato curioso foi a criação de 14 escolas regimentais, em apenas um ano, com o fim de ministrar a instrução primária aos adultos que serviam incorporados nas fileiras do Exército Nacional e da Força Policial do Estado. Buscava-se, assim, alfabetizar os soldados para ‘melhor’ defenderem a Pátria. Nestas escolas o ensino apresentava-se como instrumento do Estado, uma vez que os professores exerciam suas funções debaixo da vigilância dos respectivos comandos. Nas demais escolas, além dos inspetores normais, foram introduzidas autoridades policiais para auxiliarem na fiscalização do ensino.

A influência dos militares na educação no município de Campo Grande era incisiva, e muitos deles se tornaram professores por iniciativa própria, alguns eram chamados a dar aulas de Educação Física e de Instrução Militar. As escolas que mais receberam esses militares escalados foram o Instituto Osvaldo Cruz, Visconde de Cairú, Escola Ativa, Escola Normal e Modelo, entre outras.

De 1930 a 1940, houve um grande incentivo do governo para ocupação e expansão das fronteiras agrícolas, com a intenção de tornar as terras mais produtivas, para o enriquecimento da economia nacional. Essa campanha para ocupação de terras intencionava dominar e unificar o território, evitando, assim, tanto as rebeliões separatistas quanto o domínio estrangeiro (BITTAR, 2009).

A ocupação, entretanto, não trouxe grandes mudanças no cenário econômico, porque a maioria consistia em grandes latifúndios, de baixa produtividade. Os pequenos proprietários, gente pobre e humilde, não contavam com incentivo ou auxílio do governo, somente os grandes proprietários, não obstante a baixa produtividade.

Para Bittar (2009), essa situação consistia em um paradoxo, pois, se o ideário do governo era tornar as terras do centro-sul produtivas, com vistas ao crescimento da economia nacional, na prática, isso não ocorria, pois quem realmente produzia não tinha incentivo ou auxílio governamental: as mudanças estruturais necessárias para tanto não ocorreram.

Na véspera de 1938, o governo Vargas lançou a campanha Marcha para o Oeste, com a criação de colônias agrícolas, apoiado pelos governos estaduais, sem, porém, fornecer auxílio às famílias e aos pequenos proprietários. A intenção de ocupar e colonizar essa área

geográfica tinha como pano de fundo o domínio e o controle social, consolidando a autoridade do governo e a ditadura, tanto que, em relação ao sul de Mato Grosso, pretendia povoar e integrar (BITTAR, 2009).

Nessa época, a economia do Estado exibia-se, com toda sua força, por meio de propagandas no rádio, no Brasil e no mundo, chamando a atenção à ocupação da região, cumprindo a política varguista de povoamento do território brasileiro e de incremento a economia do país, inclusive, com abertura de estradas e escolas.

Em 1941, Júlio Müller decretou que fossem criadas cem (100) escolas rurais no Estado. No entanto, em Mato Grosso, a educação era tratada com descaso, não havia condições materiais e os poucos professores existentes, além de mal remunerados, não possuíam instrução suficiente, daí a participação militar nesse processo (ALVES, 1997).

O incentivo do governo à educação fazia parte da política governamental, instrumento de alfabetização e capacitação da população para a produção agrícola e industrial e, com isso, enriquecer a economia nacional, aproveitando todos os recursos que o país poderia oferecer.

Nos anos 1940, com a concretização da Marcha para o Oeste, através do Decreto nº 3.059, destacou-se a instalação de colônias agrícolas federais no sul de Mato Grosso, convocando o povo a ocupar o território. Quem quisesse escola e trabalho, deveria tornar a terra produtiva. A partir de 1941, houve uma grande procura pelas terras agrícolas de Mato Grosso, gerando um aumento expressivo da população. Nesse processo, a escola era o atrativo principal, a ligação entre o colono e a terra. Conforme Alves (1997), a escola era usada como transmissora dos ideais políticos vigentes, ou, conforme o vocabulário foucaultiano, tornar os corpos úteis, economicamente, e dóceis, politicamente.

Como pano de fundo dessa política, além do problema do povoamento e da economia nacional, estava a necessidade de produção de alimentos baratos e matéria-prima para a Segunda Guerra Mundial, que ocorria então. A ideologia nacionalista da época, que despertava o sentimento de orgulho da nação, intencionava dirigir as massas para concretização dos objetivos governamentais.

Segundo Neuvald (1996), a ocupação do espaço mato-grossense foi, em parte, satisfatória: em 1950, a população rural constituía 34%, e, em 1960, 40%. De 1949 a 1960, houve um aumento anual de 11,5% na produção das lavouras mato-grossenses, em razão do crescimento da população rural, em detrimento da urbana. Foi nessa época que o município de Campo Grande recebeu grande contingente de imigrantes, provenientes de vários lugares do país e do mundo, ajudando a formar a diversidade cultural e étnica do município.

Compreende-se que, da década de 1930 aos primeiros anos da década de 1960, foi o tempo da expansão, com larga ocupação territorial, na qual a educação básica e agrícola tinha papel fundamental. O sistema escola fazenda foi amplamente incentivado a partir da década de 1960, quando houve necessidade da formação de profissionais agrícolas, estimulada pelas federalizações das universidades estaduais, ajustando-se às demandas decorrentes do surgimento de grandes empresas e de conglomerados agrícolas, voltados ao desenvolvimento de tecnologias. Por esse motivo, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024/61, “[...] que reuniu as antigas escolas de iniciação agrícola (formadoras de operários agrícolas) e as escolas agrícolas (formadoras de mestres)” (NEUVALD, 1996, p. 86).

Aqui, podemos perceber como as políticas nacional-desenvolvimentistas, implementadas por Getúlio Vargas, coincidem com a constituição efetiva de um Estado-nação, conforme analisado por Foucault (2005b, 2008a, 2008b), com o desenvolvimento das técnicas disciplinares (individualizantes) e biopolíticas (totalizantes), com vistas ao crescimento da nação. Distintamente da ênfase “liberal” da velha república, as políticas implementadas a partir de 1930, possuem um caráter centralizador e intervencionista, com vistas à regulação da sociedade. Daí, as novas atribuições do Estado, como bem salientaram Durkheim (1999)<sup>54</sup> e Marx (1997)<sup>55</sup>, acerca da nova configuração estatal que emergia na França, no final do século XIX.

Nesse contexto, após o período de expansão da educação, em 1962 foi instalada, no município de Campo Grande, a seccional do Conselho Regional de Farmácia, jurisdicionado ao CRF de Goiás, do qual fazia parte o Major Hércules Maymone (farmacêutico), que sonhava em implantar o ensino superior gratuito na região e, em especial, o curso de graduação em Farmácia, conhecedor que era da necessidade dos jovens campo-grandenses, cuja vocação nem sempre se dava na área de humanas e sociais, já oferecida pelos salesianos.

<sup>54</sup> “A incumbência de zelar pela educação da juventude, de proteger a saúde geral, de presidir ao funcionamento da assistência pública, de administrar as vias de transporte e comunicação, entra pouco a pouco na esfera de ação do órgão central. Em consequência, este se desenvolve e, ao mesmo tempo, estende progressivamente a toda a superfície do território uma rede cada vez mais densa e complexa de ramificações que substituem os órgãos locais preexistentes ou os assimilam. Serviços de estatística mantêm-no a par de tudo o que acontece nas profundezas do organismo.” (DURKHEIM, 1999, p. 210).

<sup>55</sup> “Esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina de Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. [...] Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão de trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo esse interesse comum (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França” (MARX, 1997, p. 125-126).

O apoio fundamental dos poucos profissionais da área, trabalhando na cidade, nessa época, e da Associação de Cirurgiões Dentistas, possibilitou a concepção do movimento em prol da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso. (SILVA, 2008).

Em seu livro de memórias, o professor Hércules Maymone (1989, p. 24) ressalta que a luta para implantação dos cursos de nível superior em Campo Grande era de longa data, com os esforços empreendidos pela professora Oliva Enciso, na época Deputada Estadual, para reabrir a Faculdade Matogrossense de Odontologia e Farmácia, que havia funcionado em 1929, que, mesmo sem ter sido oficializada, formou uma turma de farmacêuticos e cirurgiões dentistas.

O apoio da professora Oliva Enciso também é citado pela professora Ruth Pinheiro da Silva em sua entrevista (SILVA, 2008). A luta rendeu resultados: O MEC determinou que fosse providenciada a abertura de outro curso de nível superior em Campo Grande e, por esse motivo, o movimento empreendido por Maymone uniu-se com o empenho da professora Oliva Enciso.

No entanto, sem condições financeiras para garantir os recursos para implantação dos cursos, a forma encontrada foi angariar doações, quaisquer que fossem sua natureza. Inúmeras reuniões foram realizadas, além da distribuição de panfletos e propagandas, no intuito de divulgar e conquistar adeptos. Para tanto, um intenso movimento entre os profissionais farmacêuticos e dentistas ocorreu, na busca de maior apoio e divulgação (MAYMONE, 1989, p. 26).

As doações, recebidas pela antiga livraria Trouy, e pela livraria e tipografia Rui Barbosa, possibilitou que o grupo imprimisse sua própria correspondência e propaganda para divulgação no rádio. A então, Deputada Estadual, professora Oliva Enciso, consegue marcar uma audiência com o então governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, no dia 26 de agosto de 1962, sendo adiada para o dia 31, quando então entregaram ao governador um memorial, contendo as propostas para a abertura dos cursos de nível superior em Campo Grande. No dia seguinte, a imprensa local publica a notícia, pedindo o apoio popular, que foi irrestrito à causa, contando, inclusive, com o apoio total do Comando da 9ª Região Militar de Campo Grande, na pessoa do General de Divisão João Baptista de Mattos – militar favorável às ideias revolucionárias de 1964 –, que oficializou seu apoio em ofício dirigido à Associação Farmacêutica e à Associação dos Dentistas (MAYMONE, 1989, p. 26-30).

Apesar de não estar explícito nos documentos citados por Maymone, o País passava por um momento político conturbado; enquanto no cenário mato-grossense vislumbrava-se a luta pela educação, no cenário nacional, com a crise econômica, e a deterioração do salário

real, alastraram-se as greves no centro industrial do país<sup>56</sup>. A greve dos trabalhadores industriais urbanos trouxe consigo a reivindicação pela reforma agrária, preparando o golpe que viria a ocorrer em 1964.

Enquanto isso, aqui no Estado, a luta pela implantação dos cursos de nível superior continuou, até que, em 9 de novembro de 1962, por meio da Lei nº 1.755, o Governo Estadual determina a criação do Curso de Farmácia e Odontologia. Apesar do motivo explícito da criação dos cursos ser a formação profissional dos jovens que não tinham condições de se deslocar para os grandes centros – e o fato do não retorno dos que tinham condições –, segundo Maymone (1989), a abertura dos cursos correspondia às estratégias militares de ocupação da região fronteira, fixando os jovens no Centro-Oeste, garantindo-se, assim, a ocupação na região.

Em entrevista a Professora Jacira Helena do Valle Pereira e Miriam Mity Nishimoto a Professora Ruth Pinheiro da Silva, declara: “Finalmente, após inúmeros percalços, o Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, através da Lei nº 1755, de 09 de novembro de 1962 ‘Cria a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso’. Uma festa para os campo-grandenses”; “[...] Por ordem do Governador, Dr. Fernando, a Faculdade seria instalada provisoriamente, no Colégio Estadual Campo-grandense e funcionaria à noite”. (SILVA, 2008, p. 6); “[...] Em 1968, realizou-se o primeiro vestibular unificado (Odontologia, Farmácia e Medicina)” (SILVA, 2008, p. 9)<sup>57</sup>.

Após a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, era preciso continuar a luta pela implantação da referida faculdade. Nesse sentido, os grupos participantes das diretorias da Associação das categorias profissionais, com apoio irrestrito da Deputada Oliva Enciso, contataram o então governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa para agendar uma reunião, na qual se definiria as ações vindouras ao alcance dos objetivos da implantação das faculdades. Dessa reunião participou o então Capitão Hércules Maymone, farmacêutico do exército, com a permissão do alto comando da 9ª Região Militar, datada de 01 de janeiro de 1963, realizada em Cuiabá, e em 19 de fevereiro de 1963 foi então criado o grupo de trabalho que cuidaria da implantação da faculdade (MAYMONE, 1989, p. 52-53).

<sup>56</sup> “São Paulo foi o teatro de formidáveis movimentos grevistas, como a greve total dos ferroviários da Sorocabana, a dos “barnabês” e professores primários do Estado e, principalmente, a greve geral de 29 de outubro, que envolveu quinze categorias profissionais, abrangendo um total de setecentos mil trabalhadores” (PEDROSA, 1966, p. 176).

<sup>57</sup> Fotos 3 a 5, do referido vestibular: Após análise destas fotografias podemos destacar uma freira, um militar fardado e os fiscais todos de terno. O referido vestibular foi realizado na União Campo-grandense de Estudantes (UCE) no ano de 1968.

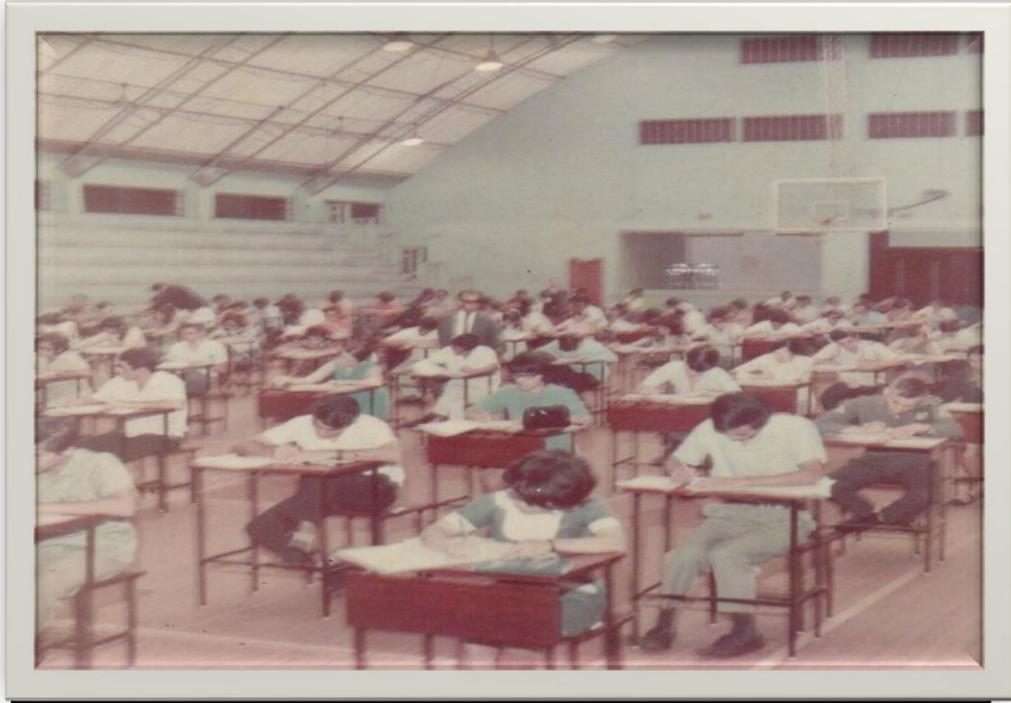


Figura 4 – Fotos que retratam a realização do primeiro vestibular unificado em 1968, para os cursos de Odontologia, Farmácia e Medicina. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

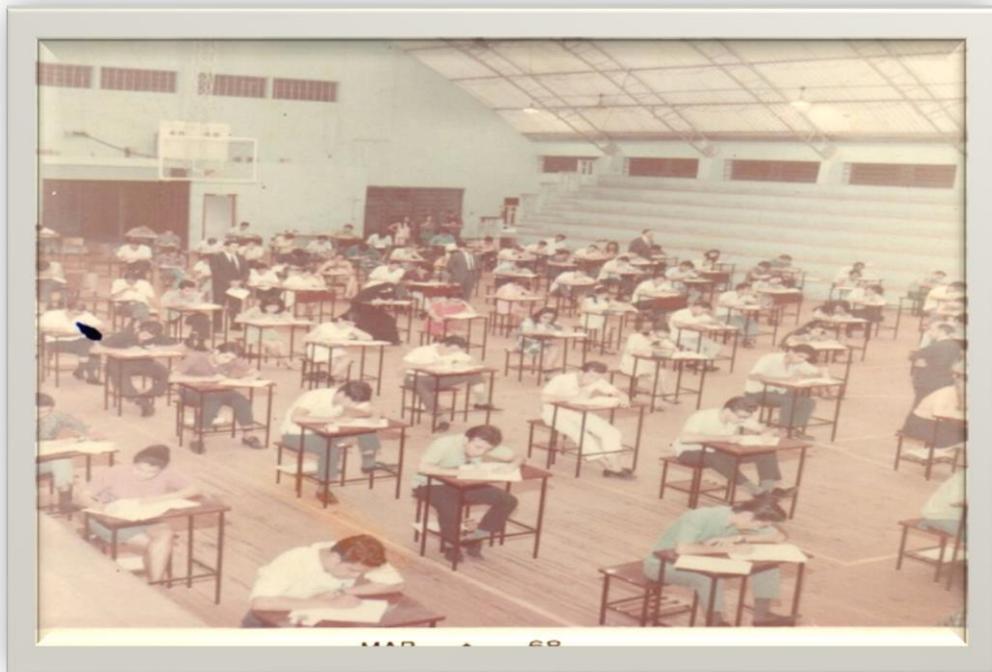


Figura 5 – Fotos que retratam a realização do primeiro vestibular unificado em 1968, para os cursos de Odontologia, Farmácia e Medicina. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

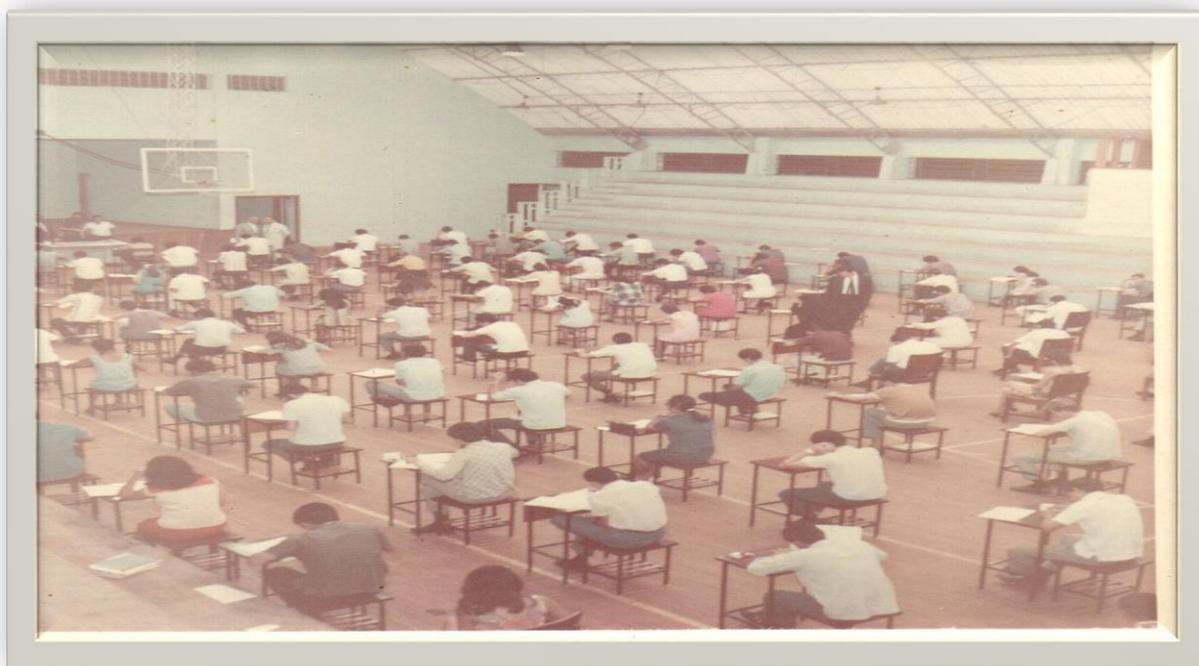


Figura 6 – Fotos que retratam a realização do primeiro vestibular unificado em 1968, para os cursos de Odontologia, Farmácia e Medicina. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

Nessa mesma época, idos de 1963 e princípios de 1964, reuniam-se com frequência, o General Meira Mattos<sup>58</sup>, que dirigia o 16º BC de Mato Grosso, e o então governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, para conversas informais, em sua residência, durante as quais expressavam seu descontentamento com os rumos políticos do País e almejavam, esperançosamente, o surgimento de um movimento político para depor o então Presidente da República, João Goulart, e estancar seus ideais comunistas. Há que se ressaltar que a destituição de João Goulart era apoiada tanto pelo norte como pelo sul de Mato Grosso. (BITTAR, 2009, p. 280-282). Segundo Bittar (2009), por detrás dos ideais democráticos e desenvolvimentistas de Mato Grosso, havia profícuo interesse político e militar na região.

Enquanto no cenário político regional havia a crescente rivalidade entre norte e sul e a luta pelo desmembramento, no cenário nacional, desenhavam-se as condições para a tomada do poder civil pelos militares, insatisfeitos com os rumos da política nacional. Entremeios, em Campo Grande, articulavam-se as forças para a consolidação dos cursos universitários de Farmácia e Odontologia, com a nomeação do grupo responsável pela efetivação e funcionamento dos cursos, e a consolidação da faculdade.

<sup>58</sup> Presidente da Comissão Meira Mattos, parte brasileira dos consultores dos acordos MEC-Usaid.

O Governador do Estado, Dr. Fernando Correa da Costa, constituiu o Grupo de Trabalho pró-instalação da Faculdade, através da Portaria nº 3363, de 1º de fevereiro de 1963, composta pelos seguintes membros, empossados em 14 de fevereiro de 1963: Oliva Enciso, Representante do Governo do Estado; Hércules Maymone; José de Menezes, Aloysio Americano Magiano Pinto, Antonio José Paniago, Mario Pedro de Cerqueira Caldas e Kalil Rahe.

Na opinião do professor Edmir Padiãl,<sup>59</sup> Campo Grande deve aos militares a existência da UFMS. Além de a maioria dos professores e alunos serem militares, a ajuda do Hospital Geral Militar na conservação do prédio – inclusive com os materiais usados pelos alunos e a limpeza do local – foi imprescindível para a continuação de seu funcionamento.

Em entrevista a Pereira e Rodrigues (2008), declara:

O que é interessante é que Campo Grande, nessa época, tinha muita falta de energia elétrica, não tinha luz e no colégio o sistema elétrico estava todo deteriorado. E pra montar a faculdade nós tivemos que refazer. **Essa universidade só existe por causa da colaboração dos militares; os nossos professores e alunos eram praticamente todos militares** (2008, p. 3, grifo nosso).

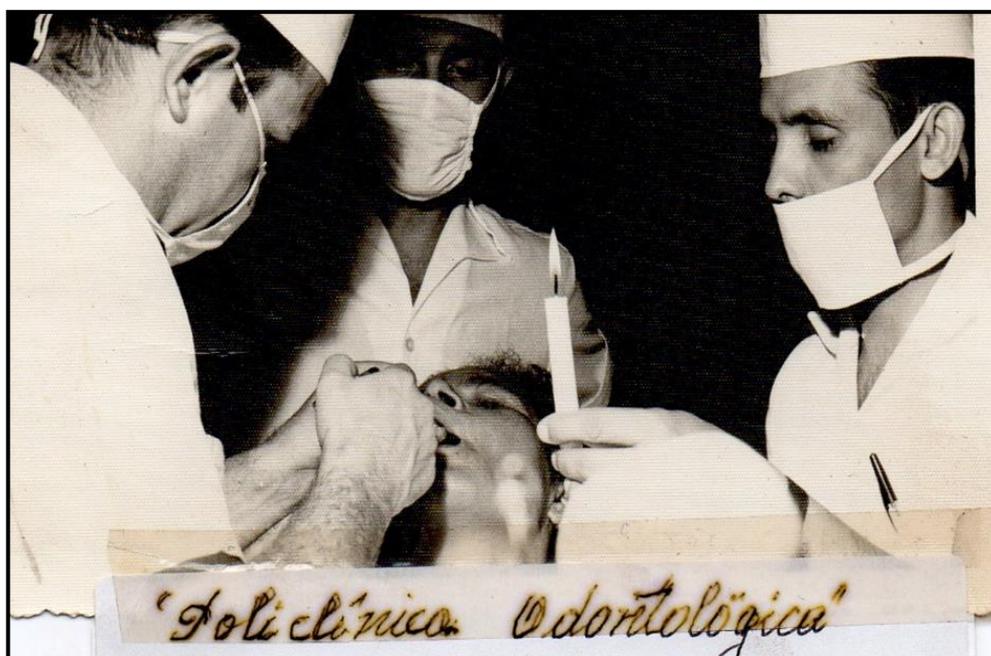


Figura 7 - Foto dos acadêmicos do Curso de Odontologia em aula prática, no período noturno. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

<sup>59</sup> PADIAL, Edmir. Depoimento (Nov. 2008). Entrevistadoras: Jacira Helena do Valle Pereira e Miriam Mity Nishimoto In: Pereira (2013).

Esta é uma imagem muito emblemática e significativa, por retratar o esforço pessoal de professores e alunos e as precárias condições de funcionamento dos primeiros cursos da Universidade. O funcionamento dos primeiros cursos da FFOMT, antes da construção do Câmpus na Cidade Universitária era muito precário, uma vez que, naquele período, a energia na cidade era produzida por motor, não havia estação de rede elétrica.

Por sua vez, os estudos sobre a geopolítica brasileira, que vinha ocorrendo desde 1930 – considerado o início de fortalecimento e consolidação do Estado-nação no País – a partir de 1950 houve um aprofundamento, com o General Golbery do Couto e Silva, membro da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>60</sup>. A ESG formulou sua doutrina sobre segurança nacional e formou elites civis e militares em condições de criar e estabelecer estratégias voltadas ao desenvolvimento nacional, tanto que, quando assumiu a presidência, Castelo Branco já tinha formulada toda uma política de desenvolvimento nacional, visto também ter feito parte do quadro de alunos da ESG, e ter estudado, durante anos e com afinco, sua doutrina (BITTAR, 2009, p. 269):

De qualquer forma, porém, pode-se falar hoje, sem forçar a expressão, de uma estratégia ocidental como um todo, bem definida e coerente, válida para todo o âmbito mundial e duradoura no tempo. E essa estratégia merece o nome que já se lhe deu de “estratégia de contenção”, por mais que tal qualificativo lhe houvesse sido mais especificamente aplicado em determinada etapa de sua lenta e penosa formulação. Com efeito, o propósito fundamental, deliberadamente assentado, é nada outro que conter o expansionismo comunista em suas fronteiras, já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta quanto indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois (SILVA, 1981, p. 240-241).

A premissa é que os militares faziam planos para o País. Desde 1950, o general Golbery do Couto e Silva<sup>61</sup> já vinha empreendendo estudos geopolíticos em Mato Grosso, visando o desenvolvimento de estratégias de ocupação do Estado, para garantir a segurança

<sup>60</sup> “O *National War College*, fundado em 1946, teve como objetivo a criação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norteamericana no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva de segurança coletiva. Sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, foi um dos responsáveis pela elaboração da DSN. As escolas militares na América Latina foram formuladas segundo a inspiração dessa escola de guerra: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil” (FERNANDES, 2009, p. 836).

<sup>61</sup> Fernandes (2009, p. 831), “Geopolítica do Brasil”, do general Golbery do Couto e Silva (1958), é considerada a obra mais influente sobre a incorporação da geopolítica brasileira ao ideário da Guerra Fria e da segurança nacional.

nacional. A elite econômica sul-mato-grossense, formada principalmente por fazendeiros, apoiava os militares em seus estudos geopolíticos sobre a região, sob a lógica do progresso e do desenvolvimentismo, conceitos vinculados à doutrina da segurança nacional. Como destaca Bittar (2009), o modelo capitalista implantado pelos militares incluiu a divisão do Estado do Mato Grosso, para uma ocupação territorial mais rápida e eficaz, garantindo, assim, a segurança das fronteiras secas brasileiras. Além disso, a estratégia desenvolvimentista na região se coadunava com os objetivos gerais da ação contrarrevolucionária da ESG:

[...] a ‘Teoria do Cerco’, que postulava que a subversão estava nas fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano (FERNANDES, 2009, p. 847).

Os acontecimentos que precederam o golpe de 1964 envolveram o governo de Juscelino Kubitschek e a enorme dívida contraída com a construção de Brasília, pois o Plano de Metas, apesar de ter sido um sucesso no que tange ao seu planejamento executivo, teve grandes problemas de financiamento. Sua consecução previa o custeamento de 50% pela União, 35% pela iniciativa privada e 15% por meio de agências de crédito governamentais. No entanto, a participação financeira da iniciativa privada foi pequena, deixando para o Estado a responsabilidade pela grande maioria dos recursos despendidos. O desarranjo financeiro do setor público, durante o governo JK, a ideia de uma reforma agrária, aliadas às reformas bancárias, universitárias e eleitoral, acabaram sendo um dos principais responsáveis pela crise econômica que o país viveu durante a década de 1960, que acabou por culminar no golpe de 1964 (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 28).

O governo de Mato Grosso, nessa época, participava do movimento revolucionário, com apoio do Comandante do 16º Batalhão de Caçadores, favorável aos ideais “revolucionários” que tomaram o poder. Os grupos políticos, tanto do norte quanto do sul, apoiaram a “revolução”, por acreditarem que os militares valorizariam a região e apoiariam a divisão do Estado.

O regime militar – que passou a vigorar no Brasil a partir da deflagração do movimento denominado “Revolução de 31 de março de 1964”, no qual assume a Presidência o general Castello Branco – inaugura um período de profundas transformações legislativas, que vão tocar de perto a doutrina da Segurança Nacional e os direitos civis, principalmente em suas liberdades. A primeira transformação sentida foi a edição do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que alterou algumas disposições da citada Lei nº 1.802/53 (então Lei de

Segurança Nacional), principalmente a atribuição à Justiça Militar a competência para processar e julgar militares e civis pela prática de crimes previstos na referida Lei.

Em meio à turbulência política do país, Campo Grande vivia um dia de festa e de comemorações, posto que no dia oito de julho desse mesmo ano foi realizada a solenidade de abertura dos cursos de Farmácia e Odontologia, com a presença de autoridades governamentais, futuros acadêmicos, professores e membros da sociedade civil, cuja sessão foi presidida pelo capitão do Exército, Dr. Hércules Maymone, então presidente das entidades Associação Farmacêutica de Mato Grosso e a subseção I do Conselho Regional de Farmácia. Nesse mesmo dia, o governo anuncia a abertura de novos cursos, como Veterinária, Agronomia, Filosofia, entre outros (MAYMONE, 1989, p. 250-160).

O governo do Estado de Mato Grosso apoiou inteiramente a “revolução” que ora se consolidava. O então governador, Dr. Fernando Corrêa da Costa, sulista, apoiou totalmente a tomada de poder pelos militares, bem como os grupos do norte e do sul – ao contrário do ocorrido nos movimentos de 1930 e 1932, quando as elites políticas, norte e sul, divergiram completamente –, pois acreditavam que os militares valorizariam o Estado e promoveriam o desenvolvimento da região, relegada a segundo plano pelo governo federal.

Os militares tinham um excelente material de estudo sobre o Mato Grosso, elaborado, durante anos, pelo General Golbery. Esse estudo levou em consideração não só a política de segurança nacional, mas a de desenvolvimento e integração regional, e tinha como principal preocupação a divisão do Estado, para melhor integrá-lo e ocupá-lo.

Em 1966, enquanto no cenário nacional eclodia a promulgação dos Atos Institucionais nº 3 e 4, – o primeiro, versando sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais, permitindo que senadores e deputados, federais ou estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de prefeito de capital de Estado, excluindo da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; o segundo, convocando o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. Em Mato Grosso, a Associação Médica trabalhava pela implantação do Instituto de Ciências Biológicas no município de Campo Grande, que integrou os cursos de Odontologia e Farmácia, criando, ainda, o curso de Medicina, cujo primeiro vestibular só aconteceu em 1968 (BITTAR, 2009, p. 300).



Figura 8 – Foto dos acadêmicos da 1ª turma do Curso de Medicina Veterinária em 1970, desfilando em Feira Agropecuária de Campo Grande<sup>62</sup>. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa)

Nesse ínterim, vários médicos pertencentes à diretoria da Associação Médica, que também lutavam pela implantação do curso de graduação em Medicina, foram presos por conta dos Atos Institucionais. Muitos militares foram aposentados forçosamente, professores simpatizantes de Goulart foram demitidos, e alguns profissionais foram presos e ficaram incomunicáveis por algum tempo. Dentre esses, citam-se o já falecido Dr. Nelson Trad e Dr. Humberto Neder. Apesar disso, a luta pela implantação continuou e culminou com uma campanha pela criação da Universidade Federal de Mato Grosso, com sede no município de Campo Grande. Mas a antiga disputa entre o norte e o sul do Estado não deixaria de existir. A sociedade cuiabana empreendeu uma campanha para que a sede da universidade ficasse em Cuiabá, atormentando o governo do Estado com um *jingle* que pedia ao governador para não instalar a sede da referida Instituição em uma cidade do interior. Diante dessa pressão popular, o governador decide criar a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso em Cuiabá e a Universidade Estadual em Campo Grande (ROSA, 1993, p. 47).

Em entrevista concedida a Sonia da Cunha Urt, Eder Ahad Charad Edine e Nilva Narciso Rocha Celestrino, a professora Denise Tibau de Vasconcelos Dias (2013, p. 7), declara:

<sup>62</sup> Nas faixas: “Estamos em ritmo de Brasil e MT prá frente” (Patrocinadores: Secretaria da Agricultura – Sindicato Rural e Associação de criadores); “Nós acadêmicos da 1ª turma de Medicina Veterinária da UEMT pretendemos lutar pela melhoria da Pecuária Nacional”.

Porque Campo Grande queria um curso, tinha que levar para Corumbá, tinha que ter em Aquidauana, tinha que ter pra Dourados e tinha que ter para Três Lagoas [...] Se Corumbá conseguia um curso, Aquidauana queria também! E assim íamos. Ninguém queria ficar para trás em termos de oferta de cursos [...] Então, não houve estudo das questões regionais na expansão de cursos. Eram as questões políticas locais que estabeleciam a direção.

Na sequência, as funções legislativas do Congresso Nacional sofreram forte esvaziamento e o governo impôs leis pela excepcionalidade. Após a morte de Castello Branco, a partir de 15 de março de 1967, assume a Presidência da República o General Arthur da Costa e Silva, iniciando uma fase de endurecimento e rigidez no regime, flagrantemente marcada pela edição do AI-5, a 13 de dezembro de 1968, cassando muitas garantias individuais e cerceando a área de atuação do Poder Judiciário (VERSIANI, 2010, p. 240).

Tal enrijecimento acarretou na transfiguração da Constituição de 1967 em extremismo autoritário, através da Emenda Constitucional de 1969, e, ainda, a edição do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que passou a ser chamado de Lei de Segurança Nacional, tornando mais e mais severas as punições contra os crimes políticos, fazendo uso regular do poder coercitivo como meio de enfrentamento aos conflitos sociais. A atividade legislativa reduziu-se, praticamente, à prerrogativa de confirmar as medidas tomadas pelo Poder Executivo, “autorizado” a governar por decreto (VERSIANI, 2010, p. 240).

Nessa mesma época (1966), foi aprovada a Lei que criava o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande e, em 1967, autorizado seu funcionamento. Em 1969, após longas discussões acerca do local de implantação da Universidade Federal, o então Governo do Estado de Mato Grosso, na pessoa do governador Pedro Pedrossian, cria a UEMT, com sede em Campo Grande, e a UFMT, com sede em Cuiabá, através da promulgação da Lei nº 2.947, de 16 de setembro de 1969. Em janeiro de 1970, extingue o Instituto de Ciências Biológicas e cria o Centro de Estudos Sociais, Centro Tecnológico, Centro de Ciências Biológicas e de Educação Física, além do curso de Engenharia, em Campo Grande. No dia 25 de fevereiro de 1970, o governador, através da Portaria nº 86/70, designou os professores João Pereira da Rosa, Maria da Glória Sá Rosa, Waldeck Maia, Hércules Maymone, João Pereira da Silva e Salomão Baruki, para comporem a comissão de implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso, com prazo de trinta dias para apresentar relatório.

Nesse conturbado cenário, manifestações de estudantes, professores, intelectuais, artistas, setores da Igreja e outros, ocupavam um lugar central, e a imprensa, nacional e estrangeira, denunciava as perseguições e torturas, nos órgãos policiais, contra presos

políticos. A resistência ao regime, que se desdobrou em muitas ações e eventos, pode ter sua origem detectada nas primeiras manifestações de partidos políticos e lideranças na clandestinidade, em fins da década de 1960, em prol de uma nova constituição, que teve uma nítida aceleração entre os anos de 1976 e 1980, com a eclosão das reivindicações e greves nos grandes centros urbanos, e, em 1983-1984, com o movimento pelas ‘Diretas Já’ (VERSIANI, 2010, p. 240-242).

Em 1971, pela primeira vez, ocorre uma manifestação a favor de uma constituinte no Brasil, em um documento denominado *Carta de Recife*, elaborada em uma reunião do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, que discutia sua autodissolução como forma de protesto contra o regime. A proposta de uma campanha nacional pela convocação da Constituinte desenvolveu-se num crescente, extrapolando a agenda dos novos partidos, criados com o fim do bipartidarismo no Brasil, insuflando o entusiasmo de vários outros grupos da sociedade civil (VERSIANI, 2010, p. 240-242).

Conforme destaca Werneck Vianna (2006, p. 45), no decorrer dos anos de 1970 e 1980, havia um claro confronto entre a estratégia da derrota e da derrubada, para o enfrentamento do regime militar. A estratégia da derrota, capitaneada pela Declaração de Março de 1958, do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>63</sup>, apostava na aliança pluriclassista, tendo como guia principal o tema da democracia política para a conquista da normalidade democrática. Esta, optando pela dimensão constitucional, se fortaleceu após o resultado favorável ao MDB, nas eleições de 1974, apontando para a possibilidade de derrotar o regime por via democrática.

De outro lado, encontravam-se os defensores da estratégia da derrubada, denunciando o gradualismo reformista, liderado pelo PCB, como causa principal do golpe militar e propondo, através da configuração classe-identidade-interesse, uma ruptura com o regime capitalista e autoritário brasileiro.

Exemplos destas divergências podem ser observados na análise da transição democrática, elaboradas por Florestan Fernandes (1989), ao demonstrar total desconfiança diante da “Nova República” que surgia com a redemocratização do país, apontando para a sobrevivência do antigo regime, devido à recomposição, generalizada e global, do sistema oligárquico. Segundo Fernandes (1989), as forças conservadoras, percebendo a agitação da população após o movimento pelas Diretas, avançaram no sentido de uma recomposição pelo alto, impedindo o deslocamento de poder para as classes subalternas. Fernandes criticou ainda

---

<sup>63</sup> Cf. Carone (1982, p. 184).

a oposição que, apegada ao conceito de mudancismo, acabou por privilegiar a lógica da conciliação, perdendo a oportunidade de mudar profundamente a sociedade brasileira, convergindo com a análise de Motta (2014), sobre a tradição conciliatória, arraigada em nossa cultura política.

A eleição indireta de Ernesto Geisel para a Presidência da República, em 1974, deu início ao período conhecido como “distensão lenta, gradual e segura”, pronunciando-se a favor da reinstituição de um Estado de Direito e pela abertura política. A partir de então, ampliaram-se as expectativas de reversão do cenário repressivo e de reorientação nas relações entre o Estado e a sociedade (VERSIANI, 2010, p. 235).

Seu compromisso, na prática, supôs a centralidade e o controle do executivo federal na condução do processo de abertura, e conviveu com recorrentes ofensivas dos órgãos oficiais de repressão. No entanto, persistiam prisões e desaparecimentos de militantes oposicionistas, bem como denúncias de torturas e assassinatos.

A abertura de novos canais de comunicação entre o governo e a sociedade, também durante o governo Geisel, inaugurou a proposta de organização de uma agenda de reformas político-institucionais. Notas de ações com viés democratizante puderam ser sentidas, como a reedição do direito ao *habeas-corpus* para crimes políticos, e o fim da pena de morte e da pena de banimento. Como coroamento da promessa de abertura política, o AI-5 – para alguns a ‘exceção da exceção’ –, teve sua revogação determinada a partir de 1º de janeiro de 1979 (VERSIANI, 2010, p. 236).

No plano legislativo, se em 1974 as oposições conseguiram aumentar suas bancadas no Congresso, em 1976, o governo editou a Lei nº 3.349, de 1º de julho de 1976 (Lei Falcão), reduzindo drasticamente o espaço de propaganda política nos meios de comunicação, proibindo os debates na mídia, considerados determinantes para a vitória da oposição nas eleições de 1974.

Nessa mesma estratégia, em 1977, Geisel decretou o recesso do Legislativo e, com o Congresso fechado, determinou uma extensa série de medidas políticas que ficaram conhecidas como ‘Pacote de Abril’. Entre outras manobras, estabelecia-se a duração dos mandatos presidenciais, a partir do governo seguinte, de seis anos; um terço do Senado passava a ser eleito de forma indireta (os chamados senadores biônicos); mantinham-se eleições indiretas para o cargo de governador, e ampliavam-se as bancadas parlamentares das unidades federativas menos desenvolvidas do país, nas quais o partido governista alcançava hegemonia.

Em agosto de 1977, Goffredo Teles Júnior, e vários outros acadêmicos, veicularam a ‘Carta aos Brasileiros’, que “[...] conclamara a Nação a procurar a única via legítima, com que restaurar as instituições democráticas despedaçadas – a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte [...]”<sup>64</sup>.

No mesmo ano, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publica um documento denominado “Exigências Cristãs para uma Ordem Política”, cobrando também a convocação de Assembleia Nacional Constituinte. Merece destaque a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (AOB) no mesmo sentido, a partir de 1977. O Presidente do Conselho Federal da OAB, entre 1977-1979, Raymundo Faoro, foi um incansável defensor da tese, publicando sobre o tema um texto clássico<sup>65</sup>, no qual postula que somente uma nova Assembleia Constituinte, investida de soberania, poderia recuperar a legitimidade ao carcomido Estado brasileiro.

Foi nesse conturbado cenário político e social que nasceu o Estado de Mato Grosso do Sul. Após a revolução de 1964, para consolidar o capitalismo no país e impedir as estratégias comunistas de se firmarem, foi preciso a ocupação territorial de extensas áreas desocupadas, como era o caso de Mato Grosso. Essa ocupação era fundamental, tratava-se, segundo a estratégia geopolítica, de ocupar, em tempo curto, os espaços vazios do centro-oeste. A preocupação não era somente afastar o “perigo” comunista, mas também questão de segurança nacional, em razão das fronteiras com os países vizinhos (BITTAR, 2009, p. 280-290).

O Centro-Oeste brasileiro, tido como zona de vulnerabilidade máxima, deveria ser integrado ao centro do país. As estratégias de ocupação foram elaboradas pelo General Golbery, e colocadas em prática quando da posse de Geisel no poder. Toda elite política do Estado de Mato Grosso foi favorável ao golpe militar, visto que o exército ocupava posição de destaque e de grande influência no poder. O apoio da elite do Estado se deu pelo interesse no desenvolvimento regional e na ajuda, que receberia do governo, para tal (BITTAR, 2009, p. 280-290).

A estratégia de unificar alguns Estados brasileiros estava em consonância com os planos de Golbery para o desenvolvimento do país, traçado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1974. A intenção era criar condições para o progresso do desenvolvimento da região e proteger as divisas secas do país. A lógica do governo militar era

---

<sup>64</sup> O texto pode ser lido na íntegra no site Goffredo Telles Júnior, disponível em: <[http://www.goffredotellesjr.adv.br/site/pagina.php?id\\_pg=30.e](http://www.goffredotellesjr.adv.br/site/pagina.php?id_pg=30.e)>. Acesso em: 20 abr. 2015; BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 4 ed. Brasília: OAB Editora, 2002.

<sup>65</sup> Ver Faoro (1986).

criar um novo Estado, no qual se pudesse ampliar sua base de sustentação, tanto que os militares ocuparam, e ainda ocupam, várias cidades de fronteira no Estado.

João Figueiredo assumiu a Presidência em 1979, afirmando o propósito de concluir o processo de abertura política, iniciado por seu antecessor, em ritmo que garantisse a segurança do regime. Em pronunciamento, explicou como pretendia agir com quem se opusesse a abertura: “Eu prendo e arrebento”.

Em contexto de intensa campanha em prol da ‘anistia ampla, geral e irrestrita’, intensificada no correr da segunda metade da década de 1970, foi decretada, em agosto de 1979, a Lei 6.683 da Anistia que, contudo, não incorporou muitas das propostas da oposição (SUSSEKIND, 2009). Em dezembro de 1979, com a aprovação da Lei nº 6.767, extinguiu-se a Arena e o MDB, restabelecendo o pluripartidarismo em seu regime jurídico, sinalizando o início da abertura política.

A partir de 1980, intensificaram-se as exigências por eleições diretas também para a Presidência da República. A campanha pelas *Diretas Já* ocupava as ruas, com ampla cobertura da imprensa e crescente mobilização social. Não obstante, a Emenda Dante de Oliveira – Emenda *Diretas Já* – foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, por 22 votos<sup>66</sup>, em abril de 1984, numa votação realizada sob decreto governamental de ‘estado de emergência’ no país, com todo o sistema repressivo acionado para dispersar passeatas civis e ‘isolar’ os congressistas das manifestações pró-diretas (VERSIANI, 2010, p. 237).

Começaria então a se delinear um pacto entre os setores da oposição e os segmentos do partido oficial descontentes com o governo Figueiredo, visando lançar um candidato de consenso às eleições indiretas para a Presidência da República. Formou-se a Aliança Democrática, que lançou, e elegeu indiretamente, os candidatos Tancredo Neves, para a Presidência, e José Sarney, para a Vice-Presidência da República.

De acordo com Ferreira (2002, p. 462), a vitória da Aliança Democrática, em janeiro de 1985, não obstante ter sido alcançada por voto indireto, foi reconhecida como um importante marco da superação do regime ditatorial no Brasil, imposto com o golpe de 1964, por alicerçar bases de transição para um regime civil e democrático. A referida chapa assumira formalmente o compromisso de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte (PILATTI, 2008. p. 21).

---

<sup>66</sup> O áudio da sessão está disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/466301-DIREITAS-JA-REJEICAO-DA-EMENDA-DANTE-DE-OLIVEIRA-MARCA-A-HISTORIA-DO-PAIS-BLOCO-1.html>>. Acesso em: 07 set. 2015.

A defesa de uma nova Carta se justificava pela ilegitimidade da Constituição de 1967, de caráter autocrático. Pretendia-se, com um novo texto constitucional, a superação da Constituição representativa dos ideais e valores da ditadura instituída (MARINI, 1985, p. 17-43). O marco inicial do chamado “processo constituinte”, que originou a Carta de 1988, costuma ser localizado dois anos antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, mais especificamente, a partir da eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República, em janeiro de 1985, que reafirma, em seu discurso de posse, o compromisso formal de convocar a assembleia, quando em sua campanha<sup>67</sup>.

Ganha relevo a reconstrução histórica dos debates que caracterizaram a lenta passagem da ditadura militar à democracia constitucional vigente. A observação do período compreendido entre o final da década de 1960 e a promulgação da Constituição da República, de 5 de outubro de 1988, é extremamente rica e promissora. Os rumos que o Brasil tomaria após o exaurimento do governo dos generais seriam ali definidos. Além disso, surgiram movimentos em prol da anistia e das eleições diretas, demandas que tiveram desdobramentos e resultados distintos, que marcaram a experiência social brasileira, sendo cruciais para o processo de elaboração da Constituição.

A experiência brasileira resulta de uma transformação geral da vida política do mundo ocidental, ocorrida no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, que apresenta vários casos de transição de regimes autoritários para regimes representativos e pluripartidários. Dentre os casos de maior relevo pode-se citar Argentina, Brasil, Espanha, Grécia e Portugal; todavia isso não os faz idênticos, ao contrário, significativas distinções caracterizaram esses processos de transição. Duas, em especial, destacam-se: a velocidade e a presença (ou não) de atores ligados ao regime anterior como participantes do processo, aspectos que alteram o ritmo e a forma da redemocratização.

A transição constitucional, ou a mudança da chamada ‘ordem constitucional’, advém de algumas forças, tais como: costumes, como fontes normativas, forças ocultas (poderes sociais ocultos – grupos de pressão e minorias), que se transfiguram no chamado poder constituinte informal; a linha da interpretação evolutiva da Constituição; a mutação constitucional; e, por fim, numa linha extrema, os movimentos revolucionário e contrarrevolucionário (OTERO, 2010).

Comparativamente a esses outros processos de transição do regime burocrático-autoritário para a vivência democrática, O’Donnell (1999, p. 115) analisa que o câmbio

---

<sup>67</sup> **Discurso de Posse Presidência da República.** Brasília, março de 1985. Disponível em: <<http://www.tancredo-neves.org.br/presidente-da-republica>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

jurídico-político brasileiro diferencia-se por não ter sido liderado pelos setores mais radicais da sociedade e do segmento político, e sim, por uma coalizão formada entre as forças moderadas, que davam suporte ao governo militar, e os setores, também moderados, da oposição. Na Espanha também ocorreu a redemocratização em ritmo cadenciado e negociado, mas no campo formal, com pouco menos participação do que a brasileira (COLOMER, 1995). Trata-se do modelo conhecido como “transição com transação”<sup>68</sup>, no qual as mudanças foram negociadas, não resultando em rupturas violentas.

A forma como o processo de democratização se deu no Brasil é consenso entre os autores, todavia, o início deste já guardava certa divergência na literatura. Há o reconhecimento consensual da década de 1980 como cenário de relevantes eventos que marcaram o processo de redemocratização do país, desencadeado após o fim do Regime Militar, mas não seu marco essencial. Marengo (2007, p. 77) aponta a posse do General Geisel como o ponto essencial de mudança; todavia Anastásia, Castro e Nunes (2007, p. 117) afirmam ser a Constituição de 1988 o marco de inauguração do segundo período democrático da história do Brasil.

Desse modo, diante desse complexo quadro histórico-social brasileiro, minha hipótese é a de que as condições de possibilidade da criação da UFMS está ligada a confluência de interesses local, regional e federal, no plano nacional, com interesses internacionais, sobretudo estadunidenses.

De um lado, pela aspiração das elites e das classes médias sul-mato-grossenses à elevação do nível de vida e bem-estar geral, bem como a este sinal particular de distinção (*status*) que é o diploma universitário<sup>69</sup>, corroborando com a concepção estadunidense do ensino superior, “[...] cujos resultados formais permitem o ascenso ao poder” (FÁVERO, 1991, p. 24).

Do governo federal, pelo risco da fragmentação política<sup>70</sup> que o Estado sofria, diante das convulsões sociais dos anos de 1960, afastando o “perigo” comunista – insuflado pela ESG –, bem como para se beneficiar com o aumento da arrecadação (fisco), consenso baseado na retomada do ciclo de crescimento econômico. De outro, “[...] os Estados Unidos precisavam assegurar seus mercados tradicionais e os novos que estavam se abrindo como

<sup>68</sup> Expressão utilizada por Donald Share ao fazer referência aos acordos e composições realizadas durante o processo de democratização. Mais especificamente, transição por transação ocorre quando o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição. (Cf. SHARE; MAINWARING, 1986, p. 207).

<sup>69</sup> Cf. Weber (1993, p. 116).

<sup>70</sup> “A Segurança Externa é [...] um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado” (BRASIL, 1976, p. 461).

decorrência dos processos de descolonização dos antigos impérios coloniais” (FERNANDES, 2009, p. 832).

Nessa confluência de interesses, a política estadunidense teve êxito no acirramento do conflito, ao “catequizar” os militares do Estado-maior das Forças Armadas com a denúncia de “guerra revolucionária”, que estaria sendo imposta pelos comunistas no Brasil, com a cumplicidade do então presidente João Goulart. Concentrado em áreas estratégicas, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foi criado para a campanha ideológica da alta burguesia, com uma intensidade que demonstra a importância dos interesses em causa, como bem demonstra Dreifuss (1987, p. 281):

O alvo estratégico da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar as mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica. Ainda, as manobras táticas faziam-se necessárias por uma outra razão fundamental: conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio fora simultaneamente e intensivamente aliciado, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada.

A esse respeito, tornam-se relevante problematizar as propostas e as recomendações dos acordos MEC-Usaid, resultado da parceria entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, para a implementação de uma reforma universitária, com a finalidade de atender às demandas de implantação dos dispositivos de segurança e do governo da conduta, baseado na teoria do capital humano, com vistas à retomada do crescimento econômico e o reforço da segurança interna do país<sup>71</sup>.

Por um lado, a elite, a ser formada nas universidades, estaria apta aos altos cargos da burocracia, pública ou privada, garantindo, assim, a demanda para a modernização das estruturas econômicas das empresas do país, obtendo uma posição econômico-social de prestígio.

---

<sup>71</sup> Cf. Piau (2013), os militares se incrustaram no aparelho burocrático do MEC, exercendo chefia de diversos setores. Coronéis assumiram a secretaria geral do MEC e, durante os cinco “governos revolucionários”, três tiveram ministros da educação e cultura, saídos do exército: Coronel Jarbas Passarinho (governo Médici), General Ney Braga (governo Geisel) e General Rubem Ludwig (governo Figueiredo).

Assim, a modernização do ensino superior no Brasil é necessária para que se possa atender à demanda e preencher as complexas e pesadas exigências aos sujeitos, lastreadas por toda uma rede institucional que,

[...] define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2011a, p. 39).

Se, por um lado, o projeto de modernização do parque industrial e financeiro nacional, para dar conta da crise econômica que se abateu durante a década de 1960, necessitava de quadros com formação superior, para o que as universidades recém-criadas eram necessárias, por outro, esta destinava-se às elites e as classes médias urbanas em formação neste Estado.

Weber (1993, p. 116) salienta que o crescimento econômico favorece o aumento dos funcionários, isto é, da burocracia das empresas, públicas ou privadas, e que os interesses destes não se inclinam na direção da ditadura do proletariado, ao contrário, “[...] nada é mais estranho a essa categoria de pessoas do que a solidariedade com o proletariado, da qual na realidade ela tende a se diferenciar cada vez mais”. Isso explica, portanto, a forte adesão das elites e das classes médias em ascensão, neste Estado, ao projeto dos militares, tanto pelo seu aspecto desenvolvimentista, quanto pelo seu anticomunismo.

## 2.2 CIÊNCIA E GOVERNO: A GENEALOGIA DE RELAÇÕES

Compreender a incidência das motivações políticas, econômicas e sociais no projeto de implementação dos cursos de nível superior no país, bem como a disseminação das universidades por todo o território nacional, passa pela compreensão das relações que se estabeleceram entre ciência e governo na cultura ocidental.

A esse respeito, a análise que Foucault (2008b) faz da transição da análise das riquezas para a economia política, no final do século XVIII, com a emergência da nova matriz

filosófica, responsável pela ruptura epistemológica da ciência com a filosofia, é bastante esclarecedora.

Os cursos ministrados por Foucault no *Collège de France*, “Em Defesa da sociedade” (1975-1976[2005b]), “Segurança, Território, População” (1977-1978[2008b]) e “Nascimento da Biopolítica” (1978-1979[2008a]) constituem uma análise das formas de governamentalidade<sup>72</sup>, compreendendo por isso o estudo da “instância reflexiva” das práticas e sobre as práticas de governo, ou seja, seus modos de conceitualização visando apreender, a partir dessa análise, como se estabeleceram os objetos, as regras e os objetivos próprios desse novo domínio, a fim de governar da melhor maneira possível. Foucault (2008b) mostra que, a partir do século XVI, inicia-se o florescimento desses tratados sobre a arte de governar, nos mais diversos domínios:

Com a Reforma, depois a Contra-Reforma, põe em questão a maneira como se quer ser espiritualmente dirigido, na terra, rumo à salvação pessoal. Movimento, de um lado, de concentração estatal; movimento, de outro lado, de dispersão e dissidência religiosa: é aí, creio, no cruzamento desses dois movimentos, que se coloca, com aquela intensidade particular do século XVI evidentemente, o problema de “como ser governado, por quem, até que ponto, com que fim, com que métodos”. É uma problemática geral do governo em geral [...] a característica dominante dessa questão do governo no século XVI (FOUCAULT, 2008b, p. 119).

Ora, a partir dessa racionalização da prática governamental, o autor destaca que um tipo de acontecimento especial que os soberanos europeus deveriam evitar a escassez alimentar, pois esta acarretaria na revolta urbana. Assim, até a primeira metade do século XVIII, o problema da escassez foi pensado sobre duas matrizes filosóficas. Uma, baseada no conceito cosmológico-político da má fortuna, de raiz greco-latino, onde a escassez alimentar aparece como uma das formas da má fortuna. A outra, baseada no conceito jurídico-moral da natureza decaída do homem, essa aparece como um castigo devido à avidez humana.

Sobre estas duas matrizes filosóficas, as práticas governamentais, desde o início do século XVII até o início do século XVIII, guiar-se-ão por medidas de estocagem e retenção do cereal, desaguando naquela “[...] série de limitações – de preços, de estocagem, da exportação e do cultivo” (FOUCAULT, 2008b, p. 42) – a chamada política mercantilista. Contudo, o

<sup>72</sup> Por governamentalidade Foucault (2008b, p. 143-144) designa “[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”, bem como “a tendência [...] que em todo o Ocidente não parou de conduzir [...] para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania e disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado] o desenvolvimento de toda uma série de saberes”.

estabelecimento da vigilância e do controle dos cereais vai ter como consequência justamente o agravamento da escassez. Como destravar esse sistema que resultou justamente no seu contrário?

[...] foi do interior de uma nova concepção de economia, talvez até desse ato fundador do pensamento econômico e da análise econômica que é a doutrina fisiocrata, que se começou a colocar como princípio fundamental do governo econômico o princípio da liberdade de comércio e da circulação dos cereais (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

O resultado desse acontecimento foi uma mudança nas técnicas de governo e a instauração do que Foucault denomina de dispositivos de segurança, característico das sociedades modernas.

Analisando a obra de um dos mais importantes nomes do pensamento econômico da época, “Carta de um negociante sobre a natureza do comércio dos cereais”, de 1763, de Louis-Paul Abeille, Foucault analisa a genealogia das tecnologias políticas modernas à luz do funcionamento do texto em função dos objetivos e das estratégias que ele obedece, e da programação da ação política que ele sugere.

Nesse aspecto, para Abeille e os fisiocratas, a escassez alimentar – aquele mal que o sistema jurídico-disciplinar queria conjurar – não deve ser pensada como um mal em si mesmo, deve-se considerá-lo um fenômeno natural, e, por conseguinte, nem bom nem ruim. Essa desqualificação moral implica que a análise vai fazer aparecer “a história do cereal”: a unidade de análise não será mais o mercado com seus efeitos de escassez-carestia, mas o cereal com tudo que lhe pode acontecer naturalmente, de certo modo, em função de um mecanismo e de leis que interferirão na qualidade do terreno:

E é nessa realidade do cereal, em toda a sua história e com todos os vaivéns e acontecimentos que podem de certo modo fazer sua história oscilar ou se mexer em relação a uma linha ideal, é nessa realidade que se vai tentar enxertar um dispositivo graças ao qual as oscilações de abundância e do preço baixo, da escassez e da carestia vão se ver, não impedidas de antemão, não proibidas por um sistema jurídico e disciplinar que, impedindo isto, forçando aquilo, deve evitar que elas ocorram. O que Abeille e os fisiocratas e teóricos da economia no século XVIII procuraram obter foi um dispositivo que, conectando-se à própria realidade dessas oscilações, vai atuar de tal modo que, por uma série de conexões com outros elementos da realidade, esse fenômeno, sem de certo modo nada perder de sua realidade, sem ser impedido, se encontre pouco a pouco compensado, freado, finalmente limitado e, no último grau, anulado. Em outras palavras, [...] é apoiando-se nessa realidade, e não tentando impedir previamente, que um dispositivo vai ser instalado [...] e não mais um sistema jurídico-disciplinar (FOUCAULT, 2008b, p. 48-49).

A crise instalada por essa fratura no jogo das práticas e dos saberes vai permitir que o liberalismo se constitua numa tecnologia de governo cuja principal característica se traduz pela economia de poder, possibilitando, assim, governar o máximo possível com o mínimo custo político, e liberdade como técnica de governo.

A partir de então, o questionamento da razão governamental, típica do século XVII, se desdobrará num duplo sistema: de um lado, a economia política – domínio da gestão da população, com todas suas funções positivas –; de outro, um aparelho repressivo para garantir a ordem, com as funções negativas que conhecemos. Assim, sociedade, economia, população, segurança e liberdade são os elementos dessa nova forma de governamentalidade que se instaura sob o liberalismo. Em resumo, uma governamentalidade que não se centra mais no mercado (circulação), mas na produção:

[...] o postulado dessa regulamentação policial era, é claro, que as coisas eram indefinidamente flexíveis e que a vontade do soberano, ou então, essa racionalidade imanente à *ratio*, à razão de Estado, podia obter as coisas que ela queria. Ora, é exatamente isso que é questionado na análise dos economistas. [...]. Não só essa regulamentação estatal não vai no sentido desejado como ela é absolutamente inútil. [...] Assim, é preciso substituir a regulamentação mediante a autoridade da polícia por uma regulação que se faz a partir e em função do curso das próprias coisas (FOUCAULT, 2008b, p. 462-463).

Crítica da regulamentação, princípio do *laissez-faire*. A partir dos debates entre os economistas surge essa nova arte de governar, não em substituição à razão de Estado, mas oferecendo-lhe novos elementos, novas técnicas enfim, uma nova forma: “[...] a sociedade como uma naturalidade específica à existência em comum dos homens [...], como domínio possível de análise, como domínio de saber e intervenção” (FOUCAULT, 2008b, p. 470).

A emergência da população<sup>73</sup> como “sujeito político” vai eclodir no desenvolvimento de todo um feixe de inteligibilidade e de atuação, isto é, “a reivindicação de uma racionalidade científica que não era em absoluto colocada pelos mercantilistas”, um conhecimento que é de ordem externa, mas absolutamente indispensável para o bom governo.

A economia política será parte desse conjunto de saberes postos à disposição do poder governamental, saberes que abrem as condições de possibilidade de uma nova racionalidade governamental, cujo papel do Estado terá, por conseguinte, não mais como

<sup>73</sup> “A população é então tudo o que vai se estender do enraizamento biológico pela espécie até a superfície de contato oferecida pelo público. Da espécie ao público, tem-se aí todo um campo de realidades novas, realidades novas no sentido que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir” (FOUCAULT, 2008b, p. 99).

fundamento o princípio da negação, do interdito, mas o da gestão da população, pelo Estado, cuja intervenção terá, como função primordial e objetivo fundamental:

[...] garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população [...]. Daí, enfim, a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, às usurpações, aos abusos do soberano ou do governo, mas da liberdade que se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade (FOUCAULT, 2008b, p. 474-475).

Saberes e poderes em intrincadas relações, porém, irreduzíveis. Um saber que nenhum governo pode deixar de ter se quer um governo, um saber indispensável aos governos. Daí toda a disciplinarização dos saberes que se inicia com a formação e o fortalecimento dos Estados modernos, bem como toda a devoção à ciência como norma de vida, individual e coletiva, típica do positivismo do século XIX, quando coloca-se a socialização da educação prerrogativa do Estado.

Como afirma Cunha (2007, p. 63), “[...] o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional”. No caso brasileiro, verifica-se, não somente em relação à reforma estrutural da educação superior e da universidade brasileiras durante a ditadura militar, mas desde o governo Vargas, a reformulação estrutural do Estado, com vistas à intervenção, visando acelerar o desenvolvimento econômico do país: “A crise de 30 abriu espaço à um rápido processo de centralização e concentração de poder, através do enfeixamento, em nível do Executivo federal, dos dispositivos fundamentais de elaboração, implementação e controle da política econômica” (DRAIBE, 1985, p. 129).

Esse forte intervencionismo estatal, no entanto, será objeto de duras críticas já da parte estadunidense dos acordos MEC-Usaid, consubstanciada no “Relatório Atcon” – que “[...] impunha o desvínculo do poder público à universidade” (FÁVERO, 1991, p. 28) –, constituindo o elemento fundamental de discordância entre as partes deste acordo bilateral, que será analisado no capítulo III, sobre a Universidade-empresa.

Assim, no Brasil, desde os anos de 1930, a educação será um dever do Estado, e um direito do cidadão, e, durante a ditadura militar, “[...] o Estado assumiu explicitamente a transformação do sistema de ensino” (FÁVERO, 1991, p. 16). Entretanto,

[...] a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2011a, p. 43-44).

Foucault (2011a, p. 44) ressalta que todos os aparelhos do sistema educacional “se ligam uns aos outros e constituem espécies de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos”, daí compreendermos a centralidade, para os consultores, estaduenses e brasileiros, da educação como “[...] fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional; [...] modeladora do futuro social, beneficiando a longo prazo a todos” (FÁVERO, 1991, p. 17).

Dessa forma, o projeto de expansão e reestruturação das universidades e do ensino superior no Brasil, cristalizadas nos acordos MEC-Usaid, consubstanciam-se na confluência de interesses nacionais – local e regional – e internacionais – sobretudo estadunidenses, num contexto de convulsão social, internamente, e de guerra fria, externamente.

É mister destacar o princípio da neutralidade, política e universitária, defendido no “Relatório Atcon”, isto é, uma concepção de ciência enquanto “[...] saber universal, neutro, absoluto e verdadeiro” (FÁVERO, 1991, p. 17), neutralidade encontrada também no ideário das Forças Armadas, e a “[...] crença em estruturas que existem por si e independentemente da vontade e intervenção humanas” (FÁVERO, 1991, p. 27). Daí entendermos porque as universidades acabaram transformando-se em verdadeiros campos de batalha.

Como destaca Fernandes (2009, p. 842), no Brasil, a ESG, “[...] não se preocupava somente com a preparação de altos oficiais: incluía em seus cursos civis dos setores dominantes, nas condições de professores do quadro permanente e convidados, conferencistas e alunos”. O objetivo da guerra revolucionária era a disseminação dos ideais de segurança nacional não somente entre os militares, mas, sobretudo, setores dominantes da sociedade civil: “Um dos fundamentos da guerra anti-revolucionária é a ação cívica” (FERNANDES, 2009, p. 841), para o qual o complexo IPES-IBAD<sup>74</sup> foram criados.

Em relação aos militares, destaco, que “[...] a oficialidade provém preponderantemente da classe média”, devido, principalmente, “[...] ao aumento das exigências educacionais” (FORJAZ, 1976, p. 88). No entanto,

Apesar de pertencerem à classe média, os oficiais brasileiros atribuem a si mesmos a característica de ‘estrato desvinculado, relativamente sem classe’

<sup>74</sup> “O IBAD foi fundado em 1959, e tinha por finalidade combater as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, planejando possíveis formas de inserção no Brasil das grandes empresas e do capital internacional, influenciando nos debates econômicos, político e social do país através de ações publicitárias, patrocinadas por empresários brasileiros e norte-americanos. O instituto chegou a criar a Ação Democrática Popular, outra organização para desviar recursos e financiar os candidatos a governadores contrários ao governo João Goulart nas eleições de 1962, em onze estados brasileiros. O IBAD, assim como o IPES – e futuro ‘irmão’, era marcado pelo forte anticomunismo” (FERNANDES, 2009, p. 843).

que ‘resume em si todos os interesses sociais’, que Mannheim atribui à *intelligentsia*. Essa visão de si mesmos, como desvinculados de classe, leva os militares a legitimar sua intervenção política: são os mais adequados para atuar em defesa dos interesses nacionais (FORJAZ, 1976, p. 88).

Em razão disso, “[...] entre os que concluíram cursos na ESG estavam 599 altos oficiais militares, 224 industriais, 200 ministros de Estado e burocratas de primeiro escalão, 97 diretores de órgãos governamentais, 39 parlamentares, 23 juízes federais e estaduais e 107 tecnocratas” (ALVES, 1984, p. 29). Assim, relativamente aos funcionários da burocracia estatal pós-golpe:

A administração que chegou ao poder após o golpe de Estado proveio em sua maioria de membros e colaboradores desse complexo. Assim, os movimentos organizados pelos setores golpistas da sociedade brasileira não podem ser estudados separadamente: militares e civis (neste caso, vinculados à burguesa nacional e ao grande capital) possuíam os mesmos interesses. Por isso, o empenho em designar a ditadura de civil-militar, a fim de que esta seja considerada em toda sua complexidade, não esquecendo dos setores civis da sociedade que apoiaram, colaboraram, participaram e se beneficiaram do regime (FERNANDES, 2009, p. 844).

Dessa maneira, o projeto da ditadura, em consonância que estava com os interesses nacionais e internacional citados, cristalizavam a utopia de uma sociedade:

[...] com a implantação e a consolidação da Doutrina de Segurança Nacional entendida como uma *Weltanschauung* ou “cosmovisão”, utilizada com tríplice função pela coalizão civil-militar que se apropriou do Estado brasileiro através do golpe de 64. Ideologia que informa e molda as estruturas de Estado, que elabora e impõe formas de controle da sociedade civil e cria um projeto de governo economicamente capitalista associado e dependente e politicamente autoritário (ALVES *apud* SILVEIRA, 1984, p. 188).

A seguir, apresento os arquivos da referida Instituição, que constituem meu objeto de análise, tendo como subsídios: atas dos conselhos superiores, livros memorialísticos, legislações, históricos escolares, relatórios de gestão, arquivos públicos e privados, contendo entrevistas, publicações oficiais, jornais, fotografias, boletins de serviço, entre outros.

### 3 CORPUS DE ANÁLISE

Após escavar elementos históricos, traduzidos por discursos, em um movimento de articulação nacional e local, neste capítulo procedo uma análise arqueológica dos documentos constantes nas diversas unidades administrativas da UFMS, como livros ata dos Conselhos Superiores, publicações oficiais, jornais, históricos escolares, fotografias e outros arquivos audiovisuais, boletins de serviço, livros memorialísticos, artigos em jornais, arquivos públicos e privados, contendo entrevistas, teses e dissertações acadêmicas, legislações, entre outros.

Neste contexto, os históricos escolares e os relatórios de gestão serão analisados visando inferir sobre os estratos sociais dos alunos desta instituição de ensino como parte integrante do desenvolvimento analítico da hipótese da presente tese.

#### 3.1 ATAS DOS CONSELHOS SUPERIORES

*“Não é o discurso que promove o que está do lado de fora,  
é o lado de fora que é revelador do discurso”  
Górgias*

Conforme salientado no Capítulo II, subitem 1.2, Contra o fardo da história, a crítica das práticas historiográficas apresentada por Dosse (2013) é esclarecedora. Traçando as diversas rupturas da atividade historiográfica, desde a Antiguidade (Hesíodo) até o século XIX, com a criação da *Revue Historique*, em 1876 – quando o gênero histórico se profissionaliza, separando-se da literatura – é definida a função histórica mediante a instauração da verdade dos fatos.

Não sem valor heurístico é a ruptura que se estabeleceu anteriormente, em 1601, segundo Marc Bloch, quando foi definitivamente fundada a crítica dos documentos de arquivo, fundamentada no fato da falsificação da doação de Constantino, “descoberta” pelo filólogo Lorenzo Valla. A partir de então, houve “[...] uma verdadeira revolução do método histórico. A deontologia da verdade que move os progressos da erudição passa pelo trabalho da prova, pela identificação e utilização dos documentos originais” (DOSSE, 2013, p. 41).

No século XIX, a profissionalização do trabalho historiográfico se dá em analogia com a medicina clínica: “Essa propensão em praticar um olhar clínico sobre os arquivos vai se

tornar característica da corporação histórica emergente” (DOSSE, 2013, p. 43). Essa profissionalização é o resultado de um duplo modelo, do historicismo alemão, de um lado, e, de outro, dos eruditos franceses. Com isso, o papel do historiador limitou-se ao controle de veracidade dos acontecimentos, mediante a análise das fontes documentais, onde a subjetividade do historiador “anula-se por completo”: “Não são fantasias literárias, inventadas em algum momento por capricho e por encanto da imaginação; não são sistemas e teorias feitas para agradar pela bela aparência e pela sua estrutura artística; são ideias gerais de caráter científico”, salienta Dosse (2013, p. 42).

Como afirma Ferreira (2000, p. 111), na Antiguidade clássica, a história do tempo presente era o foco central dos historiadores, fazendo uso dos testemunhos diretos. No século XIX, a institucionalização da história como disciplina universitária se dá pelo triunfo de uma determinada concepção de história, fundada numa ruptura entre o passado e o presente, tornando problemática a utilização das testemunhas oculares.

A partir de então, o caráter narrativo da história é desqualificado como não científico em razão de um suposto comprometimento – contaminação, diz o historicista Fustel de Coulanges – desta com a subjetividade do escritor. Objetividade significa, aqui, anulação total da subjetividade do historiador, que se limita a explicitar o significado das palavras, como um filólogo, “[...] o que faz da história um caso-limite da atividade científica” afirma Dosse (2013, p. 45). Ora, em boa medida, esse método permanece vigente ainda hoje, apesar da intensa problematização realizada, sobretudo, pelos historiadores franceses<sup>75</sup>.

Daí Foucault (2010, p. 57), advertir sobre a necessidade da descrição das instituições como locais legítimos das produções discursivas, bem como a posição dos sujeitos permitidos a ocupar esses espaços. A esse respeito, é digno de notar a centralidade desta instituição para os consultores estadunidenses dos acordos MEC-Usaid: “[...] a universidade é a legítima formadora do pensamento da comunidade no espiritual, moral, intelectual, social e econômico [...] é a modeladora do porvir da sociedade, obrigada a prever e enfrentar as futuras exigências em conhecimento, profissão e civismo” (FÁVERO, 1991, p. 24).

Portanto, é todo um feixe de relações que constituem as condições de possibilidade das práticas discursivas como um poderoso dispositivo estratégico no interior das lutas sociais. Por dispositivo entende-se,

[...] um conjunto [...] heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas

<sup>75</sup> Segundo Foucault (2005d, p. 62), “[...] a mais importante mutação do saber histórico já em ação há mais de 20 anos [...]”, referindo aos livros de Dumézil, Lévi-Strauss e Lacan.

administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2011c, p. 244).

Por isso, o arquivo, como conjunto heterogêneo de enunciados, torna-se um objeto privilegiado na análise arqueológica:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas (FOUCAULT, 2010, p. 147).

E para não incorrer no equívoco do historicismo, as práticas não discursivas devem ser integradas no campo de estudo da arqueologia, daí a pertinência da noção de dispositivo, que inclui, além dos arquivos, a história da instituição, dos seus agentes, bem como do seu contexto social e político, ou seja, com os acontecimentos “do exterior”:

A arqueologia [...] não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto (FOUCAULT, 2010, p. 157).

Em suma, como esses discursos se apoiam em outros dispositivos, formando todo um feixe de relações complexas, incorpóreas que, não obstante, tem efeitos de poder.

Dessa forma, considerado em sua realidade de acontecimento, o enunciado é necessariamente histórico. Por isso, salienta Foucault (2010, p. 32), “Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento [...]; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações”.

Fazer a arqueologia de um discurso é, antes de tudo, fazer a crítica dos discursos como unidades naturais, imediatas e universais que a historiografia tradicional tem como ponto de partida – a sociedade, o Estado, a loucura, etc. – tidas como evidentes, como objetivas. Por sua vez, “[...] a crítica documental justifica-se nesse regime de verdade, pois

aquilo que pode ser considerado como verdadeiro também pode revelar-se como falso” (FONSECA; CARDOSO FILHO, 2014, p. 68), pois,

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Nesta tese, uma das pesquisas iniciais foi no Arquivo Central da UFMS, situado no subsolo do Estádio Moreirão. Solicitamos autorização para pesquisar nos arquivos existentes e o e-mail, recebido, em dezembro de 2014, da servidora do Arquivo Central da UFMS, em resposta à solicitação foi o seguinte:

Boa tarde Márcia, encontramos algumas caixas da antiga ACS com reportagens e folders, talvez possa te interessar. Mas devido à chuva dos últimos dias houve um vazamento de água no meio de uma das salas onde fica nosso acervo e estamos fazendo mutirão para “resgatar” os documentos e evitar que eles fiquem danificados. Estamos realocando caixas e mudando prateleiras de lugar. Por isso te peço um tempinho para disponibilizar a sua consulta. Tudo bem? Att. Arquivista.

Isso demonstra como estes documentos não estão sendo preservados, bem como a falta de importância dos mesmos para a Instituição. No início do ano de 2015, voltei ao referido local e o que encontrei foram alguns exemplares duplicados e sem sequência do Jornal Universitário (JU), relises e notícias de eventos relacionados a UFMS que eram enviados aos jornais locais para divulgação.

Os documentos que se encontram lá arquivados se relacionam essencialmente ao Registro de Pessoal, folhas de ponto, notas de empenho e documentos administrativos, financeiros, e acadêmicos desta natureza, documentos que por determinação legal devem ser arquivados, segundo uma Tabela de Temporalidade de Documentos Oficiais.

A pertinência da análise arqueológica também pode ser demonstrada pelo fato de que as regras do arquivo permitem o que pode ser dito, mas, igualmente, o que pode ser reativado e apropriado. Nesse sentido,

[...] o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] ele faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da

formação e da transformação dos enunciados (FOUCAULT, 2010, p. 147-148).

E, como salienta Machado (1982, p. 82), se “[...] as histórias factuais são incapazes de diferenciar um conceito de uma palavra [...]”, a arqueologia faz parecer, sob a continuidade das palavras (como representação das coisas), a realidade e a materialidade da prática discursiva. O arquivo, portanto, não é reflexo do real, mas aquilo que permite e possibilita o aparecimento de outros discursos:

Pensar com Foucault refere-se a pensar de outra maneira, distante da doxa e do historicismo. Quer-se a história, sim, mas pelo seu avesso, história descontínua, distante das grandes figuras e das origens. História cinzenta voltada ao detalhe e à infâmia através dos testemunhos que se contrapõem ao arquivo dos ditos e vistos e que, por isso, elevam a palavra encarnada pela experiência (FONSECA; CARDOSO FILHO, 2014, p. 14).

No artigo “O silêncio do arquivo”, Fonseca e Cardoso Filho (2014), portando-se como se estivessem escrevendo uma carta a Foucault, fazem reflexões importantes a respeito dos arquivos e de como Foucault os concebia. Assim, “guiados pelo silêncio implícito do arquivo [...]”, pode-se forjar, “[...] o lugar ainda não atingido pela linguagem” (2014, p. 49-50), pois, como afirma Epiteto, “[...] não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles” (KOSELLECK, 2006, p. 97). Com Foucault, afirmam os autores Fonseca; Cardoso Filho (2014, p. 51),

[...] criamos a coragem do enfrentamento com o arquivo. [...] impulsionados à procura do real da linguagem, da palavra nua, do fictício, porque nutrimos a linguagem entre o já dito e nunca dito e nos confrontamos com a realidade do mundo em seu estado latente. Falamos dessa zona que se torna habitável ao leitor para fazer rolar as secreções infinitas contidas nas palavras, levando-nos ao esquecimento do que quiseram e puderam dizer algum dia, fazendo-nos repisá-las para produzir-lhes erosão de sentidos e de verdades.

Estranhar aquilo que parece tão familiar e assentado nesses fragmentos que são os arquivos e, através deles, tentar encontrar a economia dos discursos, o que foi, por meio dele, lembrado, e o que devia ser esquecido:

[...] o fragmento é justamente aquilo que saltou à ordem do tempo comum, que não se encontra nem completamente destruído, nem definitivamente preservado. [...] E no interior desse silêncio encontramos outra forma de mudez que ainda não foi tomada pelos acasos e razões da história, cujas palavras preservaram-se quase todas e até conheceram certa notoriedade, mas que foram todas ditas e escritas sobre um fundo de silêncio muito claro, linha divisória cuidadosamente traçada pelo seu próprio autor (FONSECA; CARDOSO FILHO, 2014, p. 54-55).

Entende-se que essa citação serve perfeitamente com relação à confecção de uma ata, que só faz constar nela aquilo que lhe foi permitido mencionar. Assim, esse tipo específico de análise de discurso, que é a arqueologia, interroga os arquivos, sem, contudo, confinar-se nele, como documento, à medida que

O que se encontra no espaço do arquivo é um fragmento que não pode ser facilmente assimilado, incompleto demais para sequer fazer sentido, é o rascunho que deve ser esquecido, por demais embrionário, estranho e indistinto para ter seu lugar à luz da obra do autor. O arquivo abre o espaço para essa grande massa documental dispersa composta por toda sorte de materiais insignificantes e heterogêneos que não encontram outra função senão a de serem guardados e, com sorte, catalogados (FONSECA; CARDOSO FILHO, 2014, p. 58).

Daí a necessidade dessa crítica da prática efetiva dos historiadores, pois, como afirma Foucault (2009, p. 185), “[...] o século XIX inventou a conservação documentária absoluta: criou, com os ‘arquivos’ e a ‘biblioteca’, um fundo de *linguagem estagnante* que está aí apenas para ser redescoberta por si mesma, em seu estado bruto”, transformando-os em documento.

Dessa forma, se justifica a análise das atas da Coordenadoria dos Órgãos Colegiados (COC), vinculada à reitoria, responsável pela supervisão, execução e o assessoramento das atividades pertinentes aos colegiados superiores da UFMS, bem como pela prestação de apoio técnico e administrativo às comissões permanentes da universidade.

Cabe à COC uma série de funções de caráter técnico e executivo, dentre elas, coordenar e secretariar os trabalhos de plenário do Conselho Universitário, do Conselho Diretor, do Conselho de Ensino de Graduação, do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação e do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Nesses conselhos, a COC organiza as pautas das reuniões para a aprovação do presidente e encaminha aos conselheiros, assessora o Presidente dos Conselhos Superiores durante as sessões plenárias e presta os esclarecimentos solicitados durante os debates.

Além disso, também é competência da COC as funções de instruir os processos existentes e redigir as resoluções a cada trabalho, publicando-as depois de assinadas. Para que o trabalho tenha um acompanhamento permanente cabe à COC a elaboração de relatórios gerenciais sistemáticos e o desenvolvimento de atividades dentro de sua área de atuação.

Após uma pesquisa nessa Coordenadoria, encontrei dois livros de atas referentes aos dois Conselhos Superiores que existiam na Universidade no período. O Livro de Atas do Conselho Universitário e o Livro de Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa, os dois abrangem o período de 1973 a 1979.

Por definição, o Conselho Universitário (COUN) é o órgão superior deliberativo e consultivo em matéria acadêmica e de definição da política universitária, além de ser órgão de instância final de recursos. Já o Conselho de Ensino e Pesquisa (COEPE), que posteriormente foi acrescido de Extensão, é o órgão superior deliberativo, normativo e consultivo, em matéria didático-científica.

No livro do COUN, constam 26 atas abrangendo sete anos (1973 a 1979), sendo que várias delas estão anexadas com alterações e destaques que foram necessárias para fins de aprovação por parte dos conselheiros. Nos anos de 1973 e 1974, foram realizadas uma reunião a cada ano, e nos anos subsequentes, uma média de cinco reuniões.

A primeira ata não consta do livro, mas, posteriormente, a mesma foi citada como aquela que discutiu a aprovação de um Regimento para a UEMT. O processo de aprovação do Regimento Geral da UEMT consta no Relatório “Processo de aprovação do Estatuto e do regimento Geral da UEMT – 1970/1972”, encontrado na Biblioteca Central da UFMS. Logo na capa, encontramos as seguintes palavras, do então Governador do Estado, José Fragelli: “Formamos um conjunto, uma equipe homogênea e atuante. Sou dos que acreditam no poder e nos bons resultados da cooperação”.

A segunda reunião do COUN, realizada nos dias 30 de abril e 1º de maio de 1973, contou com a presença do Governador do Estado, José Manoel Fontanillas Fragelli, também Chanceler da universidade. Na oportunidade, propuseram ao Governador que as bolsas para os professores que se deslocassem para o exterior para cursar pós-graduação, por falta de centros de excelência no país, deviam ter um acréscimo ao equivalente a 400 dólares mensais.

Solicitaram ainda a manutenção dos cursos de Licenciatura curta, parcelada em Rondonópolis, Coxim, Paranaíba e Ponta Porã, além de criar tais cursos em Glória de Dourados, Jardim, Cáceres e Nortelândia. Justificando a falta de recursos financeiros, argumentou o Governador aos conselheiros:

Para um Estado de possibilidades limitadas como o nosso, não é fácil manter uma universidade com seus próprios recursos. Os esforços que tem feito no sentido de federalizar a UEMT, têm sido barrados por uma série de objeções do Governo da República, alegando que já são muito grandes os gastos com a manutenção das Universidades Federais e com os Estados, não estando, portanto, em condições de absorver novos estabelecimentos de ensino, o que é agravado pelo fato de Mato Grosso já possuir uma Universidade Federal (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 1).

Diante disso,

[...] o Sr. Governador do Estado encareceu, não uma federalização propriamente, mas uma conjunção dos recursos, cabendo ao Governo Estadual e a direção da UEMT, com a ajuda efetiva do Governo Federal, para poder realizar as tantas coisas que a Universidade precisa, visando a ampliação educacional e cultural. (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 1).

Tentou, assim, justificar a falta de investimentos, já que a capital era Cuiabá. O movimento para federalizar a UEMT era incessante. O governo do Estado já mantinha a UFMT e os recursos para a UEMT eram precários.

O Reitor da Universidade, João Pereira da Rosa, era bastante pressionado para conseguir verbas, em seu livro, o mesmo menciona o atraso no pagamento de pessoal. Em ata encontramos uma Moção de Aplauso ao Governador, quando os pagamentos eram pagos em dia, e também pela iniciativa e a gestão, visando a federalização da instituição: “Explicou que as dificuldades encontradas em seu Governo são muitas e que, se algumas vezes, o Magnífico Reitor vai a Cuiabá e não vem com os recursos que vai buscar, é porque realmente não os tem” (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 9).

Cabe destacar que a questão do atraso dos salários dos docentes da Universidade foi motivo de notícia no Jornal “O Estado de Mato Grosso”, edição de 5 de abril de 1973. O referido Jornal tinha correspondente em Campo Grande, e enviava notícias da cidade para a Capital.

O Governador informou ainda, nesta reunião, que o governo do Estado havia feito uma compra de 100 hectares para aumentar a UEMT, e que o Ministério do Planejamento enviou uma verba de dois milhões de cruzeiros para construção de um pavilhão para o Departamento de Veterinária. Cita também a intenção de construir uma residência aos professores convidados das diversas áreas. Conclui sua fala enfatizando a necessidade de se unirem os esforços dos dirigentes, professores e alunos, para atingir os “altos objetivos do desenvolvimento”:

### Vuolo Defende Distrito Industrial

O deputado estadual Vicente Emilio Vuolo, da ARENA-MT, mencionando editorial de "O ESTADO DE MATO GROSSO", faz importante pronunciamento na Assembleia Legislativa de Mato Grosso a propósito da criação do Distrito Industrial de Cuiabá. O parlamentar arenista indicou a oportunidade de se outorgar estudos visando a reserva e, se

for o caso, a desapropriação de uma área nesta Capital com limites suficientes para a implantação de um grande parque industrial. Lembrou o deputado estadual Vicente Emilio Vuolo que um dos problemas mais sérios, o da estagnação, já está praticamente solucionado, abrindo novas perspectivas para a industrialização de Cuiabá.

## O ESTADO DE MATO GROSSO



DIÁRIO MATUTINO  
EDITORA CUIABÁ LTDA.

Fundado em 27 de Agosto de 1939

Cuiabá, (Quinta Feira) 5 de Abril de 1973 ANO XXXIV — N.º 6.515

# Presidente da CNA Destaca a Transpantaneira

## Professores Propõem Ação Trabalhista Contra UEMT

CAMPO GRANDE — Reclamando pagamento em dia, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e adicional por insalubridade, vinte cinco professores da Universidade Estadual de Mato Grosso deram entrada no Cartório do 3.º Ofício, a uma Reclamação Trabalhista contra a organização, com autonomia administrativa e financeira. O total reclamado se eleva a 681 mil 151 cruzeiros e 80 centavos, sendo que o valor correspondente ao atraso do FGTS, de acordo com o desejo dos reclamantes, seja pago em espécie. Segundo manifestaram os meios forenses, esta é uma das maiores Reclamações Trabalhistas promovidas em Campo Grande e a primeira na qual se envolvem professores da Universidade Estadual de Mato Grosso, que passou para o regime de Universidade-Empresa.

EM DOBRO

Os reclamantes solicitam ainda que "caso não venham a ser pagos em primeira audiência, seja os meses

pagos em dobro, conforme preceitua o artigo 467, caput, da CLT, que prevê entre outros encargos os pagamentos acrescidos de juros, honorários, custos e sem prejuízo da correção monetária a que tem direito. Os membros do Corpo Docente da Universidade Estadual que propuseram a reclamação trabalhista, com entrada no Cartório do 3.º Ofício, da 2.ª Vara Cível, são os seguintes: Adalberto Arão, Albino Colmbra Filho, Almir Nardin Kaslin, Arnaldo Alves Panigato, Auto Garcia Ribeiro, Eluísio Guerreiro Carvalho, Haroldo Sampaio Ribeiro, Helder Ferrari Panigato, Hermano José Honório, Ivo Soares Caibano Lino, Jair Soares Madureira, João Sander, Lenilde Brandão Arão, Leonar Pereira Mendes, Maria de Graças Moraes, Maria Eliza Trosy Galles, Marne Pereira da Silva, Olimpio Cristóvão Ribeiro, Paulo Cesar Leal Nunes, Rafael Peres Scapulatempo, Rubens Toledo de Barros, Ruda Azambuja Santos, Thompson Bezerra Carneiro, Vania Lucia Brandão e Wilson Eurípides Pinheiro.

## As Autoridades Devem Pensar Nisto

(Transcrito da seção "COMUNICAÇÃO" do Boletim Informativo da Confederação dos Professores do Brasil, de fevereiro de 1972).

Muito se tem falado em Educação neste país. Muitas reformas educacionais foram realizadas. Estamos em plena implantação de uma reforma no campo da educação que, se realizada com sucesso, está fadada a proporcionar no campo sócio econômico ou a comprometer todo um futuro se dela não se colher os resultados esperados.

Nas últimas décadas de progresso vertiginoso e de mudanças rápidas a educação assumiu e assume, hoje, mais do que nunca, uma importância fundamental. E esta importância vital faz ressaltar o direito e a igualdade de oportunidades em educação. E vai mais longe: a igualdade de oportunidades em educação é uma condição científica e tecnológica, a educação não pode ser compreendida apenas como um direito, mas também como uma necessidade imperiosa pois converteu-se principalmente para os países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento em bem de produto.

Longe de ser um privilégio de uma minoria ou um fim em si mesma, a educação deve ser um meio pelo qual as nações busquem encontrar plenitude de seu progresso, baseado no bem estar de seus povos, através de participação direta de todos, porque todo o ser humano deve ter oportunidade de desenvolver suas potencialidades, a formação e aplicação de uma política democrática só requer o conhecimento e a participação de uma política democrática só requer o conhecimento e a participação de todos os cidadãos e nenhum país poderá atingir seu desenvolvimento social e econômico se deixar de utilizar ao máximo as opções de todos os seus habitantes.

Em assim considerando-se, a educação não pode ser pensada em termos de presente mas sobretudo, de futuro e o futuro deixará de ser o passado se a educação não for pensada, sem professor.

Os perigos educacionais de todo o mundo estão com os olhos voltados para a experiência brasileira julgada por alguns, como difícil, sendo impossível mudar, repentinamente, de um sistema de escolarização de 5/4/3 (primário, ginasio, colegio) para 8/4 (1.º e 2.º graus) também, todos os fatores que implicam nestas mudanças e necessários ao êxito da Reforma: prazos escolares, preparação do Magistério, mudança de mentalidade, novos currículos, novos sistemas e métodos, preparação do Magistério, mudança de mentalidade.

Todos os fatores são importantes. Um entretanto, precisa ser pensado seriamente porque sempre foi esque-

cido em todos os tempos, no tempo de todas as reformas: o Magistério. E ser pensado não mais como sacerdócio mas como profissão.

Pela diretiva Federal, este ano, todos os Estados deverão elevar o Estatuto e a Carreira do Magistério. É o momento de pensar-se seriamente no professor: como agente imprescindível do processo reformista e como profissional da Educação. A ele devem ser dadas condições de trabalho oportunidades de aperfeiçoamento e remuneração de acordo com a dignidade do trabalho que realiza.

É imperioso que as autoridades responsáveis pela implantação do novo sistema pensem seriamente nisso: nenhuma reforma educacional terá êxito sem a participação consciente do professor e do trabalho que realiza, e sem que lhes sejam dadas as condições necessárias ao exercício pleno de sua profissão.

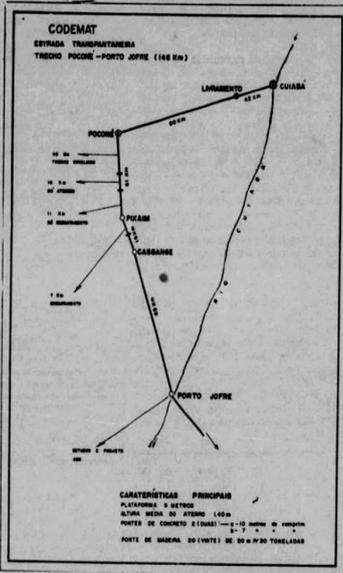


- Tijolos
- Grande variedade de marcas e cores
- Pastilhas
- Brilhantes, em finas cores
- Pisos Vitrificáveis
- Estoque enorme
- Azulejos
- Simples e decorados

### SOCIMAT

Sempre o melhor negócio em material de construção

CIMENTO BRANCO CR3 \$42,00 a bolsa



### Transpantaneira mais uma vez rejeitada

No seu ofício de agradecimento ao governador José Fragelli, pela acolhida recebida nesta Capital durante o I Encontro Regional dos Produtores Rurais da Amazônia Legal, o senador Flávio da Costa Brito, presidente da Confederação Nacional de Agricultura, disse a certa altura: "Permita-me V. Excia. girar destaque especial à visita que realizei à Transpantaneira, obra que, uma vez concluída, servirá de marco para a sua administração".

### POTENCIAL

Prosegue o presidente da CNA: "O Brasil conhece o potencial bovino do Pantanal Mato-grossense e as dificuldades de comercialização que sofrem os criadores de região, sua tentáculos da economia desse Estado com suas 6.000.000 de cabeças de gado. Ao final do seu governo, tenho a certeza de que, a imagem do Pan-

tanal estará inteiramente modificada, e não mais se falará em dificuldades e sim em vantagens para comercializar o boi ali produzido. Some-se isto o fato altamente relevante de que as Bacias Amazônica e do Paraguai passaram a estar ligadas através da Transpantaneira, para movimentação de suas imensas riquezas. Avulso o alto custo do obra e das dificuldades da ordem financeira que V. Exa. vem encontrando para a sua execução, contudo, saiba que estamos convencidos da sua elevação, pois o espírito de que estão imbuidos os técnicos da CODEMAT superará qualquer obstáculo. O apoio da CNA à Transpantaneira deve-se principalmente ao fato de que a consideramos obra de interesse nacional e, muito embora não esteja ali na região amazônica, servirá como elemento de apoio ao povoamento bovino daquela Região."

### Caixa Econômica: Sede Provisória

O sr. Eudócio Vicente Paes, gerente da filial da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso, informou ontem que nos próximos dias a repartição será transferida para a antiga sede do Banco do Brasil, na Avenida Presidente Vargas, em caráter provisório. Entretanto a mudança, será demolida o prédio em que ora funciona, e imediatamente será iniciada a construção de sua sede definitiva. Simultaneamente se transferirá também a agência do Campo Grande para outro edifício até que se construa e sua sede definitiva em terreno adquirido, ao lado do hotel Campo Grande. Informou, também, que recebeu comunicação de diretoria da

Caixa Econômica, encaminhando-o de que o Ministério da Fazenda aprovou a instalação de agências em Dourados e Três Lagoas e que as providências para a concretização da medida, já estão sendo adotadas. Entretanto, disse o gerente geral, outras propostas estão sendo encaminhadas ao Ministério da Fazenda para a instalação de agências, nas cidades de Cáceres, Rondópolis, Aquidauana, e outras de maior progresso. Atualmente, como é de conhecimento de todos, além da filial de Cuiabá, apenas as cidades de Corumbá, Campo Grande e Poconé possuem congêneres da Caixa Econômica.

Figura 9 – Foto do Jornal O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 05 de abril de 1973. n.º 6.515, 1ª página - "Professores propõe Ação Trabalhista contra UEMT".

Através dos livros de atas, tive acesso à fala do Governador do Estado, na reunião do COUN, em 30 de abril de 1973, justificando a não realização da expansão do *campus* da UEMT, conforme programado:

A redução do ICM sobre o gado bovino, neste ano, desequilibrou as finanças do Estado e não foi possível atender ao programa traçado. Logo no início do ano, procurou atender a uma necessidade inadiável da UEMT, que era o aumento de sua área, a fim de que o campus universitário não viesse a sofrer um estrangulamento, adquirindo 100 hectares de terra. Quanto ao Departamento de Veterinária, veio do Ministério de Planejamento, através do IPEAO, a verba de dois milhões de cruzeiros, estando já tomadas as providências para a construção do pavilhão no menor prazo possível. Falou da intenção de construir residência para os professores que aqui venham dar cursos nas diversas áreas. Finalizando suas palavras, teceu considerações sobre a necessidade de se unirem os esforços dos dirigentes, professores e alunos, para atingirmos os altos objetivos do desenvolvimento. (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 1-2).

No livro, aparece a síntese da ata de número 5, ocorrida em 23 de agosto de 1974. Entre os conselheiros, nela figuram dois padres, Pe. Jair Gonçalves e Pe. Pedro Cometti. Era competência desse Conselho a aprovação de todos os convênios firmados pela universidade, os quais eram objeto de discussão, bem como os entraves de ordem legal. Um dos assuntos discutidos nesta reunião dizia respeito à aprovação de um “Código de Ética da UEMT”. A primeira modificação sugerida foi trocar o nome para “Código Disciplinar da UEMT”, como um apêndice do Estatuto da referida universidade.

Após a leitura das atas, pactuo com o diagnóstico apresentado por Fonseca e Cardoso Filho (2014, p. 59-60):

Não é de se estranhar que o arquivo possa ser ao mesmo tempo heterotopia e heterocronia, lugar fora de lugar, tempo fora de todo o tempo. O arquivo é gelado, úmido, empoeirado. Por mais que conserve, há sempre um sentimento de ruína, o tempo sentido na precariedade dos documentos que parecem poder desaparecer a cada instante (e muitas vezes o fazem).

Na análise do arquivo, “[...] se torna evidente o quão precárias são as unidades tradicionais do discurso, como a obra, o livro e o próprio autor [...]” (FONSECA; CARDOSO FILHO, 2014, p. 61), tal como afirmara Foucault, bem como a arbitrariedade de sua suposta unidade:

[...] a catalogação, a ordenação alfabética, cronológica ou temática, apenas ressalta essa outra ordem sem ordem, pois a classificação aproxima uma infinidade de histórias, situações e acontecimentos que, apesar de compartilharem o mesmo tema ou local, jamais teriam se encontrado senão por essa catalogação tão arbitrária quanto qualquer outra (FONSECA; CARDOSO FILHO, 2014, p. 60).

A prática efetiva deve fazer parte de uma análise arqueológica, pois aí o que se torna perceptível é o funcionamento, a ação mesma, da prática discursiva, onde a instituição efetua um papel central no disciplinamento dos saberes. O que está em jogo nesse disciplinamento dos saberes é, entre outros aspectos, é seu caráter conservador, isto é, a garantia de sua continuidade no tempo. Como afirma Costa (1997, p. 50), “[...] a questão prioritária da organização é a eficácia. E a da instituição é a legitimidade”, ressaltando as relações de poder que envolvem a seleção do que é, ou não, histórico ou memorável.

Após análise das atas referentes ao ano de 1975, pude constatar que há várias versões de uma mesma ata porque eram solicitadas alterações de como os assuntos haviam sido debatidos e suas aprovações eram adiadas por não concordância de alguns conselheiros, especialmente os contrários à administração do Dr. João Pereira da Rosa e dos alunos.

A todo momento se levantavam questões de ordem, o que tumultuava as reuniões. Por vezes, questionava-se a legitimidade do Reitor em conduzir o COUN, deixando o clima das reuniões acaloradas, o que se percebe mesmo sem o registro dos debates na íntegra: o que está registrado demonstra a tensão existente entre os conselheiros, como se pode perceber pelo trecho transcrito abaixo:

O Conselheiro Célio solicitou aparte que foi negado. Continuou o Conselheiro João Baptista dizendo que o se estava a fazer era chicana, pois 5 (cinco) minutos antes nada podia ser feito, achando que as reuniões do Conselho deveriam ser levadas mais a sério e não transformadas em chicana. Novamente solicitou aparte o Conselheiro Célio tendo o Conselheiro João Batista de Mesquita negado, afirmando que em nenhum momento havia interrompido o Conselheiro e continuou dizendo: ou fazemos as coisas como manda o figurino e aí eu apoio todo aquele que aqui se levantou para defender o respeito ao regimento ou então vamos virar a mesa. (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 54).

O Reitor, João Pereira da Rosa, tinha muitos opositores declarados, das quais podemos destacar os professores Célio Sarzedas, Fauze Scaff Gattass Filho, do Curso de Engenharia Civil, e Nasri Siufi, representante das ciências biológicas.

As decisões emanadas das reuniões eram publicadas em forma de Portaria, e não através de Resolução, o que seria pertinente e dificultou encontrar tais arquivos na COC e no Arquivo Central.

Durante todo o ano de 1975 foi colocada em pauta a demissão dos professores Luiz Salvador de Miranda Sá Junior, Luiz Alfredo Chinali e Francisco Fausto Mato Grosso Pereira.

Segundo informações, fornecidas pelo então servidor da universidade, Alfredo Barbosa de Souza Filho, o Serviço Nacional de Informações (SNI), pediu ao Reitor a lista dos “comunistas” que atuavam na instituição. A lista foi enviada e veio a determinação para demitir os professores Luiz Salvador de Miranda Sá Junior, Luiz Alfredo Chinali e Francisco Fausto Mato Grosso Pereira. Tendo em vista que os funcionários eram regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>76</sup>, os contratos dos referidos professores não foram renovados e os mesmos acabaram sendo demitidos.

Recorreram à justiça e em todas as reuniões do COUN, no ano de 1975, seis ao todo, o assunto foi colocado em discussão, sem deliberação, tendo em vista que estava *sub-judice*, levavam em conta, para fins protelatórios, que documentos do processo haviam sumido, que não havia parecer do Procurador Jurídico ou por falta de conselheiros para a Comissão de Legislação e Normas, dentre outras justificativas para adiar discussões e deliberações.

Outro assunto que mereceu destaque nas reuniões do COUN, no ano de 1975, foi a expulsão do acadêmico do curso de Medicina, Izaias Pereira da Costa. Tal punição foi transformada numa suspensão por sessenta (60) dias, e, após recorrer ao COUN, o discente recebeu a penalidade de suspensão por quinze (15) dias. Cabe registrar que, posteriormente, Izaias se tornou professor da UFMS, concorrendo inclusive ao cargo de Reitor. O referido acadêmico confeccionou uma carta anônima e distribuiu cópias na Universidade, na Santa Casa, no Hospital Universitário e na Maternidade Cândido Mariano, onde desqualificava a atuação do professor João Pereira da Rosa e expunha a vida pessoal de uma de suas filhas. A autoria da carta foi descoberta, e segundo servidores da universidade, na época a máquina de escrever em que Izaias datilografou-a, foi encontrada no Lago do Amor.

Em várias passagens das atas não se descreve literalmente e integralmente os debates, apenas se anota frases do tipo: “[...] após exaustivas discussões da matéria [...] (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 15), ou “[...] após calorosa discussão e debate [...] (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 40). Novos debates foram travados sobre a legitimidade de quem naquela ocasião era o Presidente do Conselho Universitário (CAMPO GRANDE, 1973 a 1979, p. 37).

Sobre o Código de Ética, posteriormente alterado para Regimento Disciplinar, é interessante ressaltar algumas passagens, sobretudo aquelas que dizem respeito ao seu caráter

---

<sup>76</sup> Cf. alterações sugeridas pelos relatórios de ambas as partes dos acordos MEC-Usaid, Comissão Meira Mattos e “Relatório Atcon”, acerca do regime de contratação do corpo docente, desvinculando-os do regimento do serviço público, possibilitando, assim, a flexibilização e controle do mesmo.

autocrático, em consonância com as recomendações dos órgãos superiores, como consta nos fragmentos abaixo:

Esta matéria entrou em discussão pela primeira vez no ano de 1974, mas foi retirada de pauta. Na reunião de 30 de abril de 1975 o assunto foi novamente discutido. Item 3 – Código de Ética da Universidade. O Presidente do Conselho pediu ao Prof. Milton José de Paula – presidente da comissão que estudou o Código de Ética da Universidade, de acordo com o que prevê nosso Regimento. Naturalmente dada à dificuldade da comissão encarregada de se reunir, este ante-projeto foi **elaborado quase que totalmente pelo Presidente da Comissão**. (CAMPO GRANDE, 1993 a 1979, p. 29, grifo nosso).

Procuramos estudar bastante, inclusive levando em consideração o Decreto Lei 477 tão combatido e que nós tivemos assim a coragem de não colocá-lo no Código Disciplinar porque nós somos também daqueles que entendemos que este Decreto 477 deve ser revogado. Nós procuramos elaborar este Código Disciplinar abrangendo toda a vivência da Universidade, desde a disciplina de discente, docente, do pessoal administrativo. (CAMPO GRANDE, 1993 a 1979, p. 30-31).

Nesta ata, pude inferir que, mesmo se dizendo contrário ao Decreto nº 477, os conselheiros entenderam que um “Código Disciplinar” era mais apropriado que um “Código de Ética”. Cabe salientar que até 2016 está em vigor um Código Disciplinar, aprovado em 1987, cuja penalidade prevista, por exemplo, para exclusão, seja o ato de desrespeitar a proibição de propaganda de guerra, de preconceito de classe, de religião ou de processos violentos para subverter a ordem pública ou social (Inciso II, art. 11 da Resolução nº 3/COUN de 17 de junho de 1987, ou seja, uma legislação bem aquém das práticas atuais de nossa sociedade.

Enfim, a matéria não foi deliberada, mas encaminhada para que a Comissão de Legislação e Normas do COUN fizesse análise e emitisse um parecer.

Em entrevista concedida a professora Jacira Helena do Valle Pereira, Mirian Ferreira de Abreu da Silva e Alice Felisberto, em 27 de abril de 2009, o Dr. João Pereira da Silva (2008), relator do processo de criação da UEMT no Conselho Estadual de Educação nos primeiros anos da década de 1970, assinala:

A discussão tomou conta do meio universitário que na época estava totalmente amordaçado pelo Ato Institucional nº 5, pelo famoso Decreto Federal 477, que dava aos dirigentes universitários poderes para expulsar alunos, demitir professores, de maneira arbitrária sem qualquer direito de defesa.

Nos primeiros anos da década de 70, quando a Universidade Estadual foi criada, não era permitido que os seus integrantes pudessem organizar sindicatos para reivindicar seus direitos. A Revolução não admitia.

Organizar sindicatos era a porta para ser excluído do meio universitário, bastava aplicar as disposições draconianas do Decreto 477.

Sobre a oposição ao Reitor, alguns professores, que se tornaram *persona non grata*, por cogitar a criação de um sindicato, podemos perceber a eficácia do instrumento de controle, posto à disposição pelas reformas:

Começava-se a surgir no seio da Universidade Estadual um espírito universitário, progressista, integrado pelos professores Luiz Salvador de Miranda Sá Junior, Edmir Padiã, Fausto Mato Grosso, João Pereira da Silva, João Naidor, Hélio Martins Coelho, Rubens Toledo e outros.

Os objetivos não eram interferir na política nacional, mas, sobretudo, lutar por melhores estruturas educacionais, melhor qualidade de ensino e melhor formação dos professores. [...] Em prol dessas ideias, surgiu uma oposição ao Reitor Pereira da Rosa, que fazia uma administração sem ter as pretensões acima.

Quanto à relação do Reitor com o governo do Estado, podemos perceber, igualmente, a correia de transmissão de poder que os novos dispositivos disciplinares permitiram:

O Dr. João Pereira da Rosa, contava com simpatia do Governador do Estado, Dr. José Fragelli, que se comentava na época, o admirava muito pela maneira com que dirigiu a Universidade, fazendo economia em todas as áreas, a ponto de no final do ano não ter gasto a verba destinada a mesma e consequentemente devolvia as sobras da receita aos cofres do Estado (SILVA, 2008, p. 15-17).

[...] o mal do Dr. João, ele queria agradar muito o pessoal lá de cima, gastando pouco, para o governo não gastar muitos recursos, fazendo um “arrozinho com feijão” sem acrescentar mais nada. É impossível você montar uma universidade, porque aí você tem que brigar por bolsa, conferência, os cursos, senão não tem nada disso. (SILVA, 2008, p. 3).

Com base nesta entrevista, destaco, em relação ao processo de nomeação do reitor da Universidade, que foi elaborada uma lista tríplice e o nome da oposição era o Dr. Hélio Martins Coelho. O Dr. João Pereira da Rosa entrou na lista tríplice para escolha do nome do Reitor para um mandato de 4 anos. O grupo opositor propôs uma Ação de Nulidade contra a presença do seu nome na lista, uma vez que o mesmo já havia exercido o cargo como Reitor *pro tempore*:

Houve recurso ao Tribunal de Justiça em Cuiabá e o mesmo reformou a decisão do Dr. Athayde e decidiu que o cargo de Reitor “*pro tempore*” não impedia o mesmo de candidatar à vaga do Reitor Estatutário. Logo depois o Dr. João foi nomeado para ser reitor estatutário pelo prazo de quatro anos.

A profissionalização dos docentes, com aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação, um dos itens constantes na agenda da reforma universitária, nos permite visualizar o princípio do governo econômico: maximizar o governo, com o mínimo custo político possível, ou, em outras palavras, absorver parte

das reivindicações do corpo docente, com a melhoria das condições de trabalho e ensino, aumentando a eficiência e a competência – termos chaves segundo os parâmetros da administração racional – minimizando, ao mesmo tempo, as possibilidades de resistência ao regime:

O grupo que estava em torno da candidatura do Dr. Hélio Coelho continuou com suas bandeiras, reivindicando sobretudo que desse oportunidade aos professores locais de fazer mestrado, doutorado e outros cursos de aperfeiçoamento com os custos do mesmo sendo pago pela universidade.

Como não eram atendidos, cada vez mais faziam oposição ao Reitor Pereira da Rosa, e o mesmo que sempre tivera bandeira democrática progressista, acabou por demitir todo o grupo, utilizando-se de normas da legislação trabalhista. É necessário esclarecer que o corpo discente, em sua maioria esmagadora, apoiava os professores que lutavam pela melhoria da UEMT, pois sentiam na pele a falta de melhores condições de ensino.

Foi um golpe duro na política dos docentes que perderam as suas mais expressivas lideranças. A esperança acabou. [...]. Era o tempo de anistia: ampla, geral e irrestrita. Todos os demitidos por coação política foram reintegrados. (SILVA, 2008).

Em relação ao aceite de entrevista, constante do Livro Episódios do Passado, o Professor João Pereira da Silva esclarece: “Aceitei fazer o presente trabalho com a intenção de esclarecer que a Revolução de 64 também chegou a UFMS” (SILVA, 2008, p. 17).

Porém, o caso da “demissão” dos professores Luiz Salvador de Miranda Sá Junior, Luiz Alfredo Chinali e Francisco Fausto Mato Grosso Pereira, bem como a expulsão do discente do curso de Medicina, Izaias Pereira da Costa, não constitui um caso isolado no período em questão (ditadura militar). Como assegura Tragtenberg (1989, p. 7), “Se houve instituição que no período da ditadura militar sofreu arranhões em sua dignidade acadêmica, foi a universidade [...]”, referindo-se à cassação de professores e pesquisadores, bem como às avaliações curriculares pelas assessorias de Segurança e Informação, “[...] que não constavam dos processos de contratação”.

O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também conhecido como “AI-5 das universidades”, baixado pelo general Artur da Costa e Silva, punia professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime com expulsão.

Esta legislação visava inibir a capacidade intelectual de toda uma geração de acadêmicos. O processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, ao passo que os estudantes ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos.

O Documento foi produzido pela Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC). A DSI do MEC era uma espécie de subseção do SNI, existente em todos os ministérios. A

DSI produzia “informes” sobre todo tipo de questão que preocupava a Ditadura Militar e, por isso, o acervo abrange muitos assuntos.

No caso específico do MEC, a DSI coletava informações a partir de seus braços nas universidades, e as enviava para os órgãos de repressão do regime. Muitos estudantes e professores foram enquadrados na famigerada Lei nº 477, mediante informações dos agentes da ditadura existentes nas faculdades.

Saliento que no ano de 1975, fez-se a propositura de transformar a nomenclatura dos Centros Pedagógicos para Centros Universitários, tendo em vista a implantação do Plano Integrado de Desenvolvimento (PID, 1975, fls 34).

Foram registradas nas atas a presença de membros do SNI nas reuniões (LIVRO DE ATAS DO COUN, 1973 A 1979, fls. 33 e 55). Dependendo do assunto em pauta, solicitava-se a retirada de pessoas que não fossem conselheiros, e a sala era evacuada. Em assuntos polêmicos, como a demissão dos três professores “subversivos” e a suspensão do acadêmico Izaias, as votações foram secretas.

Em reunião realizada em outubro de 1975, foi analisado o recurso encaminhado pelo discente Izaias Pereira da Costa que não consta *in verbis* do livro de atas (silêncio das atas). Têm-se apenas um parecer analisando a matéria por parte do Professor Hércules Maymone, que, se não fosse o trabalho de escavação desta pesquisa, este fato não constaria na história, e na memória, da UFMS, o que nos permite, mais uma vez, afirmar a constituição de ambas – memória e história – a partir de um campo de batalhas, o que vale a transcrição da mesma na íntegra:

O Presidente solicitou do Conselheiro Hércules Maymone que fizesse a leitura do recurso encaminhado pelo aluno Izaias Pereira da Costa – Antes da leitura o Conselheiro Hércules Maymone fez uma rápida explanação sobre o assunto em pauta. Em seguida passou a leitura do recurso do acadêmico. O Conselheiro Hércules Maymone leu também para o plenário o despacho do Reitor e em seguida o Telex enviado pelo Secretário de Educação e Cultura. Depois de feita a leitura dos documentos, o Conselheiro Maymone, na qualidade de Sub-Reitor de Relações Estudantis, e de Delegado Oficial do Corpo Discente para recursos dessa natureza e considerando o expediente passou a apresentar uma proposição ao Conselho Universitário. Senhor Presidente – Senhores Conselheiros – Tendo presente o disposto nas letras “c” e “l” do artigo 25 do Regimento Geral da Universidade e na qualidade de Sub-Reitor de Relações Estudantis face ao recurso interposto pelo acadêmico Izaias Pereira da Costa da decisão do Conselho Departamental do Centro de Ciências Biológicas, sou levado a apresentar neste Egrégio Conselho algumas considerações relacionadas ao fato e que, por restrito dever de ofício, tão somente nestas condições tomo a liberdade de fazer. Como é de conhecimento geral o acadêmico Izaias Pereira da Costa elaborou e distribuiu na Santa Casa, Maternidade e Universidade, em fins do mês de maio ou início do mês de junho um

memorial anônimo, tecendo violentas críticas ao Reitor e a um professor. Das instruções procedidas pelo Departamento de Polícia Federal o acadêmico Izaías confessou espontaneamente haver elaborado sozinho o referido ‘Manifesto’, assumindo inteira responsabilidade. Não se pode negar sob todos os aspectos, tratou-se de um gesto incompatível com a situação de um universitário que frequenta o décimo semestre de um curso médico e que já teve oportunidade de participar de numerosos organismos colegiados e também de já haver recebido ensinamentos éticos e deontológicos da nobre e respeitada profissão que abraçou e para a qual deve ter postura irrepreensível. O ato de esconder-se no anonimato, por inocência ou covardia resultou, como era natural, em repúdio geral de professores, colegiados, chefias de Departamentos e do próprio órgão representante dos estudantes. O acadêmico em apreço foi punido com sessenta (60) dias de suspensão, até resultante de deliberação dos Chefes de Departamentos e Colegiados de Cursos, pela gravidade da falta cometida. Lamentavelmente, no recurso apresentado pelo acadêmico Izaías ao Sr. Diretor do Centro de Ciências Biológicas, pedindo reconsideração do ato punitivo só se contempla o registro de que tal punição lhe trará, além da reprovação, inúmeros contratempos profissionais e financeiros, de forma até certo ponto arrogante e naturalmente causa de manutenção pelo Diretor do CCB da punição. Este, penso, deve ter sido, da mesma forma pessoal e exclusiva de entender o objeto essencial daquela medida. Não obstante este fato, por certo resultante de falta de amadurecimento, o pedido de redução da pena pelo postulante, em termos regimentais de sessenta (60) para quinze (15) dias demonstra clara e eloquentemente a **confissão** de uma atitude precipitada, **reconhecimento de erro, aceitação do ato punitivo pela falta praticada**. Entendo pois, que a punição imposta, diante dos acontecimentos registrados já surtiu efeito, advindo benefício ao punido, pela atitude tomada, pelo **comportamento** que certamente adotará. Feitas estas considerações, proponho ao Egrégio Conselho Universitário, estudar com carinho e como **autênticos educadores** que somos a proposição objeto desta manifestação sem esquecer que o Conselho Departamental do CCB, ao **aplicar aquela sanção disciplinar se inspirou tão somente no correto sentido do dever e do elevado senso de responsabilidade**, tendo em vista a falta cometida e não a pessoa do transgressor, já que **a punição disciplinar visa corrigir e não prejudicar**. Tenho a certeza que este é o pensamento dos ilustres membros do Conselho Departamental do CCB, razão desta minha intervenção. Campo Grande, 29 de outubro de 1.975. Ass. Hércules Maymone – Sub-Reitor de Relações Estudantis. (LIVRO DE ATAS DO COUN, 1973 A 1979, fls. 33 e 55).

Depois da leitura do parecer, o Dr. João propôs que a votação fosse secreta e apresentou duas propostas: redução ou permanência da pena. A pena foi reduzida com 27 votos dos 30 conselheiros presentes. Por vezes, o Reitor teve suas decisões vetadas. As decisões iam para deliberação do Plenário e o Reitor perdia. Pode-se perceber que dentro do COUN havia uma oposição declarada ao Dr. João.

Em entrevista a Sonia da Cunha Urt, Eder Ahmad Charad Edine e Nilva Narciso Rocha Celestrino, realizada em 29 de novembro de 2008, o Dr. Luiz Salvador de Miranda Sá Junior declara:

O João Rosa para ser professor da universidade, ele tinha que ser professor da escola de farmacologia, a irmã do Machado, a Alzira. A Alzira era professora da farmacologia e era prima dele. Só estou dando uma ideia do clima humano que tinha na universidade nesse tempo. Aí, ele foi colocado como assistente da Alzira, por algum tempo, para ser feito diretor do instituto de ciências biológicas. Foi o primeiro trambique. [...] e o João Rosa não deixava fazer nada que não saísse da cabeça dele, ele tinha uma ambição de poder. (SÁ JUNIOR, 2008, p. 4).

Mas esses casos de demissão e/ou expulsão de alunos e professores não constituem as únicas formas de controle e vigilância da comunidade acadêmica, formas mais sutis de poder na “Operação Limpeza”<sup>77</sup>, como as “cassações brancas”, como estratégias de controle, foram denunciadas pela Sociedade Brasileira de Física, em documento datado de 19 de setembro de 1978:

Nos últimos meses uma forma mais sutil de repressão, atingindo a um número crescente de pessoas ligadas ao meio universitário, passou a ser denunciada por organizações científicas, como a Sociedade Brasileira de Física. O professor ou pesquisador não é mais preso ou aposentado e muitas vezes nem mesmo perde o seu emprego. Simplesmente lhe são negadas certas condições essenciais para o exercício pleno de sua profissão.

### 3.2 OBRAS MEMORIALÍSTICAS

O Sul do Mato Grosso tornou-se Estado em 1979, e estudar os primórdios da UFMS significa, também, estudar parte da história do sul do Mato Grosso. A UEMT foi criada em 1970, mas sua gênese é oriunda dos idos da década de 1960, com a implantação da FFOMT no município de Campo Grande/MT.

No início da década de 1960, a maioria dos jovens da região sul do Estado de Mato Grosso tinha que se mudar para outros estados da federação para estudar em uma universidade pública, pois havia apenas o curso de Direito na então capital do Estado, Cuiabá. O principal destino destes jovens era o Rio de Janeiro.

---

<sup>77</sup> “[...] expressão utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhadores e nacionalistas de esquerda, entre outros” (MOTTA, 2014, p. 25).

João Pereira da Rosa<sup>78</sup>, em seu livro de memórias, intitulado “As duas histórias da Universidade: 1966-1978” (1993), afirma que, do quadro social da Associação Médica de Campo Grande em 1968, setenta e sete por cento (77%) dos médicos foram diplomados nas escolas médicas do Rio de Janeiro. A preferência era pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, que oferecia trezentas (300) vagas, seguida da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, que oferecia cem (100) vagas.

Em 1962, um forte movimento de profissionais liberais, através da Associação Farmacêutica Sul de Mato Grosso e da Associação Campo-grandense de Cirurgiões dentistas, reivindicava a criação da FFOMT.

Maymone<sup>79</sup> relata toda a campanha em prol da faculdade em seu livro intitulado “Da farmácia e odontologia à Universidade: memórias” (1989). Segundo o autor, quando os farmacêuticos idealizaram desencadear o movimento de criação destes cursos, conheciam os trabalhos realizados nos anos de 1959 e 1960, pela então CAPES<sup>80</sup>, relacionados ao problema das necessidades de pessoal de nível superior, no tocante aos vários campos de atividades, já que o desenvolvimento exigia a formação de pessoal habilitado para tarefas cada vez mais diversificadas em numa “sociedade em evolução”. No entanto, como já mencionado, nos anos de 1930, houve uma faculdade, privada<sup>81</sup>, de Farmácia e Odontologia em Campo Grande que, não obstante não ter reconhecimento pelo MEC, formou algumas turmas, da qual fez parte a deputada estadual Oliva Enciso (1986), conforme relata em seu livro, “Mato Grosso do Sul, minha terra”.

De acordo com as orientações da CAPES, Maymone (1989) relata que a associação concluiu que, no caso do sul do Mato Grosso, o ensino superior deveria ter as seguintes categorias: 1) Agronomia e Veterinária; 2) Engenharia, Química e Arquitetura; 3) Saúde e 4) das ciências e técnicas sociais (Direito, Economia, Filosofia, Letras e Pedagogia). Entretanto, segundo Maymone (1989), a situação não permitia, àquela época, postular os cursos seguindo rigorosamente estes critérios que se constituiriam no espelho da realidade socioeconômica, pela vocação natural (sic) da região, que é agropastoril.

<sup>78</sup> João Pereira da Rosa, médico, presidiu a Associação campo-grandense de Medicina. Foi diretor do Instituto de Ciências Biológicas, vereador, Presidente da ESG/MS e Reitor da Universidade Estadual durante todo o tempo de existência da mesma.

<sup>79</sup> Hércules Maymone, farmacêutico, presidiu a Associação Farmacêutica Sul de Mato Grosso. Foi o primeiro diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia e exerceu vários outros cargos na Universidade Estadual de Mato Grosso e Secretário de Educação do Estado e militar do exército.

<sup>80</sup> Atualmente a CAPES denomina-se Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>81</sup> A faculdade, fundada e administrada por Agostinho dos Santos, acabou fechando depois de formar algumas turmas.

Maymone (1989) afirma que a realidade socioeconômica do Sul do Mato Grosso, área que hoje corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul, tem vocação natural agropastoril, caracterizada pela agropecuária, que mantém a pecuária como atividade principal.

Desse modo, segundo Maymone (1989), as dificuldades para iniciar o ensino superior atendendo as características socioeconômicas devia-se ao reduzido número de profissionais existentes no setor, visto que os cursos não permitiam a incursão de profissionais de outras áreas. Este problema, segundo ele, era diferente em relação aos cursos de Farmácia e Odontologia, pois na montagem do corpo docente, além das duas classes de profissionais, poderiam, como fizeram, incorporar médicos, biólogos, veterinários, agrônomos, químicos, economistas, advogados, administradores de empresas, engenheiros e pessoal do magistério, criando desta forma uma formação básica que atenderia todos os cursos ligados as áreas biológicas e da saúde.

A campanha de criação da FFOMT, conduzida pelas associações de profissionais liberais, realizou-se na imprensa, nas ruas, com distribuição e folhetos e nas associações, com a realização de debates públicos sobre o tema, e obteve, entre outros, o apoio da Associação Comercial, do Lions Club e da Deputada Olívia Enciso.

Em 1962, Olívia Enciso, na qualidade de Deputada Estadual, recebeu informações sobre os procedimentos necessários para iniciar o processo de criação de uma faculdade. Então, reuniu-se com os presidentes das Associações dos Farmacêuticos e Dentistas, entre outros simpatizantes da causa. Enciso (1986) relata também o entusiasmo da sociedade campo-grandense ao receber o aval do então Governador, Fernando Corrêa da Costa, e, como estratégia de ação, lançaram vários manifestos, panfletos e artigos nos jornais locais.

Uma das justificativas para a criação da Faculdade, enviada à Assembleia Legislativa do Estado (1975), argumentava: “[...] uma vez que Mato Grosso, como é do conhecimento de todos, é um dos Estados mais pobres em Escolas Superiores, sendo, no entanto, comprovado o valor moral e intelectual dos estudantes mato-grossenses” (ENCISO, 1986, p. 57).

Diante desse entusiasmo, em março de 1963, começaram uma Campanha Financeira com a distribuição de talões para recebimento de fundos para a faculdade. No ofício de encaminhamento dos talões, constava:

Como se trata de empreendimento que exige grandes somas de recursos financeiros, este Grupo se dirige a V.S. pedindo a sua valiosa e indispensável colaboração, para que a Faculdade se instale dentro das exigências modernas do ensino e avanço da ciência, elevando o nome da comunidade a que pertence, beneficiando-a de maneira incalculável. – Certos de contar com o

auxílio de V.S. neste magno empreendimento, antecipamos nossos agradecimentos. (ENCISO, 1986, p. 58).

Segundo Rosa (1993), esta campanha expressava um compromisso com a causa: implantar cursos superiores em Campo Grande, não se esgotando apenas na reivindicação da criação dos cursos de Odontologia e Farmácia.

Assim, fruto de uma ampla campanha que pressionou o Governo Estadual, a FFOMT foi criada através da Lei estadual nº 1.755, de 09 de novembro de 1962, funcionando, inicialmente, nas dependências da atual Escola Estadual Maria Constância de Barros Machado, no período noturno em Campo Grande.

Após a criação da lei, foi criado um Grupo de Trabalho<sup>82</sup> pró instalação da faculdade, formado pelos representantes das associações envolvidas, com Oliva Enciso, representando o governo.



Figura 10 - Foto da vista aérea do Colégio Estadual Campo-grandense, onde os alunos dos cursos de Farmácia e Odontologia tinham aula no período noturno. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

Neste Colégio, faltava luz e tendo em vista que as aulas teóricas eram à noite, relatam professores que ministraram aulas naquele período, que se cotizavam para comprar

<sup>82</sup> Composto pela Prof<sup>a</sup> Oliva Enciso, presidente e representante do Governo, os farmacêuticos Hércules Maymone e José de Menezes, os cirurgiões dentistas Dr. Antonio José Paniago, Dr. Mário Pedro de Cerqueira Caldas e Dr. Kalil Rahe.

querosene, e pavio para funcionar os lampiões. Nos períodos matutino e vespertino as aulas práticas aconteciam nos laboratórios da Policlínica Odontológica e na Santa Casa.

Neste período, ocorreram também as primeiras manifestações pela criação da Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, que continuaram até o final da década de 1960.

Analisei os dois principais jornais da época, que circulavam em Campo Grande, o Correio do Estado e o Jornal do Comércio, que apoiavam a criação das faculdades e tinham como uma das estratégias pressionar o Governador de Mato Grosso, através da veiculação de notícias inerentes. Em outubro de 1962 veicularam matérias de apoio, com manchetes e destaque como: “Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, grande aspiração da mocidade estudiosa de nossa terra” (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/10/1962); “A cidade mais alfabetizada do Brasil exige a criação da faculdade de Farmácia e Odontologia, com sede em Campo Grande” (CORREIO DO ESTADO, 15/10/1962); “A nobre iniciativa da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, merece aplausos das autoridades, entidades de classe, mocidade estudiosa e do povo em geral, para se tornar vitoriosa o quanto antes” (JORNAL DO COMÉRCIO, 17/10/1962) e, “Criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, é iniciativa que merece apoio integral de nossas autoridades e do povo mato-grossense” (CORREIO DO ESTADO, 16/10/1962).

As manchetes das matérias jornalísticas expressavam o apoio dos jornais à criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, e demonstravam o protagonismo das associações campo-grandenses dos farmacêuticos e cirurgiões dentistas locais. Maymone, em seu livro (1989), apresentou cópias de muitas declarações de apoio a esta campanha como o da Associação Comercial de Campo Grande, do jornal O Matogrossense, bem como do comandante da 9ª Região Militar e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O Jornal do Comércio, de 23 de outubro de 1963, na intenção de sensibilizar os políticos, publicaram: “Deputados de nossa terra, a mocidade estudiosa de Mato Grosso lhes transfere, neste instante, a incumbência de trabalhar pela criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, com sede em Campo Grande”.

Enquanto isso, o concurso que selecionou candidatos para os cursos de Farmácia e Odontologia aconteceu somente em 1964, sendo aprovados e matriculados 09 alunos, no Curso de Farmácia, e 18, no Curso de Odontologia. Os primeiros professores selecionados foram entre os profissionais que atuavam na área, em Campo Grande, através da análise do currículo.

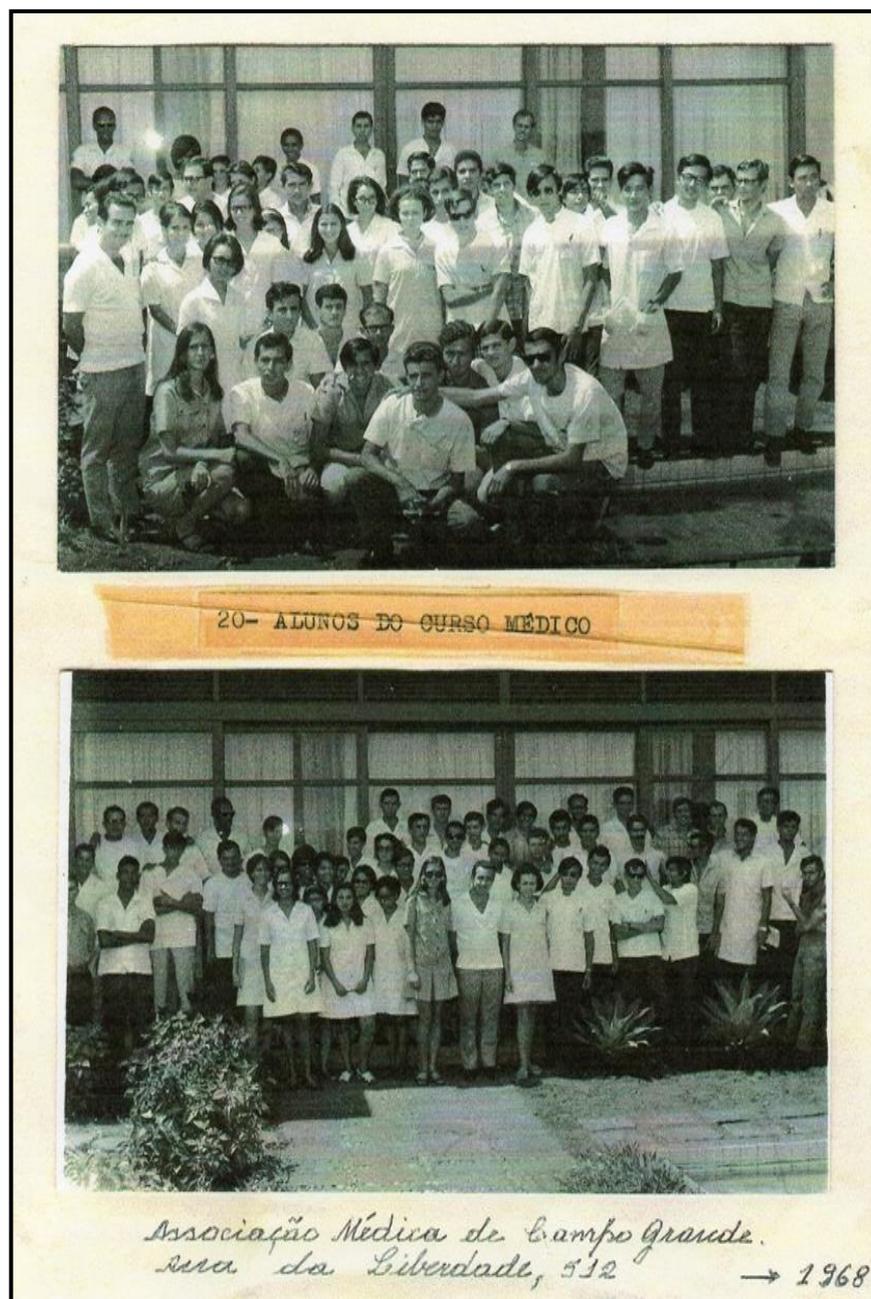
Conforme Maymone (1989), a estrutura administrativa da FFOMT era composta pela congregação (órgão deliberativo), pelo Conselho Técnico-Administrativo (responsável pelas questões didáticas e pedagógicas dos cursos) e pela Diretoria (de caráter executiva).

Segundo Rosa (1993), em 1965, o movimento da Associação Médica de Campo Grande pela criação da Faculdade de Medicina ficava mais forte, incluindo ainda a reivindicação por uma universidade no sul do então Mato Grosso, apesar de haver focos de resistência na própria associação quanto à sua criação. Rosa afirma que, quando se tornou Presidente da Associação Médica de Campo Grande, em dezembro de 1963, o Estado de Mato Grosso era composto por 84 municípios, dos quais apenas 34 possuíam mais de um médico, 20 possuíam 01 médico, e 30 municípios não possuíam nenhum. Mesmo com a precariedade de médicos no Estado os profissionais não queriam mais médicos atuando, por entenderem que poderia aumentar a concorrência.

Relata ainda que, ao participar de uma reunião conjunta da Associação Médica Brasileira e da Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), em Porto Alegre, em 1965, assistiu a uma palestra do reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e convidou-o para ministrar uma palestra na Associação Médica de Campo Grande sobre a “interiorização do curso de Medicina”, continuando, assim, a campanha pelo curso de medicina na cidade.

Em 26 de julho de 1966, através da Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituindo os departamentos e criando o curso de Medicina.

Conforme Maymone (1989), neste segundo momento, surgem os primeiros laboratórios para o desenvolvimento das atividades práticas. A estrutura administrativa do Instituto era constituída por um Conselho Administrativo, uma Diretoria Executiva, um Conselho de Professores e vários departamentos. Os departamentos reuniam disciplinas afins e eram formados por professores com o objetivo de garantir uma unidade didático-científica e administrativa.



Figuras 11 - Fotos dos acadêmicos da primeira turma do curso de Medicina da UEMT em evento na Associação Médica de Campo Grande (1968). (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

A participação da ABEM é destacada por Rosa (1993), e seus diretores gestaram o anteprojeto que criou o ICBCG. Provavelmente a ABEM estava afinada com o debate em torno da Reforma Universitária, que ocorreria dois anos depois, pois, segundo Rosa (1993, p. 45):

O Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande antecipou-se à lei 5.540/68 ao estruturar-se em departamentos de morfologia, ciências sociais e

saúde pública, química, física, patologia, prótese, clínica médico-odontológica, cirurgia médico-odontológica, psicologia e psiquiatria, gineco-obstetrícia e pediatria. Esta composição dos departamentos constituía o artigo 28 do estatuto do Instituto de Ciências Biológicas, aprovado pelo Decreto n° 518, de 1° de abril de 1968.

O governo do Estado, através do Decreto n° 402, de 13 de novembro de 1967, criou o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC), com a mesma estrutura do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande. Em 1968, começaram a funcionar os primeiros cursos de Pedagogia, Psicologia, História e Letras. Inicialmente, o Instituto de Corumbá, não contando com instalações próprias, funcionou nas dependências do atual Instituto Luiz de Albuquerque.

Ainda em 1967, o governo estadual criou, no município de Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, e, em Rondonópolis, o Instituto Superior de Educação, ampliando assim a rede de ensino superior no Estado.

Em 1968, voltou o debate sobre a UFMT em Campo Grande, como demonstram as matérias do jornal *Correio do Estado*, dos meses de maio, julho e agosto deste mesmo ano. Em maio, o jornal publicou uma matéria intitulada: “O ensino superior é um fato em Campo Grande”. Neste artigo, o jornal defendia a instalação da Universidade Federal de Mato Grosso na cidade de Campo Grande, e não na então capital, Cuiabá.

Em meados de 1968, o *Correio do Estado* publica duas matérias sobre a disputa em torno do local de instalação da UFMT. A primeira noticiava a vinda de cuiabanos a Campo Grande para dialogar sobre a criação da Universidade. A segunda, em agosto de 1968, intitulada “Para que Universidade em Campo Grande?”, expressava a opinião do jornal sobre a importância do ensino superior para o desenvolvimento da cidade:

Em agosto, o jornal publica, em dois momentos, informações sobre a tramitação do projeto de criação da UFMT no Conselho Federal de Educação. Neste momento, o Conselho avaliou que Mato Grosso não tinha condições para a instalação da UFMT, como demonstra a manchete do *Correio do Estado*, da edição de 1° de agosto de 1968: ‘Mato Grosso sem condições para ter uma Universidade’<sup>83</sup>.

No final de 1968, o *Correio do Estado* publica uma matéria tratando da criação da cidade universitária de Cuiabá<sup>84</sup>, e, no outro dia, publica uma matéria em que o governador,

<sup>83</sup> Principais manchetes do *Correio do Estado*. Disponível em: <[http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id\\_can=7362](http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=7362)>. Acesso em: 11 out. 2015.

<sup>84</sup> Manchete do dia 05/11/1968: “cuiabanos aplaudem entusiasticamente a Criação da Universidade Federal de MT”. Disponível em: <[http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id\\_can=7362](http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=7362)>. Acesso em: 11 out. 2015.

Pedro Pedrossian<sup>85</sup>, declara que todas as vantagens que a cidade universitária poderá proporcionar aos estudantes do ICBCG seriam extensivas aos estudantes de Direito e Filosofia em Cuiabá<sup>86</sup>.

Com isso, o jornal demonstrava que as duas cidades, Cuiabá e Campo Grande, estavam construindo uma cidade universitária. Cinco meses depois, em maio de 1969, o jornal publica uma matéria desmobilizando a disputa entre as duas cidades, afirmando que o importante era a criação da UFMT, independente da cidade que a sediasse.

Tanto as matérias do Correio do Estado, como os livros memorialísticos, de Rosa (1993) e Maymone (1989), demonstram que, a partir de 1967, ano em que o governo do Estado autorizou a compra de uma área de 96 hectares para o ICBCG, iniciou-se a construção da cidade universitária em Campo Grande.

Rosa (1993), apresenta detalhadamente a construção da cidade universitária. A primeira construção edificada foi a do Instituto de Ciências Biológicas, a segunda, do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), e assim sucessivamente. Em 1970, quando foi criada a UEMT, a cidade universitária já contava com a maioria de sua estrutura física em construção.

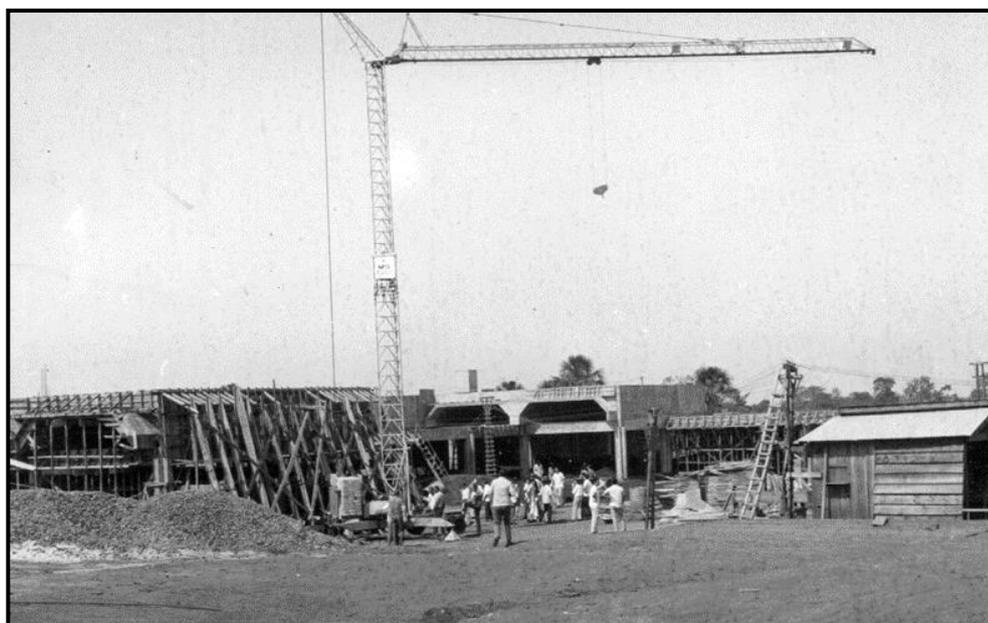


Figura 12 - Foto do início da construção do Instituto de Ciências Biológicas (1968). (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

<sup>85</sup> Governador do Estado de Mato Grosso de 1966 a 1971.

<sup>86</sup> Manchete do dia 08/11/1968: “Pedrossian criará Universidade Estadual em Campo Grande”. Disponível em: <[http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id\\_can=7362](http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=7362)>. Acesso em: 11 out. 2015.

A cidade universitária em Campo Grande possui uma área de 170 hectares, mas a aquisição desta área ocorreu em várias etapas:

A aquisição do patrimônio ocorreu em várias etapas. O chamado terreno I foi adquirido em 1967 para o Instituto de Ciências Biológicas no Governo Pedro Pedrossian refere-se aos 49 hectares onde estão localizados os Centros de Ensino, Estádio Universitário, Auto-Cine, Parque Aquático, Restaurante, Monumento Símbolo, Teatro Universitário, Caixa D'água, Conjunto Poliesportivo e Ginásio de Esportes. Cerca de 20 hectares foram acrescidos a essa área para construção do Hospital Universitário, Estação de Tratamento de Esgotos, Lago do Amor e sua barragem. O Terreno II, compreendendo 101 hectares, foi adquirido no Governo do Dr. José Fragelli. Neles estão o hospital Veterinário, antiga delegacia do MEC, Serralheria, Diretoria de Obras, Os Laboratórios de: Química, Anatomia, Fisiofarmacologia, além do Biotério, da cantina e de todas as construções do lado direito da Avenida Filinto Muller, área cedida ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Reitor Edgard Zardo (ROSA, 1993, p. 60).

A construção de cada prédio da futura cidade universitária foi noticiada, detalhadamente, no Correio do Estado: a contratação do engenheiro, o lançamento da pedra fundamental, o andamento da construção, a fase de acabamento até suas inaugurações. Foi assim com todas as construções que compõem a cidade universitária. Saliento que o registro da imprensa torna-se, assim, um importante instrumento de produção da memória coletiva e da história da Instituição.

Em 16 de setembro de 1969, o governo Estadual sancionou a Lei nº 2.947, que criou a UEMT. Em seguida, com a Lei Estadual nº 2.972, de 2 de janeiro de 1970, extinguiu o Instituto de Ciências Biológicas e criou os Centros de Estudos Sociais, Tecnológico, Aplicados, Ciências Biológicas e de Educação Física. A mesma lei criou também o Centro Pedagógico de Corumbá, de Três Lagoas e de Dourados, mantendo os cursos em aberto, funcionando e criando os cursos de Engenharia, em Campo Grande, e Agronomia, em Dourados.

Por fim, o Decreto nº 1.072, de 31 de janeiro de 1970, institui a UEMT, com sede em Campo Grande e unidades em Dourados, Corumbá e Três Lagoas:

Art. 3º- Integrarão, inicialmente, a Universidade Estadual de Mato Grosso, as unidades de ensino e pesquisa das cidades de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados, criadas ou reestruturadas pela Lei Nº 2.972, de 2 de janeiro de 1970.

Em abril de 1970, conforme notícia publicada no Correio do Estado, três meses depois de ser instituída a UEMT, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou os Estatutos da Universidade Federal de Mato Grosso com sede em Cuiabá. Intencionalmente ou

não, o Governador, Pedro Pedrossian, abafou a disputa das duas cidades pela UFMT, criando a Universidade Estadual de Mato Grosso em Campo Grande, e a Universidade Federal na Capital.

A construção da cidade universitária, com uma estrutura física significativa, contribuiu para acalmar os ânimos dos que reivindicavam a UFMT para Campo Grande. Segundo Rosa (1993), o governador acompanhava, passo a passo, sua construção, aprovando os projetos arquitetônicos de cada edificação. A estrutura física do campus de Campo Grande ocupava uma área 170 hectares, composta pelas seguintes edificações: estádio de futebol, auto cine, piscina olímpica, ginásio de esportes, restaurante universitário, hospital universitário, parque aquático, teatro universitário, reserva biológica, conjunto poliesportivo e policlínica odontológica.

Apesar dos muitos laboratórios, a estrutura física parecia estar voltada mais ao atendimento da comunidade em geral, inclusive as atividades de cultura e lazer, do que para a pesquisa científica. É o caso, por exemplo, do Estádio de futebol e do auto cine. A piscina e o parque aquático, de forma indireta, pois poderiam também ser utilizados para fins acadêmicos.

O estádio de futebol, considerado na época, o maior estádio universitário da América Latina, com capacidade para 40 mil espectadores, foi inaugurado em março de 1971. Apesar do estádio ter sido nomeado Estádio Pedro Pedrossian, em homenagem ao governador, ficou conhecido como “Moreirão”, em alusão à cidade morena, como é conhecida a cidade de Campo Grande.

Conforme Rosa (1993), o auto cine (drive-in) foi construído rapidamente, e tornou-se um ponto de referência da Cidade Universitária. Sua estrutura física era composta por uma lanchonete, uma sala de projeção, um pátio, com os cogumelos contendo os alto-falantes, um telão de cimento, uma portaria com entrada e saída para os veículos, e uma bilheteria. Os recursos oriundos dos bilhetes do auto cine foram destinados à compra de livros para a biblioteca central e para as demais bibliotecas das unidades que compunham a universidade, através de uma portaria da Reitoria. Outras importantes edificações que compunham a cidade universitária eram o restaurante universitário, a piscina olímpica, o Hospital Universitário, a Policlínica Odontológica e o Teatro Universitário.

No campus de Campo Grande, localizavam-se os cursos considerados “nobres”, tais como Medicina, Odontologia, Engenharia, Farmácia etc., e apenas um curso de licenciatura em Educação Física. Os centros universitários do interior eram compostos, predominantemente, por cursos de licenciatura, exceção feita aos cursos de Agronomia,

localizado em Dourados (Núcleo de Ciências Agrárias), e o curso de Psicologia, localizado em Corumbá.

O curso de Agronomia, localizado na cidade de Dourados, previsto para começar em 1970, só foi criado em fins da década de 1970, começando a funcionar efetivamente em 1978. A instalação do curso de Agronomia tornou necessária a construção de novas instalações, as quais foram edificadas em uma gleba de 90 hectares, situada na zona rural, cerca de 12 km do centro da cidade de Dourados.

Apesar da estrutura administrativa ser a mesma, o campus de Campo Grande – onde se localizavam os órgãos administrativos mais importantes e os cursos que deram origem à Universidade, como Odontologia, Farmácia e Medicina – diferenciava-se dos centros pedagógicos do interior. Outro aspecto que demarcava esta diferença era o fato de a maioria dos candidatos nomeados para cargos de direção (Reitoria e pró-reitoria) ser de Campo Grande e, em sua maioria, ligados aos cursos que emergiram na instituição. O professor do curso de Medicina, João Pereira da Rosa, nomeado reitor durante toda a existência da instituição, de 1970 a 1979, ilustra bem esta distinção.

Os centros pedagógicos localizados no interior eram, em sua maioria, voltados para a formação de professores e para atender a demanda das filhas de fazendeiros e comerciantes, que se formavam, predominantemente, no Rio de Janeiro, para que, quando voltassem para suas cidades, conseguissem uma vaga como professoras nos Centros Universitários.

João Pereira da Rosa (1993) atribui ao empenho dos membros da Associação Campo-Grandense de Medicina a implantação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, bem como a criação da própria Universidade Estadual. Já Hércules Maymone (1989), não negando a participação da Associação Médica na criação da universidade, atribui papel relevante também à Associação de Farmácia e Odontologia.

Ambos foram personagens importantes na história desta universidade. O professor João Pereira da Rosa foi reitor nomeado por dois períodos, de 1970 a 1974, e de 1974 a 1978, sendo que sua segunda nomeação ocorreu não obstante o fato de ter ficado em terceiro lugar na lista sêxtupla encaminhada ao MEC. João Pereira da Rosa foi reitor durante todo o período de existência da UEMT. Já o professor Hércules Maymone foi Vice-Reitor, Pró-Reitor, diretor de vários centros pedagógicos e membro de vários conselhos universitários ao longo de sua carreira acadêmica.

Maymone foi o primeiro secretário de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, suplente do senador José Fragelli, e secretário de Educação do Município de Campo Grande, na administração de Antonio Mendes Canale, em 1970. José Fragelli, na política estadual,

sempre se manteve em campo diverso de Pedrossian, mesmo pertencendo ao mesmo partido (ARENA). Tudo indica que Maymone se ligava aos opositores de Pedrossian, pois Antonio Mendes Canale também era considerado inimigo do então governador, Pedro Pedrossian.

O fato do professor João Pereira da Rosa ter sido Reitor da UEMT por oito anos consecutivos, indica que mantinha boas relações com três governadores diferentes, Pedro Pedrossian<sup>87</sup> (1966-1971), José Manuel Fontanillas Fragelli<sup>88</sup> (1971-1975), pela UDN, e José Garcia Neto<sup>89</sup> (1975-1979).



<sup>87</sup> Governador de Mato Grosso no período de 1966 a 1971, antes da divisão do Estado. Em sua carreira política, passou pelo PSD, ARENA, PDS, PTB, PDT, PST, PMDB e PMN. Foi condecorado pelo Exército Brasileiro com a medalha do Pacificador, e com a Ordem do Mérito Aeronáutico. Em suas administrações foram criadas a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sediada em Cuiabá, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sediada em Dourados, e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com sede em Campo Grande.

<sup>88</sup> Foi promotor de justiça em Campo Grande (1939 a 1943), secretário de Justiça e Finanças (1953 e 1954), diretor e professor do Colégio Osvaldo Cruz em Campo Grande, constituinte em 1947, deputado estadual (1947 a 1950), deputado estadual (1950 a 1954), líder da oposição pela UDN, de 1947 a 1951, líder do governo pela UDN (1951 a 1953); deputado federal (1955-1959), governador (1970 a 1974); senador (1980 a 1987), presidente do Senado Federal (1985 a 1987), presidente do Congresso Nacional (1985 a 1987) e presidente da República interino de 28 a 30 de setembro de 1986, e de 9 a 14 de setembro do mesmo ano. Digno de nota é sua participação na fundação da Ação Democrática (AD) de Mato Grosso, em 1964, que se destacou pela atuação no movimento político-militar que depôs João Goulart. Depois do golpe, com a extinção dos partidos políticos pelo AI nº 2, filiou-se à Arena. Em outubro de 1969 tornou-se presidente da comissão executiva do diretório regional da Arena em Mato Grosso, até ser indicado, pelo presidente Médici, para o cargo de Governador.

<sup>89</sup> Foi prefeito de Cuiabá pela UDN, em 1954, exercendo a presidência da Associação dos Municípios da Amazônia Mato-Grossense. Em 1960, foi eleito vice-governador do estado na chapa de Correia da Costa para um mandato de cinco anos. Foi deputado federal pela ARENA, em 1966 e 1970. Indicado governador de Mato Grosso, em 1974, pelo presidente Ernesto Geisel. Em sua estadia no Palácio Paiaguás, foi criado o estado de Mato Grosso do Sul.

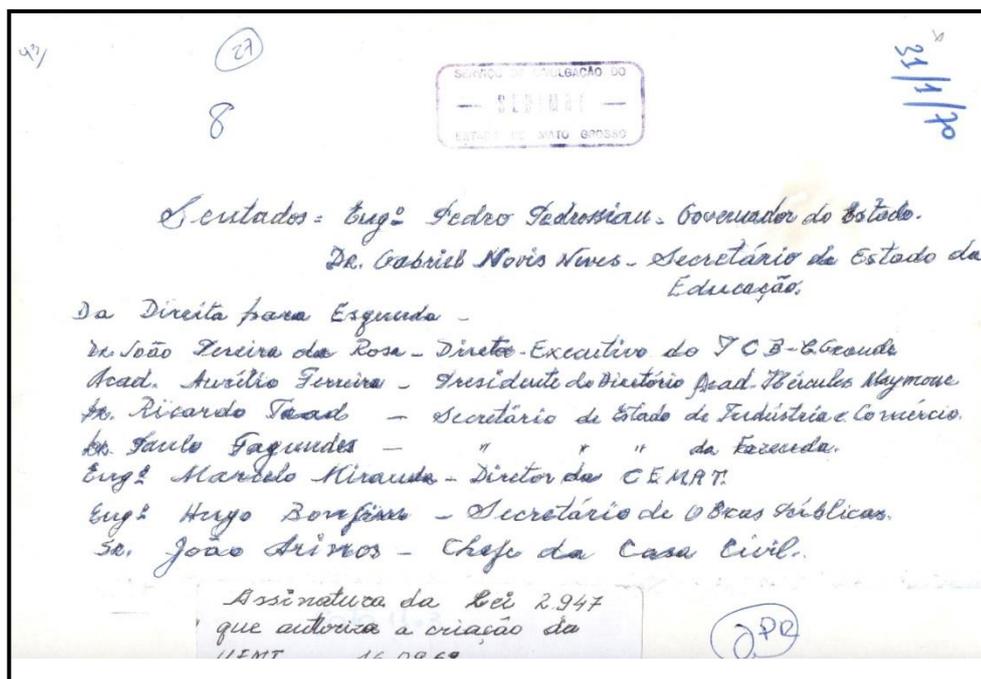


Figura 13 - Foto da Assinatura da Lei nº 2.947/69 que cria a UEMT em Campo Grande. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

Nesta fotografia podemos ver as autoridades presentes na solenidade (Pedro Pedrossian, João Pereira da Rosa, Gabriel Novis Neves, Ricardo Trad, dentre outros) e também um representante dos alunos que posteriormente se tornou professor de Ortopedia no Curso de Medicina da Universidade, Aurélio Ferreira.

Pode-se perceber que, embora mantivessem estreitas relações com líderes políticos da época, relacionavam-se com grupos políticos diferentes do sul de Mato Grosso. Em comum era o fato de apoiarem a ditadura militar e serem ligados aos grupos dirigentes do Sul do Mato Grosso, não obstante pertencerem a facções diferentes.

A ligação de João Pereira da Rosa e Hércules Maymone com o Exército é demonstrada pelo fato de ambos terem cursado a Escola Superior de Guerra (ESG), e recebido diversas condecorações do Exército Brasileiro. Hércules Maymone teve uma relação mais estreita com as forças armadas – foi tenente do exército –, se afastando do cargo para assumir, em 1970, a secretaria Municipal de Educação de Campo Grande.

Tanto o sul do Estado de Mato Grosso, como o município de Campo Grande, viveu, nas décadas de 1960 e 1970, um período de muitas transformações: a UEMS passou a ser Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul através da Lei Federal nº6.674, de 05 de junho de 1979, período em que o Estado de Mato Grosso já havia se tornado Estado de Mato Grosso do Sul (1977).



Figura 14 - Foto da assinatura da Lei que criou a UEMT em 1970. (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

O Estatuto, aprovado em 1970, estabelece que a UEMT integraria, inicialmente, as unidades de ensino e pesquisa das cidades de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados, criadas ou reestruturadas pela Lei nº 2.972, de 2 de janeiro de 1970, com as seguintes finalidades:

- a) ministrar o ensino superior formando profissionais e especialistas em todos os campos do conhecimento, capazes de promover o progresso social mediante a aplicação dos recursos das ciências e da técnica; b) estimular a criatividade e realizar pesquisas nas ciências e da técnica; c) estender o ensino e pesquisa à comunidade, mediante cursos ou prestação de serviços; d) contribuir para solução dos problemas que interessem o bem estar social e o progresso das universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas e privadas, em regime de convênio.

Tais finalidades não contrariam a reforma da ditadura, ao contrário, seguem os preceitos de uma administração racional. Através da análise das atas do Conselho de Ensino e Pesquisa, percebe-se a quase inexistência de discussões sobre pesquisa. A maior parte das discussões tratavam de assuntos relacionados às atividades de extensão e de regulamentações referentes ao ensino e a extensão, uma vez que a pesquisa era insípida na Universidade. Algumas discussões referenciam-se a pesquisas desenvolvidas em convênio com outras universidades, ou órgãos públicos, como a pesquisa desenvolvida em conjunto com a

Universidade de Goiás, por exemplo, aprovada na 10ª reunião ordinária do COUN, em 9 de junho de 1976.

Outro ponto a ser destacado é a aprovação das licenciaturas curtas parceladas, atendendo à demanda de formação de professores em uma região de processo acelerado de urbanização. Desta forma, a universidade estava em plena consonância com a Lei nº 5.692/1971, que estabelecia vários níveis de formação, e a cada um dos níveis, um nível de exercício.

Além dos convênios e cursos de licenciaturas parceladas, a universidade desenvolvia diversas atividades de extensão e cursos, como o de aperfeiçoamento e especialização para os professores da UEMT. Em relação aos convênios citados e inúmeros outros estabelecidos com órgãos públicos estaduais e municipais, percebe-se que a universidade desenvolveu importante papel na qualificação dos funcionários públicos do governo do Estado e na prestação de assessoria. A ata não esclarece, mas, provavelmente, tratava-se de um convênio com prestação de serviços dos cursos da área da Saúde.

A UEMT consolidou-se com uma dicotomia entre os centros pedagógicos localizados em quatro cidades diferentes do sul do então Estado de Mato Grosso, e o Centro de Ciências Biológicas e Tecnológico, localizados no campus da universidade em Campo Grande. Esta dicotomia deve-se, em primeiro lugar, ao caráter dos centros que não se localizavam no campus da universidade, que eram Centros Pedagógicos, ou seja, tinham, em sua grande maioria, cursos de licenciatura para formar professores, e os centros do campus de Campo Grande, de áreas específicas, formavam, majoritariamente a “elite”, os “doutores”, profissionais liberais, como engenheiros, médicos, veterinários, farmacêuticos e dentistas.

Outro elemento de diferenciação foi a ocupação dos cargos de reitor e de sub-reitores, que, durante os primeiros anos de existência da Universidade, foram ocupados por professores de dois dos centros de Campo Grande, ou seja, do Centro de Ciências Biológicas (Medicina, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Medicina Veterinária) ou do Centro Tecnológico (Engenharia Civil). A maior parte dos ocupantes destes cargos era do primeiro centro, e o cargo de reitor, ocupado durante todo o tempo de existência da UEMT, como já fora dito, pelo professor João Pereira da Rosa, do curso de Medicina.

Em relação a este fato, deve-se considerar que a proximidade física destes centros com os órgãos superiores e de administração da universidade contribuíam para a proximidade política e ocupação dos cargos. As relações entre o campus de Campo Grande e os centros universitários do interior parecem caracterizar-se por uma relação de secundarização, pois o campus de Campo Grande, além de possuir cursos “nobres”, era onde funcionavam as

unidades da Alta Administração, os órgãos colegiados que, apesar de terem representação das demais unidades, eram liderados por representantes de cursos desta localidade.

Pode-se dizer que estas disputas e diferenças se davam entre os polos central e periférico. Os centros universitários do interior, por sua vez, eram, em sua maioria, voltados para a formação de professores. Consta em ata do COUN de 1975 que 65% dos formandos daquele ano eram professores. Isto demonstra a exceção feita ao curso de Psicologia, Ciências Contábeis e Administração de Corumbá, e, posteriormente, o curso de Agronomia, em Dourados. Havia também um único curso de licenciatura em Educação Física. Esta diferenciação existente entre os vários centros motivou o COUN a nomear uma comissão para a elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento (PID), objetivando padronizar a atuação da instituição. Dando continuidade à análise da organização da universidade, tendo por base o seu estatuto, destaca-se o artigo 5º, que estabelece que o ensino e a pesquisa deveriam ser reunidos no Centro de Estudos Gerais, formando um sistema comum para toda a universidade. Este centro também se encarregaria do ensino posterior, correspondente ao departamento específico. O Centro de Estudos Gerais seria formado pelos departamentos de Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geociências e Letras.

Os demais centros tiveram os seus departamentos constituídos de acordo com os currículos dos cursos programados, sendo relacionados nos regimentos dos centros em que se integram. O Estatuto apresenta o departamento como subunidade e menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático científica e de distribuição de pessoal, como prevê o § 3º do artigo 12 da Lei nº 5.540/68.

Em seu capítulo II, o Estatuto estabelece que o governador e o secretário de Educação e Cultura do Estado são, respectivamente, chanceler e vice-chanceler da UEMT, e determina as competências privativas do chanceler: a) escolha, nomeação e posse do Reitor, do Vice-Reitor e dos membros do Conselho de Ensino Superior, e designação dos representantes do Estado no Conselho de Curadores; b) destituição do reitor ou vice-reitor, mediante proposta do Conselho Universitário; c) revisão, em grau de recurso interposto pelo Reitor, por membros do Conselho de Curadores, do COUN ou do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, de atos de alienação ou constituição de ônus reais contrários à lei, ou aos interesses patrimoniais da UEMT.

O Conselho de Curadores era o órgão de fiscalização econômico-financeira da UEMT, composto por cinco membros designados pelo Governador do Estado (Reitor, Vice-Reitor, Sub-Reitor de Administração, Sub-Reitor de Planejamento e um representante da

Secretaria de Educação e Cultura do Estado), todos com mandato de três anos. Cabe destacar o Estatuto da UEMT, em seu artigo 19, parágrafo segundo:

As instituições públicas ou privadas que contribuírem substancialmente para o aumento de recursos da Universidade, poderão ter representação no Conselho de Curadores, nos termos prescritos no Regimento Geral. Isto nos leva a auferir que o conceito de Universidade/Empresa estava disciplinado na UEMT. (p. 11).

Pela análise destes artigos, percebe-se o poder do governador na definição dos rumos da universidade, sendo que a autonomia universitária está diretamente ligada a orçamento. Este poder está de acordo com a legislação da época (Lei nº 5.540/68, art. 16), que definia que a nomeação de reitores e vice-reitores de universidades, diretores e vice-diretores de universidades ou estabelecimentos isolados, far-se-ia com a observância do seguinte princípio: o reitor e o vice-reitor de universidades serão nomeados pelo respectivo governo, e escolhidos de lista de nomes indicados pelo COUN ou colegiado equivalente.

No último capítulo do Estatuto, que trata da comunidade universitária, destaca-se o direito de representação discente nos órgãos colegiados da instituição, direito que foi garantido pela Lei nº 5.540, de 1968. Os alunos conseguiram a representação discente, entretanto, eram minoria, e o autoritarismo imperava, como exemplo, no fato de que as atas dos conselhos eram alteradas e não espelhavam as discussões ocorridas.

De fato, nas atas dos conselhos não se encontra registro de nenhuma manifestação dos discentes contrária às posições majoritárias das reuniões, apesar de, no início dos trabalhos, haver registro de debate sobre versões das atas. O encaminhamento era sempre reformular as atas para a reunião seguinte. Entretanto, nas reuniões seguintes do COUN, escassas durante o ano, e no qual a maioria dos conselheiros tinha mandato de apenas um ano, membros que tinham protestado contra irregularidades poderiam deixar de ser conselheiros.

Outro documento analisado foi o PID, elaborado, aproximadamente, em 1975, cinco anos após a criação da UEMT, por um grupo de profissionais de Santa Catarina, com o objetivo de reorganizar a estrutura acadêmica e física da universidade.

Os principais pontos que o PID considera problemáticos são as disparidades entre os centros do interior e da capital (e até mesmo entre centros e departamentos do campus de Campo Grande), a falta de mecanismos de controle e coordenação e a baixa integração entre os centros.

Propõe, assim, dotar a UEMT de um novo esquema organizacional para padronização dos sistemas acadêmico, administrativo e físico, tendo como produto final

alcançar maior produtividade, através do aprimoramento das funções de cada uma das áreas, que era uma das propostas de Reforma Universitária. Pretendia-se diminuir os custos no planejamento de diversas áreas, otimizando atividades e melhorando resultados. O documento valoriza o planejamento como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados, o aumento do controle dos diversos órgãos da Universidade, encontrando como dificuldade maior a dispersão dos câmpus numa grande distância dentro do Estado.

O plano objetivava enquadrar a UEMT no modelo da reforma universitária, eliminando duplicidade de ações para fins idênticos, nos moldes da Universidade Federal de Santa Maria, cujo Reitor era parceiro e consultor do Dr. João Pereira da Rosa. Justificaram a distribuição espacial da UEMT em vários municípios pela necessidade de eliminar os obstáculos naturais ao desenvolvimento do estado, especialmente na área de recursos humanos. Pode-se concluir que o PID pretendia aumentar não apenas o controle e a padronização acadêmica e administrativa, mas também o controle das resistências dos opositores da Administração da UEMT.

Segundo o relatório do PID a UEMT deveria ter unidade em suas ações, mas foi apenas a unificação das estruturas curriculares dos cursos nos diversos centros. Com relação à criação de novos cursos, o documento sugeria que se realizasse uma análise regional a fim de que a criação dos cursos suprisse as necessidades existentes na estrutura econômico-social do Estado. Porém, os critérios para criação de novos cursos não foram planejados para atender as necessidades, o apelo e à vocação da região.

O PID constitui uma tentativa de enquadrar, de fato, a universidade à legislação em vigor, ou seja, implementar o modelo da reforma universitária (Lei 5.540/68), por essa razão, não deve ser compreendido como uma simples necessidade regional, mas parte de todo o projeto da reforma universitária:

[...] o caráter arcaico da universidade brasileira e sua incapacidade de atender a uma demanda social explosiva preocupava também aos órgãos federais. Já estava patente para todos a necessidade de expandir o ensino superior e a impossibilidade de realizar esta tarefa sem modernizar a estrutura da universidade. Os célebres acordos MEC-Usaid constituíam exatamente a expressão dessa orientação que buscava na assessoria norte-americana o auxílio para impor o novo modelo de universidade. Ante a violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC-Usaid e com a pressão generalizada pela reforma, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo. (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004, p. 39).

A Lei nº 5.540/68 prescreve, no seu artigo 8º, que os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, ligar-se à universidade ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade, ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federação de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento. O PID inicia afirmando que a UEMT abrange unidades situadas em Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas e Dourados, justificando a distribuição espacial da universidade em vários municípios pela necessidade de eliminar os obstáculos naturais ao desenvolvimento do Estado, especialmente na área de recursos humanos.

A educação é vista, pelo PID, como um componente do campo que fazia parte de medidas que estavam sendo colocadas em prática pelo governo estadual, visando modificar o panorama da economia mato-grossense. Parece que o fato dos centros pedagógicos terem sido criados através de decisões diretas do governo do Estado – e não como fruto de uma política de ampliação estabelecida pela própria universidade – teve por consequência centros pedagógicos com características muito diferenciadas do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências Biológicas.

A elaboração do referido Plano constitui-se em uma tentativa de diminuir as disparidades regionais e padronizar a ação da universidade nos diversos municípios. Os centros pedagógicos se localizavam nas cidades de Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Aquidauana e Rondonópolis. Já o Centro de Tecnologia e de Ciências Biológicas localizavam-se na cidade de Campo Grande, juntamente com a administração central da Universidade. O Plano caracteriza a universidade, relatando que todos seus órgãos de decisão se concentram no campus de Campo Grande, o que define uma centralidade que mais se afirma pelo número de unidades acadêmicas.

Em sua divisão, os centros obedecem à estrutura departamental, havendo certa uniformidade quanto aos centros pedagógicos. Todavia, segundo o documento, não há correspondência completa entre os departamentos, previstos no Regimento Geral da Universidade, e os existentes. Assim, o Plano objetivava dotar a UEMT de um novo esquema organizacional para os sistemas acadêmico, administrativo e físico, com a finalidade de alcançar maior produtividade, através da otimização das funções de cada uma destas áreas.

Esta racionalização da organização administrativa está de acordo com o artigo 11 da Lei nº 5.540/68, que estabelece, no item d), a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos, como uma das características para as universidades. Os requisitos considerados para que tais objetivos sejam alcançados são: a

observância da legislação vigente – ou seja, em nível federal, das diretrizes da Lei nº 5.540/68 (Reforma Universitária) –, a disponibilidade dos recursos humanos e materiais necessários, o aproveitamento da estrutura existente na UEMT, e o estabelecimento de avaliação e controle das influências exercidas pelas resistências ativas e passivas sobre o processo de reestruturação.

De acordo com a Lei 5.540/68, os ensinos superiores adotaram um modelo praticado por quase todas as universidades brasileiras. Nesse modelo, os ensinos de disciplinas básicas comuns aos cursos eram ministrados em locais próprios onde ocorria um nivelamento inicial antes da oferta das disciplinas profissionalizantes. Esses locais tinham a denominação de Centro de Estudos Gerais, básicos, ou outros.

Cabe destacar que na UEMT funcionou um curso denominado “pré-biológico”, que era preparatório para ingresso na Universidade, e os alunos que já tivessem concluído o 2º ano do segundo grau poderiam fazer o curso. O referido cursinho funcionou por quatro anos, de 1970 a 1974. O terceiro ano do científico poderia ser feito dentro da universidade, sendo ministrado por professores da própria instituição das áreas de química, física, biologia e inglês.

Assim, de maneira geral, o Plano pretendia aumentar não apenas o controle e a planificação administrativa e acadêmica da instituição, mas também o controle das resistências ao modelo de universidade a ser adotado, pois “É o controle que garante a obediência dos indivíduos às regras e à lei, bem como a outros critérios considerados fundamentais ao bem-comum” (OSÓRIO, 2010, p. 104).

Mas não é somente o disciplinamento dos sujeitos que está em jogo nessa reestruturação do ensino superior, mas, e sobretudo, o disciplinamento da produção dos saberes, através do controle da própria formação discursiva, fixando-lhe “[...] os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2011a, p. 36).

Deste modo, a UEMT era constituída pela reunião de unidades especialmente distanciadas, com cursos idênticos funcionando em locais diferentes, no entanto, embora pertencessem à mesma instituição, não possuíam uniformidade na ação educacional. Pelo contrário, o próprio Plano afirmava que o sistema acadêmico mostrava flagrantes disparidades e citava vários exemplos de desigualdades entre os centros, como disciplinas iguais que possuíam programas diferentes, distribuição diferenciada da carga horária dos professores de departamentos semelhantes, departamentos concentrados ora em carreiras, ora em matérias e sistemas de controle acadêmicos totalmente descentralizados.

No contexto do PID, estes problemas levariam a um processo de desintegração e as características diferenciadas das unidades da UEMT estariam proporcionando o nascimento de aspirações tipicamente locais, nem sempre em concordância com as aspirações da universidade. Além disso, estariam se configurando duas linhas distintas, uma para as unidades de Campo Grande, e outra, para as unidades localizadas nos demais municípios.

As condições da UEMT eram bastante precárias, as pesquisas, quase inexistentes; a contratação de professores se dava, na maioria das vezes, por indicação, e não havia uma política de afastamento para capacitação de seus docentes; os salários atrasavam; os centros pedagógicos e os centros tecnológicos e de ciências biológicas possuíam realidades muito diferenciadas e a participação colegiada, na condução dos rumos da universidade, era incipiente.

Assim, a reforma universitária – porém não somente –, compreendida no interior dessas práticas de controle e disciplinamento dos saberes, “[...] sempre se produz em razão de relações de poder e das próprias instituições” (OSÓRIO, 2010, p. 128). Esse episódio permite-nos, igualmente, compreender o discurso enquanto prática social, à medida que “[...] novos saberes e novas tecnologias ampliam e aprofundam os poderes nas instituições, [...] lugar de verdade” (OSÓRIO, 2010, p. 128-129). É nesse sentido que podemos afirmar, concordando com o diagnóstico foucaultiano, que,

Nenhuma instituição existe fora do poder ou sem poder. Ela é produzida pela sociedade graças às múltiplas coerções e nela produz efeitos de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Assim se estabelecem as funções e as disfunções institucionais, instigando os indivíduos a criar seus próprios códigos de regras, expondo condutas de interesses que isolam ou se aproximam, de acordo com os interesses momentâneos, se ajustam ou não às regras institucionalmente construídas (OSÓRIO, 2010, p. 132).

Uma vez instituído, há a autonomização do(s) poder(es) (cf. FOUCAULT, 2004). A partir de então, todos os indivíduos nela envolvidos, independentemente de seu *status*, a colocam em funcionamento, tornando-se, assim, uma engrenagem do(s) poder(es), sejam eles conscientes ou não. Os saberes produzidos no interior das instituições de ensino superior, por exemplo, em geral, subordinam os sujeitos, uma vez que estes aparecem sob a rubrica da objetividade, sustentada pela dicotomia sujeito/objeto.

### 3.3 HISTÓRICOS ESCOLARES, RELATÓRIOS DE GESTÃO E PERFIL DOS ESTUDANTES

A análise dos relatórios de gestão e dos históricos escolares me permitiu inferir sobre os estratos sociais dos alunos desta instituição de ensino como parte do desenvolvimento analítico da hipótese da presente tese.

Os históricos pesquisados referem-se aos alunos que se formaram na IFE desde o ano de 1968 até 1979. Os dados encontram-se arquivados no CCBS e me permitiram colher as seguintes informações: número total de alunos dos cursos de Farmácia-Bioquímica, Odontologia e Medicina; total geral por curso; número de alunos militares/por curso; número de alunos descendente de imigrantes; número de alunos de Campo Grande, de Mato Grosso, outros Estados e outros países; número de alunos oriundos de escola pública em Campo Grande; número de alunos oriundos de escolas privadas em Campo Grande.

Através dos Históricos Escolares dos acadêmicos formados nos cursos de Farmácia, Odontologia e Medicina nos seus primeiros doze anos de existência (1968 a 1979), constatei que: formaram-se 716 profissionais, sendo 172 farmacêuticos, 247 dentistas e 297 médicos. Destes tornaram-se professores da UEMT, 100 profissionais, sendo 32 docentes no Curso de Farmácia, 22 docentes no Curso de Odontologia e 46 docentes no Curso de Medicina.

Com relação aos militares, encontrei 14 no curso de Farmácia, e todos formaram-se nos quatro primeiros anos de existência do curso, ou seja, de 1968 a 1971 e no Curso de odontologia, formaram-se 5. Tendo em vista que muitos alunos do Curso de Medicina, serviram o Exército depois de formados, tornando-se Oficiais na área de Saúde e considerando que não tínhamos estas informações nos históricos, não as computei.

Nascidos em Campo Grande, ao longo desses doze anos pesquisados, 62 eram do curso de Farmácia, 62 no curso de Odontologia, e 80 no curso de Medicina.

Nascidos no estado de Mato Grosso, 110 eram do curso de Farmácia, 154 do curso de Odontologia, e 152 do curso de Medicina.

Importante destacar que o maior número de descendentes imigrantes eram japoneses. No curso de Farmácia, 50 descendentes, sendo 38 japoneses. Na Odontologia, 35 descendentes, sendo 22 japoneses e, no curso de Medicina, 49 descendentes, sendo 34 japoneses.

Nascidos fora do estado de Mato Grosso, no Curso de Farmácia, temos 27 paulistas, 5 paraguaios, 1 boliviano, 3 paranaenses e 2 mineiros. No Curso de Odontologia, temos 48

paulistas, 12 gaúchos, 2 paraguaios e 3 bolivianos. No Curso de Medicina, temos 79 paulistas, 3 paraguaios e 1 boliviano.

Relativamente aos estrangeiros, o que se destaca são os japoneses, predominantemente filhos de agricultores, que plantavam suas hortas nos arredores da cidade e não tinham condições financeiras de enviar seus filhos para estudar nos grandes centros, o que se pode perceber pelos registros fotográficos. Destaca-se também o grande número de mulheres de descendência japonesa que frequentaram a UEMT.



Figura 15 – Quadro de fotos que retratam a presença de acadêmicos descendentes de japoneses, predominantemente mulheres, que tiveram acesso ao ensino superior. (1972) (Acervo pessoal de João Pereira da Rosa).

Com relação aos imigrantes sírio-libaneses, pela análise dos históricos pude verificar que continuaram a se graduar no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre outros.

Os primeiros formandos (1968) que entraram na UEMT eram majoritariamente militares, no curso de Farmácia-Bioquímica, 50% dos formandos. Isso se deu, em parte, porque o Professor Hércules Maymone era do Exército, grande incentivador da formação superior dos militares, e também um dos pioneiros da implantação da universidade. O Comando Militar do Oeste foi instalado aqui e havia recompensas para que estudassem Farmácia e Odontologia, com o objetivo de melhor atender o Hospital do Exército.

Quanto aos alunos que ingressaram na Universidade, destaca-se os oriundos de escolas públicas, como o Colégio Estadual Mato-Grossense, depois denominado Colégio Estadual Maria Constança de Barros Machado. Das escolas particulares, destaca-se o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio Dom Bosco.

No acervo da Biblioteca Central da UFMS, encontramos o Relatório “Perfil dos alunos que frequentaram a UEMT no ano de 1976”, apresentado pelo pró-reitor em Assuntos Estudantis, Prof. Hércules Maymone. Nele, podemos destacar que nos cinco Centros Pedagógicos foram ofertados 22 cursos de graduação, com um total de 1.271 alunos matriculados, sendo: 371 do sexo masculino e 900 do sexo feminino. Deste total, 497 eram casados, e 765 solteiros. Com relação a naturalidade, 831 eram de MT, e 422 oriundos de outros estados, ou seja, mais da metade dos alunos vieram de outros estados, e 18 eram estrangeiros, sendo 13 do Centro Pedagógico de Corumbá.

Estão ainda tabulados os esportes que praticavam, o conhecimento de língua estrangeira, o número de trabalhadores, suas remunerações e ano de nascimento. Parti da hipótese que o referido relatório consta das atribuições ordinárias dos dirigentes das universidades relativamente à prestação de contas aos diversos órgãos do SNI – e desta reitoria em particular –, como forma de manter o controle sobre as atividades dos estudantes nas respectivas instituições de ensino.

#### 3.4 A UNIVERSIDADE-EMPRESA E OS PODERES REGIONAIS EM DISPUTA

Analisando os textos que elencamos para esta pesquisa, sobretudo aqueles que tematizam sobre os acordos MEC-Usaid e a Reforma Universitária, percebi a estreita relação entre as propostas de modernização do ensino superior, com a reestruturação total da

universidade, impondo-lhe uma nova ordem administrativa, fiscal e disciplinar, e o estabelecimento de padrões nacionais, normalizando a profissionalização de sujeitos para o PED, ou, como afirma Souza (2006), instituir uma universidade vocacionada a formar mão-de-obra qualificada, bem como pesquisas científicas que subsidiem as empresas, públicas e privadas, de suas respectivas regiões, contribuindo, assim, para o desenvolvimento nacional.

Assim, o plano de expansão e reestruturação das universidades brasileiras faz parte da estratégia nacional-desenvolvimentista do governo militar, como um dos principais objetivos de sua política de segurança nacional, como afirma Freitas (2004), a respeito da criação da universidade no Estado (UFMT). Em sua análise, a criação da UFMT era inevitável, eis que fazia parte da estratégia do regime militar ocupar o território nacional, com a criação de universidades federais em todos os estados brasileiros, independentemente, inclusive, da disputa entre as cidades de Cuiabá e Campo Grande, para sediar a instituição.

Segundo Freitas (2004), o movimento cidadão pela criação da UFMT em Cuiabá, ao mesmo tempo em que acelerou a decisão federal, foi importante pelo fato de que a prevalência econômica de Campo Grande apontava para outra direção: sediar a UFMT no sul do Estado.

A tradicional disputa pela hegemonia de poder, enfrentada pelas cidades de Cuiabá, a Capital, e Campo Grande, o segundo centro urbano de maior expressão social, econômica e política do Estado, vai ser reacendida pelo anúncio de instalação da universidade federal em Mato Grosso. Cuiabá, segundo Freitas (2004), era a sede “natural” da nova instituição, mas disputava, com Campo Grande, essa prerrogativa. Tal disputa, que veio de fato a ocorrer, acrescentou uma deliciosa pitada de bairrismo e fervor à luta que era dos mato-grossenses e passava a ser também, agora, uma disputa entre cuiabanos e campo-grandenses.

Cuiabá se mobilizou pela criação da Universidade Federal, e muito. Entre 1967 a 1970, parece ter sido o assunto do momento na Capital, aglutinando pessoas de origens diversas: estudantes secundaristas, estudantes e professores dos cursos de nível superior então existentes, donas de casa, comerciantes, a imprensa local, políticos de esquerda e de direita, Maçonaria, Lions Clube, etc. Enfim, uma camada significativa da população local reivindicando a criação da UFMT, com sede em Cuiabá. Freitas (2004) destaca que o período em questão, que antecede a divisão territorial do Estado de Mato Grosso, é uma época marcada pela acirrada disputa entre o norte e o sul, pela hegemonia do poder na região. Campo Grande (sul) e Cuiabá (norte) travavam entre si uma luta histórica, de longa data. O sul do Estado jamais aceitou Cuiabá como Capital, e esta, por sua vez, não admitia a supremacia econômica e eleitoral de Campo Grande.

A origem sulista do então governador, Pedro Pedrossian, agravava a situação, uma vez que toda sua sustentação política estava no sul do Estado. Decorrente dessa peculiaridade, afirma Freitas (2004), o governador dizia-se neutro, preferindo deixar a decisão da localização da sede da Universidade a cargo do Ministério da Educação, que atribui a essa indefinição o retardo da criação da UFMT. Somam-se a esse quadro algumas medidas tendenciosas a favor de Campo Grande, como, por exemplo, o início das obras da cidade universitária nesta cidade, antes mesmo que Cuiabá estivesse aparelhada, o que despertou nos habitantes da Capital um sentimento apaixonado de amor às tradições locais, fazendo com que se unissem, a princípio, por laços de amizade, em defesa dos direitos constitucionais de Cuiabá, enquanto Capital de Mato Grosso.

Desde a década de 1930, o sul se organizava em torno de um movimento mudancista, que planejava transferir a capital do Estado para Campo Grande. Em 1932, chega-se a propor o Estado de Maracaju, há dúvidas que o mesmo tenha vigorado por 82 dias. Na Constituinte Estadual de 1947, os sulistas tentam incluir uma emenda que previa a transferência da Capital para Campo Grande, em casos de calamidade. Esse anseio mudancista perdura até o governo de Júlio Müller, que criou condições para que Cuiabá fosse efetivamente reconhecida como a Capital do Estado. A partir de então, afirma Freitas (2004), o movimento passa a ser divisionista, sendo a divisão do Estado de Mato Grosso seu objetivo primordial<sup>90</sup>.

Para o cuiabano Gilson Duarte de Barros<sup>91</sup>, “[...] nós tínhamos argumentos formidáveis a nosso favor. Primeiro, a tradição intelectual de Cuiabá, infinitamente superior à de Campo Grande. Nosso principal argumento era esse”.

[...] o cuiabano sempre foi voltado para a cultura e não existe prova maior disso do que a nossa própria Academia Mato-grossense de Letras. Se você pegar a nossa Academia Mato-grossense de Letras, você vai ver que a diferença dos membros da Academia, dos imortais mato-grossenses de Cuiabá para Campo Grande é de mais de dez por um.

[...] Então, o berço cultural, o berço intelectual, o berço político de Mato Grosso é Cuiabá, indiscutivelmente. E, sendo Cuiabá indiscutivelmente, era um absurdo total pretender-se que a sede de uma Universidade Federal, de

<sup>90</sup> Conforme Freitas (2004), em 1959, a campanha pela divisão recrudescer sob o *slogan* “Dividir para Multiplicar”, e, em 1963, Cuiabá também sugere a divisão, utilizando-se do *slogan* “Dividir para Sobreviver”.

<sup>91</sup> Advogado formado pela Universidade Federal do Mato Grosso foi também sargento do Exército Brasileiro, jornalista e funcionário público. No governo José Fragelli (1971-1975) integrou o Conselho Estadual de Transporte e foi Secretário de Fazenda em regime interino. Sua carreira política começou no MDB sendo eleito vereador em Cuiabá em 1976 e deputado federal por Mato Grosso em 1978 sendo reeleito pelo PMDB em 1982. Em sua estadia na Câmara dos Deputados votou pela Emenda Dante de Oliveira e em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Por conta das eleições de 1986 entrou em dissidência com seu partido e disputou o governo de Mato Grosso pelo PDT sendo derrotado por Carlos Bezerra, eleito pelo PMDB. Disputou sua última eleição pelo PL em 1990 sem conseguir se eleger. Foi auditor-geral do estado no governo Jaime Campos e ouvidor-geral de Mato Grosso no governo Blairo Maggi.

um organismo cultural, intelectual como esse, como é a universidade, tivesse a sede em Campo Grande, em detrimento de Cuiabá, historicamente muito superior, culturalmente, intelectualmente, por suas tradições e sua história. (FREITAS, 2004, p. 104).

Na opinião de Gabriel Novis Neves<sup>92</sup>, “Mato Grosso foi um dos últimos Estados da Federação a possuir uma Universidade, por causa dessa briga. Porque o Governo Federal também ficava com dificuldade, não queria se queimar” (FREITAS, 2004, p. 105).

A propensão do governo estadual em sediar a UFMT em Campo Grande, segundo João Pereira da Rosa (1993), decorre também do incentivo dado pelo reitor da UFSM, quando de sua visita a Campo Grande. Conforme Rosa (1993), a partir de então, o Governador havia sido contaminado pela eloquência do professor Mariano da Rocha sobre a criação da Universidade Federal de Campo Grande, tanto que o Governador já falava ‘nossa Universidade’.

A campanha dos sulistas pela criação da Universidade Federal em Campo Grande provocou uma contraofensiva dos estudantes da Capital, que reuniram-se na praça Alencastro, em frente ao Palácio do Governo, em Cuiabá, montaram uma barraca e, com um alto-falante, “atazanava” os ouvidos do governador com o *jingle*, ‘Senhor Governador, não permita que uma Universidade saia numa cidade do interior’. Em virtude desse ato, o governador teria chamado as lideranças do movimento campo-grandense e confidenciado: Não aguento mais, vou dizer que a Universidade Federal será em Cuiabá e criamos uma Estadual em Campo Grande. (FREITAS, 2004).

Na análise de Freitas (2004), a rivalidade entre Cuiabá e Campo Grande, se, por um lado, dificultou e atrasou a criação de uma Universidade Federal no Estado, por outro, foi responsável pela criação quase simultânea de duas universidades: a UFMT e a UEMT. Frente aos esforços pela universalização do ensino superior no Estado, a conquista de duas universidades, ao invés de uma, foi um “ganho extra” para a juventude mato-grossense, que teve aumentadas as possibilidades de acesso ao ensino de terceiro grau.

Do mesmo modo, conforme destaca Freitas (2004), no projeto inicial da UFMT, conhecido como “A Universidade da Selva”, havia a preocupação de viabilizar o desenvolvimento da região, com o desbravamento de povoamento da Amazônia, preparando os recursos humanos imprescindíveis para tal tarefa.

---

<sup>92</sup> Bacharel em Medicina, com especialidade em Psicologia Médica e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além da reitoria da UFMT, exerceu diversos cargos públicos: Secretário de Educação (1968-1970); Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Mato Grosso (1983); Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso (1984); Secretário de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso (1984-1985). Foi, também, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Cuiabá (Unic).

Neste contexto também a UFMT, criada em pleno regime militar, sofreu influência do espírito cívico e nacionalista, difundido pelos militares no poder, como estratégia para a formação de grupos organizados para dar sustentação ao regime. Com esse propósito, foi criada a Comissão Superior de Civismo, o Centro Superior de Civismo e o Centro de Estudos de Desenvolvimento, em consonância com os objetivos do regime militar, que, não se limitando a ações repressivas, tinha o intuito de “[...] seduzir os jovens e integrá-los à nova ordem política” (MOTTA, 2014, p. 90).

A respeito da UFMT, é também digno de nota, a preocupação desta em integrar a cultura indígena, em plena consonância com a DSN, elaborada pela ESG, entre os anos de 1949-64 – dando ênfase na “[...] defesa das instituições e incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política” (FÁVERO, 1991, p. 14) –, e não somente conforme o projeto de reforma universitária. Para tanto, cria-se o Museu Rondon, conhecido como o Museu do Índio (FREITAS, 2004, p. 123), marco da construção de uma cultura “autenticamente” regional<sup>93</sup>.

No “Relatório de Gestão de 1971” elaborado pela Reitoria, além de constar um breve histórico das atividades desenvolvidas na recém criada UEMT, destaca-se o discurso referente à universidade-empresa:

A Universidade Estadual de Mato Grosso aceitou o desafio de quebrar velhas estruturas para transformar-se em agente de produtividade, inserindo-se no contexto do progresso mato-grossense. Há um princípio que norteia atualmente a Reitoria, os corpos docente, discente e administrativo: a Educação deve ser objetivada em realidade empresarial. Por isso, recursos de ordem material e intelectual são vistos como fatores de produção que devem somar para a obtenção do aumento das riquezas individuais e sociais. (CAMPO GRANDE, 1971).

No referido Relatório, ressalta-se também o início de trabalhos de extensão à comunidade, em clara observância aos preceitos da reforma universitária, que visava, entre outros aspectos, “[...] ampliar o campo de ação das universidades, integrando-as às comunidades” (FÁVERO, 1991, p. 51): “Os jovens acadêmicos das áreas de saúde, tecnologia e pedagogia servem à comunidade atendendo os bairros pobres, hospitais, ministrando aulas nos cursos de nível de 1º e 2º graus, constituindo-se assim numa verdadeira extensão de sua própria Universidade” (CAMPO GRANDE, 1971, p. 04).

<sup>93</sup> Freitas (2004, p. 124), destaca ainda a criação da disciplina de Direito Indígena, na UFMT, resgatando uma grande tradição do pensamento jurídico brasileiro, surgida em 1823 e consolidada em 1910, dando início ao Projeto Aripuanã, com o núcleo pioneiro da cidade-laboratório de Humboldt, em 1973, onde se criou a Escola de Administração da Amazônia, a fim de preparar indivíduos capazes de solucionar os problemas encontrados na região. Por esses empreendimentos, e pela filosofia de trabalho adotada, a UFMT passou a se autodenominar “Universidade da Selva”.

Consta ainda, no Relatório, que a arrecadação de unidades da UEMT trariam autonomia financeira, pois, como consta no “Relatório da Comissão Meira Mattos”: “[...] é também reconhecido o hiato entre a legislação e sua implantação, constituindo a falta de recursos, problema sério” (FÁVERO, 1991, p. 51): “O Centro de Computação de Dados, a Piscina Universitária, o Estádio Universitário, o Restaurante, o Teatro Glauce Rocha, o Auto-Cine Universitário são mobilizados em favor da autonomia da UEMT, ao mesmo tempo que prestam valiosos serviços à comunidade” (CAMPO GRANDE, 1971, p. 04).

Desse modo, além de ampliar o raio de atuação das universidades, através das atividades da criação de atividades de extensão, tais dispositivos demonstram, igualmente, a preocupação na “[...] cooperação do poder público com a iniciativa privada, visando à motivação do estudante para assuntos relacionados com o desenvolvimento do país” (FÁVERO, 1991, p. 50), fortalecendo o espírito cívico: “Há enfim um esforço coletivo no sentido de formar o homem para o desenvolvimento brasileiro dentro das linhas de grandeza cívica e espiritualidade que caracterizam a história de nosso País” (CAMPO GRANDE, 1971, p. 02).

No final do Relatório (1971), afirma-se o propósito para o ano vindouro: “Para o próximo ano pretendemos acentuar o caráter empresarial da UEMT, dinamizando todos os recursos disponíveis a favor da independência financeira que virá ao encontro da autonomia didático-administrativa” (CAMPO GRANDE, 1971, p. 104). Neste período, os alunos pagavam uma mensalidade para ajudar a custear as despesas da Universidade através de carnês, e a previsão deste pagamento constava no Estatuto e no Regimento.

Outro documento que encontrei na Biblioteca Central da UFMS, objeto de análise, é o “Relatório UEMT (1974) (PID-PND)” (CAMPO GRANDE, 1974). Neste relatório, consta o Governador Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli como Chanceler da UEMT, Dr. João Pereira da Rosa como Reitor, e Dr. Hélio Martins Coelho como Vice-Reitor.

A biografia do vice-reitor, Dr. Hélio Martins Coelho, é digna de nota: nascido no atual município de Nova Alvorada do Sul/MS, em 1949, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro/RJ. No período de 1956 a 1965, foi professor Assistente no Departamento de Clínica Cirúrgica, no setor de Cirurgia Vascular, na Escola Paulista de Medicina e no Hospital São Paulo/SP, participando, como fellow, em tempo integral, no convênio Rockefeller Foundation, da Escola Paulista de Medicina. Em 1970, torna-se professor de Clínica Cirúrgica na UEMT, e Coordenador do curso de Medicina. Em 1974, matriculou-se no Curso Superior de Guerra, da ESG (EMFA), no Rio de Janeiro, por indicação do Governador do estado na época, José Manuel Fontanillas Fragelli

(ARENA), também pecuarista e ativo participante do movimento civil-militar que depôs Goulart em 1964<sup>94</sup>. O Dr. Hélio Martins Coelho em 1975, coordenou a ADESG no Mato Grosso do Sul, e, em 1974, adquiriu a Financial Imobiliária.

Na Introdução do relatório, informa que a UEMT desenvolve suas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), obedecendo à estrutura de uma universidade-empresa.

Ressalta que o PID da UEMT está coerente com o II PND, cumprindo, desta forma, com as metas do Governo Federal. Consta no relatório que o PID foi “[...] elaborado dentro de um enfoque sistêmico para obter-se maior produtividade dos trabalhos desenvolvidos através da otimização das funções correspondentes às áreas: Acadêmica, administrativa e física” (RELATÓRIO DE GESTÃO DE 1974, fls 04).

Na descrição dos cargos e unidades administrativas, consta que, mesmo não sendo o primeiro da lista, o Dr. João Pereira da Rosa foi reconduzido ao cargo. Tendo sido nomeado em 1970 e em 1974, foi reconduzido ao cargo após seu nome ter figurado na lista sêxtupla elaborada em reunião conjunta pelo COUN e pelo COEPE: “Esta lista foi enviada ao Governador que o nomeou por período de mais quatro anos” (RELATÓRIO DE GESTÃO DE 1974, fls 06), gozando, portanto, das prerrogativas constitucionais que lhe outorgava o artigo 170 do Decreto-Lei nº 200/1967, “[...] por motivos relevantes de interesse público”.

Destaca-se nas informações cedidas pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, dados sobre as vagas, número de candidatos inscritos e classificados no vestibular de 1974.

Centro de Ciências Biológicas: no curso de Medicina, foram ofertadas 48 vagas, com 494 inscritos, sendo a concorrência de quase 11 candidatos por vaga. Em Odontologia: 32 vagas, 117 inscritos, concorreram, aproximadamente, 4 alunos por vaga. Em Farmácia-bioquímica: 24 vagas, 110 inscritos, com uma concorrência próxima de 5 alunos por vaga.

Em Medicina-Veterinária: 32 vagas para 116 inscritos, concorreram, aproximadamente, 4 alunos por vaga.

Já no Centro de Estudos Sociais, onde funcionava o Curso de Engenharia Civil, foram ofertadas 64 vagas para 590 inscritos, concorrência de quase 10 candidatos por vaga – o segundo curso mais concorrido de Campo Grande.

No Centro de Educação Física e Desportos, para 32 vagas, se inscreveram 47 candidatos.

<sup>94</sup> Biografia de José Manuel Fontanillas Fragelli. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-manuel-fontanillas-fragelli>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

Relativamente aos Centros Pedagógicos, destaco que, em Corumbá, havia mais vagas que candidatos, com exceção do curso de Letras, que ofereceu 25 vagas para 264 inscritos, ou seja, uma concorrência de quase 11 candidatos por vaga.

Fato semelhante ocorreu em Três Lagoas, onde o curso de História recebeu 105 inscrições para 40 vagas, tendo sido selecionados apenas 10 candidatos. Todos os cursos deste Centro ofereciam 40 vagas (Educação, Geografia, História, Letras e Matemática) e todos eles tiveram vagas ociosas.

Em Dourados, fato semelhante aconteceu, e o curso de história recebeu 67 inscrições para 40 vagas, selecionando apenas 35 candidatos.

Em Aquidauana, destaca-se o curso de Letras, com 114 candidatos para 40 vagas, sendo selecionados apenas 24.

A partir da análise deste relatório, de 1974, pude perceber que um dos pontos críticos das universidades brasileiras – vestibulandos excedentes –, objeto de análise pelos consultores dos acordos MEC-Usaid, não havia sido ainda resolvido na UEMT, e, em alguns poucos casos, também o problema de vagas ociosas.

Esse problema, no entanto, não era isolado, ele estava ligado a um planejamento adequado, com vistas a aumentar as vagas para áreas em que houvesse maior demanda, e que fossem, ao mesmo tempo, prioritárias para promover o desenvolvimento do país. Tais critérios, como podemos perceber, passavam longe da realidade da UEMT.

Pontuei essas questões para demonstrar que as elites locais, não obstante estarem afinadas politicamente com os militares, constituíam um grande obstáculo para a efetivação da reforma universitária, em conformidade com os propósitos apresentados. Burlava-se, na UEMT, os dispositivos legais, como o Decreto nº 6364, de 1º de outubro de 1968, e depois, a Lei nº 5540/1968, ou os discursos aparecem aqui como estratégias de uma grande batalha de poder?

Com relação a “origem e procedência” dos alunos, foram feitas, na UEMT, no 1º período de 1974, 2.198 matrículas e, no 2º período, 2.046. Em 1974, vieram alunos de São Paulo para fazer cursos das áreas de Biologia e Saúde. De 595 de MT, matricularam-se 178 de São Paulo, e 17 do Paraná.

Através do referido relatório, observei também que a seleção docente era realizada através da análise de Curriculum Vitae.

No tópico “Promoção Cultural Social e Desporto Recreativo”, se destaca a palestra do General Tasso Villar de Aquino, C. da 9ª Região Militar, em 30 de março de 1974, com o

tema “Os objetivos da Revolução de Março e as realizações dos Governos da Revolução”, contando com a presença do então Governador do Estado.

No Teatro Glauce Rocha, dentre muitas atividades se destacam o Show de Chico Anísio, Chico Buarque de Hollanda, do conjunto MPB4, e a apresentação do Ballet Stagium, de São Paulo.

Da relação de docentes por centro, em Corumbá, do quadro de docentes, encontramos seis docentes de uma mesma família, o Centro Pedagógico de Corumbá pode ser usado como exemplo típico de um caso de empreguismo e de prevalência de interesses particulares ao público, alvo de duras críticas, tanto pelos consultores estadunidenses<sup>95</sup>, e, sobretudo por estes, quanto pelos consultores brasileiros.

Neste Centro, havia a previsão de se implantar os cursos de Geologia, Zootecnia e Bovinocultura de Corte para atender à demanda local. Porém, como destacado no Memorial Descritivo do Professor Osório (2014), os interesses particulares se sobrepueram ao interesse público, e os cursos que funcionavam eram aqueles que favoreciam as filhas dos fazendeiros que, ao retornarem do Rio de Janeiro, onde estudaram, tornavam-se docentes nos cursos de sua formação.

Em razão da forte disputa de poderes locais, a oposição sofrida pelo Reitor João Pereira da Rosa, foi marcante. Em seu primeiro mandato, o vice-reitor, Dr. Hélio Martins Coelho, fez uma denúncia, acusando o Reitor, João Pereira da Rosa, de má administração de verbas, ao MDB, conforme pode-se perceber pelo Relatório “Esclarecimentos prestados à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso” - 16/09/1975, que encontramos na Biblioteca Central da UFMS.

Este é um relatório de esclarecimentos sobre as verbas utilizadas na gestão do Reitor João Pereira da Rosa, referente a vários questionamentos, dentre eles critérios de contratação de docentes, formas de pagamentos, licitações realizadas para o Hospital Universitário, aquisição de equipamentos, construções, reformas, reconhecimento de cursos, dentre outros.

Desta forma, o Dr. João Pereira da Rosa apresentou um minucioso relatório de suas atividades frente à Universidade, respondendo aos questionamentos, objeto do Requerimento nº 53/75 dos deputados da bancada do MDB, que tinha como líder Cleomenes Nunes da Cunha.

---

<sup>95</sup> No “Relatório Atcon”, sobre a necessidade da extinção das cátedras e a adoção do modelo departamental – “[...] para impedir ao máximo a geração de novos feudos universitários” –, afirma que “a universidade integral compor-se-ia, toda departamentalizada, toda integrada a serviço do progresso da Nação e não somente do catedrático” (Cf. FÁVERO, 1991, p. 33).

Apresentou as competências de cada uma das unidades que compõem a universidade, seus órgãos colegiados, atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. Informou também que o Governador indicou uma pessoa para assumir o cargo de Sub-Reitor de Planejamento e Integração Curricular, mas que o cargo encontrava-se vago em razão do vencimento ser muito baixo na universidade.

Na referida prestação de contas dentre outras informações, destaca que em 1973 foi adquirido um computador de última geração (IBM) para a universidade, que foi referência, em termos de progresso, na área de informática para o país. Com relação a equipamentos para o Hospital Universitário, informa que tiveram problemas com licitações, empresas que não entregaram os equipamentos conforme especificados. Eram equipamentos obsoletos, não apropriados para o porte do HU.

Em 1974, surge o nome do Engenheiro Edgard Zardo (que foi o primeiro reitor da UFMS), que emitiu laudo sobre reformas, condenando o telhado do HU. Primeiramente foi contratado para emitir um parecer técnico sobre o HU e posteriormente contratado como docente.

Foi explicado ao plenário da Assembleia Legislativa como se processava o sistema de pagamentos e compras: “É por cheque. Só as pequenas compras de material de consumo e/ou material permanente de pequena monta, são feitas a dinheiro”.

Com relação aos atrasos de pagamento, o Reitor justificou:

Já houve atraso, independente da vontade da Administração Superior da UEMT e do Governo. Não havia recursos, não poderia haver liberação e conseqüentemente não podíamos pagar em dia. Esclarecemos ainda, que o Reitor não é responsável pela locação de recursos para a Universidade, e sim dependemos das verbas que não representam pela sua exiguidade, uma condenação ao Governo – é ponto de vista da Sociedade brasileira diante do Problema da Educação. O Governo tem cumprido o seu dever de maneira satisfatória, mas o importante é termos consciência de que a solução deve ser dada por todos nós (CAMPO GRANDE, 1975, p. 53).

No entanto, o Reitor sempre foi conhecido por fazer economia, como atesta Dr. João Pereira da Silva<sup>96</sup>, em entrevista concedida às professoras Jacira Helena do Valle Pereira, Mirian Ferreira de Abreu da Silva e Alice Felisberto, em 27 de abril de 2009<sup>97</sup>.

Diante da situação crítica da universidade, em razão da falta de recursos, o Dr. João Pereira da Rosa, justifica:

<sup>96</sup> Relator do processo de criação da UEMT no Conselho Estadual de Educação nos primeiros anos da década de 1970. SILVA, João Pereira da: depoimento (abril de 2008), em entrevista concedida às professoras Jacira Helena do Valle Pereira, Mirian Ferreira de Abreu da Silva e Alice Felisberto, em 27 de abril de 2009.

<sup>97</sup> Cf. p. 114.

Esta sempre foi a situação da Universidade, mas não suspendemos as atividades e nem atribuímos os déficits a ninguém, porque a Educação é dever de todos nós e estamos cumprindo. Procuramos pagar o pessoal docente e administrativo e buscar por todos os meios legais a elevação das rendas próprias, com as quais fazemos a manutenção e alguns investimentos de pequena monta no setor didático. (ROSA, 2008, p. 54).

Elencou os critérios para admissão de professores aos parlamentares, dizendo: “Não há critérios políticos, porque a Universidade deve ser um recanto pacífico, segundo o grande educador, José Mariano da Rocha Filho, em *A Nova Universidade*” (ROSA, Relatório de Gestão, 1985, p. 62).

Assim, defendendo uma universidade neutral, afirma: “De nada adianta tumultuar o ambiente universitário nacional, pretendendo subverter a ordem natural do ensino, procurando levar a luta de classes para dentro das Universidades, onde de certa forma o corpo docente representaria o papel da burguesia, e o corpo discente o do proletariado” (ROSA, 2008, p. 63).

Finalizou sua apresentação, em plena consonância com os ideais do regime, dizendo:

Tão elevada como a missão do mestre de ensinar, é a missão de aprender do aluno. De nada servirá querer transformar a Universidade para atender à Revolução Brasileira se ela passar a tornar-se Centro de luta de classes. Não façamos de um movimento que deve ser antes de tudo **moralizador**, e cheio de **patriotismo** – algo que a impeça de ser uma das peças de sustentação do *status quo* democrático.

**A Universidade** além de funcionar como instrumento decisivo na transformação da Sociedade, **deve ser o apoio da Revolução** na conquista dos objetivos educacionais.

Uma Universidade não é órgão político onde se pregam ideias de rebelião a instituições: em vez disso ela deve transformar-se em recanto pacífico, **fora da demagogia política**, onde os problemas brasileiros sejam equacionados de acordo com a nossa evolução, formando profissionais de que a realidade nacional necessita. (Relatório de Gestão, 1985, p. 63, grifo nosso).

Mais uma vez, pude perceber o discurso “neutro” dos militares, em plena contradição com sua prática política efetiva. No entanto, no “Relatório da Universidade” (1978a), também encontrado na Biblioteca Central da UFMS, destaco que diferentemente dos discursos passados, salientou-se a importância do papel crítico e político da moderna Universidade.

Entre outros, o referido relatório apresenta dados da Expansão Universitária, particularmente da UEMT. Para justificar a área de influência Geo-Educacional da UEMT, apresenta o mapa de Mato Grosso uno e traça um raio hipotético, a partir de Campo Grande, a abrangência da Universidade numa extensão de mais de 500 km, atingindo vários municípios, estados e países:

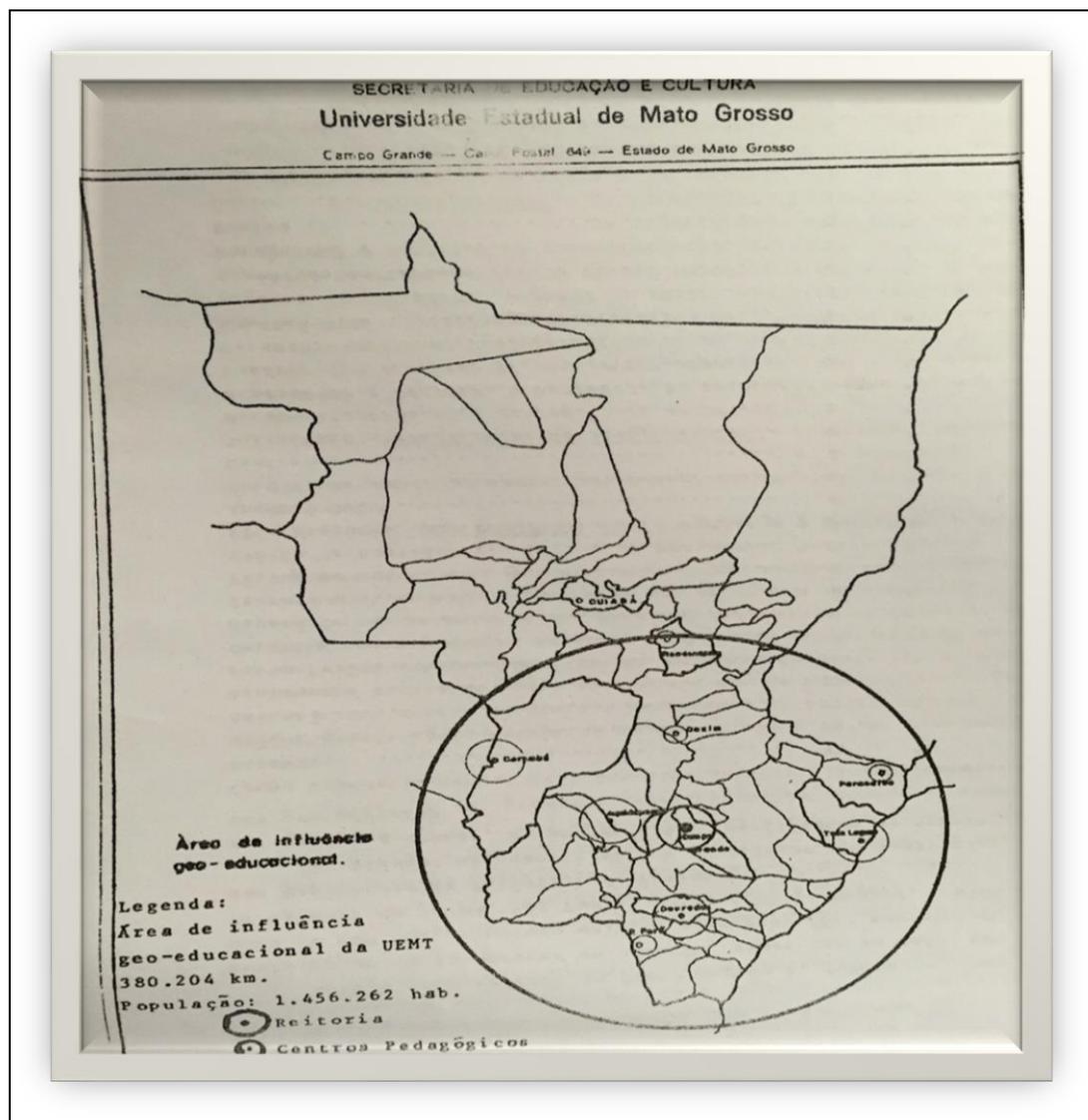


Figura 16 - Foto do Mapa do Estado de Mato Grosso, ainda uno e a abrangência da UEMT em Campo Grande e dos Centros Pedagógicos em Aquidauana, Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Rondonópolis.

Conforme o relatório, no ano de 1976, o número total de candidatos por vaga, na UEMT, foi de 2.469, sendo 307 de outros estados. Destes, 1.992 optaram por estudar em um dos seis cursos de Campo Grande, e 477 por cursos espalhados nos cinco Centros Pedagógicos.

Apresenta ainda o número de alunos-convênio que estudavam na UEMT em 1977, sendo: Medicina: dezenove (19) alunos, quatorze (14) do sexo masculino e cinco (05) do sexo feminino, sendo sete (07) paraguaios, onze (11) bolivianos e um (01) equatoriano. No curso de Farmácia: nove (09) alunos, um (01) do sexo masculino e oito (08) do sexo feminino, três (03) paraguaios e seis (06) bolivianos. Em Odontologia: nove (09) alunos, dos quais sete (07) do sexo masculino, e dois (02) do sexo feminino, três (03) paraguaios e seis (06) bolivianos.

Em Medicina Veterinária: sete (07) alunos, todos do sexo masculino, destes, dois (02) paraguaios, um (01) de El Salvador e quatro (04) bolivianos. Da Engenharia Civil: quatorze (14) alunos do sexo masculino e um (01) feminino, sendo seis (06) paraguaios e nove (09) bolivianos.

Em Corumbá, 17 alunos-convênio, sendo todos bolivianos.

Apresenta ainda um quadro com total, por curso, das matrículas efetuadas no Estado de Mato Grosso nas três universidades existentes (UEMT, UFMT e FUCMT). As três, em termos percentuais, tinham uma média equilibrada de 33%.

Os acordos MEC-Usaid, objeto de grande celeuma, provocou protestos da parte de diversos setores da sociedade, sobretudo entre o movimento estudantil, com a denúncia da infiltração dos interesses imperialistas no país, uma clara ofensa ao sentimento nacionalista da época, inclusive dentro da própria cúpula no poder, o que demonstra a “[...] heterogênea base de sustentação do novo poder” (MOTTA, 2014, p. 65), e a ausência de uma política efetiva de governo:

Como afirmou o general Carlos Meira Mattos em palestra na ESG, em abril de 1969, os sentimentos anticomunistas e anti-Goulart uniram os ‘revolucionários’ na ação, mas eram insuficientes para a construção de um programa de governo consistente (MOTTA, 2014, p. 65).

Em razão disso, a parte brasileira convocou uma Comissão para avaliar as propostas, tendo em vista a resistência de parte da comunidade acadêmica (da qual dependia o próprio sucesso das reformas), bem como a visão estratégica dos militares, para a execução das reformas. Para Motta (2014), a celeuma criada em torno dos acordos MEC-Usaid se deve à radicalização política da época. Por outro lado, havia, igualmente, resistência no campo político oposto, isto é, contrário à esquerda, opondo-se a qualquer alteração no *status quo*:

A ideia de uma reforma universitária, entendida como extinção das cátedras e enfraquecimento das faculdades tradicionais, encontrava resistência nos círculos do poder, pois muitos professores da área tradicionalista apoiaram o golpe. O próprio ministro da Educação, Suplicy de Lacerda – catedrático da Faculdade de Engenharia da UFPR –, figurava entre os céticos à ideia de reforma (MOTTA, 2014, p. 70).

Deste modo, diante da heterogeneidade das forças ora no poder, o que se explica, sobretudo, pelo caráter reativo do golpe a reforma universitária efetivada ficou aquém do esperado, sobretudo do ponto de vista dos consultores estadunidenses:

Vários traços do modelo americano foram incorporados, como, por exemplo, a criação de departamentos, a implantação de programas de pesquisa, o

estabelecimento de cursos de pós-graduação, a profissionalização dos docentes com contratos de dedicação exclusiva e a adoção do sistema de créditos para as disciplinas. As universidades brasileiras, porém, não incorporaram inteiramente o modelo: elas continuaram firmemente ligadas e dependentes do Estado (política e financeiramente). (MOTTA, 2014, p. 147).

Com o Decreto 62.024, de 29 de dezembro de 1967, criou-se a Comissão Meira Mattos, presidida pelo general Carlos de Meira Mattos – professor da ESG, da Escola de Guerra Naval e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, especialista em geopolítica<sup>98</sup> – em colaboração com os professores Hélio de Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, pelo promotor Affonso Carlos Agapito da Veiga e do coronel Waldir de Vasconcelos, do Conselho de Segurança Nacional, para avaliar os pontos críticos do sistema universitário no país.

Seu presidente, general Carlos de Meira Mattos, tem uma longa trajetória em atividades políticas no país<sup>99</sup>, não obstante o discurso neutral das Forças Armadas. Quando da posse de Castello Branco, tornou-se vice-chefe do gabinete militar. Em 1965, comandou o contingente brasileiro na intervenção da OEA na República Dominicana. Em 1969, foi promovido a General de Brigada e nomeado comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e, em 1973, foi promovido a General de Divisão e nomeado Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington. Interessante notar que o general nasceu em São Carlos, onde instalou-se uma universidade federal fora da capital, a UFSCar, objeto de análise de Sguissardi (1993), bem como sua forte atuação no movimento pró-golpe, em Mato Grosso, quando dirigia o 16º BC, juntamente com o então governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, com quem se reunia frequentemente<sup>100</sup>.

A Comissão, criada para estudar as reivindicações, as teses e as sugestões acerca da reforma universitária, pauta principal do movimento estudantil, tinha como objetivo planejar e propor medidas para uma melhor aplicação das diretrizes governamentais, supervisionando e coordenando os órgãos competentes, visando à normalização administrativa e disciplinar das instituições de ensino superior (FÁVERO, 1991, p. 66).

<sup>98</sup> Doutorou-se em Ciências Políticas, pela Universidade Mackenzie, em 1984, com a tese Geopolítica e Trópicos.

<sup>99</sup> Em 1932, por exemplo, participou voluntariamente do Movimento Constitucionalista em São Paulo.

<sup>100</sup> Consta na internet uma entrevista de Meira Mattos concedida ao Programa Memória Política, da TV Câmara, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>>.

Em concordância com o parecer dos consultores estadunidenses, para quem a educação é fundamental para a “[...] consecução dos objetivos econômicos e sociais da Política de Desenvolvimento” (FÁVERO, 1991, p. 79), enfatizam seu caráter pragmático e instrumental para a política nacional-desenvolvimentista. Destaca-se, ainda, a necessidade da educação desenvolver uma “[...] mentalidade democrática, visando projetar na Educação a fé nos valores espirituais e morais da nacionalidade” (FÁVERO, 1991, p. 80) que, segundo os relatores, estava ausente no Programa Estratégico do governo.

Um dos “pontos críticos” do sistema educacional brasileiro, apontado pela Comissão, é a inadequação do MEC aos fins propostos. Assim, na visão dos relatores, era necessário que o MEC se organizasse em moldes empresariais:

A estrutura empresarial deve oferecer uma organicidade lógica, criando escalões sucessivos de direção técnica e de administração, tudo no sentido de assegurar a fluência natural das ordens e diretrizes [...]. Somente uma estrutura racional e equilibrada, sem estrangulamentos nem evasões, pode assegurar a dinâmica do fluxo administrativo nos sentidos horizontal e vertical, justificando as mais modernas teorias da técnica organizacional defendidas pelos professores de Administração [...] da Universidade de Washington. (FÁVERO, 1991, p. 81).

Com a atual organização, asseveram, “[...] é impossível a fluência de uma administração ágil e eficiente” (FÁVERO 1991, p. 82). Para os relatores, a reestruturação do MEC deveria não somente reagrupar os órgãos existentes, mas, sobretudo, extinguir os inoperantes e excrescentes<sup>101</sup>, fonte de desperdício de verbas e “empreguismo”.

De fato, as antigas faculdades e institutos da UFMT gozavam de autonomia didático-administrativa, como era o caso dos Institutos de Ciências e Letras, de Cuiabá, e o Centro de Ciências Biológicas, de Campo Grande, criados pela Lei nº 2.629, de 26 de julho de 1966, conforme verificado no relatório “Universidade Estadual de Mato Grosso – fatos legais e fatos reais (Histórico), 1978b”, encontrado na Biblioteca Central da UFMS.

Este é um exemplo típico de ausência de planejamento, e, para a Comissão, “[...] sem se harmonizarem sequer internamente, pelo intercâmbio entre as unidades de ensino de que se compõem, perdem eles e perde o país preciosas oportunidades de aprimoramento e de progresso” (FÁVERO, 1991, p. 95).

<sup>101</sup> “Com um simples exemplo enumeraremos, no setor do livro, a quantidade de órgãos existentes no MEC – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, Comissão Nacional do Livro Didático, Grupo Executivo da Indústria do Livro, Instituto Nacional do Livro, Campanha Nacional do Material de Ensino – quando um só órgão de direção poderia coordenar todas essas atividades centralizando e integrando as atividades dentro da política ministerial e zelando pela aplicação judiciosa das verbas” (FÁVERO, 1991, p. 83).

Pela ausência de um planejamento, a autonomia universitária torna-se um dos fatores do desligamento destas com os órgãos centrais, a quem compete a fixação de uma política educacional, o que explica a ineficácia dos órgãos competentes, para as quais se torna urgente a reforma administrativa e o aceleração da reforma universitária.

Sobre os Institutos de Ciências e Letras, de Cuiabá, e o de Ciências Biológicas, em Campo Grande, criados pela Lei nº 2.629/1966, o Relatório “Universidade Estadual de Mato Grosso – Fatos legais e fatos reais (Histórico)” (1978b), encontrado na Biblioteca Central da UFMS, consta que a mesma Lei determinou o regime departamental, condicionando a construção das edificações em uma área única para cada Instituto, denominados Centros. Dentre os objetivos da criação dos Institutos, destaca-se a contribuição para o “adestramento do pessoal e campo de estudo e pesquisas”.

Sobre o Centro Pedagógico da cidade de Corumbá, o documento, além de elencar as necessidades e vocações da cidade, por ser uma região de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, inserida no Pantanal, e destacar a importância da abertura de cursos relacionados com as atividades rurais, os cursos que foram abertos, conforme Memorial Descritivo do professor Antonio Osório (2014), eram destinados a atender a formação das filhas dos fazendeiros, que haviam estudado fora do Estado, principalmente no Rio de Janeiro, e tornaram-se docentes do então Centro Pedagógico.

Sobre os centros pedagógicos das demais cidades da região, afirma:

Campo Grande dispunha, então, de 112.000 habitantes, em 1967, despontando como o maior centro urbano do oeste e foco de irradiação cultural. Não tardaria pois, que suas realizações estimulasse aspirações e iniciações em subalternas cidades econômica e populacionalmente mais dotadas. É o que vai ocorrer em Corumbá, Dourados e Três Lagoas. [...] Agora era a vez de Corumbá, cujas forças comunitárias, tal como iria ocorrer com Dourados, acionam dispositivos mormente de natureza política, no sentido de dotar a Cidade Branca, então a maior força arrecadadora do Estado, do terceiro centro detentor de estudos de nível superior. (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 24).

Em 1968, conseguem autorização do Conselho Estadual de Educação para funcionamento dos cursos de Ciências, História, Letras, Pedagogia e Psicologia. Posteriormente, entraram em funcionamento os cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas, cujos “[...] professores, recrutados nos grandes centros de leste e sul do país, ombreiam seu labor com o mérito dos locais” (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 24).

No relatório, também podemos encontrar a referência dos centros pedagógicos “[...] na promoção do desenvolvimento brasileiro” (FÁVERO, 1991, p. 16):

Insaciável como a mesma contingência humana que o povoa, vai o Centro Pedagógico descortinando novos rumos, no afã de harmonizar-se à realidade comunoecológica, atendendo disposição e incentivo da SUDECO<sup>102</sup>, desenvolve mediante rígidos critérios de qualificação e emprego o Curso de Tecnólogo em Administração Rural, de dois anos de duração, ora com segunda turma. Visa, com isso, atender à inadiável pressão das mudanças operacionais ainda não consagradas na região. Bovinocultura de Corte é projeto em vias de implantação, ao lado de novas necessidades em fase de estudo. (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 27).

Analisando as necessidades do mercado de trabalho na região de abrangência do Núcleo Germinal de Corumbá, o relatório cita as áreas de Zootecnia e Geologia, “[...] para o ajustamento às atividades técnicas, levando assim às empresas e tecnologia indispensável para o funcionamento racional e o seu aproveitamento rentável”. (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 27).

Diante da demanda, o relatório indica a criação de cursos de curta duração, para formar tecnólogos em Pecuária, Mineração, Administração Rural, Edificação e Construções Rurais. Além desses cursos, o relatório menciona outros objetivos do referido Centro Pedagógico:

O Centro Pedagógico de Corumbá vem-se batendo pela criação de Postos Agropecuários e Postos Ecológicos que, temos certeza, devidamente implantados, cobrirão nossas necessidades daquelas pesquisas. Contando para sua ativação com os recursos humanos da UEMT, atualmente comprometidos com trabalho de ensino – que terão assim a oportunidade de integrar o trabalho de ensino à pesquisa – distribuir-se-ão estes postos por áreas prioritárias de nossa Zona Rural. (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 27).

No entanto, é digno de destaque que, até hoje, quase cinquenta anos depois, não foram ofertados tais cursos, destinados a atender a demanda regional.

Corroborando com a análise foucaultiana, segundo a qual a população constitui, a partir do liberalismo, o alvo das técnicas de governo, ou, objetos sociopolíticos, como menciona Chauí (1982), um dos propósitos dos Centros Pedagógicos é a transformação do homem pantaneiro: “Deverão ser incluídos projetos que visem o homem do pantanal, preparando-o para participar como sujeito e como objeto no desenvolvimento a que se aspira e se instala nessa região”. (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 27).

Sobre o Centro Pedagógico de Dourados, o relatório menciona que, em 1970, foram criados um curso de licenciatura curta, com 80 vagas, que posteriormente se transformou em licenciatura plena (Letras, Geografia e História), além de estender suas atividades a Ponta

---

<sup>102</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, autarquia federal brasileira, criada pela Lei nº 5365/1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico na região.

Porã e Micro-Região de Dourados, na forma de cursos de licenciatura curta em Letras e Estudos Sociais.

O Centro Pedagógico de Dourados foi criado em 20 de dezembro de 1970, para oferecer o curso de Agronomia, que só começou a funcionar efetivamente em 1978. O Centro iniciou com os cursos de Letras, História e Estudos Sociais. O Reitor João Pereira da Rosa, queria que o Curso de Agronomia fosse implantado em Campo Grande e não em Dourados, e houve na época grande disputa entre os políticos das duas cidades, sendo implantados, na mesma época, o curso de Medicina Veterinária, em Campo Grande, e o curso de Agronomia, em Dourados.

No ano de 1974, o então prefeito, José Elias Moreira, que muito insistiu para que o Curso de Agronomia fosse implantado naquela cidade, comprou com recursos públicos uma área de 50 hectares onde funciona, atualmente, o complexo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A princípio, o curso de Agronomia funcionava juntamente com os cursos da área de ciências humanas, na Rua João Rosa Góes. Dada à precariedade do início do curso, os alunos se manifestavam constantemente e faziam greves; depois de algum tempo foram construídas salas de aula e laboratórios no local doado pela Prefeitura Municipal, para onde o curso foi transferido, local onde funciona, atualmente, o complexo da UFGD.

Para atrair alunos para o Curso de Agronomia, a Prefeitura da cidade de Dourados ofereceu, nos primeiros anos de sua existência, bolsas de estudos para alunos carentes, recebendo, então, alunos de várias regiões do país, principalmente do Sul. A concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes também consta como um dos propósitos da reforma universitária do regime militar, objetivando possibilitar a igualdade de acesso ao ensino superior<sup>103</sup>.

Tendo iniciado com deficiente infraestrutura, o Prefeito incumbiu o Secretário de Educação do Município, na época, Luis Antonio, de angariar, em Brasília, recursos financeiros suficientes para estruturar o curso, intercedendo, ainda, junto ao Governador do Estado, José Garcia Neto.

Inicialmente, foram grandes as dificuldades, mas, com o passar do tempo, e com o apoio da Prefeitura e do Governo Federal, foram contratados professores recém pós-

---

<sup>103</sup> Essa questão é um dos pontos de divergência relativamente ao parecer e às propostas da parte estadunidense dos acordos MEC-Usaid. Não obstante diversas passagens em que aparece a possibilidade de cobrança de taxas, bem como de concessão de bolsas de estudo a alunos que provarem falta ou insuficiência de recursos, a proposta de cobrança de taxas foi engavetada, ficando o ensino superior totalmente financiado pelo Estado.

graduados, construíram-se laboratórios e o curso acabou por se tornar referência, em nível nacional, inclusive em seu Programa de Pós-Graduação.

Com relação aos cursos da área pedagógica, o primeiro vestibular aconteceu no início de 1971 para os cursos de Letras e Estudos Sociais. As aulas começaram em abril e o Centro iniciou suas atividades com dez professores. Sua expansão foi se dando ao longo dos anos, sendo implantados os cursos de História e Letras (1973), Ciências (1975). O curso de Pedagogia começou a funcionar em 1979, como uma extensão do curso de Corumbá. Em 1983 foi implantado o curso de Geografia e habilitações em outras áreas do conhecimento. No ano de 1986, iniciou o curso de Ciências Contábeis, e Matemática, em 1987. Em 1991 foi implantado o curso de Ciências Biológicas e, em 1996, o curso de Análises de Sistemas.

Com uma gama de cursos já consolidados, chegou a vez do Centro Universitário de Dourados (CEUD) investir maciçamente nos cursos de Pós-Graduação. Em 1994, implantou o Mestrado em Agronomia; em 1999, o Mestrado em História e no ano de 2002, em Geografia, em Entomologia e em Conservação da Biodiversidade. No ano de 2003 foi implantado o Doutorado em Agronomia.

Em 2006, finalmente, depois de todo um movimento que envolveu setores da população e ganhou a opinião pública, com um ambiente favorável em que o Governo Federal, as bancadas federais, estaduais e municipais, bem como os órgãos colegiados superiores da Universidade eram simpáticos à transformação do campus de Dourados na Universidade Federal da Grande Dourados, o que realmente se concretizou. Este é um pequeno relato das condições de possibilidade de um dos segmentos da antiga UFMS e suas práticas e relações de poder.

Segundo o Relatório de Gestão de 1978, havia um interesse pessoal do Governador do Estado em implantar um Centro Pedagógico em Três Lagoas. A prefeitura municipal cedeu o terreno onde se ergueu, a partir de 1970, o Instituto Superior de Pedagogia, com cursos que visavam a formação de professores de 1º e 2º graus, nas áreas de Letras, Pedagogia, Geografia, Matemática e História.

Sobre Aquidauana, o Relatório intitulado “Fatos legais e fatos reais da UEMT” (CAMPO GRANDE, 1978b, p. 33), menciona:

As gestões iniciais para fundação de uma casa de cultura superior em Aquidauana vinculam o esforço de Dóris Mendes Trindade à história do Centro Pedagógico de Aquidauana que pode aflorar já com aproveitamento da experiência dos co-irmãos mais cedo implantados. Inicialmente foram ofertados os cursos de Letras (Português e inglês), Estudos Sociais

(Geografia e História), Ciências e Educação. Atenderam com cursos de férias à Projetos em Coxim, Jardim e Nova Andradina.

A partir da análise do referido relatório, pude perceber a importância decisiva que a universidade ocupa nas estratégias nacional-desenvolvimentistas do novo governo. Relativamente ao estado geral das universidades, e da necessidade imperiosa da implantação efetiva da reforma, conclui a Comissão Meira Mattos: “Em semelhante quadro geral, seria surpreendente, realmente, a existência de uma nítida, consistente e realista política governamental, capaz de resolver racional e eficazmente o problema da crescente demanda de ensino no nível superior” (FÁVERO, 1991, p. 96).

Por esse motivo, a modernização do ensino deve acompanhar as tecnologias mais desenvolvidas, assim como as estruturas produtivas, por serem mais eficazes. Eficiência e produtividade, conceitos chave na economia, devem ser aplicados, igualmente, no sistema educacional, possibilitando o alcance dos objetivos gerais de desenvolvimento da nação.

Nesse aspecto, pude perceber como a economia torna-se o princípio da inteligibilidade e da racionalidade da prática do governo: a gestão pública deve alcançar, cada vez mais, os patamares de excelência da administração privada, “[...] partindo-se do pressuposto de que é “condição fundamental de qualquer empresa (sic) a existência de uma estrutura adequada a sua finalidade” (FÁVERO, 1991, p. 45).

A gestão empresarial da universidade, além de permitir o rendimento e a eficácia necessárias, permitiria, igualmente, com a centralização e os mecanismos internos de controle, mais dinâmicos e eficientes, assegurar a fruição das ordens e diretrizes. O “Relatório Atcon”, da parte estadunidense dos acordos MEC-Usaid, afirma que a universidade, para ser eficiente e modernizada, deve ser organizada segundo o modelo da empresa privada, “[...] cujos controles são internos e cuja estrutura difere em muito da empresa pública” (FÁVERO, 1991, p. 25), com total separação entre planejamento e execução.

Na visão de seus relatores, a crise do princípio de autoridade – um dos principais fatores que emperram o bom funcionamento da máquina educacional do país – é o que impede que os “Grandes Objetivos” do Programa Estratégico se realizem:

A experiência de sete anos de aplicação da Lei de Diretrizes e Bases provou, de sobejo, que esse processo de escolha e nomeação de reitores e diretores é responsável pela preocupação eleitoral que predomina nos institutos de ensino superior, em detrimento de seus objetivos fundamentais. Os reitores e diretores são elevados a esses cargos já compromissados com o corpo eleitoral de catedráticos e professores e, como quase sempre almejam sua recondução ao cargo, administram mais preocupados em agradar e servir aos professores do que com os **superiores interesses do ensino e da disciplina.**

Sabe-se, igualmente, que muitos desses órgãos colegiados estão infiltrados de elementos esquerdistas e de inocentes úteis, sempre prontos a servir a outras causas que não aos supremos interesses nacionais. Essa **anomalia** e fraqueza **da legislação** vigente poderá ser **corrigida**, numa primeira tentativa, sem violação jurídica, utilizando-se o **Poder Executivo** da prerrogativa que lhe dá o artigo 170 do Decreto-lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, que faculta ao presidente da República, ‘por motivos relevantes de interesse público, avocar e decidir qualquer assunto da esfera de administração federal’ (FÁVERO, 1991, p. 135, Anexo 6, grifo nosso).

Assim, a origem da falência do princípio de autoridade reside, segundo a Comissão, na própria LDB, eis que relega ao MEC o papel de mero executor das decisões tomadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE):

Isto significa que o presidente da República ou o ministro da Educação e Cultura, à base da referida Lei, não tem autoridade para exigir das unidades autônomas de ensino federal, em qualquer grau, o fiel cumprimento das leis de ensino, inclusive em matéria disciplinar. Daí decorre que – ante a inércia do CFE, do qual participam reitores de universidades e professores e diretores de escolas – abusos de toda ordem podem ser cometidos, quer pelo corpo discente, como pelo docente. (FÁVERO, 1991, p. 85).

A autonomia administrativa e disciplinar conferida às universidades, pela LDB, dilui a autoridade da hierarquia dos poderes, “[...] porque subordina o Presidente da República e os governadores [...] à obrigatoriedade de escolher reitores e diretores dentro de uma lista tríplice apresentada pelos Conselhos Universitários e Congregações” (FÁVERO, 1991, p. 134). Diante desse estado de coisas, a Comissão sugere a alteração do sistema de nomeação dos reitores e diretores, atribuindo a prerrogativa de nomeação ao presidente da República, em conformidade com o artigo 170 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Tal alteração provocaria, ao mesmo tempo, a responsabilização pessoal dos reitores, e vice-reitores, pela disciplina em seus respectivos centros e instituições, “[...] visando sempre ao superior interesse do ensino” (FÁVERO, 1991, p. 86)<sup>104</sup>. Outra sugestão, diz respeito às atribuições do CFE, que deve ter sua gama de poderes reduzida, a fim de desobstruir o poder de comando do presidente da República e de seu ministério.

Segundo a Comissão, havia um conceito equivocado de liberdade de cátedra, sendo necessária sua revisão, visando adequá-la ao seu sentido original (século XIX), quando foi reivindicada. Neste contexto, a liberdade intelectual não deve ser confundida com o uso arbitrário da mesma, no sentido de isenção do respeito aos dispositivos legais, como o uso

<sup>104</sup> Baseando-se no artigo 83, item II da Constituição (1967), que versa sobre as atribuições do presidente da República, decreta-se a Lei Azevedo: fundamentando-se no artigo 79 da Constituição, o presidente se avoca de plenos poderes para nomear reitores e diretores, com dispensa da lista tríplice, tendo em vista o interesse público.

desta liberdade para infringir as leis, no que referem à ordem social, a moral e a democracia, cuja transgressão acarreta falta disciplinar punível, conforme artigo 151 da Constituição de 1967<sup>105</sup>. Esta anomalia da legislação poderá ser corrigida, segundo a Comissão, com a utilização da prerrogativa constante no artigo 170 do Decreto-lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, “sem violação jurídica”.

O aumento da densidade demográfica, apontado no Relatório, constitui também um dos elementos do estrangulamento do sistema educacional brasileiro, ao lado da valorização do ensino como meio de promoção social e de bem-estar, resultando em um aumento na demanda, sem infraestrutura correspondente:

O impacto acarretou, como era de se esperar, na ausência de uma previsão feita em tempo útil, no crescimento da infraestrutura de atendimento em ritmo que, embora insuficientes em relação às necessidades, forçou em muitos casos um sensível rebaixamento dos níveis de ensino pela utilização de instalações e de mestres improvisados (FÁVERO, 1991, p. 94).

A desqualificação dos professores<sup>106</sup>, de um lado, e a pouca ênfase na ciência e tecnologia, por outro, são apontados como efeitos de uma estrutura universitária e de ensino arcaicas, montada no período correspondente à Primeira Grande Guerra, com ênfase na formação de profissionais liberais, que atendia a demanda da formação superior como instrumento de promoção social. Assim, reconhecem a legitimidade das demandas do movimento estudantil, não obstante serem “[...] estimuladas e exacerbadas pelos extremismos de esquerda, a qual pressão, baseada na alegação de insuficiências reais, tem compelido as autoridades à adoção de providências de emergência” (FÁVERO, 1991, p. 94). No entanto, as autoridades competentes carecem de um planejamento estratégico, baseado em estudos de conjunto sobre a situação real das universidades, a partir da qual se possa estabelecer um programa de governo coerente, organizado.

Diante de tal situação, a Comissão recomenda uma vinculação mais estreita entre as universidades e o MEC, através da nomeação, pelo presidente da República, de seus dirigentes; a realização de um cronograma relativo à liberação de recursos orçamentários destinados às universidades; uma revisão do sistema de remuneração do magistério e a

<sup>105</sup> “Aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos §§ 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao réu a mais ampla defesa.”

<sup>106</sup> Só a título de exemplo, ressaltamos que na UEMT, segundo o relatório, a contratação dos professores se dava mediante análise de currículo, conforme “Relatório de Gestão, 1971”.

aceleração da reforma universitária a fim de melhorar, quantitativa e qualitativamente, as possibilidades aos postulantes de diploma do ensino superior.

Relativamente ao currículo, a Comissão propõe a redução do currículo e do tempo da formação profissional; vincular o ensino à pesquisa; criar centros segundo as áreas de conhecimento, redistribuindo as antigas unidades, e criar atividades de extensão à comunidade, com vistas ao seu desenvolvimento. Em suma, medidas que possibilitem a modernização das universidades, reajustando-as à realidade brasileira, de modo a capacitá-las a formar e aperfeiçoar profissionais de nível superior, comprometidos com a solução dos graves problemas sociais, econômicos, técnicos e científicos do país.

Assim, modernizar, para os “revolucionários de 1964” e sua base de apoio, tem um sentido muito específico, como eles próprios afirmam,

Não será demasiado repetir-se, aqui, que a Revolução de 1964 encontrou o ensino superior rotinado e com todos os vícios oriundos do transplante para o Brasil, de estruturas arcaicas, repetindo ciência elaborada em outros contextos, sem nenhum vínculo de originalidade e completamente divorciada de nossa realidade social (FÁVERO, 1991, p. 98).

Quanto à gratuidade do ensino, outra questão geradora de uma grande celeuma na época, a Comissão diz tratar-se de uma grande utopia, ou má fé, em um país de economia fraca como o nosso, e propõe a cobrança de anuidade aqueles que podem pagar, com a contrapartida de bolsas de estudo aos que não podem, objetivando possibilitar o princípio constitucional de igualdade de oportunidade de ensino: “[...] isto sim será justiça social implantada na educação” (FÁVERO, 1991, p. 98). No entanto, o projeto de cobrança de taxas nas universidades foi engavetado.

A adoção do regime de crédito por disciplina, por sua vez, permitiria aos alunos completarem seu currículo em menos tempo, sem prejuízo da qualidade do curso, ao mesmo tempo em que eliminaria a dependência. Essas mudanças beneficiariam aos alunos – proporcionando maior velocidade e versatilidade na formação e maior disponibilidade do corpo docente –, quanto ao erário, solucionaria o problema da ociosidade do espaço-tempo (salas de aula, laboratórios, etc.). As medidas propostas visam,

[...] aumentar o ritmo de trabalho do pessoal docente já existente e articular melhor os horários no sentido de aproveitamento total dos recursos existentes; a outra, a prazo mais longo, implantando cabalmente a nova Universidade Brasileira, capaz de propiciar a homogeneização de uma cultura comum, voltada para o futuro da tecnologia e da ciência, e que nos identifique como Nação e como povo (FÁVERO, 1991, p. 101).

Daqui depreende-se o caráter pragmático e instrumental da concepção de ciência dos “revolucionários de 1964”, bem como o rumo que eles pretendem dar à necessária reforma universitária no país, seguindo o espírito dos Decretos-leis já aludidos.

Quanto ao problema da influência da esquerda nas universidades, para o que a alteração do sistema de nomeação dos dirigentes tende a garantir a efetivação da legislação vigente<sup>107</sup>, com a responsabilização dos mesmos pela disciplina em suas respectivas instituições e unidades, a Comissão propõe iniciativas para a formação de lideranças estudantis democráticas, a exemplo da “Operação Rondon”.

Uma vez resolvida estas anomalias, as “autênticas” reivindicações estudantis, isto é, o “[...] desejo de estudar, progredir honestamente pelo estudo, e de alcançar os seus objetivos na sociedade brasileira” (FÁVERO, 1991, p. 106), para o qual a Comissão recomenda o esforço do governo, possibilitaria a restauração de entidades estudantis de âmbito nacional e estadual<sup>108</sup> – extintas pelo Decreto-Lei 228/1964 e 4.464/1967.

Para a Comissão, os “pontos críticos”<sup>109</sup> do sistema educacional eram responsáveis, inclusive, pela descrença popular que pesava sobre o governo que, desde o início, em 1964, até aquele momento (1968), “quando se comprometem a oferecer soluções aos problemas” (FÁVERO, 1991, p. 80). Concebendo os problemas como desvios, o governo pretende, com suas intervenções, reconduzir os processos à normalidade, daí depreende-se um sistema de pensamento e uma programação da prática política.

Um outro ponto crítico a ser comentado diz respeito à remuneração dos professores, sobretudo porque isso provocou uma alteração no regime de trabalho. Segundo os relatores, a resolução do problema pedia a alteração constitucional, o que, naquele momento, não seria possível. A baixa remuneração, bem como o insuficiente acréscimo pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, revela “[...] o equívoco de estar o magistério público sujeito ao regime jurídico do funcionalismo público civil, em matéria de vencimentos, quando o ideal e o necessário será desvincular esse tipo de serviço daquele regime” (FÁVERO, 1991, p. 89).

<sup>107</sup> Conforme artigo 12, parágrafo 1º do decreto-lei 228/1967, “o diretor do estabelecimento de ensino ou reitor da universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento deste Decreto-Lei”.

<sup>108</sup> Entretanto, a Comissão teme por restaurar tais entidades naquele momento, em razão da desorganização de lideranças democráticas e diante da imensa organização e força das “minorias esquerdistas” (FÁVERO, 1991, p. 108) na condução do movimento estudantil. Deste modo, recomendam: “Só deve o governo restaurá-las quando tiver segurança de que não irá, com isto, favorecer aos grupos subversivos” (idem).

<sup>109</sup> São eles: inadequabilidade estrutural do MEC, crise de autoridade no sistema educacional, insuficiência de remuneração atribuída aos professores, conceito equívoco de liberdade de cátedra, ausência de diretriz no atendimento a demanda, lentidão da reforma universitária, inexistência de lideranças estudantis democráticas, insatisfação estudantil em razão das deficiências do sistema de proteção e assistência e ausência de fiscalização da aplicação de verbas públicas no setor, bem como a ausência de fontes alternativas de financiamento. Para uma melhor avaliação, ver Fávero (1991, p. 63) e seguintes.

Por consequência, como medida provisória, a Comissão propõe uma retribuição, com um acréscimo percentual, às horas extras<sup>110</sup>. E, dentre as demais sugestões, propõe que as novas contratações sejam realizadas pelo regime da Consolidação de Legislação do Trabalho (CLT), com ênfase na proposta de reforma administrativa, segundo o Decreto-Lei 200, de 1967, e “[...] que seja providenciada a revisão dos quadros únicos de pessoal das universidades [...] visando à racionalização dos serviços administrativos, [...] o que, por certo, acarretará considerável economia nos gastos atuais com pessoal e material” (FÁVERO, 1991, p. 91).

Relativamente à insuficiência da remuneração e à carreira docente, à nomeação dos cargos de chefia e à gestão administrativa e disciplinar, as propostas da Comissão devem ser vistas como providências que demandam uma modificação radical das estruturas do sistema educacional brasileiro.

Nesse aspecto, utilizando-se do poder conferido pelo artigo 9º, § 2º, do AI-4, de 7 de dezembro de 1966, pode-se fazer uso da faculdade legal para a devida correção da legislação, que a Comissão julga ter efeito psicológico positivo para a efetiva recondução do regime de ordem administrativa e disciplinar nos institutos de ensino superior.

Segundo Sguissardi (1993), “[...] fica evidente a implantação de uma estrutura de fundação que garantisse ao máximo o controle administrativo, jurídico e político da universidade”. Sobre a criação das Universidades durante o regime militar, afirma: “Nos últimos 32 anos foram criadas 19 universidades federais. Todas sob o regime de fundação. Quinze pelos governos militares, sete das quais nos anos 1968-69 sob a égide do AI-5” (SGUISSARDI, 1993, p. 11), inclusive a UFMS.

Para Sguissardi (1993, p. 12), a adoção do modelo fundacional é de “[...] grande relevância para uma melhor compreensão de como o Estado brasileiro construiu sua universidade, em especial durante os 20 anos de regime militar-autoritário”. O autor argumenta que a adoção do modelo fundacional na universidade brasileira cumpriu a função de garantir um maior controle político-administrativo sobre essas instituições, bem como servir ao projeto de privatização do ensino superior. Em nossa avaliação, há que se destacar que o projeto proposto pelo “Relatório Atcon”, da assessoria estadunidense dos acordos, havia, além da tendência à privatização do ensino e da desobrigação do Estado em financiar a

<sup>110</sup> A seguinte passagem expõe, de maneira clara, o propósito da Comissão de alterar o regime jurídico do magistério, o que, em termos atuais, denominamos “flexibilização das relações trabalhistas”: “A solução definitiva, porém, no entender da Comissão, uma vez mantida a estrutura na carreira do magistério público, é a de desvincular os atuais membros do aludido magistério, em matéria de vencimentos, do regime jurídico do funcionalismo civil, criando-se por lei um subsistema especial de retribuição inspirado precipuamente na produtividade do professor” (FÁVERO, 1991, p. 90).

educação superior, o intuito de minar o monopólio do Estado, no que diz respeito à educação e ao ensino, entendendo, com isso, a impossibilidade de futuros governos, sobretudo aqueles de coloração mais nacionalista, como fora o governo Goulart, de interferir e definir, soberanamente, nos rumos das políticas educacionais.

No entanto, as propostas da parte estadunidense dos acordos contrariavam os objetivos, do novo governo. Se, por um lado, o modelo fundacional respondia à tendência privatizante do ensino e de desobrigação do Estado pelo seu financiamento, por outro, contrariava a tendência à concentração de poder no Executivo federal, bem como o desejo de controle político-administrativo de área tão estratégica.

Quanto à tendência à privatização, é mister ressaltar que esta ocorria antes mesmo do golpe, inaugurada com a LDB. Por certo, esse dado não é uma simples coincidência, de qualquer forma, se partimos de uma concepção tradicional de poder, pouco conseguiríamos avançar nesse entendimento. Creio que a questão está nem tanto na dicotomia público *versus* privado, nem na oposição Estado *versus* mercado, consideradas em si mesmas.

Na verdade, o próprio Sguissardi chama a atenção para o modelo da administração pública brasileira, que seguiu a tradição europeia, isto é, burocratizada e centralizada. No caso específico da administração universitária, acabou por prevalecer o modelo vigente de administração pública, centralizada e burocratizada, até 1961, quando, com a LDB, se liberaliza o processo de instalação das Faculdades, com a adoção do modelo fundacional, característico da administração universitária nos Estados Unidos, que seguem uma tendência à descentralização, se comparada com o modelo europeu.

No entanto, para Sguissardi (1993, p. 16), analisar a adoção do modelo fundacional partindo do binômio centralização *versus* descentralização não esclarece a questão, pelo contrário, eis que justamente promoveu-se, ao adotá-lo, um maior controle político-administrativo das universidades, por parte do executivo federal, “[...] quando, em tese, deveria servir à descentralização e à maior autonomia e agilidade administrativas das universidades”.

A compreensão desse fator, aparentemente contraditório, pode ser esclarecida quando se leva em conta todo o processo que desaguou na adoção desse modelo, inclusive, e sobretudo, a partir das divergências e convergências entre a proposta original, elaborada no “Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES)”, dos acordos MEC-USAID, e aquele adotado pelo Governo brasileiro.

A análise de Sguissardi (1993) sobre a UFSCar traz elementos muito semelhantes com a história da UFMT/UFMS, dentre eles, o papel exercido pelos poderes locais, e a

disputa, com outras cidades, pela implantação da universidade em Campo Grande, bem como a “dádiva” que políticos, ligados ao regime militar, em disponibilizar à população, “[...] sem grandes custos e de modo aparentemente desinteressado” (SGUISSARDI, 1993, p. 16), uma instituição de ensino de enorme prestígio.

Para Sguissardi (1993, p. 16), todo o esforço da parte dos políticos locais “[...] alimentaria por muito tempo o prestígio político de seus mentores, com as naturais repercussões econômicas e eleitorais”:

Da criação da UFSCar, por lei, em 1960, à sua implementação foram 8 anos, nos quais a imprensa da cidade quase diariamente alimentará a opinião pública local e regional com a divulgação do esforço dispendido pelo deputado Pereira Lopes para a tão esperada implantação da Universidade Federal. A população encher-se-á de brios na disputa com as demais cidades. Afirmava-se que sediar a Universidade Federal era melhor, para São Carlos, do que ser a capital do Estado (SGUISSARDI, 1993, p. 16).

Qualquer semelhança com a nossa realidade não é mera coincidência: trata-se de uma estratégia política geral de desenvolvimento, baseada em uma ampla aliança política dos parceiros locais, de diversas regiões do Brasil, alinhados com o projeto social dos novos inquilinos do palácio do Planalto: transformar os indivíduos em sujeitos de interesse (*homo oeconomicus*), aptos não somente a fazer parte do quadro de profissionais necessários às empresas, públicas e privadas, mas, sobretudo, a agir em conformidade com os interesses, economicamente considerados, do poder político vigente.

A análise de Jacobi (1986) reforça a tese da “[...] necessidade de transformações estruturais que contemplem uma revisão completa do perfil de intervenção governamental nos setores sociais entre 1964 e 1984” em razão dos perversos efeitos do modelo econômico adotado, onde o “[...] social nada mais é que uma derivada do modelo econômico” (JACOBI, 1986, p. 255-256).

Sobre as fontes de financiamento, mesmo com as medidas voltadas ao combate ao desperdício de recursos, a Comissão propõe a busca de fontes alternativas, sem as quais não haveria recursos suficientes para garantir a consecução dos grandes objetivos da educação, cujo diagnóstico é de um atraso geral em todos os níveis do conhecimento. Para essa finalidade, a Comissão propôs a criação de um Banco Nacional da Educação (BNE) para suplementar as despesas na área, para captar recursos para a formação de capital, gerir restituições de bolsas de estudos, bem como a retenção de parte da arrecadação de impostos.

Sugerem também incentivos fiscais a empresas privadas e pessoas jurídicas que participarem no financiamento, bem como oferecer servir de fiadora à rede bancária privada, para o financiamento dos estudantes:

Somente assim, com a mais ampla cooperação e entendimento entre o poder público e a iniciativa privada, será possível racionalizar-se o sistema educacional brasileiro e provê-lo dos imensos recursos de que necessitará para dinamizar o desenvolvimento socioeconômico do país (FÁVERO, 1991, p. 114).

Na terceira parte do Relatório, a Comissão menciona a educação como o grande desafio no contexto da globalização, com a centralidade na juventude, mais apta a assimilar as inovações e transformações no campo da ciência e da tecnologia. Em sua sede de progresso e seu desejo de beneficiar-se desses avanços, as aspirações legítimas do movimento estudantil se tornam armas nas mãos das minorias de esquerda, porque melhor organizadas e adestradas, aproveitando-se dessa inquietação e inconformismo.

Deve-se assimilar que, uma das questões centrais da Comissão é a necessidade da formação de lideranças estudantis democráticas para fazer frente às minorias esquerdistas. Durante os 89 dias de trabalho, a Comissão ouviu estudantes e professores, analisou documentos, informações e tomou conhecimento, tanto nas altas esferas administrativas do MEC, quanto do Programa Estratégico do governo, e “[...] sentiu a vinculação inseparável dentre as questões estudantis e os problemas máximos da Educação” (FÁVERO, 1991, p. 116), que a levou a afirmar a necessidade de uma reformulação total da educação no país.

A efetivação da reforma universitária, visando atender às reivindicações do movimento estudantil, constitui, portanto, parte da estratégia geral do governo para atingir os altos objetivos de desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, o monumento “Paliteiro”, símbolo da UFMS, projetado pelo arquiteto Caetano Fraccaroli, em 1970, inspirado na juventude, foi projetado para abrir o campus da Universidade Estadual, à época.

O conjunto, de 24 peças de concreto (pilares), dividido em quatro segmentos de seis, com colunas horizontais nascendo da água, representando a vida, dão, às pessoas que passam por ele, o sentido de movimento, expressando o dinamismo da juventude. Suas colunas, orientadas para o alto, representam as aspirações, sem limites, da juventude.

Assim, diante do quadro da enorme resistência de professores catedráticos, dirigentes e de setores de esquerda, encastelados nas instituições de ensino – em razão da inércia e ausência do princípio de autoridade resultante da arcaica estrutura administrativa e disciplinar vigente –, das divergências internas da base do governo, bem como dos demais setores da

sociedade civil, “[...] impõe-se uma solução brasileira baseada na combinação dos princípios de autoridade, responsabilidade e liberdade” (FÁVERO, 1991, p. 118), em nome da governabilidade.

Essa é a razão do autoritarismo do governo: pôr abaixo as resistências e implementar a referida reforma para o bem da Nação, pois, como afirmam os relatores, “[...] se não forem resolvidos, não haverá possibilidade de êxito na execução do Programa Estratégico do governo” (FÁVERO, 1991, p. 117), e o Brasil não se transformará na “grande e poderosa nação democrática do futuro”.

**Organograma da UEMT**

Chanceler: Governador
Vice-Chanceler:
Secretário de educação
Assembléia Universitária
Reitoria

Conselho Universitário	Conselho de Ensino e Pesquisa	Conselho de Curadores
------------------------	-------------------------------	-----------------------

**Centros Localizados em outras Cidades Fora do Campus da Universidade**

Centro Pedagógico de Dourados		Centro Pedagógico de Três Lagoas		Centro Pedagógico de Corumbá		Centro Pedagógico de Aquidauana		Centro Pedagógico de Rondonópolis	
Letras	1971	Pedagogia	1970	[História	1968]	Letras	1971	Letras	1978
Estudos Sociais	1971	(Sup.Or/2º grau)		[Letras	1968]	Estudos Sociais	1971	Estudos sociais	1978
História	1973	Letras	1970	[Psicologia	1968]	Ciências 1º grau	1971		
Agronomia	1978	História (lic.)	1970	[Pedagogia	1968]	C. Biológicas	1974		
		Geografia (lic.)	1970	C. Contábeis	1974				
		Pedagogia (org.)	1976	Administração	1974				
				Ciências 1º grau	1972				

[Cursos criados antes da criação da UEMT]

**Centros do Campus de Campo Grande**

Centro de Ciências Biológicas		Centro Tecnológico		Centro de Educação Física e Desporto	
[Farmácia	1964]	Engenharia Civil	1970	Educação Física	1971
[Odontologia	1964]				
[Medicina	1968]				
Veterinária	1971				

Figura 17 - Foto do Organograma da UEMT, onde encontramos a estrutura básica da Universidade, com a nomenclatura de suas unidades administrativas colegiadas superiores e elencados os cursos de graduação posicionados em seus respectivos Centros no período de 1964 a 1978.

## ALINHAVANDO CAMINHOS...

Os resultados desta tese apontam para estabelecer elos que permitem desenhar aproximações de um conjunto de características que se entrecruzam e ganham conforme cada momento histórico, um lugar de destaque, pela pauta necessária de um poder que emerge, pela preservação do mesmo. Com isto, como diria o próprio Maquiavel, os meios necessariamente não precisam justificar os fins, colocando em riscos a própria Instituição em relação ao seu caráter público, participativo e democrático.

Se em suas bases, pelo momento político de sua criação e implantação, transporte de um poder local para poder federal, as práticas institucionais permaneceram as mesmas e se preservam na medida do possível até os dias atuais, como centralidades nas decisões, individualismos personificados pelos sujeitos que de uma maneira e ou outra, representam domínios diferenciados, pelas ameaças de um controle mais eficiente, nem que seja por algumas horas, dias, meses e anos.

Os ferros que sustentam sua emergência guardam em ângulos diferentes histórias e estórias sobre os mesmos fatos, marcadas por heroísmo, voluntarismo e preservação de domínios, passando a serem características fundamentais da Instituição, sobretudo o caráter conservador concernente à sua condução política e à condução da própria política universitária.

Houve, praticamente, um aparelhamento da institucional por parte dos setores mais conservadores da sociedade local e regional, materializado nas ações de no mínimo, dois personagens, João Pereira da Rosa e Hércules Maymone. Ambos ligados, direta ou indiretamente, às instituições militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e ao Exército, em um conluio com as associações profissionais dos médicos, dentistas e farmacêuticos, explicitando assim abertura inicial dos cursos de graduação nas respectivas áreas, fato inédito na história da educação brasileira, tanto em instituições públicas ou privadas, já que os custos financeiros operacionais são elevados, explicitando assim a necessidade de envolvimento dos diferentes agentes sociais.

Com a ditadura militar, e mesmo depois de implementada a reforma universitária, cujos objetivos eram, entre outros, modernizar as estruturas internas de poder – contrariando os interesses das classes dirigentes locais; quer seja por parte de professores catedráticos; quer seja por reitores e diretores de centros, que gozavam dos privilégios garantidos pela autonomia universitária, e, proporcionar a livre fruição do poder de comando dos órgãos

competentes por sua administração, as práticas culturais locais, caracterizadas pela alta concentração de poder, permaneceram, influenciadas pelas corporações militares e profissionais.

Como a federalização da universidade se deu no mesmo momento da divisão do Estado, em 1979, esses dois eventos se consubstanciaram em uma nova oportunidade de partilha para as classes políticas locais. Por um lado, a divisão de Mato Grosso permitiu a abertura de novos espaços para um “número significativo de políticos, como ex-governadores, deputados e senadores” representar o novo Estado. Por outro, a expansão do campus universitário e sua federalização, abriu novos campos de interesse às elites locais e propiciou, com o encastelamento destas nos cargos de maior poder decisório, a “preservação de ‘dinastias’” (OSÓRIO, 2014, p. 64).

Como bem observou Osório (2014, p. 63) em seu Memorial, as promessas de desenvolvimento econômico e de constituição de um Estado modelo não se efetivaram. Em parte, esse diagnóstico negativo foi possível mediante estratégias de gestão que, não obstante as diversas reformas visando à modernização das estruturas arcaicas trouxeram consigo “[...] os modelos tradicionais praticados no estado uno”.

Dessa forma, as reformas administrativa e universitária, planejadas para proporcionar o fluxo a partir dos centros de comando (MEC), através do qual o governo federal efetivaria os projetos nacionais da educação – atendendo às diretrizes e normas do Plano-Geral do Governo para a reestruturação geral do ensino no país, coadunando-o com o plano de desenvolvimento nacional – não se sustentou e possibilitou que a Instituição fosse transformada em mais um campo de negociação, de mercado de poderes.

Não obstante o discurso oficial do governo, claramente nacional-desenvolvimentista, permaneceram os

[...] distanciamentos aprisionaram tanto o Estado quanto a Universidade a práticas enunciadas como democráticas, configurando-se, até os dias atuais, de forma centralizadora por grupos hegemônicos que preservam de forma totalitária interesses escusos de se conceber e exercitar aquilo que a sociedade espera como papel do Estado (OSÓRIO, 1996, p. 69).

Desse modo, acompanhando a dinâmica das outras instituições, a reforma administrativa na universidade acabou por manter os “[...] esquemas autoritários e

centralizadores, perpetuados pela ditadura [...] por influência da cultura local” (OSÓRIO, 2014, p. 65)<sup>111</sup>.

Como a ditadura privilegiou o ensino superior, acabou deixando de lado a escolarização básica – condição de possibilidade para o acesso àquele –, sua política educacional acabou por privilegiar os setores sociais mais abastados, contribuindo para o aumento das desigualdades, não obstante a forte presença de discursos que apelam ao princípio constitucional da promoção da igualdade de oportunidade e de acesso ao ensino superior, como podemos perceber no “Relatório Meira Mattos”<sup>112</sup>.

O mesmo princípio vale para a crítica endereçada às instituições particulares de ensino, pela cobrança “incontrolada” de mensalidades. Para a Comissão, não podendo o Estado arcar com os custos do ensino médio gratuito, deve, no mínimo, controlar os preços das mensalidades cobradas por essas instituições. Além disso, afirmam que a situação se agrava nas cidades do interior, onde não existem escolas públicas para o nível médio, e os proprietários de colégios particulares cobram, a seu bel-prazer, as mensalidades, inviabilizando o acesso aos mais pobres<sup>113</sup>.

A baixa produtividade na educação, por sua vez, é decorrente, segundo a Comissão, do desperdício de verbas para o setor, em razão da evolução desordenada da demanda e emprego inadequado – muitas vezes fora de um planejamento global, atendendo a demandas eleitorais – dos recursos disponíveis que, muitas vezes, são destinados a entidades inexistentes, o que consiste em um desvio criminoso de verbas públicas.

Percebi, assim, nos discursos oficiais contidos no referido Relatório, e nas boas intenções do governo, uma preocupação em efetivar o princípio constitucional de acesso à educação para todos, preocupação que se pode notar, inclusive, com a expansão das vagas nas universidades. No entanto, as condições desse acesso estão *a priori* restritas aos estratos mais altos, como mencionei anteriormente, sobretudo porque, como bem ressalta Motta (2014, p.

---

<sup>111</sup> A força da cultura política brasileira, movida pela repulsa aos conflitos, e pela tradicional prevalência do privado sobre o público, também é destacado por Motta (2014, p. 292): “No caso dos meios acadêmicos, [...] muitos de seus membros tinham laços pessoais ou familiares com integrantes do governo e mesmo das Forças Armadas. Assim, características peculiares da sociedade brasileira, altamente elitizada e com recursos educacionais e culturais concentrados nos estratos superiores [...]”.

<sup>112</sup> A esse respeito, a Comissão ressalta o problema do abuso dos “cursinhos”, cuja indústria rendosa” praticamente veta, aos que não tem condições de arcar com o valor espúrio que se intrometeu entre o ensino médio e o superior, “[...] o ingresso em nossas universidades e faculdades” (FÁVERO, 1991, p. 109).

<sup>113</sup> O mesmo se aplica em relação a comercialização do livro didático, onde editores e autores enriquecem as custas do empobrecimento das famílias. Desse modo, para a Comissão, “[...] impõe-se, de parte do MEC, uma orientação e melhor fiscalização sobre a matéria, [...] atendendo-se prioritariamente, ao interesse fundamental do estudante que preciso de apoio econômico para poder estudar” (FÁVERO, 1991, p. 110).

292), “[...] as estratégias foram adotadas desde ‘cima’”<sup>114</sup>. Em 1960, havia 93.202 alunos matriculados em universidades, públicas e privadas, e, em 1984, o número passou para 1.399.539 alunos” (MOTTA, 2014, p. 249).

A proposta da política educacional intencionava reestruturar a universidade brasileira para sintonizá-la com os propósitos desenvolvimentistas da nação. Em vista disso, preconizou-se “[...] a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada no modelo empresarial, cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência [...]” (FÁVERO, 1991, p. 8), como consta na Introdução do “Relatório da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT)”, do ano de 1974<sup>115</sup>.

### A PAUSA...

No caso específico da UFMS, isso pode ser evidenciado pelo fato de que parte da reivindicação pela criação de uma universidade na região, independentemente da disputa entre Cuiabá e Campo Grande para sediar a Universidade no Estado. Em Campo Grande, havia a pressão dos profissionais das áreas da saúde e das exatas, ligadas aos poderes políticos e econômicos as quais representavam, o que pode ser evidenciado já na criação dos cursos de ensino superior, como bem salientaram os livros memorialísticos aqui analisados.

Nesses casos, com a criação dos novos cursos, os profissionais dessas categorias acabaram tornando-se professores, sendo este, e não as demandas da sociedade, o critério geral da escolha dos cursos, evidenciando “[...] o limite das ‘coisas públicas’ transformadas em ‘coisas privadas’” (OSÓRIO, 2014, p. 66). A UFMS, inserida nessa rede de relações, acabou “[...] se transformando em um dos meios de preservação de domínios e de relações de forças” (OSÓRIO, 2014, p. 70)<sup>116</sup>.

A própria oposição ao Reitor João Pereira da Rosa, capitaneada pelo vice-reitor, Hélio Martins Coelho, era fruto das insatisfações de docentes que lutavam por melhorias nas

<sup>114</sup> Porém, como bem salienta Osório (2014, p. 66), “[...] como garantir o acesso aos avanços tecnológicos, se nem todos têm garantido uma escolarização básica que permita os domínios da leitura, da escrita, do cálculo e da interpretação que os situe em sua própria compreensão de mundo, de realidade?”

<sup>115</sup> “A opção das diretrizes governamentais atendia aos extratos mais altos da população numa postura clara de garantir, por meio deles, o suporte para suas deliberações e consolidar uma política econômica compatível com os modelos do capitalismo internacional e suas pretensões em relação ao Brasil. Para tanto, nos postos-chave do poder, foram colocados homens influentes na área econômica nacional e internacional, com interesses pessoais diretamente ligados as suas funções públicas, favorecendo assim o empresariado e as classes médias interessadas em ascensão social.” (BOSCHETTI, 2007, p. 222).

<sup>116</sup> Assim, a Universidade, “[...] em sua essência traz seus ideais de universidade pública, fecundados pelas mazelas e pelas práticas institucionais herdadas da Universidade Estadual de Mato Grosso e o modelo imposto pela Lei nº 5.540/68. Uma estrutura marcada por vícios de domínios de toda ordem, não permitindo quaisquer mudanças que descaracterizassem as tentativas de desconcentração de poder”. (OSÓRIO, 2014, p. 68).

condições de trabalho e pesquisa na universidade, como atesta o trecho da entrevista do Dr. João Pereira da Silva<sup>117</sup>, relator do processo de criação da UEMT no Conselho Estadual de Educação, concedida às professoras Jacira Helena do Valle Pereira, Mirian Ferreira de Abreu da Silva e Alice Felisberto, em 27 de abril de 2009:

Os objetivos não eram interferir na política nacional, mas, sobretudo, lutar por melhores estruturas educacionais, melhor qualidade de ensino e melhor formação dos professores. [...] Em prol dessas ideias, surgiu uma oposição ao Reitor Pereira da Rosa, que fazia uma administração sem ter as pretensões acima.

E mesmo em se tratando de disputa por poder – referencio aqui ao fato de o vice-reitor, Dr. Hélio Martins Coelho, ter denunciado a gestão do Reitor João Pereira da Rosa, seu desafeto político, por má administração de recursos<sup>118</sup> –, é fato que,

As opiniões insatisfeitas de docentes e de acadêmicos possibilitaram desvelar o que realmente era a Universidade Estadual, principalmente pela forma de sua criação e de escolhas dos cursos de graduação, essencialmente no interior do Estado, sem critérios mínimos de demandas sociais ou de mercado, procedimentos adotados até os dias atuais. (OSÓRIO, 2014, p. 69-70).

A transição da UEMT para a UFMS, embora respaldada pelo discurso oficial de que seria uma universidade pública, tornou-se uma oportunidade para a “preservação de interesses pessoais” (OSÓRIO, 2014, p. 71), pois, na ausência de um projeto, coube “à instituição cumprir as leis vigentes pelo regime da ditadura, principalmente os privilégios e benefícios dos servidores, tanto docentes quanto técnicos” (OSÓRIO, 2014, p. 71)<sup>119</sup>.

Esse fato evidencia como o discurso do governo e das autoridades locais, bem como a efetivação da reforma universitária, igualmente respaldada por um discurso modernizante e progressista, permaneceram sem utilidade prática: nem a reforma administrativa, nem a reforma universitária conseguiram extirpar as práticas sociais e culturais locais que, como se sabe, antecedem a divisão do Estado e a federalização da Universidade.

<sup>117</sup> SILVA, João Pereira da: depoimento (abril de 2008). Entrevistadores: nome completo dos autores de capítulo. Campo Grande – MS, 2008. (1 CD-ROM). In: PEREIRA, J. H. V.; URT, Sônia da Cunha (Org.). Episódios do passado: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013. v. 1. 178 p.

<sup>118</sup> Conforme “Esclarecimentos prestados à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso” - 16/09/1975, analisado no terceiro capítulo.

<sup>119</sup> Osório (2014, p. 71) cita que, quando da federalização desta Universidade, muitos professores juntaram papéis para comprovar que, embora apenas graduados, podiam ser enquadrados na carreira do magistério federal como “titulares” sem título, fato que marca ainda hoje a instituição, com um quantitativo de aposentados beneficiados com esse privilégio, à luz da legislação, por “direito adquirido”.

A análise das diversas tentativas de institucionalização desta Universidade, os discursos e os acontecimentos em torno dessas tentativas, objetos da presente pesquisa, longe da pretensão de esgotar a discussão – como se tivéssemos, enfim, acessado à verdade última das coisas mediante o uso de um método arqueológico –, teve como objetivo problematizar a evidência dos dados, bem como, e talvez, sobretudo, o método, que subjaz à historiografia tradicional, em sua obstinada busca pela verdade.

### FECHAMENTO POSSÍVEL ENTRE OS ACHADOS...

Dessa maneira, na escrita desta tese, ao longo dos capítulos, não procurei mostrar as falhas dos métodos utilizados anteriormente – como uma inadequação da teoria relativamente ao objeto – mas fazer erodir esses pretensos fundamentos, e mostrar que o que sustenta nosso solo epistemológico é uma construção discursiva, frágil e delicada, destinada a abrigar a suposta soberbia de sujeitos (e de objetos).

Tentei, de alguma maneira, problematizar. Salvaguardar que a possibilidade desta pesquisa se deu em razão do que foi encontrado nos arquivos, pela vivência e experiência nesta instituição, discursos que, desembaraçados das figuras psicológicas<sup>120</sup>, estão sempre abertos à repetição, à transformação e à reativação, como salienta Foucault em sua *Arqueologia do Saber* (2010).

A descentralização do sujeito, operada pela *démarche* foucaultiana, através da análise de suas formas históricas de subjetivação, permite compreender a importância decisiva dos saberes na constituição das subjetividades, ao questionar as pretensas verdades constituídas pelas ciências humanas, vendo aí a construção de conceitos o que aparecia como natureza, conforme analisado no primeiro capítulo. Ao mesmo tempo, tornou-se possível desembaraçar-nos do mito da origem, e desvencilhar-nos do peso da história, como dizia Marx (1997)<sup>121</sup>, como algo inevitável.

A institucionalização da produção do conhecimento nas universidades foi um fator decisivo para a constituição dessa relação de sujeição dos homens aos “fatos”, uma vez que, na modernidade, as ciências gozam do estatuto de verdade. A partir de então, descoberta a verdadeira essência das coisas, tem-se uma transformação nos mecanismos dos poderes

<sup>120</sup> “(a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significado)” (FOUCAULT, 2010, p. 32).

<sup>121</sup> “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p. 21).

sociais: não mais se governaria com base na vontade soberana – subjetiva por excelência –, mas sob o critério da ciência, de validade geral e, portanto, justa.

Dessa relação poder-saber, nasceram as modernas disciplinas, num duplo movimento, sejam aquelas relativas aos saberes, com suas diferentes áreas do saber, sejam aquelas relativas ao controle dos corpos, consubstanciadas na instituição militar, o que também pude constatar quando do desenvolvimento de nossa região, conforme expus no segundo capítulo.

Desse modo, nesta pesquisa, não pretendi mais que trazer à tona o resultado de outra experiência/leitura possível, com a utilização das ferramentas desse novo aparato analítico conceitual, ao apontar os efeitos, impostos por determinados saberes com pretensão de cientificidade, de encerrar a história.

Os arquivos aqui analisados como puderam demonstrar, ao seguir o caminho das pistas que eles me deram, me faz afirmar que a verdade, não é mais que um discurso que circula como verdadeiro.

Desse modo, as tentativas de institucionalização desta Universidade, os discursos e acontecimentos que analisei põem a nu a existência de estratégias que independem das personagens que as fazem funcionar: no subsolo dos discursos, as práticas efetivas constituem a realidade que a atual produção dos saberes deixa intacta, o que esta pesquisa teve a pretensão de demonstrar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. A. Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso (1719-1946). **Coletâneas do Nosso Tempo**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis – MT, v. 1, n. 01, 1997. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/issue/view/17>>. Acesso em: jan 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Trad. Clóvis Marques. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964. 362 p. Resenha de SILVEIRA, Rosa M. Godoy. **Revista de História** nº 117, p. 187-191, 2º semestre de 1984. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/117/A012N117.pdf>>. Acesso em: 07 set 2015.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Revista de História. Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=FRONTEIRAS&page=article&op=view&path%5B%5D=62>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ANASTÁSIA, Fátima; CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. De lá para cá: as condições e as instituições da democracia depois de 1988. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcântara. **Democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 109-145.

**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP/O CONTROLE IDEOLÓGICO NA USP: 1964-1978**. São Paulo: Adusp, 2004.

AVELINO, Nildo. Apresentação In: FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**, curso no *Collège de France* (1979-1980); [excertos. Trad., transcrição, notas e apresentação: Nildo Avelino]. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS-SP/Achiamé, 2010 p. 07-27.

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

BERMEJO-BARRERA, José Carlos. **Entre historia y filosofia**. Madrid: Akal, 1994.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado**. V. 1: Regionalismo e dividionismo no Sul de Mato Grosso. Campo Grande: UFMS, 2009.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 4. ed. Brasília, OAB Editora, 2002.

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. **Revista Histedbr** On-line, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007.

Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18\\_27.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18_27.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2015.

BRASIL, Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 Ago. 1979. Seção 1, p. 12265.

BRASIL, Lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 Dez. 1979. Seção 1, p. 19463.

BRASIL, Lei n. 3.349, de 1 de julho de 1976. **Diário Oficial [da] União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 08 Jul. 1976. Seção 1, p. 9231.

BRASIL. **Manual básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

BRASIL, Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 Set. 1969. Seção 1, p. 8162.

BRASIL, Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 Mar. 1967. Seção 1, p. 2993.

CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Trans/Form/Ação** [online]. 2008, v. 31, n. 1, p. 87-103. ISSN 0101-3173. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732008000100005>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CÂMARA, Leonor Moreira. Breves notas sobre o modus operandi do modelo de relacionamento entre instâncias de governo institucionalizado pelo Decreto-lei nº 200/67 em face dos novos desafios do federalismo cooperativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 36, n. 5, p. 797-809, set./out. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/724>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CAMPO GRANDE (Município). **Relatório da Universidade**. Campo Grande – MS, 1978a. (Biblioteca da UFMS).

CAMPO GRANDE (Município). **Universidade Estadual de Mato Grosso – Fatos legais e fatos reais (Histórico)**. Campo Grande – MS, 1978b. (Biblioteca da UFMS). 35 p.

CAMPO GRANDE (Município). **Perfil dos alunos que frequentaram a UEMT no ano de 1976**. Campo Grande – MS, 1976. (Biblioteca da UFMS).

CAMPO GRANDE (Município). **Esclarecimentos prestados à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (16/09/1975)**. Campo Grande – MS, 1975. (Biblioteca da UFMS).

CAMPO GRANDE (Município). **Relatório UEMT (PID-PND)**. Campo Grande – MS, 1974. (Biblioteca da UFMS).

CAMPO GRANDE (Município). **Relatório de Gestão da UEMT**. Campo Grande – MS, 1971. (Biblioteca da UFMS).

CAMPO GRANDE (Município). **Processo de Aprovação do Estatuto e do Regimento Geral da UEMT” (1970/1972)**. Campo Grande - MS. (Biblioteca da UFMS).

CAMPO GRANDE (Município). **Livro de Atas do Conselho Universitário e livro de Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa 1973 a 1979**. Campo Grande - MS. (Biblioteca da UFMS).

CAPONI, Sandra. Foucault e a universidade: entre o governo dos outros e o governo de si mesmo. **Cadernos IHU ideias** / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. Ano 12, n. 211, 2014. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014, vol. 12. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5607&secao=449](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5607&secao=449)>. Acesso em: 13 set. 2015.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1943-1964)**. V. 2. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um precursor pelos seus temas, conceitos e atores. [Trad. Ingrid Muller Xavier]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COLOMER, Josep M. **Game Theory and the Transition to Democracy**. From the Selected Works of Jesepe M Colomer. January 1995. Disponível em: <[http://works.bepress.com/jesepe\\_colomer/34](http://works.bepress.com/jesepe_colomer/34)>. p. 125>. Acesso em: 20 abr. 2015.

COSTA, Icléia T. Magalhães. **Memória Institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade temporã**: o ensino superior, da colônia a Era Vargas. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DORILEO, Benedito Pedro. **Universidade**: o fazejamento. Cuiabá: UFMT, 1977.

**Discurso de Posse Presidência da República**. Brasília, março de 1985, Disponível em: <<http://www.tancredo-neves.org.br/presidente-da-republica>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador, entre Esfinge e fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault (1926-1984)**. [Trad. Hildegard Feist]. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Col. Tópicos).

DUSSEL, Inês. Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. **Educação e Realidade**; v. 29, n. 1; p. 45-68, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25418>>. Acesso em: 07 set. 2015.

ENCISO, Oliva. **Mato Grosso do Sul**, minha terra. São Paulo: Editora Resenha, 1986.

FAORO, Raymundo. **Assembleia constituinte: a legitimidade recuperada**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991. (Col. Educação Contemporânea).

FERNANDES, Ananda S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. de 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FERNANDES, Heloísa Bittencourt. **Expansão universitária em Mato Grosso do Sul – 1979-2001**. 2003. 160f. Dissertação (Mestrado) em Educação - Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7785-expansao-universitaria-em-mato-grosso-do-sul-1979-2001.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada, vias históricas e significados**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC/FGV, 2002, p. 450-493.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, maio/jun., 2000, p. 111-124. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/517.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2016.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIRÓ, R. **Pronunciamento no Senado Federal em 06/11/2014**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=409810>>. Acesso em jan 2015.

FONSECA, Dirce M. da. **UnB: reformar para não mudar**. 1986. 134f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

FONSECA, T. M. G.; CARDOSO FILHO, C. A. O silêncio do arquivo. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ARANTES, Esther Maria de M. **Cartas a Foucault**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 49-77.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 16, n. 5, p. 87-89, set./out. 1976. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901976000500011>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso no *Collège de France* (1979-1980). [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**, aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. [Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio]. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011a.

FOUCAULT, M. **Gênese e estrutura da Antropologia de Kant**. [Trad. Márcio A. da Fonseca; Salma T. Muchail]. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011b.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**: Trad. Luis Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. Mallarmé de J-P. Richard. In: MOTTA (Org.). **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Ditos e escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 183-195.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**: curso no *Collège de France* (1978-1979). [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes. (Col. Tópicos), 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**: curso dado no *Collège de France* (1977-1978). [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes. (Col. Tópicos), 2008b.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**: na idade clássica. [Trad. José Teixeira Coelho Neto]. São Paulo: Perspectiva, 2007a. (Col. Estudos 61).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. [Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilohn Albuquerque]. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. [Trad. Roberto Machado e Eduardo Jardim Moraes]. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005a.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). [Trad. Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 2005b. (Col. Tópicos).

FOUCAULT, M. Sobre a Arqueologia das Ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA (Org). **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005c, p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. Sobre as Maneira de Escrever a História. In: MOTTA (Org.). **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005d, p. 62-77.

FOUCAULT, M. **Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud, Marx. Theatrum Philosophicum**. [Trad. Jorge Lima Barreto e Maria Cristina G. Cupertino]. São Paulo: Landy, 2005e.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. [Trad. Raquel Ramalhete]. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. [Trad. Salma Tannus Muchail]. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. Titres et Travaux. In: \_\_\_\_\_. **Dits et écrits I (1954-1975)**. Paris: Gallimard, 2001. p. 870.875.

FOUCAULT, Michel. Subjetividade e verdade. In: \_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. [Trad. Andrea Daher]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.p. 107-115.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos no Collège de France sob o título geral de: A História dos Sistemas de Pensamento**. Portugal: Centelha Viva, s/d.

FREITAS, Renata Neves Tavares de Barros. **Veredas da memória: a conquista do ensino superior em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

GIANEZINI, Quelen. **O Processo de Expansão do Ensino Superior em Mato Grosso**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GIANEZINI, Q. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): alianças e tensões em prol de uma instituição na Amazônia legal brasileira. **IX ANPED SUL**, Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Sociologia\\_da\\_Educacao/Trabalho/06\\_52\\_35\\_2863-7358-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Sociologia_da_Educacao/Trabalho/06_52_35_2863-7358-1-PB.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2015.

GORE, Jennifer M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 09-20.

JACOBI, Pedro. Os velhos problemas, mas sem o déficit. In: KOUTZII, Flávio (Org.). **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 255-269.

KATZ, Chaim Samuel. Ciência, Estruturalismo, Psicanálise: dois problemas. **Tempo Brasileiro**, revista trimestral de cultura, n. 15-16. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, s/d.

KOWALEWSKI, Daniele P. **Experiência-Brasil**: diversidades, diferenças, educação. 470 p. Tese (Doutorado) em Educação. Universidade de São Paulo, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [*et all*]. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcântara (Orgs.). **Democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 73-105.

MARINI, Ruy Mauro. Possibilidades e limites da Assembleia Constituinte. In: SADER, Emir (Org.). **Constituinte e democracia no Brasil hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARQUES, Maria Inês Corrêa. **UFBA na memória**: 1946-2006. 2005. 388f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. [Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAYMONE, Hércules. **Da farmácia e odontologia à Universidade**: memórias. Campo Grande: Núcleo de Imprensa Universitária, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1989.

MENEZES, Ebenezer T. de; SANTOS, Thais H. dos. Verbete MEC/USAID. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MONROY, Pedro Piedras. **Max Weber y la crisis de las ciencias sociales**. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NANTES, Valquiria Allis. **Expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao ensino superior noturno – 1990 a 2006**. 2010. 111f Dissertação (Mestrado) em Educação – Universidade Católica Dom Bosco, 2010. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8160-expansao-da-educacao-superior-em-mato-grosso-do-sul-e-a-ampliacao-do-acesso-ao-ensino-superior-noturno-1990-a-2006.pdf>>. Acesso em: 07 set 2014.

NEUVALD, L. O ensino agrícola no período populista - 1943/1964: o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso (atual Escola Agrotécnica Federal de São Vicente - Cuiabá). **Rev. Educ. Pública**, Cuiabá, vol. 5, 8, jul/dez. 1996. Disponível em: <[http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacao\\_publica/article/view/348/316](http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacao_publica/article/view/348/316)>. Acesso em: jan. 2015.

O'DONNELL, Guillermo. Notes for the Study of Processes of Political Democratization in the Wake of the Bureaucratic-Authoritarian State. In: **Counterpoints**: selected essays on authoritarianism and democratization. Indiana: University of Notre Dame Press, 1999. p. 110-129.

OLY PEY, Maria. Acontecimentos: segregação, confinamento e saberes disciplinares. In: OLY PEY, M.; BACCA, Ana M.; SÁ, Raquel S. **Nas pegadas de Foucault**: apontamentos para a pesquisa de instituições. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004a. p. 15-35.

OLY PEY, M. Construções de verdade, jogos de poder. In: OLY PEY, M.; BACCA, Ana M.; SÁ, Raquel S. **Nas pegadas de Foucault**: apontamentos para a pesquisa de instituições. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004b. p. 91-100.

OLY PEY, M. O genealogista Michel Foucault em ação. In: OLY PEY, M.; BACCA, Ana M.; SÁ, Raquel S. **Nas pegadas de Foucault**: apontamentos para a pesquisa de instituições. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004c. p. 61-90.

OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento. **Ética e educação**: um caminho para a interdisciplinaridade. 1996. 226 f. Tese (Doutorado) em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OSÓRIO, A. C. do N. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos... In: **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Oeste, 2010. p. 95-133.

OSÓRIO, A. C. do N. (Des)regularização do sujeito: constituições, mecanismos, concessões... In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Poderes e saberes**: corpus em educação. Campo Grande: Oeste, 2013. p. 69-99.

OSÓRIO, A. C. do N. **Memorial descritivo**. Campo Grande, MS, 2014. (Impresso).

OTERO, Paulo. **Direito Constitucional Português** (v. II). Organização do Poder Político. Coimbra: Almedina, 2010.

PADIAL, Edmir. Depoimento [nov. 2008]. Entrevistadoras: Jacira Helena do Valle Pereira e Miriam Mity Nishimoto. Campo Grande, 2008. 1 CD. In: PEREIRA, J. H. V.; URT, Sônia da Cunha (Org.). **Episódios do passado**: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013. v. 1. 178 p.

PAUL-DROIT, Roger. **Michel Foucault**: entrevistas. [Trad. Gilda Homes Carneiro e Vera Portocarreto]. São Paulo: Graal, 2006.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle e URT, Sônia da Cunha (Orgs). **Episódios do Passado**: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013.

PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

PIAU, Albene. **Ensino superior da ESG e o convênio UFBA/Premen**: permanência e reforma da LDB – Brasil (1868-1996). Governador Mangabeira: FAMAN, 2013.

PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85207>>. Acesso em: 03 jan 2015.

ROCHA, Dirlene de J. Pereira. **Mário Pedrosa e o Estado bonapartista militarizado no Brasil de 1964**. 2004. 132f. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Londrina, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000106810>>. Aceso em: 16 dez. 2015.

ROSA, João Pereira da. **As duas histórias da Universidade**: 1966-1978. Campo Grande: Núcleo de Imprensa Universitária, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1993.

SÁ JUNIOR, Luiz Salvador de Miranda [Nov. 2008]. Entrevistadoras: Jacira Helena do Valle Pereira e Miriam Mity Nishimoto. Campo Grande, 2008. 1 CD. In: PEREIRA, J. H. V.; URT, Sônia da Cunha (Org.). **Episódios do passado**: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Vol. 1. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013.

SANTOS, E. H. J. Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e os militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa? **Anais** do 36<sup>a</sup> Encontro Nacional da ANPOCS, 2012, Caxambú. 2012. Disponível

em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7995&Itemid=76](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7995&Itemid=76)>. Acesso em: 17 mai. 2016.

SANTOS, S. X. S.; CENTENO, C. V. A Escola General Malan (1934): O papel do Exército na educação escolar em Campo Grande. VII Jornada do HISTEDBR: “O trabalho didático na história da educação”. **Anais...** Campo Grande, 17 a 19 de setembro de 2007. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/03trab-gt-gt3.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/03trab-gt-gt3.htm)>. Acesso em: jan. 2015.

SAVIANI, Dermeval. A Universidade e a problemática da educação e cultura. **Educação Brasileira**. Brasília, v. 1, n. 3, p. 35-58, maio/ago, 1979.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade, fundação e autoritarismo**: o caso da UFSCar. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: Editora da UFSCar, 1993.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 207-236, 1986.

SILVA, Ruth Pinheiro da: depoimento [nov. 2008]. Entrevistadoras: Jacira Helena do Valle Pereira e Miriam Mity Nishimoto. Campo Grande - MS, 2008. 1 CD. In: PEREIRA, J. H. V.; URT, Sônia da Cunha (Org.). **Episódios do passado**: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013. v. 1. 178 p.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional**: O poder executivo & Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, João Pereira da. Entrevista. [abr. 2008]. In: PEREIRA, J. H. V.; URT, Sônia da Cunha (Org.). **Episódios do passado**: narrativas de professores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013. v. 1. 178 p.

SOMMER, Luís Henrique. A ordem do discurso escolar. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, Vol. 12, nº 34, jan-abr/2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a05v1234.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

SOUTO, Caio. A articulação saber-poder no debate entre Chomsky e Foucault. In: **Anais do Seminário dos Estudantes de Pós-graduação em Filosofia da UFSCar**. 10ª edição. São Carlos: UFSCar, 2014, p. 78-84. Disponível em: < <http://www.ufscar.br/~sempggfil/wp-content/uploads/2012/05/8-Caio-Souto.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.

SOUZA, Osmar Ramão Galeano de. **O papel das universidades na fronteira**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006.

STEIN, Nedina R. M. **Universidade e política: O caso da Universidade Estadual de Mato Grosso (1962- 1979)**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SUSSEKIND, Elizabeth (Org.). **Memória e justiça**. Rio de Janeiro: Jauá; Museu da República, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução ao leitor brasileiro. In: WEBER, Max. **Sobre a Universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica**. [Trad. Lólio Lourenço de Oliveira]. São Paulo: Cortez, 1989, p. 7-30. (Col. Pensamento e ação, v. 1).

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 233-252, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a13v3060.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. [Trad. Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp]. 2. ed. Brasília: EdUnb, 1992.

VEYNE, P. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. [Trad. Marcelo Jacques de Moraes]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VEYNE, P. **O inventário das diferenças: história e sociologia**. [Trad. Sônia Saizstein]. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEBER, Max. Conferência sobre Socialismo. In: FRIDMAN, Luis Carlos (Org.) **Emile Durkheim, Max Weber: socialismo**. [Trad. Angela Ramalho e Antonia Bandeira]. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 85-128.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.